ANTONIO CARLOS NACHIF CORREIA FILHO

Julgamentos parciais no processo civil

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Dr. MARCELO JOSÉ MAGALHÃES BONÍCIO

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2015

ANTONIO CARLOS NACHIF CORREIA FILHO

Julgamentos parciais no processo civil

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito na área de concentração Direito Processual Civil, sob a orientação do Prof. Dr. Marcelo José Magalhães Bonício.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2015

Banca examinadora:

Aos meus pais, Terezinha e Antonio, pelo amor, esforço, apoio e confiança incondicionais de sempre, que tiraram muitas potenciais pedras do meu caminho, me guiaram rumo aos meus objetivos e criaram todas as condições para que eu pudesse buscá-los.

E à minha avó (e segunda mãe), Gabriela, pelo amor e pelos muitos anos dedicados à minha criação.

“As questões mais difíceis se resolvem à custa de muito pensar nelas.” (LIMA BARRETO)

“Não será por amor às construções doutrinárias rigorosas, que havemos de deixar de lado a realidade. O processo em si é um instrumento, instrumento de atuação do direito objetivo, instrumento de solução da lide. Quanto maior for-lhe a eficiência, melhores surgirão os resultados, no âmbito do direito e da justiça.”
(ADA PELLEGRINI GRINOVER. *Direito processual civil*, São Paulo, Bushatsky, 1974, p. 39)

“Uma fruta que está madura não precisa esperar o amadurecimento da outra, ainda verde, para ser colhida.” (FREDIE DIDIER JR. “Inovações na antecipação dos efeitos da tutela e a resolução parcial do mérito”, in *RePro*, nº 110, São Paulo, abr-jun/2003, p. 232)

RESUMO

Este trabalho trata fundamentalmente da admissibilidade dos julgamentos parciais do *mérito* e de questões de mérito no sistema processual civil brasileiro, considerando especialmente o *modelo constitucional de processo civil*, bem como no sistema processual prospectivo previsto no Projeto de Novo Código de Processo Civil, que deve entrar vigor em breve.

Com esse objetivo, será abordado no início da dissertação o dogma da unidade estrutural da sentença, sua origem, fundamentos e aplicabilidade no processo civil brasileiro, já que esse dogma parece ser o principal óbice que se opõe à realização dos julgamentos parciais.

Em seguida, procede-se à análise da natureza dos pronunciamentos judiciais em que se realizam os julgamentos parciais, quando admitidos no CPC/73, para defini-los como decisões interlocutórias de mérito (ou de questões de mérito) ou sentenças parciais e intermediárias.

Além disso, pretende-se estabelecer os pressupostos autorizadores dos julgamentos parciais, para que, assim, esses julgamentos sejam realizados de forma *eficiente* e em prol da efetividade da tutela jurisdicional.

Trata-se ainda os julgamentos parciais na arbitragem e suas particularidades decorrentes das disposições específicas da Lei de Arbitragem e das características específicas do processo arbitral.

Finalmente, nos capítulos finais deste estudo enfrentam-se os obstáculos que geralmente se colocam à realização dos julgamentos parciais relativamente ao âmbito recursal e à formação da coisa julgada. Para esse fim, são abordados a teoria dos capítulos de sentença, os efeitos dos recursos e, especialmente, a formação gradual da coisa julgada à luz da doutrina, da jurisprudência dos Tribunais Superiores e também do Projeto de Novo Código de Processo Civil.

Palavras-chave: Processo civil – Julgamentos parciais do mérito e de questões de mérito – Unicidade da sentença – Decisões interlocutórias de mérito – Capítulos de sentença – Efeitos dos recursos – Coisa julgada parcial – Novo Código de Processo Civil.

ABSTRACT

This paper deals essentially with the possibility of rendering partial judgments on the merits and on issues of merits in the Brazilian Civil Procedure, considering especially the constitutional framework of civil procedure, as well as in the prospective procedural system provided by the New Code of Civil Procedure bill, which shall be in force soon.

With this goal, the principle of the indivisibility of the award on the merits, its origins, its grounds and its applicability to the Brazilian Civil Procedure are addressed in the beginning of the dissertation, as this principle seems to be the main obstacle against the partial judgments.

Following this, the nature of the judicial decisions in which the partial judgments take place – when admitted by the Brazilian Code of Civil Procedure of 1973 – shall be analysed, in order to characterize them either as interlocutory decisions on the merits (or on issues of merits) or as partial and intermediate awards.

In addition, there is a focus on clarifying the conditions in which the partial judgments can be rendered, in order to be carried out in an efficient fashion, and hence contributing to the effectiveness of the judicial relief.

Moreover, the partial judgments in arbitration, as well as their particularities arisen from the specific provisions under the Arbitration Act and the singular characteristics of the arbitral procedure are analysed.

The final chapters of this paper face the obstacles associated with appeals and with claim preclusion that are usually posed against the rendering of partial judgments. For this scope, there shall be addressed the theory of the chapters of the award, the effects of the appeals, and specially the gradual claim preclusion in view of the scholars opinions, the case law of the Higher Courts, and also under the New Code of Civil Procedure bill.

Keywords: Civil procedure – Partial judgments on the merits and on issues of merits – Indivisibility of the award on the merits – Interlocutory decisions on the merits – Chapters of the award – Effects of the appeals – Partial claim preclusion – New Code of Civil Procedure.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1. Os atuais paradigmas e princípios norteadores do modelo constitucional de direito processual civil relacionados aos julgamentos parciais.....	11
1.2. Premissas conceituais.....	15
1.2.1. Mérito.....	16
1.2.2. Questões de mérito.....	20
1.3. Delimitação do tema: julgamentos parciais no processo civil	25
2. O DOGMA DA UNIDADE ESTRUTURAL DA SENTENÇA.....	30
2.1. Conceito, fundamentos e origem	30
2.2. Pontos na doutrina de Chiovenda	31
2.3. Pontos na doutrina de Liebman.....	37
2.4. Conclusão parcial: os julgamentos parciais não são vedados pela lei brasileira.....	42
3. A NATUREZA DOS PRONUNCIAMENTOS EM QUE SE REALIZAM OS JULGAMENTOS PARCIAIS.....	46
3.1. A aceção dos pronunciamentos do juiz no CPC/73 e sua finalidade	46
3.2. A alteração do conceito de sentença (lei nº 11.232/2005).....	51
3.3. O Projeto de Novo Código de Processo Civil.....	59
3.4. Conclusão parcial.....	62
4. O CPC/73 E OS JULGAMENTOS PARCIAIS: PRINCIPAIS HIPÓTESES DE CONTROVÉRSIA	64
4.1. Liquidação de sentença	64
4.2. Reconvenção e ação declaratória incidental	69
4.3. Reconhecimento do pedido, transação e renúncia parciais.....	76
4.4. Tutela antecipada com base em incontrovérsia sobre parte da causa	78
4.5. Procedimentos especiais bipartidos	80
4.5.1. Ação de consignação em pagamento (CPC, arts. 895, 898 e 899, § 1º)	80
4.5.2. Ação de prestação de contas (CPC, arts. 915, § 2º, e 918)	82
4.5.3. Ações demarcatória e divisória (CPC, arts. 958, 966, 971, par. único, e 980) .	84

4.6.	Conclusão parcial	85
5.	PRESSUPOSTOS AUTORIZADORES DOS JULGAMENTOS PARCIAIS	89
5.1.	Cumulação de demandas ou objeto decomponível	89
5.2.	Independência jurídica da parte da causa a ser decidida com relação à parte remanescente	92
5.2.1.	Possibilidade de descumulação de demandas	95
6.	PRINCIPAIS HIPÓTESES DE JULGAMENTOS PARCIAIS	107
6.1.	Desnecessidade de prova complementar	107
6.2.	Controvérsias repetitivas	111
6.3.	Incontrovérsia sobre parte da causa (o que significa incontroverso?)	116
6.4.	Faculdade ou poder-dever do juiz?	119
7.	JULGAMENTOS PARCIAIS NA ARBITRAGEM	121
8.	SISTEMA RECURSAL	126
8.1.	Recurso cabível	126
8.1.1.	O Projeto de Novo Código de Processo Civil	131
8.2.	Relações entre partes da causa em diferentes instâncias de julgamento	133
8.2.1.	Dependência jurídica entre diferentes partes da causa	143
8.2.2.	Questões de ordem pública	145
9.	COISA JULGADA PARCIAL	149
9.1.	Multiplicidade de trânsitos em julgado e de ações rescisórias	149
9.2.	A posição da doutrina	150
9.3.	As posições do STF e do STJ	155
9.4.	O Projeto de Novo Código de Processo Civil	163
9.5.	Conclusão parcial	168
10.	CONCLUSÕES	170
	BIBLIOGRAFIA	176

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho concentra-se em analisar a admissibilidade e, principalmente, as repercussões decorrentes da cisão, em mais de um pronunciamento na fase de conhecimento do processo, do julgamento do *mérito* ou de *questões de mérito*¹ no processo civil brasileiro, atual (CPC/73) e prospectivo (NCPC²).

Já há algum tempo que se estudam os *julgamentos parciais*, por meio de *decisões interlocutórias de mérito* ou, a depender da corrente, *sentenças parciais* ou *interlocutórias*. Esses julgamentos parciais ganharam especial destaque na doutrina brasileira depois da alteração do conceito legal de sentença pela lei nº 11.232/2005 (CPC, art. 162, § 1º).

No entanto, a maioria dos estudos sobre o tema se concentra mais na possibilidade em si de se fracionar o julgamento do mérito, tendo fundamentalmente esse ponto como hipótese³, e menos nos pressupostos para que essa técnica seja utilizada de forma *eficiente*, sem que sua aplicação prejudique a *tempestividade*, tampouco a *certeza* das decisões jurisdicionais ou a *harmonia* entre julgados, como temem alguns.

A propósito, parece que ainda vale aprofundar o estudo sobre as melhores formas de solucionar as diversas – e geralmente consideradas problemáticas – questões que surgem ao se admitir o fracionamento do julgamento da causa, i.e., quando se verifica dois ou mais, e não apenas um único pronunciamento associado ao mérito do processo durante a etapa de conhecimento.

Além disso, a análise da possibilidade de cisão do julgamento do *mérito*⁴ é mais usual na doutrina do que o estudo do fracionamento da resolução de *questões de mérito* em diferentes momentos do processo. No entanto, os julgamentos parciais de questões de mérito (como o afastamento de alegação de prescrição ou decadência na decisão saneadora, p. ex.) são uma realidade no dia a dia forense, merecem a devida atenção e também serão aqui abordados.

¹ A distinção entre *mérito* e *questões de mérito* será abordada adiante (nº 1.2 *infra*).

² Projeto do Novo Código de Processo Civil, cf. o texto aprovado no Senado de acordo com o parecer e destaques do Sen. VITAL DO RÊGO e remetido à sanção presidencial em dez/2014, cf. documentos disponíveis em http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=116731, acesso em 19/12/2014.

³ P. ex.: BARBOSA, Bruno Valentim. *Julgamentos parciais de mérito no processo civil individual brasileiro*, Dissertação de Mestrado, USP, 2013, p. 17-8.

⁴ “(...) a técnica de realização de julgamentos parciais possui maior relevância quando se está a discutir o mérito de determinada demanda. E, em relação a este ponto, não há dúvida na doutrina: quem admite a técnica dos julgamentos parciais, via de regra, a relaciona à uma cisão do julgamento de mérito” (BARBOSA, Bruno Valentim. *Julgamentos parciais*..., cit., p. 25).

Desde já, vale observar que o julgamento parcial do mérito está prestes a ser expressamente previsto no nosso ordenamento jurídico (NCPC, art. 353⁵), o que esvaziará em grande medida as discussões a respeito de sua admissibilidade.

De todo modo, além de demonstrar as razões pelas quais os julgamentos parciais devem mesmo ser admitidos, o presente trabalho também tem como objetivo abordar as controvérsias que podem surgir quando se verifica a cisão do julgamento.

Com esse foco, pretende-se verificar e sugerir quais são os pressupostos para que a técnica dos julgamentos parciais seja aplicada sem causar tumulto processual, para que possa otimizar, e não diminuir a *efetividade* da tutela jurisdicional.

Em outras palavras, não se procura responder apenas se a cisão do julgamento do mérito ou das questões de mérito é admissível. Mais que isso, pretende-se analisar como essa técnica deve ser aplicada para contribuir para o aumento da *efetividade* do processo, e sem ter reflexos que possam prejudicá-la.

Como é notório, o NCPC foi recentemente aprovado em derradeira deliberação no Congresso Nacional e remetido para sanção presidencial.

Sendo assim, vale tratar de certos pontos abordados neste trabalho também à luz do sistema processual que deve passar a vigorar em breve. Por essa razão, alguns dos capítulos contarão com menção ou subtítulo específico referente ao NCPC.

Nesses pontos sobre o NCPC, serão abordadas as principais alterações verificadas na lei processual prospectiva no tocante às premissas e conclusões alcançadas com base na lei processual vigente (CPC/73).

1.1. Os atuais paradigmas e princípios norteadores do modelo constitucional de direito processual civil relacionados aos julgamentos parciais

A admissibilidade dos julgamentos parciais deve ser analisada, em primeiro lugar, como uma das potenciais técnicas para viabilizar a tão almejada *efetividade* da tutela

⁵ “Art. 353. O juiz decidirá parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles: I – mostrar-se incontroverso; II – estiver em condições de imediato julgamento, nos termos do art. 352”.

jurisdicional, por meio de processo que, “*observado o equilíbrio entre os valores segurança e celeridade, proporciona às partes o resultado desejado pelo direito material*”.⁶

A tutela jurisdicional efetiva é aquela que, além de ser prestada de forma *adequada e justa*, é também *tempestiva*, i.e., concedida em tempo *razoável*. Esse imperativo está contido na norma constitucional da inafastabilidade do controle jurisdicional⁷, assim como na garantia ao devido processo legal⁸ (CF, art. 5º, XXXV e LIV).

Portanto, a *tempestividade* da tutela já deveria ser observada pelos órgãos jurisdicionais mesmo antes da expressa inserção do princípio da *razoável duração do processo* na Carta Magna por meio da emenda constitucional nº 45 (CF, art. 5º, LXXVIII).

Isso inclusive porque o *dano marginal* decorrente da demora em solucionar a *crise* que o jurisdicionado submete ao juiz constitui, sem dúvida, a *lesão ou ameaça a direito* que sequer a lei pode excluir da apreciação do Poder Judiciário (CF, art. 5º, XXXV).

Por isso, a prestação jurisdicional efetiva deve ser realizada de modo a permitir que “*o vencedor da demanda obtenha o bem da vida pleiteado no processo em um período de tempo razoável*”.⁹

Com o advento da já referida emenda constitucional nº 45, a *duração razoável do processo* foi elevada à categoria de garantia fundamental e, assim, deixou de ser apenas corolário de outros princípios constitucionais. Por consequência, inclusive em razão da “*prerrogativa de um processo sem dilações indevidas*” que se deduz dessa garantia fundamental, “*a regra da economia processual, de natureza precipuamente técnica, transformou-se em postulado político*”.¹⁰

⁶ BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Efetividade do processo e técnica processual*, 3ª ed., São Paulo, Malheiros, 2010, p. 49.

⁷ Cf. TUCCI, José Rogério Cruz e. *Tempo e processo: uma análise empírica das repercussões do tempo na fenomenologia processual (civil e penal)*, São Paulo, RT, 1997, p. 63-6.

⁸ “(...) o processo, para ser devido, ou justo, não pode demorar exageradamente para terminar, motivo pelo qual não é errado afirmar que a garantia de um processo com duração razoável já estava inserida, implicitamente, na cláusula de devido processo legal (art. 5º. LIV, da Constituição)” (BONÍCIO, Marcelo José Magalhães. “Algumas considerações a respeito da garantia constitucional da duração razoável do processo”, in *Direito Processual Civil – volume II*, coord. MILTON PAULO DE CARVALHO e DANIEL PENTEADO CASTRO, São Paulo, Quartir Latin, 2011, p. 158-9).

⁹ ROCHA, Cesar Asfor. *A luta pela efetividade da jurisdição*, São Paulo, RT, 2007, p. 39.

¹⁰ TUCCI, José Rogério Cruz e. “Garantias constitucionais da duração razoável e da economia processual no projeto do Código de Processo Civil” (artigo publicado na *RePro* 192/193, fev/2011), in *Princípios e temas gerais do processo civil (coleção doutrinas essenciais: processo civil; v. 3)*, org. LUIZ RODRIGUES WAMBIER e TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER, São Paulo, RT, 2011, p. 426.

Assim, na condição de *postulado*, a economia processual é atualmente uma *metanorma*, ou *norma de segundo grau*, que atua como uma *norma estruturante da aplicação de princípios e regras*.¹¹

De fato, é pacífico nos dias de hoje o entendimento de que a tutela não será *justa* e não será respeitado o *devido* processo legal se o resultado deste não for “*econômico (pronto) e efetivo*”, isto é, “*de duração razoável e de resultados fieis às previsões da ordem jurídica substancial*”, pois a tão almejada efetividade do processo, “*quase nunca, se alcança apenas com a definição do direito das partes*”.¹²

Quanto maior for o lapso entre o momento adequado para a prestação da tutela jurisdicional e a prolação da decisão sobre a pretensão deduzida em juízo, menor será a eficácia dessa decisão¹³. Dito de outro modo, “*justiça demorada, tardia, equivale a denegação de justiça*”.¹⁴

Nesse contexto, uma das normas que atuam em prol da economia e da celeridade processuais é o *princípio da eficiência*, que tem raízes constitucionais, se aplica inclusive à *gestão* do processo civil (CF, arts. 5º, LIV, e 37, *caput*)¹⁵ e está na iminência de ser incorporado ao nosso sistema também no âmbito infraconstitucional (NCPC, art. 8º).¹⁶

O princípio da eficiência é uma forma contemporânea e atualizada da ideia de economia processual, uma vez que impõe ao órgão jurisdicional os deveres de “*obter o máximo de um fim com o mínimo de recursos (efficiency)*” e, “*com um meio, atingir o fim máximo (effectiveness)*”.¹⁷

¹¹ Cf. ÁVILA, Humberto. “Moralidade, razoabilidade e eficiência na atividade administrativa”, in *Revista Eletrônica de Direito do Estado*, nº 4, out-nov-dez/2005, Salvador, disponível em www.direitodoestado.com.br, acesso em 22/8/2014, p. 9-10.

¹² THEODORO JR., Humberto. “O processo justo e as tutelas jurisdicionais proporcionáveis aos direitos substanciais em crise”, in *RDDP*, v. 123, jun/2013, p. 47.

¹³ Cf. TUCCI, José Rogério Cruz e. *Tempo e processo...*, cit., p. 64-5.

¹⁴ THEODORO JR., Humberto. “Celeridade e efetividade da tutela jurisdicional”, in *Princípios e temas gerais do processo civil (coleção doutrinas essenciais: processo civil; v. 3)*, org. LUIZ RODRIGUES WAMBIER e TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER, São Paulo, RT, 2011, p. 308.

¹⁵ Cf. DIDIER JR., Fredie. “Apontamentos para a concretização do princípio da eficiência do processo”, in *Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil*, nº 52, jan-fev/2013, p. 36-41.

¹⁶ “Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência”.

¹⁷ Cf. DIDIER JR., Fredie. “Apontamentos para...”, cit., p. 39.

Em outras palavras, a prestação jurisdicional *eficiente* é aquela que consegue respeitar esses parâmetros e promover satisfatoriamente os fins do processo “*em termos quantitativos, qualitativos e probabilísticos*”.¹⁸

O princípio da eficiência também atua na busca da efetividade do processo, uma vez que um dos aspectos que caracterizam a tutela jurisdicional efetiva é o atingimento do resultado esperado “*com o mínimo dispendio de tempo e energias*”.¹⁹

É importante destacar que o princípio da eficiência, norteado pelo postulado da economia processual, tem não somente função orientadora da conduta do órgão jurisdicional na *administração* do processo, mas também função *interpretativa*. Ou seja, as normas processuais devem ser interpretadas com base na premissa de que uma de suas finalidades é a de maximizar a *eficiência* do processo.²⁰

Assim, pautado nas referidas normas e sob a ótica do *modelo constitucional do direito processual civil*²¹, o presente trabalho pretende demonstrar que os julgamentos parciais podem ser realizados de modo vantajoso para o sistema processual e constituem técnica que atua francamente em favor da efetividade da tutela jurisdicional.

De fato, os julgamentos parciais permitem a desejada conciliação entre *segurança* (ou *certeza*) e *celeridade*²², já que por meio deles a resposta do Estado à pretensão do

¹⁸ Cf. DIDIER JR., Fredie. “Apontamentos para...”, cit., p. 40.

¹⁹ MOREIRA, José Carlos Barbosa. “Efetividade do processo e técnica processual” (artigo publicado na *RePro* 77/168, jan-mar/1995), in *Princípios e temas gerais do processo civil* (coleção doutrinas essenciais: processo civil; vol. 1), org. LUIZ RODRIGUES WAMBIER e TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER, São Paulo, RT, 2011, p. 878.

²⁰ Cf. DIDIER JR., Fredie. “Apontamentos para...”, cit., p. 41.

²¹ “(...) como forma de destacar os 50 anos de fundação do Instituto Brasileiro de Direito Processual, o Min. Athos Gusmão Carneiro, Presidente do Conselho do Instituto, conclamou seus membros a escreverem a respeito dos atuais paradigmas de estudo do direito processual civil. De minha parte, entre outros aspectos destaquei a necessidade do estudo do direito processual civil partir da Constituição Federal, muito influenciado, não há por que negar, pela lição destacada e tantas outras que, entre nós e na doutrina do direito estrangeiro, tendem à mesma direção. Estudar o direito processual civil na e da Constituição, contudo, não pode ser entendido como algo passivo, que se limita à identificação de que determinados assuntos respeitantes ao direito processual civil são previstos e regulamentados naquela Carta. Muito mais do que isso, a importância da aceitação daquela proposta metodológica mostra toda sua plenitude no sentido ativo de aplicar as diretrizes constitucionais na construção do direito processual civil, realizando pelo e no processo, isto é, pelo e no exercício da função jurisdicional, os mistérios constitucionais reservados para o Estado brasileiro, de acordo com o seu modelo político, e para seus cidadãos. A isto, inspirado na lição de Italo Andolina e Giuseppe Vignera [em nota, referência a *Il modello costituzionale del processo civile italiano*. Giappichelli: Torino, 1990] venho chamando, e não é de hoje, ‘modelo constitucional do direito processual civil’” (BUENO, Cassio Scarpinella. *O ‘modelo constitucional do direito processual civil’: um paradigma necessário de estudo do direito processual civil e algumas de suas aplicações*, trabalho que serviu de base à palestra do autor nas VII Jornadas Brasileiras de Direito Processual Civil e Penal realizadas de 26 a 29/5/2008 em Florianópolis/SC, disponível em <http://www.oab.org.br/editora/revista/users/revista/1222960746174218181901.pdf>, acesso em 21/8/2014, p. 2.

²² “Não se pode olvidar, nesse particular, a existência de dois postulados que, em princípio, são opostos: o da segurança jurídica, exigindo, como já salientado, um lapso temporal razoável para a tramitação do processo, e

jurisdicionado pode ser prestada por meio de cognição suficientemente *profunda* e sem delongas desnecessárias, i.e., de forma não somente adequada, mas também tempestiva.

Em outras palavras, o julgamento de parte da demanda que já está *madura* para julgamento de forma separada e antes de outra parte que ainda precisa *amadurecer* aliam *qualidade* e *celeridade*. E se sabe que essas duas características são de rigor na prestação da tutela jurisdicional,²³ mas geralmente não são alcançadas por outras formas de tutela.

As tutelas de cognição sumária tendem a ser céleres, mas em geral são menos *profundas*. Por sua vez, as sentenças que decidem todo o mérito de uma só vez são, no Brasil, usualmente proferidas em tempo além do *razoável* e muitas vezes sem a necessária *qualidade* na aplicação do direito, a despeito da cognição *exauriente* em tese exercida.

Nesse cenário, as propostas de soluções trazidas neste estudo para afastar os óbices que alguns entendem haver para a aplicação da técnica de cisão do julgamento do mérito ou das questões de mérito serão feitas remontando às referidas normas constitucionais.

Como se verá, os julgamentos parciais – desde que realizados de forma eficiente – trazem somente vantagens para o sistema processual, ampliam a eficácia dos referidos princípios constitucionais, e não prejudicam nenhuma norma basilar do processo civil brasileiro.

Nesse sentido, o objetivo deste estudo é demonstrar que os julgamentos parciais podem ser realizados de forma simples, clara e ágil – como devem ser²⁴ –, e, assim, servir de instrumento para tornar mais efetiva a tutela do direito material das partes.

1.2. Premissas conceituais

Antes de delimitar precisamente o âmbito de incidência dos julgamentos parciais que são objeto deste trabalho (1.3 *infra*), é preciso esclarecer os conceitos de mérito e de questões de mérito aqui adotados, pois eles constituem premissas fundamentais para a devida compreensão das questões relacionadas ao tema.

o da efetividade deste, reclamando que o momento da decisão final não se procrastine mais do que o necessário. Obtendo-se um equilíbrio desses dois regramentos – segurança/celeridade –, emergirão as melhores condições para garantir a justiça no caso concreto, sem que, assim, haja diminuição no grau de efetividade da tutela jurisdicional” (TUCCI, José Rogério Cruz e. *Tempo e processo...*, cit., p. 66).

²³ Cf. BONÍCIO, Marcelo José Magalhães. “Algumas considerações...”, cit., p. 161.

²⁴ “As leis tem que traçar procedimentos simples, claros e ágeis” (THEODORO JR., Humberto. “Celeridade e efetividade...”, cit., p. 310).

É o que se faz nos tópicos seguintes.

1.2.1. Mérito

Em primeiro lugar, é importante tratar das diferenças entre o *mérito* da causa propriamente dito e as *questões de mérito* a ele associadas.

Apesar de serem conceitos distintos, há reconhecida divergência doutrinária e rotineira confusão a esse respeito. E, inclusive por isso, muitas vezes paira incerteza sobre a definição de mérito²⁵ e de questões de mérito, bem como sobre a relação entre estas e aquele.

O ponto de partida da conceituação de mérito no processo civil brasileiro não poderia ser outro senão a lei processual civil em vigor.

Sendo assim, vale lembrar que a Exposição de Motivos do CPC/73 não deixou dúvida de que a intenção do legislador foi a de “*só usa[r] a palavra ‘lide’ para designar o mérito da causa*” e, nesse contexto, concebeu *lide* como “*o conflito de interesses qualificados pela pretensão de um dos litigantes e pela resistência do outro*”, “*consoante a lição de Carnelutti*”.²⁶

Certamente, essa remissão expressa do legislador ao conceito de *lide* de CARNELUTTI é uma relevante – senão a principal – razão pela qual parte da doutrina brasileira afirma que o *mérito* da causa é a *lide*, sem tecer maiores esclarecimentos a respeito ou se aprofundar no exame do conceito de mérito.²⁷

De fato, é evidente na Exposição de Motivos o objetivo de esclarecer e sistematizar os conceitos de *lide* e de *mérito* na nossa lei processual. De todo modo, essa tentativa de sistematização não ficou imune a críticas, já que em alguns trechos da lei *lide* não significa

²⁵ “(...) não é nem claro nem pacífico o que deve exatamente entender-se por mérito” (LIEBMAN, Enrico Tulio. “O despacho saneador e o julgamento do mérito” (artigo publicado na *Revista Forense* 104, out/1945, Rio de Janeiro, Forense, 1945, p. 216-26; e depois na RT 767/737, set/1999), in *Teoria geral do processo II (coleção doutrinas essenciais: processo civil; v. 3)*, org. LUIZ RODRIGUES WAMBIER e TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER, São Paulo, RT, 2011, p. 83.

²⁶ “Exposição de Motivos” in *Código de processo civil: histórico da lei*, Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1974, vol. 1, tomo 1, p. 13, disponível em <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/177828>, acesso em 29/7/2014.

²⁷ “*Lide e mérito da causa são sinônimos para o Código. O pedido do autor, manifestado na propositura da ação, revela processualmente qual a lide que se pretende compor através da tutela jurisdicional*”; “*Na técnica processual moderna, o mérito da causa é a própria lide, ou seja, o fundo da questão substancial controvertida. Em outras palavras, a conceituação carneluttiana define lide como (...)*” (THEODORO JR., Humberto. *Curso de direito processual civil – teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento*, 48ª ed., vol. 1, Rio de Janeiro, Forense, 2008, p. 367 e 780).

mérito, como no caso de denunciação da lide ou de curador à lide²⁸. E ainda hoje existem divergências sobre o conceito de mérito.

Avaliando e criticando os diferentes entendimentos, DINAMARCO sintetizou-os em três principais correntes sobre o conceito de *mérito*: “a) os que o conceituam no plano das questões referentes à demanda; b) os que se valem da demanda ou de situações externas ao processo, trazidas a ele através da demanda; c) especificamente, para os quais o mérito é lide, tout court (*Exposição de Motivos*)”.²⁹

DINAMARCO critica a corrente “a)” fundamentalmente porque *questão*, na célebre e conhecida definição de CARNELUTTI, é a *dúvida quanto a uma razão*.³⁰

Logo, as questões em si não coincidem com o próprio conflito de interesses entre as partes que foi submetido à decisão do Poder Judiciário.

Diferentemente, as questões consistem nos pontos de dúvida que se devem solucionar para que então seja possível resolver o conflito de interesses. E podem haver questões ao longo do procedimento que não se relacionem diretamente ao pedido do autor.³¹

De outra parte, DINAMARCO critica a corrente “b)” essencialmente por dois motivos.

Primeiro, porque a demanda seria apenas o *veículo*, de natureza estritamente processual, para o autor deduzir em juízo sua pretensão material, consistente em ato externo e anterior ao próprio processo e que, portanto, não poderia constituir o *meritum causae*.

Sendo assim, confundir a demanda com o mérito da causa seria o mesmo que dar menos importância à pretensão da parte em si do que ao meio pelo qual ela é deduzida em juízo.³²

Segundo, porque aqueles que tratam de situação externa à demanda dizem que o *mérito* consistiria na relação jurídica substancial controvertida pelas partes. E não se poderia admitir esse conceito porque é o processo que muitas vezes vai ou não afirmar a existência de

²⁸ Cf. DINAMARCO, Cândido Rangel. “O conceito de mérito em processo civil”, in *Fundamentos do processo civil moderno*, t. I, 4ª ed., São Paulo, Malheiros, 2001, p. 233.

²⁹ DINAMARCO, Cândido Rangel. “O conceito de mérito...”, cit., p. 238.

³⁰ “En cuanto la razón, ya sea de la pretensión o de la contestación, sea dudosa, surge una cuestión, la cual, por tanto, es la duda acerca de una razón” (CARNELUTTI, Francesco. *Instituciones del proceso civil*, trad. da 5ª ed. italiana por Santiago Sentis Melendo, vol. I, Buenos Aires, Ediciones Juridicas Europa-America, p. 36).

³¹ Cf. DINAMARCO, Cândido Rangel. “O conceito de mérito...”, cit., p. 239-41.

³² Cf. DINAMARCO, Cândido Rangel. “O conceito de mérito...”, cit., p. 247.

determinada relação jurídica.

Logo, a relação jurídica que *a priori* sequer se sabe existir não poderia representar o *mérito* do processo.

DINAMARCO critica essa corrente também porque, se o mérito fosse a relação jurídica controvertida, o processo de execução não teria mérito (ou objeto), já que ele muitas vezes se inicia sem que haja controvérsia sobre a relação jurídica entre as partes.³³

Quanto à corrente “c)”, para a qual o mérito é a *lide*, a crítica de DINAMARCO funda-se basicamente na falta de explicação para os casos em que há revelia ou reconhecimento do pedido, bem como para o momento do processo anterior à apresentação de resposta pelo réu. Afinal, nessas hipóteses “*não há contraposição de pedidos [caracterizadora da lide] e se fica com a impressão de que o processo não teria objeto nesse caso*”.³⁴

Feitas essas críticas às três referidas correntes, DINAMARCO prefere, a partir principalmente de uma análise etimológica da palavra, conceituar o mérito como sendo a *pretensão*³⁵, apontando-a como definição de mérito “*vitoriosa em doutrina*”³⁶ e “*satisfatória*”, por ser “*ela que constitui o elemento substancial da demanda, seu conteúdo socialmente relevante*”.³⁷

É importante ressaltar que, muito embora DINAMARCO faça referência a LIEBMAN como um dos adeptos da corrente “a”, segundo a qual o mérito reside no âmbito das *questões*, fez no mesmo artigo a ressalva – com a qual concordamos – de que LIEBMAN não teria “*realmente a intenção de identificar o mérito nas questões de fundo*”.³⁸

De fato, em artigo escrito no Brasil na vigência do CPC/39, LIEBMAN confirma seu entendimento de que é o *pedido* que delimita o *mérito*³⁹, o que é reforçado por sua afirmação de que “*o pedido é o objeto do processo*”⁴⁰ (já que o *objeto do processo* pode ser considerado,

³³ Cf. DINAMARCO, Cândido Rangel. “O conceito de mérito...”, cit., p. 248-9.

³⁴ DINAMARCO, Cândido Rangel. “O conceito de mérito...”, cit., p. 254.

³⁵ “*Por tudo quanto foi dito nos itens precedentes, fica portanto a certeza de que é a pretensão que consubstancia o mérito, de modo que prover sobre este significa estabelecer um preceito concreto em relação à situação trazida de fora do processo*” (DINAMARCO, Cândido Rangel. “O conceito de mérito...”, cit., p. 255).

³⁶ O conceito de mérito como pretensão parece ser aceito, p. ex., por WATANABE (*Da cognição no processo civil*, 3ª ed., São Paulo, Perfil, 2005, p. 112-5).

³⁷ DINAMARCO, Cândido Rangel. “O conceito de mérito...”, cit., p. 255.

³⁸ DINAMARCO, Cândido Rangel. “O conceito de mérito...”, cit., p. 239.

³⁹ “*O elemento que delimita em concreto o mérito da causa não é, portanto, o conflito existente entre as partes fora do processo e sim o pedido feito ao juiz em relação àquele conflito*” (LIEBMAN, Enrico Tullio. “O despacho saneador...”, cit., p. 85).

⁴⁰ LIEBMAN, Enrico Tullio. “O despacho saneador...”, cit., p. 88.

“em outras palavras, o mérito da causa”⁴¹), mais precisamente o elemento *formal* desse objeto.⁴²

Além disso, LIEBMAN afirma que o conflito de interesses consistente na contraposição entre os pedidos do autor (de procedência da medida pleiteada) e do réu (de improcedência) “*representa a lide, ou seja, o mérito da causa*”, que deverá ser resolvido pelo juiz. Mas LIEBMAN faz questão de enfatizar que é o pedido do autor que delimita o *mérito*, o qual, em regra⁴³, não é modificado pela conduta do réu, já que a contestação (ou a falta dela) não reduz nem amplia os limites do pedido.

Respeitadas essas ponderações de LIEBMAN e, assim, “*modificado*” o conceito de lide⁴⁴, LIEBMAN reputa-o “*perfeitamente aceitável na teoria do processo*”, por representar “*satisfatoriamente o que se costuma chamar mérito da causa*”, cujo julgamento consiste em acolher ou rejeitar o pedido do autor, concedendo-lhe ou não o que foi pleiteado.⁴⁵

Assim, de acordo com LIEBMAN no que toca à delimitação do *mérito* pelo pedido, e apesar de haver muitas outras e mais amplas definições de *mérito* entre os processualistas brasileiros⁴⁶, preferimos a interpretação de que o mérito consiste no próprio *pedido*⁴⁷⁻⁴⁸,

⁴¹ DINAMARCO, Cândido Rangel. “O conceito de mérito...”, cit., p. 238; e continua: “*Confrontando-se a linguagem tradicional, que fala no mérito, com a dos processualistas que investigam acerca do objeto do processo, ver-se-á que o problema é um só e a busca do objeto do processo outra coisa não é, senão a busca do conceito do mérito*”.

⁴² Entretanto, LIEBMAN afirma que o elemento *material* do objeto do processo seria o “*intêresse [sic] não satisfeito que a parte (autor ou exequente) procura satisfazer através do processo*” e, nessa medida, parece se aproximar novamente da noção de lide *carneluttiana* (“O despacho saneador...”, cit., p. 89).

⁴³ A não ser que, p. ex., o réu apresente reconvenção ou ajuíze ação declaratória incidental, hipótese em que haverá uma nova demanda.

⁴⁴ I.e., sem que a contestação tenha influência sobre a delimitação do *mérito* do processo, como se entendia com base na superada doutrina do caráter *contratual* ou *quase-contratual* do processo, que hoje se entende constituir uma relação de direito público.

⁴⁵ LIEBMAN, Enrico Tullio. “O despacho saneador...”, cit., p. 89.

⁴⁶ P. ex.: “*Mérito – relativo ao enfrentamento, pelo magistrado, da lesão ou ameaça a direito que justificou o exercício da função jurisdicional; sinônimo de ‘conflito de interesses’; ‘lide’; ‘objeto litigioso’*” (BUENO, Cassio Scarpinella. *Curso sistematizado de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil*, vol. 1, 4ª ed., São Paulo, Saraiva, 2011, p. 565).

⁴⁷ “*A situação cuja disciplina há de ser fixada pelo órgão de jurisdição é a que se lhe submete através do pedido. Acolhendo ou rejeitando o pedido, formula o órgão de jurisdição a norma jurídica concreta aplicável à situação. Ao fazê-lo, resolve o mérito da causa, por meio de uma sentença*” (MOREIRA, José Carlos Barbosa. *O novo processo civil brasileiro: exposição sistemática do procedimento*, 27ª ed., Forense, 2009, p. 3; e, no mesmo sentido: *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. 5, 13ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2006, p. 109). “*‘Julgar o mérito’, como visto, é julgar o pedido, isto é, a pretensão deduzida*” (YARSHELL, Flávio Luiz. *Ação rescisória...*, cit., p. 115); “*Não obstante o legislador brasileiro identifique mérito com a lide de Carnelutti, parece haver também recepcionado a lição de Liebman, para quem o pedido constitui o objeto do processo, pois ele representa o requerimento formulado ao juiz para que ele desenvolva uma atividade de determinado conteúdo. ‘Julgar a lide’ e ‘julgar o mérito’ são expressões sinônimas, porque significam decidir o pedido do autor, acolhendo-o ou rejeitando-o, concedendo ou negando a providência pleiteada*” (BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Efetividade do processo e técnica processual*. 3ª ed., São Paulo, Malheiros, 2010, p. 252-3).

inclusive por ser este facilmente identificável pelo operador do direito e, portanto, conceito mais apto a evitar confusões do que outros.⁴⁹

1.2.2. Questões de mérito

Estabelecido o conceito de mérito como pedido, é importante definir em que consistem as *questões de mérito* e como estas se diferenciam daquele, pois essa distinção é capital para o desenvolvimento do tema.

Em primeiro lugar, adotaremos em alguma medida a já referida e amplamente aceita conceituação *carneluttiana* de questão como *dúvida sobre uma razão*, com a ressalva de que essa *dúvida* não precisa ser necessariamente decorrente de *controvérsia entre as partes*, como geralmente aceito.⁵⁰

Preferimos o entendimento de que, para que haja uma *questão*, não é imprescindível que o *ponto* tenha sido controvertido por uma das partes.⁵¹ Não parece razoável dizer que em caso de revelia o juiz não decidiria nenhuma questão, mas apenas pontos. E essa seria a consequência lógica de se estabelecer a controvérsia pelo réu como condição para que se verifique uma questão.⁵²

⁴⁸ Em conformidade também com a antes referida conceituação de *mérito* como *pretensão* adotada por DINAMARCO, já que o *pedido*, como esclarece esse mesmo autor, nada mais é do que “o objeto do processo, consistente na pretensão trazida pelo demandante e especificado em sua petição inicial (CPC, art. 282, inc. IV). Julgar procedente a demanda é acolher o pedido; julgá-la improcedente é rejeitá-lo” (Vocabulário do processo civil, 2ª ed., Malheiros, 2014, p. 193-4 e 387-8).

⁴⁹ Como, p. ex., o mérito conceituado como *pretensão*, já que esta pode ser vista tanto pelo seu aspecto processual, quanto pelo seu aspecto material, o que pode causar indesejável confusão para o intérprete: (...) Agnelo Amorim Filho faz uso do termo ‘pretensão’ não no sentido processual, mas no sentido substancial. Já tivemos ocasião de fixar nossa opinião, no sentido de que as palavras, em linguagem técnica, devem referir-se a um só objeto. É de todo inconveniente, porque pode dar margem a confusões, usar o mesmo termo para designar mais de uma realidade. A cada significante deve corresponder um significado. Por isso é conveniente que se empregue o termo pretensão exclusivamente em sentido processual” (WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Nulidades do processo e da sentença, 7ª ed., São Paulo, RT, 2014, p. 107).

⁵⁰ “Ponto é um fundamento relevante para julgar. Questão é o próprio ponto, quando em torno dele surge uma controvérsia entre as partes (ponto controvertido – Carnelutti)” (DINAMARCO, Cândido Rangel. Vocabulário..., cit., p. 210).

⁵¹ “(...) é de rigor anotar que o juiz não resolve somente os pontos controvertidos resultantes da proposição de determinado ponto de direito ou de fato por uma das partes, e negada pela adversa, de tal sorte que o conceito de questão acaba por se resumir a um ponto sobre o qual o juiz deva decidir, valendo-se de seu raciocínio lógico e do seu dever de livre convencimento, e com o dever de apresentar motivação” (SICA, Heitor Vitor Mendonça. Preclusão processual civil, São Paulo, Atlas, 2006, p. 188).

⁵² Tanto é que, para quem adota a definição de questão como “um ponto a respeito do qual não estão de acordo autor e réu, (...) só é possível falar em questão depois da contestação, pois é nesta peça processual que o réu torna controvertida a matéria alegada pelo autor. Sem contestação, não há controvérsia e, portanto, não há questões” (WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de processo civil: teoria geral

Quando, p. ex., o juiz decide pelo indeferimento de uma prova com a qual as duas partes tenham concordado, por ser inútil ou impertinente para a solução da causa, parece-nos estar decidindo uma *questão*, e não apenas um *ponto*, inclusive porque nesse caso é indiscutível a caracterização de uma *decisão interlocutória*, por meio da qual o juiz resolve *questão incidente* (CPC, art. 162, § 2º).⁵³

Assim, basta haver *dúvida* a respeito de determinado *ponto* que seja relevante para o julgamento da causa para que haja uma *questão*, mesmo porque o juiz não está obrigado a aceitar como verdadeiros pontos não contestados que sejam contrários às provas constantes dos autos, ao direito aplicável⁵⁴ ou, a depender do caso, às *regras de experiência* (CPC, arts. 277, § 2º, e 335).⁵⁵

Logo, o juiz pode resolver questão associada a determinado ponto trazido pelo autor mesmo que o réu não tenha controvertido esse ponto.

Esclarecido o conceito de *questão* como *dúvida sobre uma razão* aqui adotado, é importante tratar da classificação de questões que abrange a espécie *questões de mérito*, na medida necessária para diferenciá-las do *mérito* em si e, portanto, sem detalhar outros critérios classificatórios de *questões* no processo civil.⁵⁶

Uma assente e bem aceita classificação das questões que são objeto da cognição

do processo e processo de conhecimento, vol. 1, 10ª ed., São Paulo, RT, 2008, p. 412).

⁵³ “O vocábulo *questão*, aqui, não possui exatamente o sentido de ponto controvertido. Para os fins do § 2º do art. 162, *questão* é termo que deve ser compreendido em sentido amplo, de modo a alcançar todos os temas que, conforme deliberação judicial que se adote, possam alterar os rumos da causa ou repercutir, de algum modo, em seu resultado. Essa observação mostra-se importante porque com frequência o juiz indefere requerimentos formulados por uma parte e não impugnados pela outra. É o que acontece, por exemplo, quando o magistrado não admite a produção de alguma prova, apesar de ambas as partes estarem concordes em realizá-la. Com base no art. 130 do Código, o juiz pode indeferir diligências inúteis ou meramente protelatórias, ainda que contem com a adesão de ambos os litigantes. O ato de indeferimento, no caso, configurará decisão interlocutória, apesar de não haver controvérsia entre as partes” (SANTOS, Nilton dos. *Código de Processo Civil interpretado*, coord. ANTONIO CARLOS MARCATO, 3ª ed., São Paulo, Atlas, 2008, p. 452).

⁵⁴ Mesmo no caso de revelia, o juiz deve rejeitar, p. ex., pedido de condenação ao cumprimento de “obrigação natural”, pois é cediço que nessa hipótese o credor conseguirá obter a prestação somente se o devedor realizá-la voluntariamente, como exemplifica CHIOVENDA (*Instituições de direito processual civil*, vol. I (trad. da 2ª ed. italiana por J. GUIMARÃES MENEGALE), 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 1965, p. 182).

⁵⁵ Se o autor alegar, p. ex., que esteve em São Paulo e houver prova (testemunhal ou documental, p. ex.) de que ele estava em outra cidade em determinado dia, o juiz não é obrigado a reputar como fato verdadeiro aquela alegação, ainda que não tenha sido controvertida pelo réu.

⁵⁶ Não se tratará neste momento, p. ex., da distinção entre *questões de fato* e *questões de direito*, porque impertinentes ao estabelecimento das *premissas conceituais* ora abordadas. Para conferir os pormenores dessa classificação e o intrincado tema das *questões mistas* (*de fato* e *de direito*): DINAMARCO, Cândido Rangel. “Questões mistas”, in *Processo civil empresarial*, São Paulo, Malheiros, 2010, p. 896-918; e KNIJNIK, Danilo. *O recurso especial e a revisão da questão de fato pelo Superior Tribunal de Justiça*, Rio de Janeiro, Forense, 2005.

judicial é aquela que as divide em três categorias, as quais compõem o denominado *trinômio de questões*: (i) umas associadas aos *pressupostos processuais*, (ii) outras concernentes às *condições da ação* e, (iii) por fim, as questões relativas ao mérito do processo.⁵⁷

A adoção desse critério tripartite de classificação de *questões* é clara no nosso sistema processual, já que o CPC faz expressamente a distinção entre as duas primeiras categorias (pressupostos processuais – art. 267, IV; e condições da ação – art. 267, VI).⁵⁸

Além disso, a ausência tanto dos pressupostos processuais quanto das condições da ação implica, conforme a lei, a extinção do processo sem julgamento do mérito.

Portanto, a opção legislativa foi a de que nenhuma dessas duas espécies de questões se confundisse com o mérito, de modo que as questões relacionadas a este constituíssem uma terceira categoria distinta das duas primeiras.

No entanto, essa classificação de questões em três espécies é atualmente questionada por considerável parte da doutrina.

Muitos preferem adotar a teoria do *binômio processual* ou *binômio de questões*. Segundo essa classificação, em apenas duas espécies, todos os *requisitos processuais necessários ao exame do mérito* comporiam uma categoria única, consistente nos *requisitos de admissibilidade do processo*, de modo que a única outra categoria seria a das questões relacionadas ao *meritum causae*.⁵⁹

Afinal, os únicos dois juízos possíveis de se distinguir seriam o de *admissibilidade* (plano processual) e o de *mérito* (plano substancial) do processo. Logo, não se deveria falar em um plano *intermediário* do ordenamento (entre os pressupostos processuais e o mérito), onde se poderia dizer que hoje se encontram as *condições da ação*.⁶⁰

Apesar de existirem variadas classificações de pressupostos processuais e diferentes

⁵⁷ Cf. DINAMARCO, Cândido Rangel. *Capítulos de sentença*, 6ª ed., São Paulo, Malheiros, 2014, p. 65-6; e WATANABE, Kazuo. *Da cognição...*, cit., p. 81 e ss..

⁵⁸ “O código, tomando partido na polêmica travada na doutrina, coloca as condições da ação fora do mérito, aderindo, pois, à denominada teoria do trinômio: pressupostos processuais, condições da ação e mérito” (GRINOVER, Ada Pellegrini. *Direito processual civil*, São Paulo, Bushatsky, 1974, p. 30).

⁵⁹ Por todos, primeiro mencionado o desenvolvimento da *teoria do trinômio processual* no Brasil e, depois, reconhecendo a tendência da doutrina à teoria do *binômio*: BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Efetividade do processo e técnica processual*, 3ª ed., São Paulo, Malheiros, 2010, p. 161-4.

⁶⁰ “Na realidade, as condições da ação situam-se em posição intermediária, entre o mérito e os pressupostos processuais. Os pressupostos processuais referem-se à relação jurídica processual; o mérito diz respeito à lide deduzida no processo; e as condições da ação, constituem, em verdade, traço de união, que interliga os pressupostos ao mérito” (GRINOVER, Ada Pellegrini. *Direito processual...*, cit., p. 30).

entendimentos quanto à conveniência da opção do legislador de distingui-los das condições da ação, não entraremos nos pormenores dessa discussão, por ser pouco relevante para o objeto deste trabalho.

Isso porque não existe – ou há muito pouca – divergência no tocante à possibilidade de *julgamento parcial* sem resolução do mérito, por ausência de pressuposto processual e/ou de condição da ação.⁶¹

Portanto, para a definição dos julgamentos parciais objeto deste trabalho, vale maior aprofundamento na definição das *questões de mérito*.

As questões de mérito são aquelas que devem ser resolvidas para que o juiz possa decidir o pedido (mérito ou objeto do processo, cf. n° 1.2.1 *supra*).

A solução dessas questões consiste na apreciação dos fundamentos invocados pelo autor para sustentar a procedência do seu pedido, em confronto com as normas aplicáveis, a defesa do réu, as provas produzidas, as regras de experiência quando necessário *etc.*.

Para decidir um pedido condenatório decorrente de inadimplemento contratual, p. ex., o juiz poderá ter que resolver diversas questões, como: (a) se o contrato é válido, (b) se houve inadimplemento do réu e (c) se houve inadimplemento do autor que justifique o reconhecimento de exceção do contrato não cumprido em favor de réu que a tenha invocado.

Todas essas serão questões de mérito, cuja solução será necessária para o julgamento do mérito propriamente dito, i.e., o julgamento de procedência ou improcedência do pedido do autor. Dito de outro modo, questões de mérito são aquelas “*questões cuja solução determina o teor do julgamento do mérito*”.⁶²

Assim, fica claro que as *questões de mérito* não se confundem com o *mérito* em si.

É inegável que a resolução das questões associadas à(s) pretensão(ões) *sub judice* está

⁶¹ “Diferentes da divisão da sentença em capítulos são as cisões do julgamento (...). O sistema processual civil brasileiro comporta aquela primeira espécie de cisão [referente “a parcelas do objeto do processo, decidindo o juiz sobre uma delas e mandando que o processo siga avante para a instrução e julgamento referente às demais”], sendo dever do juiz excluir desde logo do objeto do processo eventuais pretensões insuscetíveis de julgamento do mérito (um pedido juridicamente impossível, ilegitimidade *ad causam* do autor ou do réu em relação a um dos pedidos *etc.*)” (DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*, vol. III, 6ª ed., São Paulo, Malheiros, 2009, p. 700); “Quanto à ‘extinção parcial’ sem julgamento do mérito – como se viu – não são postos maiores óbices à sua admissibilidade” (TALAMINI, Eduardo. “Saneamento do processo” (artigo publicado na *RePro* 86/76, abr-jun/1997), in *Teoria geral do processo II* (coleção doutrinas essenciais: processo civil; vol. 3), org. LUIZ RODRIGUES WAMBIER e TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER, p. 306.

⁶² DINAMARCO, Cândido Rangel. *Capítulos...*, cit., p. 65.

incluída no exercício de *cognição* do juízo.⁶³

No entanto, apesar de ser determinante para a decisão sobre o mérito, a solução das questões de mérito compõe sua *fundamentação* ou *motivação*, e não o *decisório* em si, no qual o pedido é *julgado* procedente ou improcedente.⁶⁴

A diferença fundamental entre resolver questões de mérito e julgar o mérito propriamente dito é que, no primeiro caso, há apenas um *juízo lógico* sobre o material objeto da cognição judicial, ao passo que no segundo (i.e., na decisão sobre o pedido) há um *preceito imperativo*, contido no decisório. E esse preceito imperativo projetará efeitos para fora do processo, dando ou negando definitivamente o bem da vida pleiteado pelo autor, i.e., julgando a pretensão deduzida em juízo.⁶⁵

Assim, definidos e diferenciados os conceitos de *mérito* e de *questões de mérito* no nosso atual sistema processual, é importante esclarecer que serão objeto deste estudo tanto o julgamento parcial do *mérito* (i. e., de um ou mais *pedidos* ou parte deles, de modo que remanesça parte do mérito para decisão posterior), quanto o julgamento parcial das *questões de mérito* (i.e., a resolução de uma, e não de todas as questões associadas à pretensão deduzida em juízo, como no caso de rejeição de alegações de decadência e prescrição, p. ex.).

⁶³ “Antes de decidir a demanda, realiza o juiz uma série de atividades intelectuais com o objetivo de se aparelhar para julgar se a demanda é fundada ou infundada, e, pois, para declarar existente ou não existente a vontade da lei de que se cogita. Essas atividades intelectuais, instrumento da atuação da vontade da lei mediante verificação, constituem a cognição do juiz” (CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições...*, vol. I, cit., p. 174).

⁶⁴ “A cognição, porém, deve ser estabelecida sobre o objeto litigioso e sobre todas as questões de mérito. Ao longo do iter lógico em direção ao provimento final, o juiz deve conhecer de todos os pontos relevantes de direito e de fato, alegados pelas partes, mesmo permaneçam eles incontroversos, e além de conhecer, também resolver as questões de fato e de direito, em que se convertem os pontos controvertidos pelas partes ou em relação aos quais alimmente ele qualquer dúvida. (...) Em relação ao objeto litigioso, todas as questões que possam influir em sua decisão, sejam prejudiciais ou não, constituem antecedente lógico e por isso devem ser objeto de cognição e resolução (...). As resoluções das questões de mérito ‘terão sede nos ‘motivos’ e constituirão os fundamentos da conclusão que virá a seguir” (WATANABE, Kazuo. *Da cognição...*, cit., p. 122-3).

⁶⁵ “Ora, resolver as questões que na dinâmica do processo surgem das controvérsias em torno de fatos e do direito não é o mesmo que julgar a pretensão posta na demanda do autor (ou seja, o mérito). As questões de fato e de direito referentes à pretensão do autor são apreciadas e dirimidas, na motivação da sentença, incider tantum (art. 458, inc. II), – ou seja, a solução dada a elas é um meio técnico indispensável à preparação do julgamento da pretensão (Const., art. 93, inc. IX) mas não se confunde com esse julgamento. O que projeta efeitos para fora do processo e sobre a vida dos litigantes em relação entre si e com os bens da vida é sempre e somente a decisão do *meritum causae*, contida no decisório sentencial. Os fundamentos, como parte de um ato processual, são sepultados junto com o processo quando este se extingue mediante sentença. Nem há coisa julgada em relação a eles, convém sempre lembrar (art. 469). Ainda invocando o magistério de Liebman, seja também lembrado mais uma vez que o mero juízo lógico contido na motivação da sentença não se confunde com o preceito imperativo representado pelo decisório” (DINAMARCO, Cândido Rangel. *Capítulos...*, cit., p. 67).

1.3. Delimitação do tema: julgamentos parciais no processo civil

Como se verá ao longo deste trabalho, há considerável divergência não somente sobre a admissibilidade de fracionar-se o julgamento do *meritum causae*, como também sobre a possibilidade de as questões de mérito não serem decididas todas em um só ato e separadamente do pedido.

Os adeptos do chamado *princípio da unicidade da sentença*, segundo o qual todo o mérito deve ser decidido em um única sentença (cf. nº 2 *infra*), logicamente não admitem o julgamento em separado de questões de mérito, pois isso implicaria cindibilidade das decisões associadas ao mérito em medida ainda maior que a cisão do julgamento do mérito em si.

Mesmo dentre aqueles que admitem os julgamentos parciais do mérito, a maioria rechaça expressamente a possibilidade de se fracionar a resolução das questões de mérito em mais de um momento ao longo do procedimento.⁶⁶

Diz-se que a solução das questões de mérito em momento distinto do *decisum* sobre o mérito seria, em regra e ressalvadas as hipóteses de antecipação de tutela, “*indevido e inútil*”, pois não caberia antecipar resoluções que deveriam ser deixadas para o momento oportuno para tanto, que seria aquele em que a pretensão é acolhida ou rejeitada.⁶⁷

No entanto, é inegável que o juiz pode acabar tendo que resolver determinadas questões de mérito no curso do processo, em pronunciamento distinto daquele em que resolve o mérito em si.⁶⁸

Vejam-se, p. ex., as hipóteses nas quais o juiz deve (a) decidir se um contrato é ou não *de adesão* para declarar de ofício a nulidade de cláusula de eleição de foro inserida (CPC, art. 112, par.); ou (b) decidir, por decisão interlocutória, na fase de saneamento⁶⁹, se a relação

⁶⁶ “(...) a autorização dada ao juiz para proferir sentenças parciais de mérito não inclui, segundo entendemos, o proferimento de decisões que resolvam apenas questões de mérito, sem a aplicação de alguma das hipóteses do art. 269” (SICA, Heitor Vitor Mendonça. *Preclusão...*, cit., p. 195).

⁶⁷ Cf. YARSHELL, Flávio Luiz. *Ação rescisória...*, cit., p. 117.

⁶⁸ “Afora questões ligadas às condições da ação, aos pressupostos processuais e à prova, em tese, o que mais restaria para completar o objeto do conhecimento do órgão julgador seriam questões ligadas ao mérito, que, de sua parte, estariam reservadas para julgamento na sentença. Ocorre, contudo, que é possível que o juiz venha a apreciar questões de mérito antes de sentenciar (e, embora excepcionalmente, até mesmo depois de fazê-lo, como já visto), de tal sorte que o exame deste tema é relevante (...)” (YARSHELL, Flávio Luiz. *Ação rescisória...*, cit., p. 114).

⁶⁹ Momento apropriado para decidir sobre a inversão do ônus da prova, cf. o entendimento de que essa inversão é regra de procedimento (instrução), e não regra de julgamento: “EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. LEI 8.078/90, ART. 6º, INC. VIII. REGRA

entre as partes é de consumo para decretar ou não a inversão do ônus da prova em favor do consumidor (CDC, art. 6º, VIII).⁷⁰

Nesses casos, não há dúvida de que o juiz soluciona questões de mérito em momento anterior e pronunciamento distinto daquele em que o pedido é decidido.

É indubitoso que essas são questões de mérito porque, tanto em um quanto em outro caso, sua resolução poderá ter – e provavelmente terá – efeitos relevantes na decisão sobre o *meritum causae*: no reconhecimento da existência de contrato de adesão, a interpretação de cláusulas contratuais ambíguas ou contraditórias de forma mais favorável à parte aderente (CC, art. 423); e na afirmação de existência de relação de consumo, a aplicação das normas especiais do Código de Defesa do Consumidor no julgamento da causa (CDC, arts. 1º e 2º).

Além disso, parece-nos que as normas relativas à produção de provas da nossa lei processual também impõem que questões de mérito sejam eventualmente resolvidas na fase de saneamento do processo, a despeito do entendimento predominante de que as questões relacionadas ao mérito não deveriam ser resolvidas nesse momento, mas sim no mesmo pronunciamento em que o mérito fosse decidido.⁷¹

Basta pensar em hipótese na qual, no momento de proferir a decisão sanadora e apreciar os requerimentos de produção de provas, o juiz já está convencido, por prova documental, sobre a data de violação de direito que fez surgir a pretensão deduzida em juízo e sobre a ocorrência *ou não* de prescrição decorrente da data daquele fato.

Nesse contexto, o autor poderia pedir a produção de prova testemunhal ou pericial com o objetivo de provar aquela data. Ao sanear o processo, o juiz deverá logicamente indeferir a produção dessa prova, por ser *inútil*, visto que o respectivo fato já está comprovado (CPC, art. 130). E deverá fundamentar essa decisão (CF, art. 93, IX; CPC, art. 165).

DE INSTRUÇÃO. DIVERGÊNCIA CONFIGURADA. (...) Tendo o consumidor optado por ajuizar a ação contra suposto fabricante, sem comprovar que o réu foi realmente o fabricante do produto defeituoso, ou seja, sem prova do próprio nexo causal entre ação ou omissão do réu e o dano alegado, a inversão do ônus da prova a respeito da identidade do responsável pelo produto pode ocorrer com base no art. 6º, VIII, do CDC, regra de instrução, devendo a decisão judicial que a determinar ser proferida 'preferencialmente na fase de saneamento do processo ou, pelo menos, assegurando-se à parte a quem não incumbia inicialmente o encargo, a reabertura de oportunidade'” (ERESP nº 422778, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Rel. p/ acórdão Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, DJe 21/6/2012).

⁷⁰ Mencionado a hipótese de inversão do ônus da prova com base no reconhecimento da relação de consumo como hipótese de julgamento de *questão de mérito* separadamente da decisão do *meritum causae*: YARSHELL, Flávio Luiz. *Curso de direito processual civil*, vol. 1, 1ª ed., São Paulo, Marcial Pons, 2014, p. 280-1.

⁷¹ Nesse sentido, por todos: TUCCI, Rogério Lauria. *Do julgamento conforme estado do processo*, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 1982, p. 291-2.

Para cumprir esse seu dever de motivação, bem como respeitar o postulado da economia processual, o juiz precisará resolver a *questão de mérito* consistente na definição da data de ocorrência daquela violação a direito, esclarecendo que ela já foi comprovada por prova documental, e deverá também solucionar a *questão de mérito* referente à verificação ou não de prescrição associada àquele fato.

Apesar de a decisão sobre a admissibilidade de determinada prova ter natureza procesual⁷², a resolução de *questões de mérito* é, muitas vezes, etapa lógica necessariamente antecedente à solução de *questão processual* concernente à instrução probatória.

Ainda na vigência do CPC/39, em que sequer havia a previsão expressa de julgamento antecipado no direito positivo brasileiro (CPC, art. 330), LACERDA já admitia a possibilidade de apreciação de questões de mérito na fase de saneamento, como “*ato de economia*”, fosse ou não para decidir o *meritum causae* e encerrar a fase de conhecimento.⁷³

Logo, com muito mais razão diante da atual norma expressa que autoriza o julgamento do mérito na fase de saneamento quando a causa estiver madura para tanto (CPC, art. 330), não faz sentido postergar a resolução das questões de mérito que o juiz já está em condições de decidir. Primeiro, porque isso implicaria delonga desnecessária, absolutamente contrária à finalidade dos institutos da decisão saneadora e do julgamento antecipado (economia e celeridade processuais), bem como aos referidos princípios constitucionais que justificam a admissão dos julgamentos parciais (nº 1.1 *supra*). Segundo, porque não há nenhum prejuízo ao direito material das partes decorrente desses julgamentos parciais das questões de mérito.⁷⁴

⁷² “A admissibilidade das provas é uma questão tipicamente processual, que há de ser resolvida exclusivamente no âmbito do processo em que será admitida ou não a prova” (CINTRA, Antonio Carlos de Araújo. *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. IV: arts. 332 a 475, 3ª ed., 2008, Forense, Rio de Janeiro, p. 15).

⁷³ “(...) aos fatos constitutivos do pedido podem opor-se: a) fatos impeditivos; b) fatos extintivos; c) fatos suspensivos, e d) negação pura e simples. Fato impeditivo típico de direito processual é a falta de condições da ação. (...) Arrolam-se como extintivos a coisa julgada, a perempção, a decadência, a prescrição, a novação, a compensação, o pagamento, o caso fortuito, a força maior. Todos estes fatos concernem ao mérito, porque qualquer deles poderá conduzir a sentença definitiva de rejeição do pedido. Dentre os suspensivos, apontam-se o depósito preparatório da ação (...). Estes, ao contrário, não se referem ao mérito, porque apenas suspendem a ação, à espera de que se satisfaça a condição. Tanto os fatos impeditivos de direito processual, como os extintivos e suspensivos, deverão ser apreciados no saneador, se a tanto estiver o juiz habilitado. Por que? Porque constituem, por sua natureza, questões prejudiciais. Se seu esclarecimento independer de prova em audiência, se a certeza resultar categórica da prova documental ou das alegações das partes, deverá o juiz, como ato de economia, decidir a matéria no saneador. E se o julgamento desfavorecer o autor, em questões de mérito, estará desatada a lide” (LACERDA, Galeno. *Despacho saneador*, Ed. La Salle, Porto Alegre, 1953, p. 149-50). Depreende-se do período final do trecho transcrito, especialmente do “se”, que o autor admite que o julgamento das questões de mérito na fase saneadora possa favorecer o autor, hipótese em que o mérito em si não terá sido decidido e o processo, em regra, prosseguirá rumo à fase instrutória.

⁷⁴ “Desde que o sacrifício do direito das partes não ocorra substancialmente, a justiça deverá manifestar-se

Pelo contrário, a resolução de questões de mérito no curso do processo diminui a litigiosidade entre as partes ao reduzir a amplitude da controvérsia *sub judice* e, assim, propicia a celebração de transações.

Vendo-se vencido, p. ex., no tocante a prescrição ou decadência (muitas vezes a mais – senão única – consistente alegação de inadimplentes contumazes, que lhes dá maior esperança de êxito em sua defesa), o réu logicamente terá maior propensão a aceitar eventual proposta de acordo do que tinha antes do julgamento daquela questão de mérito.

A resolução das questões de mérito no curso do procedimento também contribui para a *eficiência* do processo, pois reduz alegações, requerimentos e discussões a respeito de provas associadas às questões resolvidas. E assim poupa esforços de todos os atores do processo.

Ademais, os julgamentos parciais de questões de mérito, além de não ser, na nossa opinião, vedado pelo direito positivo, é uma *realidade* do direito processual civil brasileiro – como se verifica, p. ex., nos muitos casos em que o juiz rejeita alegações de prescrição ou decadência na fase de saneamento.⁷⁵

Portanto, aspectos associados a esses julgamentos parciais de questões de mérito – e não somente aqueles relacionados aos julgamentos parciais do mérito em si – também devem ser objeto de estudo pela doutrina.⁷⁶

através de deliberações judiciais não entravadas pela delonga desnecessária, pelos encargos financeiros inúteis e pelo exagero de atos supérfluos. Somente sob este pálio, a justiça concretizará sua alta missão, tornando-se instrumento da paz social e gerando confiança nos indivíduos que acodem aos pretórios, guiados pela esperança de que, no seio dos órgãos judiciários, encontrarão amparo para resguardar incólume a efetivação de seus direitos” (LIMA, Alcides de Mendonça. “Do saneamento do processo”, in *Saneamento do processo (estudos em homenagem ao Prof. Galeano Lacerda)*, org. CARLOS ALBERTO ÁLVARO DE OLIVEIRA, Sérgio Antonio Fabris Editor, Porto Alegre, 1989, p. 71).

⁷⁵ Apenas para exemplificar, mas sem muitas outras referências que se poderia citar no mesmo sentido para não cansar o leitor: “*Prescrição - Matéria Rejeitada no Saneador - Ausência de Recurso - Nova Arguição em Apelação - Preclusão - Recurso Improvido. Afastada a prescrição argüida na oportunidade do despacho saneador, que restou irrecorrido, opera-se a preclusão sobre a matéria*” (TJSP, Apel. nº 9189091-25.2001.8.26.0000, Rel. Des. EGIDIO GIACOIA, j. 10/10/2005); e “*Despacho saneador que afastou a preliminar de decadência. Interposição de agravo de instrumento que dispôs no sentido da inoccorrência da decadência, tendo tal decisão se tornado imutável pelo aspecto da preclusão. Recurso desprovido*” (TJSP, Apel. nº 0002452-97.2002.8.26.0491, Rel. Des. JOÃO BATISTA VILHENA, j. 30/7/2013).

⁷⁶ “(...) a realidade do processo – como a de qualquer outro instituto jurídico – está longe de deixar-se apreender de maneira exaustiva por mirada puramente técnica. Antes de mais nada, é incompleto o próprio retrato que esta pode nos fornecer do aparelho processual e de seu movimento. O técnico do direito, ao descrever o processo, vale-se essencialmente de normas, legais (lato sensu) ou costumeiras que sejam; ajunta a esses os dados que lhe ministra a jurisprudência sobre questões controvertidas ou controversíveis; e afronta seus raciocínios e conclusões com os de outros técnicos do direito que lhe hajam dedicado a igual empresa. Na prática dos juízos, porém, viceja toda uma congêrie de praxes, de rotinas burocráticas, de modos de agir, que, sem chegarem a caracterizar-se como manifestações de direito consuetudinário, se insinuam nos interstícios do ordenamento ‘oficial’, complementando-o – ou, às vezes deformando-o. (...) elas imprimem, em alguns casos,

Não estudar os julgamentos parciais de questões de mérito e suas consequências no processo civil brasileiro seria o mesmo que ignorar instuto que é “vivo” na prática jurisdicional e, assim, deixar de contribuir para o aprimoramento e consolidação das soluções relacionadas ao tema.

Por fim, autorizar os julgamentos parciais do mérito, mas não admitir os julgamentos parciais das questões de mérito, como fazem a maioria dos autores favoráveis ao fracionamento do julgamento do mérito, poderia implicar grave e injustificada violação do princípio da isonomia e seu corolário da igualdade de tratamento dos litigantes pelo órgão judicial (CF, art. 5º, *caput*; CPC, art. 125, I).

Um claro exemplo disso seria admitir apenas o pronunciamento da prescrição e da decadência na fase saneadora, com a consequente extinção da fase de conhecimento do processo, mas não a rejeição da alegação de prescrição e decadência nessa mesma fase.

Por que o réu teria direito ao julgamento de uma questão de mérito em seu favor desde já e o autor teria que esperar até o fim do processo para ver resolvida essa questão em seu favor? Há norma(s) hierarquicamente superiore(s) à garantia constitucional à isonomia que imponha essa solução? Parece que não.

Na nossa opinião, nenhum princípio da unicidade da sentença ou da concentração da resolução das questões de mérito na (fundamentação da) sentença⁷⁷ pode justificar esse tratamento anti-isonômico e contrário à *efetividade* e *tempestividade* do processo no tocante à solução das questões de mérito.

Por tudo isso, adota-se aqui como premissa a possibilidade de cisão tanto do julgamento do mérito quanto das questões de mérito no processo civil brasileiro.

Portanto, os julgamentos parciais objeto deste trabalho são tanto aqueles que consistem em decisões sobre parte do mérito do processo, como aqueles realizados por meio de pronunciamentos que resolvem apenas parte das questões de mérito.

marcas muito fortes na fisionomia do pleito” (MOREIRA, José Carlos Barbosa. “Sobre multiplicidade de perspectivas no estudo do processo”, in *Revista Brasileira de Direito Processual Civil*, vol. 56, Rio de Janeiro, Forense, 4º trim./1984, p. 15).

⁷⁷ “(...) nos fundamentos da sentença vêm à tona as questões resultantes da controvérsia formada entre a causa petendi apresentada na demanda e a causa excipiendo que a resposta trouxe” (DINAMARCO, Cândido Rangel. “O conceito de mérito...”, cit., p. 241).

2. O DOGMA DA UNIDADE ESTRUTURAL DA SENTENÇA

2.1. Conceito, fundamentos e origem

Segundo o denominado princípio⁷⁸ da unidade da sentença, “*todas as questões relacionadas com o mérito devem ser julgadas em um ato só*”.⁷⁹

Diz-se que a incorporação desse princípio pelo direito brasileiro decorreria das normas dispostas (i) no art. 459 do CPC, por estabelecer que é na sentença que o juiz acolhe ou rejeita o pedido do autor (i.e., decide o mérito), e (ii) no art. 458, II, do CPC, pois este prescreve que o juiz deve resolver questões pertinentes ao mérito da causa na fundamentação da sentença; isso porque, sendo assim, esse dispositivo seria violado se questões associadas ao mérito fossem resolvidas fora da sentença.⁸⁰

Para muitos, esse princípio constitui um dos dogmas do nosso direito processual civil, geralmente abordado pelos processualistas brasileiros a partir das lições de CHIOVENDA⁸¹ ou de LIEBMAN.⁸²

De todo modo, sabe-se que LIEBMAN foi aluno de CHIOVENDA e o principal responsável pela difusão de sua doutrina no Brasil.⁸³

⁷⁸ Há quem entenda que a ideia de unicidade da sentença não é um *princípio*, e sim uma *regra* (BARBOSA, Bruno Valentim. *Julgamentos parciais...*, cit., p. 70; no mesmo sentido, afirmando que esse princípio “*sempre teve jeito de simples regra*”: SICA, Heitor Vitor Mendonça. “Algumas implicações do novo conceito de sentença no processo civil, de acordo com a lei nº 11.232/2005”, in *Reflexões sobre a reforma do Código de Processo Civil – estudos em homenagem a Ada Pellegrini Grinover, Cândido R. Dinamarco e Kazuo Watanabe*, org. CARLOS ALBERTO CARMONA, São Paulo, Atlas, 2007, p. 192). Entretanto, como restará claro a seguir, entendemos que a ideia de unidade da sentença, tal como concebida no sistema processual chiovendiano, poderia ser considerada um *princípio*, já que parece integrar “*as normas elementares ou os requisitos primordiais instituídos como base, como alicerce*” daquele sistema (cf. definição de *princípios* em SILVA, De Plácido e. *Vocabulário jurídico*, 28ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2009, p. 1090). Por isso, bem como em razão da maior familiaridade dessa ideia na doutrina brasileira como um princípio, manteremos aqui a denominação *princípio da unidade da sentença*, apesar de entendermos que, caso se considere que o CPC/73 incorporou essa norma, ela seria de fato *regra* no sistema processual brasileiro, e não *princípio*, como parecia ser no sistema *chiovendiano*.

⁷⁹ DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições...*, vol. III, cit., p. 701.

⁸⁰ Cf. DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições...*, vol. III, cit., p. 700-1.

⁸¹ P. ex.: MARINONI, Luiz Guilherme. *Técnica processual e tutela dos direitos*, São Paulo, RT, 2004, p. 141.

⁸² P. ex.: DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições...*, vol. III, cit., p. 701.

⁸³ “Chiovenda, com aquela dialética clareza de suas ideias, só se tornou familiar aos estudiosos brasileiros, graças à presença fecunda de Liebman, que aqui estanceou [sic] durante largo e benéfico tempo. Chiovenda teve em Liebman um intérprete autorizado, um propagandista inimitável, que o divulgou, que ensinou sua doutrina, na cátedra, nas revistas, no livro, em conferências e na influência duradoura dos discípulos que deixou em nosso meio. Chego mesmo a pensar que a estada de Liebman no Brasil foi providencial, no momento histórico que foi, pois era preciso que um chiovendiano da estatura de Liebman estivesse a amparar a nova codificação quase toda estruturada na obra do mestre italiano” (ROSA, Eliézer. *Dicionário de processo civil*,

Portanto, não vemos prejuízo em tratar desse princípio como um conceito estabelecido com cerne comum por CHIOVENDA e LIEBMAN, ainda que admitido com alguma particularidade por um ou por outro.

Em primeiro lugar, deve-se reconhecer que esses dois processualistas italianos tiveram grande influência na construção dos conceitos do nosso atual CPC.⁸⁴

Diante desse fato notório, diz-se que o princípio da unidade da sentença teria sido incorporado por BUZAID ao Anteprojeto do CPC/73 por “importação da Itália”, justamente em razão dessa influência da doutrina processual italiana sobre a brasileira.⁸⁵

Portanto, é imprescindível analisar o contexto (italiano) e os fundamentos nos quais CHIOVENDA e LIEBMAN se baseavam para sustentar a existência do princípio da unidade da sentença.

Assim, será possível verificar se é realmente acertada a conclusão que esse princípio foi “importado” para o sistema processual brasileiro conforme concebido por aqueles doutrinadores italianos.

2.2. Pontos na doutrina de Chiovenda

A doutrina de CHIOVENDA da qual geralmente se extrai o princípio da unidade da sentença, grande influenciadora dos princípios basilares do CPC italiano de 1940, veio à tona em um contexto de *tentativa* de transformar um então existente processo civil fundamentalmente escrito em um sistema processual predominantemente oral. Por isso, pode-se dizer que o sistema processual chiovendiano era pautado no princípio da oralidade.

Editôra de Direito, 1957, p. 13; *apud* BUZAID, Alfredo. *Introdução*, p. X, nota nº 3, de CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições...*, vol. I, cit.).

⁸⁴ “O pensamento de Chiovenda e de Liebman está vivo. Fulge nas lições dos professores, nos acórdãos dos tribunais, nos debates doutrinários dos tratados, manuais, artigos e dissertações de concurso. A repercussão da doutrina dos dois mestres foi sensível no Anteprojeto de Código de Processo Civil. As soluções teóricas e práticas, aconselhadas por eles, estiveram presentes, a cada instante, na redação dos dispositivos legais que, não raro, lhes reproduzem quase literalmente as ideias e conceitos. Quem se der ao trabalho de cotejar o Anteprojeto com as Instituições, verificará por certo quanto esta obra influiu na formação daquele documento (...)” (BUZAID, Alfredo. *Introdução*, p. XV, de CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições...*, vol. I, cit.).

⁸⁵ “Importado da Itália, o princípio da unidade da sentença, desde que no Brasil aportou, esteve acima de qualquer controvérsia. Alfredo Buzaid, autor do Código de Processo Civil de 1973, fora deveras influenciado pelo italiano Enrico Tullio Liebman, tendo materializado, no Código Processual Civil, as idéias perpetradas pela doutrina italiana. Assim sendo, a consagração da indivisibilidade da sentença, no Brasil, foi tributária do influxo dos conceitos advindos da Itália” (AYOUB, Luiz Roberto. PELLEGRINO, Antônio Pedro. “A sentença parcial”, in *Revista da EMERJ*, nº 44, 2008, p. 84; disponível em http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista44/Revista44_75.pdf; acesso em 7.8.2014).

LIEBMAN esclarece que um dos objetivos do sistema processual idealizado por CHIOVENDA foi o de alterar a estrutura do CPC italiano de 1865 – vigente antes do CPC de 1940 – no tocante à permissão de que fossem proferidas diversas “sentenças interlocutórias” decidindo questões processuais.

Naquele contexto, essas “sentenças interlocutórias” eram submetidas ao duplo grau de jurisdição e, enquanto os recursos tramitavam perante o juízo *ad quem*, a validade do procedimento que usualmente continuava em primeira instância ficava condicionada à confirmação da decisão recorrida. E assim “*fracionava-se facilmente o processo em diversos procedimentos, os quais só depois de muito tempo e graves complicações era possível reunificar, com a emanção de uma sentença final*”.⁸⁶

Com o claro objetivo de solucionar essa situação, que era vista como um defeito do sistema então vigente (CPC italiano de 1865), o modelo de processo oral chiovendiano baseava-se nos princípios (i) da *imediatidade* da relação do juiz com os jurisdicionados, (ii) da *identidade física do juiz*, (iii) da *concentração* e (iv) da *irrecorribilidade das interlocutórias*, dentre outros.⁸⁷

O princípio da imediatidade exige que o juiz prolator da decisão da causa tenha contato direto com todos os demais atores do processo (partes, testemunhas, peritos *etc.*) e acompanhe a colheita das provas, de modo que possa avaliá-las de acordo com a “*imediata impressão recebida, e não em relatórios alheios*”. E é somente no processo oral que esse preceito pode se realizar de forma eficaz.⁸⁸

Segundo o princípio da identidade física do juiz, o procedimento deve se desenvolver por inteiro na presença do mesmo julgador. Se assim não fosse, a dificuldade de implementar a *oralidade* como “centro gravitacional” do processo seria evidente. Afinal, um juiz que tivesse iniciado a fase instrutória não teria outra forma senão a *escrita* para transmitir suas impressões ao julgador que o sucedesse na condução do processo.

Logo, o respeito a esse princípio era também imprescindível para que o anterior, da imediatidade, fosse efetivado.

⁸⁶ LIEBMAN, Enrico Tullio. *Manual de direito processual civil*, vol. I, 3ª ed. (trad. e notas de CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO), São Paulo, Malheiros, 2005, p. 71.

⁸⁷ Cf. CHIOVENDA, Giuseppe. “Procedimento oral”, in *Processo oral* (coletânea de estudos de juristas nacionais e estrangeiros, 1ª série), org. FRANCISCO MORATO (et al.) Rio de Janeiro, Forense, 1940, p. 57 e ss..

⁸⁸ Cf. CHIOVENDA, Giuseppe. “Procedimento oral”, cit., p. 59-60.

Esse princípio da identidade física do juiz visava claramente a combater a figura do “juiz-delegado” que existia na vigência do CPC italiano de 1865. Isso porque esse juiz era encarregado apenas da colheita das provas nas quais não ele próprio, mas sim outro juiz se basearia para julgar o mérito. E não era incomum que a colheita de toda a prova fosse feita por juízes-delegados diferentes, já que eles eram usualmente substituídos durante o desenrolar do mesmo processo.⁸⁹

Por sua vez, o princípio da *concentração* determina que o debate da causa seja feito em uma única audiência ou em poucas audiências próximas.

O objetivo desse princípio é evitar os riscos (a) de perder a identidade física do juiz por qualquer motivo (transferência, doença, morte *etc.*) e (b) de que o decurso do tempo associado à memória eventualmente pouco apurada do julgador prejudique a exata percepção das provas quando do exercício da cognição.

Como se vê, o princípio da concentração é “*necessário para que os precedentes atuem*” e “*a característica principal do processo oral*”. Em outras palavras, do próprio CHIOVENDA (assim como as anteriores): “*Dizer oralidade é quase o mesmo que dizer concentração*”.⁹⁰

Por fim, o princípio da irrecorribilidade das interlocutórias tem denominação autoexplicativa: as decisões incidentais não podem ser impugnadas senão junto com eventual recurso contra a decisão final *de meritis*.

Esse princípio é necessário para que a oralidade e a concentração funcionem, pois estas seriam inoperantes se as decisões incidentais fossem impugnadas ato contínuo à sua prolação.

Isso porque, nesse caso, o resultado final do processo poderia ficar condicionado à manutenção dessas decisões na instância recursal.⁹¹

⁸⁹ CHIOVENDA, Giuseppe. “Procedimento oral”, cit., p. 49 -50 e 60. Na p. 49: “*E o que dizer da nossa prova testemunhal? Esta é admitida pelo tribunal, e invariavelmente confiada a um juiz-delegado. Nunca se viu, em tempo algum, que seja aplicado o art. 248 do Código, que prevê uma prova feita em audiência (...). E não é raro o caso de surgirem vários incidentes na mesma prova (...). Cada uma é uma causa autônoma, com inscrição no índice, atos de instrução, sentenças, apelações: cada um reclama meses, senão anos, depois dos quais retorna ao juiz-delegado, que neste interim comumente deixou de pertencer ao colégio e deve ser substituído. Findo o exame, muito tempo passa ainda antes que o colégio, composto de comum por pessoas de fato novas na causa, seja chamado a avaliar o resultado de seus resumos orais! Iguais observações podem-se fazer sobre o interrogatório, para a perícia*”.

⁹⁰ CHIOVENDA, Giuseppe. “Procedimento oral”, cit., p. 60.

⁹¹ CHIOVENDA, Giuseppe. “Procedimento oral”, cit., p. 61.

O esclarecimento de cada um desses quatro princípios norteadores do sistema processual oral chiovendiano deixa claro e permite inferir que o princípio da unicidade da sentença não passa de decorrência lógica (ou *dedução*) daqueles princípios.⁹²

Afinal, nessas *hipóteses* (ou *suposições*) cumuladas de que (i) o juiz é o mesmo ao longo de todo o processo (identidade física), (ii) o juiz acompanha diretamente a produção das provas e debates orais (imediatidade), (iii) todos esses atos ocorrem na mesma audiência ou em poucas, num curto período de tempo (concentração), e (iv) não são impugnadas as decisões que forem proferidas nesse período, realmente não há *necessidade* e é absolutamente *inconveniente* ao funcionamento *eficiente* do sistema que haja mais de um *decisum* (sobre o mérito).

Assim, pode-se dizer que a oralidade e, principalmente, os referidos princípios basilares que objetivam sua concretização são premissas lógicas do princípio da unidade estrutural da sentença.

Dito de outro modo, a *dedução* do princípio da unidade da sentença baseia-se nas *hipóteses* consistentes nos demais princípios do sistema idealizado por CHIOVENDA.

E essas *hipóteses* – como hipóteses que são – podem se verificar ou não em outros sistemas, de modo que, a depender de sua existência, deverá ou não se aplicar aquela *dedução* (o princípio da unidade da sentença).

Dito isso, é importante verificar se aqueles princípios (hipóteses) do sistema chiovendiano se verificam no sistema processual brasileiro em vigor, tanto no direito positivo como na prática.

Em linhas gerais, é inegável que o princípio da oralidade foi uma das orientações seguidas pelo legislador em alguma medida na elaboração do CPC/73.

Um dos reflexos do prestígio à oralidade no CPC/73 é a expressa adoção do princípio da identidade física do juiz, ao estabelecer que “o juiz, titular ou substituto, que iniciar a audiência, concluirá a instrução, julgando a lide” (art. 132), salvo nas hipóteses de transferência *etc.*.

⁹² “A idéia de uma sentença para todo o mérito possui raízes na oralidade e seus corolários, especialmente o da concentração dos atos processuais, da imediatidade do contato do juiz com as partes e testemunhas e da identidade física do juiz do começo ao fim do processo” (MARINONI, Luiz Guilherme. *Técnica processual...*, cit., p. 141).

Entretanto, também não há dúvida de que o princípio da oralidade foi mitigado no CPC/73 comparativamente ao CPC/39, para se adaptar à realidade do país, como se vê na Exposição de Motivos do Anteprojeto.⁹³ Consequentemente, pode-se dizer que a oralidade tem muito menos relevância no CPC/73 do que tinha no sistema proposto por CHIOVENDA.

Os temperamentos à oralidade no nosso sistema processual são evidentes, como se depreende da previsão do julgamento antecipado da lide, que permite o proferimento de sentença sem que tenha havido sequer uma audiência no processo (CPC, art. 330). Nessa hipótese, é claramente *derrogado* o princípio da *imediaticidade*.⁹⁴

O princípio da irrecorribilidade das interlocutórias, por sua vez, não foi incorporado ao CPC/73, já que este previu expressamente a possibilidade de interposição do recurso de agravo de instrumento contra aquelas decisões (art. 522). E já se viu que esse princípio é fundamental no sistema chiovendiano em que o princípio da unidade da sentença foi idealizado.

Logo, a adoção da recorribilidade das interlocutórias em vez de sua irrecorribilidade também intensifica o distanciamento do CPC/73 dos princípios da oralidade.

Afinal, como adverte o próprio CHIOVENDA, a admissão de recursos autônomos contra as interlocutórias tem relação de “*impossibilidade (...) com o princípio da oralidade e da concentração processual*”.⁹⁵

Como se vê, o próprio CPC/73 repeliu claramente parte considerável – senão a maioria – dos princípios (premissas) em que se baseava o princípio da unidade da sentença no sistema proposto por CHIOVENDA.

Além disso, aqueles princípios associados à oralidade são também prejudicados por

⁹³ “O projeto manteve, quanto ao processo oral, o sistema vigente, mitigando-lhe o rigor, a fim de atender a peculiaridades da extensão territorial do País. (...) Falando de processo oral em sua pureza, cumpre esclarecer que se trata de um tipo ideal, resultante da experiência legislativa de vários povos e condensado pela doutrina em alguns princípios. (...)” (BUZAID, Alfredo. “Exposição de Motivos” do Anteprojeto do CPC/73, in *Código de processo civil: histórico da lei*. Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1974, vol. 1, t. 1, disponível em <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/177828>, acesso em 18/8/2014, p. 18-9).

⁹⁴ “A segunda forma de julgamento conforme o estado do processo é o ‘julgamento antecipado da lide’. Defrontamo-nos, agora, com instituto novo, que vai apresentar enormes vantagens no tocante à celeridade, à brevidade e à própria condensação do processo civil. (...) Estamos, evidentemente, diante de atenuação do princípio da oralidade. Nesses casos, supprime-se a audiência, derrogando-se o corolário da imediação, pelo qual o juiz deve ter, em procedimento oral no sentido moderno, contato direto e imediato com as partes e com as provas. Após a tomada de providências preliminares, o juiz pode julgar de imediato a lide, sem necessidade de audiência” (GRINOVER, Ada Pellegrini. *Direito processual*..., cit., p. 37-8).

⁹⁵ CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de direito processual civil*, vol. III (trad. da 2ª ed. italiana por J. GUIMARÃES MENEGALE), 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 1965, p. 233-4.

determinados fatos verificados na *realidade* forense, devido às circunstâncias particulares dos órgãos da nossa organização judiciária, que não podem ser ignoradas ao se interpretar a lei em prol da *eficiência* do processo.⁹⁶

Sabe-se, p. ex., serem corriqueiras as exceções ao princípio da identidade física do juiz. Em razão do período não raramente longo de duração dos processos, o juiz muitas vezes – senão na maioria delas – não é o mesmo do início ao fim de muitos processos.

Na verdade, não é incomum que mais de dois juízes cheguem a conduzir um mesmo processo apenas em sua fase de conhecimento em primeiro grau. Essa é a atual e notória realidade do processo civil brasileiro.

Assim como essas situações e “(...) *a transferência, a promoção ou a aposentadoria do juiz podem excluir a aplicação do princípio da identidade física (art. 132, 1ª parte)*”⁹⁷, é evidente que a ineficácia de outros princípios basilares do sistema da oralidade no dia a dia forense, como o da concentração e o da imediatidade, acaba afastando também a aplicação desses princípios.

A propósito, o STF ratificou recentemente que o princípio da identidade física do juiz não é absoluto no processo civil brasileiro, ao confirmar a validade de sentença proferida por juiz substituto, afastando alegação de violação ao art. 132 do CPC.⁹⁸

Portanto, entendemos que o princípio da unidade da sentença não foi incorporado ao nosso processo civil da mesma forma era concebido no sistema oral chiovendiano, porque lhe faltam tanto as premissas hipotético-normativas (todos os referidos *princípios* no direito positivo) quanto os pressupostos fáticos⁹⁹ em que se baseavam as propostas de CHIOVENDA para o processo civil italiano.

⁹⁶ “Não será por amor às construções doutrinárias rigorosas, que havemos de deixar de lado a realidade. O processo em si é um instrumento, instrumento de atuação do direito objetivo, instrumento de solução da lide. Quanto maior for-lhe a eficiência, melhores surgirão os resultados, no âmbito do direito e da justiça” (GRINOVER, Ada Pellegrini. *Direito processual...*, cit., p. 39).

⁹⁷ MOREIRA, José Carlos Barbosa. “Sobre multiplicidade...”, cit., p. 17.

⁹⁸ “Se ele [juiz substituto] não achar que está apto a julgar, ele pode mandar repetir a prova, mas ele pode julgar. É típico caso de questão meramente formal que quer se sobrepor a algo muito maior. O princípio da identidade física do juiz não é absoluto, devendo ser mitigado sempre que a sentença proferida por juiz substituto seja coerente com as provas. O juiz não deu sentença para prejudicar o cliente, nem o advogado sustentou nesse sentido” (RHC nº 123.572, Rel. Min. LUIZ FUX, DJE 21/10/2014).

⁹⁹ “Boa parte das questões que se põem nessa perspectiva situa-se no âmbito da chamada ‘organização judiciária’, cuja relevância, do ponto-de-vista processual, seria ocioso salientar. (...) Quem quer que perlustre ao acaso o texto do Código de Processo Civil de imediato se adverte da imensa quantidade de normas cujos pressupostos de incidência consistem, total ou parcialmente, em fatos ocorridos nessas diversas áreas” (MOREIRA, José Carlos Barbosa. “Sobre multiplicidade...”, cit., p. 17).

Sendo assim, não parece que as lições de CHIOVENDA possam dar suporte à aplicação do princípio da unicidade da sentença ao sistema processual civil brasileiro.¹⁰⁰

2.3. Pontos na doutrina de Liebman

Sustenta-se no Brasil que “*o princípio da unidade estrutural da sentença (...) só pode ser contrariado quando uma específica norma de direito o autorizar (Liebman)*”.¹⁰¹

Diante disso, é inevitável perguntar: o regime normativo do CPC/73, especialmente dos arts. 458, inc. II, e 459¹⁰², é equivalente ao contexto no qual LIEBMAN sustentou que o princípio em questão não poderia ser contrariado senão por norma específica? I.e., as premissas em que LIEBMAN baseou tal princípio estão presentes no sistema processual brasileiro de modo a permitir que o princípio da unicidade da sentença seja incorporado ao nosso ordenamento jurídico com a mesma grandeza com que LIEBMAN o concebeu no sistema italiano?

A busca pelas respostas a essas perguntas é essencial, principalmente porque essa concepção de LIEBMAN – tal como afirmada pela doutrina brasileira – sobre a unidade da sentença poderia conduzir à séria conclusão de que esse princípio não poderia ser *mitigado* por meio de *ponderação* com outros princípios, como o da *duração razoável do processo*, p. ex.. Afinal, sabe-se que princípios são normas *gerais*¹⁰³ e, portanto, não conteriam a norma *específica* que se diz ser necessária para contrariar o princípio da unidade da sentença.

Sendo assim, é importante remontar às bases das ideias de LIEBMAN sobre o princípio da unidade da sentença para verificar se elas podem ou não ser “importadas” para o

¹⁰⁰ Nesse sentido: ARAÚJO, Luciano Vianna. *Sentenças Parciais?*, São Paulo, Saraiva, 2011, p. 40 e ss.. Afirmando que a regra da unidade estrutural da sentença se baseia em processo pautado na oralidade e identidade física do juiz, que não existem no sistema brasileiro: BARBOSA, Bruno Valentim. *Julgamentos parciais...*, cit., p. 69 e ss.. E sustentando que “*não há razão para que seja mantida a concepção de que a sentença deva ser única e proferida ao final do processo*”, pois a adoção do princípio da unicidade da sentença pela doutrina brasileira se basearia em interpretação equivocada das lições de CHIOVENDA, inclusive porque este admitia a possibilidade de sentenças parciais: NOGUEIRA, Gláucia Assalin. *O julgamento parcial - Possibilidade de cisão do julgamento de mérito relativamente à parte incontroversa de demanda*, Dissertação de Mestrado, USP, 2009, p. 108 e ss., esp. p. 110.

¹⁰¹ DINAMARCO, *Instituições...*, vol. III, cit., p. 701.

¹⁰² Nos quais a doutrina se baseia para incorporar o princípio da unidade da sentença ao direito processual brasileiro, como se viu (nº 2.1 *supra*).

¹⁰³ “*Princípio é também a expressão que designa a espécie de norma jurídica cujo conteúdo é genérico, contrapondo-se à regra ou ao preceito, que é norma mais individualizada*” (SILVA, De Plácido e. *Vocabulário...*, cit., p. 1090).

direito processual civil brasileiro.¹⁰⁴

Como se vê nos seguintes trechos do *Manuale* de LIEBMAN, é fundamentalmente com base nos arts. 112 e 277 do CPC italiano, bem como no nº 25 da Exposição de Motivos daquele diploma que o doutrinador italiano concebe o princípio da unicidade da sentença:

“(...) a diretiva imposta pelo legislador ao colégio para sua atividade de decisão é, em princípio, a de ‘pronunciar-se sobre toda a demanda’ (art. 112) e afrontar a causa em sua unidade, qualquer que seja o número, a qualidade e a complexidade das questões que apresenta, e de examiná-las todas uno actu, sem solução de continuidade e até seu total esaurimento, de modo a definir o julgamento com a pronúncia de uma sentença de mérito que acolha ou rejeite a demanda”.¹⁰⁵

“O art. 277 do CPC (...) enuncia um princípio geral que vale além dos limites literais do texto e se estende a todas as decisões do colégio: o ideal a que visa o legislador é o de obter que em todos os graus de juízo seja pronunciada uma única sentença, com a qual o colégio, decidindo de uma só vez todas as questões da causa, defina o processo (Exposição de Motivos do Código, n. 25)”.¹⁰⁶

Como se vê, além de se basear no art. 112 do CPC italiano, segundo o qual “o juiz deve se pronunciar sobre toda a demanda”¹⁰⁷, LIEBMAN se fundamenta especialmente no art. 277 daquele Código e no nº 25 da sua Exposição de Motivos para reputar a unicidade da sentença um “princípio geral que vale além dos limites literais do texto”.

¹⁰⁴ “Em razão de mal-entendidos e de tradições ruins, a imitação pode dar lugar a divergências não programadas a respeito do modelo original. Pode mesmo acontecer que estas divergências exerçam uma função (consciente ou instintiva) de adaptação, que não deve ser ignorada. Mas podem também criar péssimas soluções. Muitas vezes o mal-entendido concerne não tanto à norma em si, tomada como modelo, quanto à posição que ela ocupa no ordenamento de onde provém, devido às outras normas que contrabalançam ou definem seu modo de atuação” (SACCO, Rodolfo. *Introdução ao Direito Comparado*, trad. VERA JACOB FRADERA, São Paulo, RT, 2001, p. 189).

¹⁰⁵ *Manual de direito processual civil*, Tocantins, Intelectos, 2003, vol. 3, p. 222-3, *apud* ARAÚJO, Luciano Vianna. *Sentenças...*, cit., p. 46. No original: “Perciò la direttiva massima posta dal legislatore al collegio per la sua attività di decisione è quella di « pronunciare su tutta la domanda » (art. 112) e di affrontare la causa nella sua unità, qualunque sia il numero, la qualità e la complessità delle questioni che presenta, e di esaminarle tutte uno actu, senza soluzione di continuità e fino al loro totale esaurimento, in modo da definire il giudizio con la pronuncia di una sentenza di merito che accolga o respinga la domanda” (LIEBMAN, Enrico Tullio. *Manuale di Diritto Processuale Civile*, vol. II, 3ª ed., Milão, Giuffrè, 1974, p. 214-5).

¹⁰⁶ *Manual de direito processual civil*, Tocantins, Intelectos, 2003, vol. 3, p. 222-3, *apud* ARAÚJO, Luciano Vianna. *Sentenças...*, cit., p. 45. No original: “L’art. 277 dispone infatti che il collegio, nel deliberare sul merito, deve decidere su tutte le domande e sulle relative eccezioni, definendo il giudizio. Questa norma enuncia un principio generale che vale oltre i limiti letterali del testo e che si estende a tutte le decisioni del collegio: l’ideale a cui mira il legislatore è quello di ottenere che in ogni grado di giudizio sia pronunciata una sola sentenza, con cui il collegio, decidendo in una sola volta tutte le questioni della causa, definisca il processo. (Relaz. al codice. n. 25)” (LIEBMAN, Enrico Tullio. *Manuale...*, vol. II, cit., p. 214-5).

¹⁰⁷ Tradução livre parcial. A íntegra, no original: “Art. 112. Corrispondenza tra il chiesto e il pronunciato. Il giudice deve pronunciare su tutta la domanda e non oltre i limiti di essa; e non può pronunciare d’ufficio su eccezioni, che possono essere proposte soltanto dalle parti”.

O art. 227 estabelece que “o colégio ao deliberar sobre o mérito deve decidir toda a demanda proposta e as exceções a ela relativas”.¹⁰⁸

E a Exposição de Motivos do CPC italiano foi especialmente relevante no estabelecimento do princípio da unicidade da sentença naquele sistema, para garantir o princípio da concentração e com o propósito declarado de extinguir a figura antes existente das *sentenças interlocutórias*, transformando-as em meras *ordinanzas*.¹⁰⁹ Veja-se:

*“O legislador de 1940, portanto, terminada a experiência do Código anteriormente vigente, a fim de garantir o chamado princípio da concentração, vale dizer, o princípio da unicidade da decisão de mérito, procurou ‘fazer desaparecer do novo processo o conceito de sentença interlocutória (nascido de uma confusão de dois conceitos bastante distintos no processo romano, a *sententia* e a *interlocutio*), transformando em simples ordenações não impugnáveis, mas sempre modificáveis e revogáveis, ainda que proferidas pelo colegiado (art. 280), todos aqueles provimentos que no processo até agora vigente eram concedidos em forma de sentenças preparatórias ou de sentenças interlocutórias em sentido estrito. Assim diante das sentenças definitivas, com a denominação compreensiva de sentenças parciais, todas aquelas sentenças que, por decidir uma questão prejudicial ou uma parte do mérito, deixam em aberto o julgamento da parte não decidida (...) (14)’ [nessa nota 14: “As palavras transcritas se tratam do Relatório à Majestade do Rei Imperador do Min. Guardasigilli Grandi (n. 25), apresentada na audiência de 28 de outubro de 1940-XVIII para a aprovação do Código de Processo Civil, in Il nuovo codice di procedura civile, Milão, 1942, p. XLIII-XIV”].¹¹⁰*

¹⁰⁸ Tradução livre parcial. A íntegra, no original: “Art. 277. (Pronuncia sul merito) Il collegio nel deliberare sul merito deve decidere tutte le domande proposte e le relative eccezioni, definendo il giudizio. Tuttavia il collegio, anche quando il giudice istruttore gli ha rimesso la causa a norma dell'articolo 187 primo comma, può limitare la decisione ad alcune domande, se riconosce che per esse soltanto non sia necessaria un'ulteriore istruzione, e se la loro sollecita definizione è di interesse apprezzabile per la parte che ne ha fatto istanza”.

¹⁰⁹ CPC italiano, art. 279, tradução livre: “O colégio profere *ordinanza* quando provê somente sobre questões relativas à instrução da causa, sem definir o julgamento (...)”. No original: “Il collegio pronuncia *ordinanza* quando provvede soltanto su questioni relative all'istruzione della causa, senza definire il giudizio (...)”.

¹¹⁰ CAMARDI, Giuseppe. *La sentenze non definitive su questioni preliminari di merito*, Dissertação de Doutorado, Universidade de Bolonha, 2008, disponível em <http://amsdottorato.unibo.it/771/>, acesso em 22/10/2014, p. 23-4, tradução livre. No original: “Il legislatore del 1940 (13), pertanto, terminata l'esperienza del codice previgente, al fine di garantire il c.d. principio di concentrazione, vale a dire il principio dell'unicità della decisione di merito, cercò « di far sparire dal nuovo processo lo stesso concetto di sentenza interlocutoria (nato da una contaminazione di due nozioni nettamente distinte nel processo romano, la *sententia* e la *interlocutio*) trasformando in semplici ordinanze non impugnabili ma sempre modificabili e revocabili anche se pronunciate dal collegio (art. 280), tutti quei provvedimenti che nel processo finora vigente erano dati in forma di sentenze preparatorie o di sentenze interlocutorie in senso stretto. Così di fronte alle sentenze definitive sono rimaste soltanto, colla denominazione comprensiva di sentenze parziali, tutte quelle sentenze che, pur decidendo una questione pregiudiziale o una parte del merito, lasciano aperto il giudizio per la parte non decisa... (14) » [na nota 14: : “Le parole in corsivo sono tratte dalla Relazione alla Maestà del Re Imperatore del Min. Guardasigilli Grandi (n. 25), presentata nell'udienza del 28 ottobre 1940-XVIII per l'approvazione del Codice di procedura civile, in Il nuovo codice di procedura civile, Milano, 1942, p. XLIII-XLIV (...)”].

Naquela conjuntura de abolição do que se entendia por *sentenzen interlocutórias*, foi clara a intenção do legislador italiano de estabelecer que a regra da unicidade do pronunciamento sobre o mérito poderia ser excepcionada – por meio das sentenças ditas *parciais* – somente pelas normas específicas expressamente previstas no Código.¹¹¹

Portanto, é desse contexto normativo específico da Itália que parece se originar a conclusão de LIEBMAN de que o princípio da unicidade da sentença é de tamanha força que não pode ser contrariado senão por norma específica.

No entanto, não se pode aplicar esse entendimento de LIEBMAN ao sistema processual civil brasileiro, pois nosso direito positivo não permite as mesmas ilações feitas por ele com base no contexto normativo do CPC italiano.

Afinal, o CPC/73 não tem normas equivalentes aos arts. 112 e 277 do CPC italiano no sentido de que o órgão julgador deve decidir “*toda a demanda*” ao deliberar sobre o mérito da causa. Além disso, não se verifica na Exposição de Motivos do CPC/73 a intenção clara do legislador de consagrar o princípio da unicidade da sentença tal como se viu na Exposição de Motivos do CPC italiano.

Em outras palavras, não se pode atribuir aos arts. 458, inc. II, e 459 do CPC/73 a mesma força que têm os referidos dispositivos do CPC italiano interpretados em conjunto com sua Exposição de Motivos, nos quais LIEBMAN se baseia para formar seu entendimento sobre o princípio da unidade da sentença naquele sistema processual.

Logo, não se pode “importar” para o direito brasileiro o princípio da unidade da sentença, muito menos de modo que não possa ser contrariado senão por norma específica.

Ao fundamentar a existência do princípio da unicidade da sentença nos artigos 458, inc. II, e 459 do CPC, segundo os quais o juiz proferirá sentença em que “*resolverá as questões, que as partes lhe submeterem*” e acolherá ou rejeitará “*o pedido formulado pelo autor*”, parte da doutrina brasileira assume que esses dispositivos se referem a todos os pedidos e todas as questões a eles associadas. É com base nessa assunção que se sustenta haver norma

¹¹¹ “Orbene, nell’originaria formulazione del codice di rito del 1940 (18), il legislatore aveva, tuttavia, previsto che l’opportunità di frammentare la decisione in più sentenze, « c.d. parziali » (19), era circoscritta ai soli casi espressamente disciplinati dagli art. 277, 2° comma e 278 c.p.c.. In particolare, tale possibilità (...). L’art. 279 c.p.c., infatti, nel suo testo antecedente la riforma (21), circoscriveva le sentenze «parziali» solo ed esclusivamente a quelle previste dagli articoli precedenti, ovvero dagli artt. 277 e 278 c.p.c., nonché a quelle mediante le quali era risolta e decisa una questione di competenza o altra pregiudiziale” (CAMARDI, Giuseppe. *La sentenze...*, cit., p. 27-30).

impeditiva do fatiamento do julgamento do mérito ou da resolução das questões de mérito.

Todavia, parece-nos mais acertada a interpretação de que a sentença deve conter decisão sobre pedido(s) do autor, mas não necessariamente todo(s) o(s) pedido(s) ou a solução de todas as questões de mérito.¹¹²

Ademais, ainda que o princípio da unicidade da sentença emanasse dos referidos dispositivos do nosso CPC, ele não se verificaria da forma firme e cristalina em que existe no ordenamento jurídico italiano. Consequentemente, não se poderia conferir ao princípio da unidade da sentença em nosso sistema o mesmo peso que LIEBMAN atribuiu a ele no processo civil italiano para concluir que somente norma específica poderia contrariá-lo.

E artigo doutrinário elaborado pelo próprio LIEBMAN com relação ao sistema processual brasileiro parece reforçar essa conclusão.

Na égide do CPC/39, em que não havia previsão de julgamento antecipado da lide e, portanto, a oralidade era bem mais prestigiada do que no CPC/73, LIEBMAN dizia que a “única” razão pela qual o “despacho saneador” não podia deliberar sobre o mérito do processo era a impossibilidade de haver decisão *de meritis* sem a realização da audiência de instrução e julgamento.¹¹³

LIEBMAN matinha essa posição fundamentalmente para que fosse respeitado o princípio da oralidade.¹¹⁴ E entendia que o “*julgamento do mérito, com dispensa da audiência, configuraria a abolição completa de nossa oralidade*”.¹¹⁵

No entanto, o CPC/73 permite expressamente a prolação de decisão do mérito sem a realização de audiência de instrução, por meio do julgamento antecipado da lide, “abolindo” a oralidade nessa hipótese.

Além disso, a oralidade foi bastante mitigada em diversos outros aspectos pelo

¹¹² Nesse sentido: MARTINS, Pedro Batista. “A arbitragem e o mito da sentença parcial”, in *Arbitragem – Estudos em homenagem ao Prof. Guido Fernando da Silva Soares, in Memoriam*, coord. CARLOS ALBERTO CARMONA, PEDRO BATISTA MARTINS e SELMA FERRERIA LEMES, São Paulo, Atlas, 2007, p. 273-4.

¹¹³ LIEBMAN, Enrico Tullio. “O despacho saneador...”, cit., p. 81.

¹¹⁴ “(...) ainda na vigência daquela lei (CPC/1939), a medida [julgamento antecipado da lide] foi preconizada e defendida por alguns processualistas brasileiros, dentre os quais Galeano Lacerda, o qual se bateu em favor da possibilidade de julgamento antecipado, nos casos em que o juiz se sentisse bastante esclarecido, ou quando a audiência fosse patentemente supérflua. Contra tal opinião se insurgiu Liebman, sustentando que, na falta de norma expressa do código, seria impossível proceder ao julgamento do mérito, com dispensa da audiência; e afirmou ainda que tal sistema configuraria a abolição completa de nossa oralidade, já bastante reduzida e salvaguardada exatamente pela existência da audiência” (GRINOVER, Ada Pellegrini. *Direito processual...*, cit., p. 39).

¹¹⁵ Cf. GRINOVER, Ada Pellegrini. *Direito processual...*, cit., p. 39

CPC/73, como já visto (nº 2.2 *supra*).

Assim, diante da clara redução do prestígio da oralidade, pode-se dizer que o CPC/73 não a positivou com a mesma amplitude que LIEBMAN desejava.

Essa é mais uma razão pela qual não se deve considerar incorporada ao CPC/73 a ideia de unicidade da sentença da forma proposta por LIEBMAN com base no CPC italiano ou no nosso CPC/39.

2.4. Conclusão parcial: os julgamentos parciais não são vedados pela lei brasileira

Por tudo o que se viu nos tópicos anteriores, é possível concluir que o princípio da unicidade da sentença não está positivado no atual ordenamento jurídico brasileiro de modo que somente possa ser contrariado por norma específica.

Afinal, a oralidade e seus corolários, que constituem a “espinha dorsal” do princípio de que todo o *meritum causae* deveria ser decidido em um único ato (a sentença), foram bastante mitigados no CPC/73 e pela atual realidade do nosso processo civil.

Além disso, o processo civil brasileiro é predominantemente *escrito*, e não *oral*, pois é sabido que as sentenças são proferidas majoritariamente por escrito. E a *dedução* realizada pelo juízo na sentença é o principal elemento caracterizador de um processo como oral ou escrito.¹¹⁶

Portanto, a premissa-base do princípio da unicidade da sentença – um processo oral – não se verifica no Brasil. A propósito, ficou clara na Exposição de Motivos do CPC/73 a intenção de aplicar o princípio da oralidade de forma restrita.¹¹⁷ E afinal a tentativa de se

¹¹⁶ CALAMANDREI, Piero. “Oralità nel processo”, in *Opere giuridiche*, vol. I, Napoli, Morano, 1965, p. 452: “(...) ogni processo moderno è misto di atti orali e di atti scritti: «ma un processo misto si dirà orale o scritto secondo il posto che esso fa all’oralità e alla scrittura, e soprattutto secondo il modo con cui attua l’oralità». Ora il momento tipico al quale si deve tener rivolto lo sguardo per distinguere se un processo è scritto od orale è il momento delle deduzioni: là dove le deduzioni delle parti debbono, affinché sorga il dovere dei giudice di tenerne conto nella sua decisione, essere presentate necessariamente in forma scritta (art. 162 e 167 c. p. c.; art. 221 regolamento gen. giudiz.) il processo si deve considerare scritto, anche se poi le parti hanno facoltà di illustrare oralmente il contenuto delle loro scritture; là dove le deduzioni debbono essere presentate oralmente, come avviene nel dibattimento penale, il processo si deve considerare orale, anche se il dibattimento orale è preceduto da una fase scritta con funzione preparatoria (per es., la istruttoria penale), o se delle deduzioni orali si prende annotazione scritta a scopo documentale (verbale di dibattimento: confronta art. 423 e segg. c. p. p.). Processo orale è dunque quello in cui la oralità è la forma necessaria delle deduzioni: e viceversa quello scritto”.

¹¹⁷ “Os princípios informativos do Código [CPC/39], embora louváveis do ponto de vista dogmático, não lograram plena efetivação. (...) Não se duvidava, pois, da excelência do princípio da oralidade, mas se

prestigiar a oralidade no Brasil claramente fracassou.¹¹⁸

Consequentemente, não faz sentido sustentar a incidência do princípio em questão no nosso sistema processual.

Não estamos negando que, sempre que possível e de modo que não implique nenhum retardamento da prestação jurisdicional com relação a nenhuma parte da causa, convém que o juiz decida todo o mérito em um único ato. Defendemos apenas que a regra da unicidade da sentença – ainda que existente – não é absoluta, muito menos um princípio de ordem maior que possa ser contrariado somente por norma específica.

Logo, com base nos já referidos princípios constitucionais (nº 1.1 *supra*), os julgamentos parciais devem ser admitidos como válida exceção à regra da unicidade da sentença,¹¹⁹ como, p. ex., na hipótese de decisão que reconheça a ocorrência de prescrição ou de decadência relativamente a um os litisconsortes facultativos.¹²⁰

Caso aqueles que defendem a existência da regra (ou princípio) da unicidade da sentença no Brasil não admitam sua flexibilização, essa regra atuará de forma contrária e prejudicial à celeridade, contrária ao postulado da economia processual.¹²¹

A propósito, não somente a CF/88 e a emenda constitucional nº 45, como também as

apontavam os males de uma aplicação irrestrita e incondicional à realidade brasileira” (BUZAID, Alfredo. “Exposição de Motivos”, cit., nº 4, 2º par.).

¹¹⁸ “(...) o projeto de Chiovenda, ligado à oralidade, esvaziou-se tanto na Itália quanto no Brasil. A falta de estrutura do Poder Judiciário para dar conta das inúmeras causas apresentadas tornou impossível a concentração dos atos processuais, enquanto a demora do processo trouxe grande dificuldade para a implementação da identidade física, o que, por consequência lógica, reduziu a quase zero o benefício que poderia ser trazido pela imediatidade. Tudo isso, aliado à falta de percepção de que a imediatidade é fundamental ao livre convencimento, acabou inviabilizando a oralidade. Ainda que o abandono da oralidade deva ser lamentado, não é racional manter intocado um princípio (o da sentença única) que pressupunha seu funcionamento” (MARINONI, Luiz Guilherme. *Técnica processual...*, cit., p. 142).

¹¹⁹ “A sentença parcial, ao contrário, alcança a finalidade social da jurisdição. Atende à funcionalidade da prestação jurisdicional. O processo existe para atender ao direito material lesado ou ameaçado e, nesse sentido, a sentença parcial se presta, ao menos, como exceção à regra geral. Por outro lado, a decisão parcial, ao fim e ao cabo, atende, também, aos princípios da moralidade e da eficiência dos atos da Administração Pública (art. 37, CF) e ao princípio da celeridade e da economia processual” (MARTINS, Pedro Batista. “A arbitragem e o mito...”, cit., p. 275).

¹²⁰ Nesse sentido, ao sustentar a possibilidade de julgamentos parciais do mérito no nosso atual sistema processual civil, ARMELIN diz que vale “atentar para o fato do reconhecimento de prescrição ou decadência relativamente a pretensão de um dos litisconsortes facultativos ativos promover a escorreita prolação de sentença especificamente relativa ao seu pedido, com julgamento do mérito, sem que o princípio concernente à unicidade da sentença de mérito venha a ser reconhecido como violado” (“Notas sobre sentença parcial e arbitragem”, in *Revista de Mediação e Arbitragem*, nº 18, São Paulo, 2008, p. 279).

¹²¹ “A unidade da sentença exacerba o direito adjetivo em desproveito da economia e da celeridade processual e, por isso, atenta contra os direitos fundamentais do indivíduo. (...) Enfim, o princípio da unidade da sentença se aplicado, inflexivelmente, restará, inexoravelmente, por obstruir a justiça e a máxima eficácia normativa dos ditames constitucionais” (MARTINS, Pedro Batista. “A arbitragem e o mito...”, cit., p. 283).

diversas alterações na redação original do CPC/73 (nº 4 *infra*) e o quase-abandono da oralidade na prática forense reforçam a não-incidência do princípio da unidade estrutural da sentença em nosso ordenamento.

Sendo assim, o fracionamento do julgamento do mérito ou das questões de mérito pode ser realizado no processo civil brasileiro sempre que for contribuir para a concretização de normas constitucionais fundamentais, como o postulado da duração razoável do processo e o princípio da eficiência (nº 1.1 *supra*).

De fato, é difícil – senão inviável – negar que a técnica de cisão do julgamento pode atuar em prol da efetividade do processo. Afinal, o fracionamento da apreciação do mérito permite que o juiz entregue aos jurisdicionados parte da tutela pleiteada de forma mais célere e tempestiva do que ocorreria caso essa mesmíssima tutela fosse concedida somente no último ato da fase de conhecimento do processo, em um único julgamento sobre todo o mérito.

Para reforçar a conclusão de que os julgamentos parciais devem ser admitidos, pode-se ainda se perguntar: dito princípio da unidade da sentença – ainda que existisse – estaria amparado por finalidade ou valor que possa se contrapor à maior celeridade, tempestividade e, consequentemente, efetividade da tutela jurisdicional que é propiciada pela técnica dos julgamentos parciais? Resposta: não, especialmente porque o processo é *instrumento* para a realização do direito material das partes e, portanto, o dito princípio da unicidade da sentença jamais poderia atrasar a entrega da tutela jurisdicional.

Em outras palavras, não se pode conceber um princípio processual – como o da unicidade da sentença – que impeça a solução de parte da crise de direito material entre as partes por meio do julgamento de parte do mérito que já esteja madura para julgamento.

Essa conclusão não é alterada pela ponderação de alguns no sentido de que os julgamentos parciais do mérito não seriam admitidos simplesmente em razão da falta de norma expressa que os autorize.

Afinal, os mesmos partidários dessa opinião dificilmente negariam a possibilidade de extinção parcial do processo sem resolução do mérito, que é aceita majoritariamente – senão de forma pacífica – tanto pela doutrina quanto pela jurisprudência.

E não parece haver normas de regência diferenciadas para um ou outro contexto que, por um lado, justifiquem a admissão da cisão do julgamento quando o mérito não é apreciado, mas, por outro lado, impeçam o julgamento parcial do mérito ou de questões de mérito.

Em outras palavras, como o julgamento parcial sem que haja decisão *de meritis* não tem previsão expressa em nosso ordenamento, mas é aceito sem dificuldade, não é razoável dizer que os julgamentos parciais associados ao mérito não possam ser realizados por falta de norma expressa que os autorize.¹²²

A verdade é que a permissão dos julgamentos parciais decorre de interpretação sistemática e teleológica que mais se alinha com pilares constitucionais da celeridade e da efetividade do processo. E isso faz cair por terra qualquer argumento de impossibilidade de decisão do julgamento do mérito ou de resolução parcial das questões de mérito por falta de norma que as autorize expressamente.¹²³

Além disso, já se viu que não há norma expressa no sentido de que “todo o mérito” deve ser julgado em um único ato, mas sim – e tão somente – *interpretação* de que esse princípio decorreria de dispositivos da nossa lei processual.

No entanto, não parece haver nada que autorize essa interpretação. Pelo contrário, ela vai na contramão dos princípios norteadores do nosso ordenamento jurídico. Daí porque se deve adotar a interpretação que autoriza os julgamentos parciais.

¹²² “(...) não se pode invocar a letra da lei como argumento contrário ao julgamento imediato parcial de mérito, em qualquer caso, no ‘saneador’. Afinal, se a ‘extinção parcial’ sem julgar o mérito é possível, embora o art. 329 não a preveja expressamente (referindo-se apenas ao processo como um todo), o exame direto de parte do mérito nessa fase também há de sê-lo, a despeito de o art. 330 não explicitar essa possibilidade” (TALAMINI, Eduardo. “Saneamento do processo”, cit., p. 306-7).

¹²³ Nesse sentido, tratando da possibilidade de apreciação do mérito por ocasião do “despacho saneador” na égide do CPC/39, quando a maioria da doutrina, capitaneada por LIEBMAN, não admitia a apreciação do mérito nesse momento: “A argumentação central de Liebman e dos que seguem essa opinião é simples e pode ser assim resumida: a) falta de texto legal que autorize a decisão do mérito sem realização da audiência de instrução e julgamento; (...). O primeiro daqueles argumentos [falta de texto legal] é de fácil refutação. Basta lembrar o exemplo dos tribunais portugueses já citado no início deste trabalho, os quais, sem texto legal expresse, estenderam a compreensão do despacho saneador para permitir o exame do mérito, isto com aplausos gerais e excelente resultado prático (...). Acresce, ainda, como acertadamente ensina Galeano Lacerda, que as normas processuais são de caráter nitidamente instrumental, não tendo fim em si mesmas. Assim, admitem perfeitamente a interpretação teleológica. Nossos repertórios de jurisprudência estão repletos de exemplos de interpretação extensiva de leis, principalmente quando o objetivo a alcançar é a sempre buscada celeridade processual, a economia no processo” (BARBI, Celso Agrícola. “Despacho saneador e julgamento do mérito” (artigo publicado na RT 391/9, mai/1968), in *Teoria geral do processo II* (coleção doutrinas essenciais: processo civil; vol. 3), org. LUIZ RODRIGUES WAMBIER e TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER, p. 127-8).

3. A NATUREZA DOS PRONUNCIAMENTOS EM QUE SE REALIZAM OS JULGAMENTOS PARCIAIS

Estabelecida nos capítulos anteriores a premissa de que os julgamentos parciais do mérito e de questões de mérito são permitidos pela lei brasileira, é preciso determinar a natureza dos pronunciamentos por meio dos quais esses julgamentos parciais são realizados. É o que fazemos a seguir.

A definição da natureza jurídica desses pronunciamentos terá relevantes reflexos para as conclusões que se alcançarão em outros capítulos deste trabalho, como se verá adiante.

3.1. A aceção dos pronunciamentos do juiz no CPC/73 e sua finalidade

Sabe-se que o CPC/73 contrariou a consagrada máxima de que se deve evitar conceituar na lei os institutos jurídicos (*omnia definitio periculosa est*), ao estabelecer expressamente no art. 162 os conceitos dos *atos* (*rectius*, pronunciamentos¹²⁴) *do juiz* consistentes nas sentenças, decisões interlocutórias e despachos.

Como os julgamentos parciais (cf. nº 1.3 *supra*) não poderiam estar contidos em *despacho*, já que este não tem conteúdo decisório¹²⁵, deixaremos de lado seu conceito e as controvérsias a ele relacionadas¹²⁶, e trataremos aqui apenas da *sentença* e da *decisão interlocutória*.

A sentença foi originalmente definida no CPC/73 como “o ato pelo qual o juiz põe termo ao processo, decidindo ou não o mérito da causa” (CPC, art. 162, § 1º).

Assim, a lei estabeleceu como principal característica da sentença a sua aptidão para

¹²⁴ E não *atos* porque estes abrangem sabidamente muitos outros que não são *sentença*, nem *decisão interlocutória*, tampouco *despacho*, como é o caso da oitiva de testemunha, da inspeção judicial e da requisição ou prestação de informações a outros órgãos, p. ex..

¹²⁵ “Em certos casos, vale referir, torna-se difícil distinguir o despacho da decisão interlocutória, cumprindo então atentar para a natureza do conteúdo do ato judicial, averbando como decisão interlocutória aquele ato do juiz com conteúdo decisório” (CARNEIRO, Athos Gusmão. *O novo recurso de agravo e outros estudos*, 3ª ed., Forense, Rio de Janeiro, 1998, p. 17); “Os pronunciamentos do juiz no processo, por sua vez, classificam-se em despachos, decisões interlocutórias e sentenças, sendo os primeiros desprovidos de conteúdo decisório e, destarte, irrecorríveis” (PINTO, Nelson Luiz. *Manual dos recursos cíveis*, 3ª ed., São Paulo, Malheiros, 2002, p. 32).

¹²⁶ Como as conhecidas divergências sobre classificação dos despachos (para alguns, em mais de uma espécie) e de sua eventual recorribilidade (como a do “cite-se”), que deixamos de abordar mais profundamente por serem desnecessárias.

encerrar o processo (*rectius*, o procedimento em primeiro grau de jurisdição¹²⁷). E deixou claro que a sentença não necessariamente apreciará o mérito da demanda.

Ou seja, o ato que encerra o procedimento em primeiro grau por reconhecer a inexistência de um dos pressupostos necessários ao exame do mérito também é sentença tanto quanto aquele que julga o mérito.

Em outras palavras, o conceito de sentença, em sua acepção original no CPC/73, era baseado em “*critério puramente topológico, e não substancial*”¹²⁸, já que pode ou não conter *decisum* sobre o mérito.

A decisão interlocutória, por sua vez, foi definida como “*o ato pelo qual o juiz, no curso do processo, resolve questão incidente*” (CPC, art. 162, § 2º). Assim, todas as decisões proferidas *durante* o processo serão *interlocutórias*, e não sentenças, mesmo porque “*sentença interlocutória, conforme Chiovenda, representa contradição nos termos, porque a ideia de sentença é incompatível com a de interlocução*”.¹²⁹

Dito de outro modo, o direito brasileiro “*universalizou o conceito de decisão interlocutória fazendo-o abrangente de todos os provimentos judiciais que não correspondam à última decisão sobre a causa*”.¹³⁰

Dessa forma, vê-se que, também com relação à decisão interlocutória, o CPC/73 conferiu maior importância ao momento ou local do procedimento em que o pronunciamento é proferido – i.e., “*no curso do processo*”.

Aqui também a lei não especificou se a decisão interlocutória poderia *ou não* ser relacionada ao mérito.

Portanto, mesmo sem ignorar a concepção clássica de que as questões incidentais seriam relativas ao *processo*, e não ao *meritum causae*¹³¹, adotamos o entendimento de que o

¹²⁷ Cf., p. ex., FUX, Luiz. *Curso de direito processual civil*, vol. I, 4ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2008, p. 636-7.

¹²⁸ MOREIRA, José Carlos Barbosa. “A nova definição de sentença”, in *RePro* nº 136, São Paulo, RT, 2006, p. 268.

¹²⁹ ARAGÃO, Egas Dirceu Moniz de. *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. II: arts. 154 a 269, 10ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2005, p. 40. Importante esclarecer que, depois dessa afirmação, o autor diz que se “*o pronunciamento recair sobre uma questão incidente sem pôr fim ao processo, a solução caracterizará uma decisão interlocutória; se o pronunciamento recair sobre uma ação declaratória incidental, a solução caracterizará uma sentença*” (ARAGÃO, Egas Dirceu Moniz de. *Comentários ao Código ...*, cit., p. 42-3).

¹³⁰ SILVA, Ovídio A. Baptista da. “Decisões interlocutórias e sentenças liminares” (trabalho a ser apresentado no XVI Congresso Nacional de Derecho Procesal, realizado em Buenos Aires, em outubro de 1991), in SILVA, Ovídio A. Baptista da. *Da sentença liminar à nulidade da sentença*, Rio de Janeiro, Forense, 2002, p. 19.

¹³¹ “*Quanto ao conteúdo, Carnelutti distinguia as questioni di merito (que se referem à lide, ou à res iudicanda)*

conceito de *questões incidentais* é amplo na lei processual brasileira, de modo que essas questões e, conseqüentemente, as respectivas decisões interlocutórias podem ser associadas ao mérito.¹³²

Diante dos conceitos de sentença e de decisão interlocutória estabelecidos originalmente no CPC/73, costumava-se dizer que a lei adotou critério de classificação dos pronunciamentos do juiz com base na sua *finalidade* (ou *intenção*). Isto é, o pronunciamento seria sentença se tivesse o objetivo de extinguir o processo, ou decisão interlocutória se tivesse conteúdo decisório, mas não extinguisse o processo.¹³³

Outros diziam que o parâmetro para a classificação do ato era sua localização no – curso ou no fim do – procedimento. E por esta segunda razão afirmava-se que o critério legal era *topológico*, como já dito.¹³⁴

O objetivo do legislador ao assumir a responsabilidade e o “risco” de incluir os conceitos de sentença e de decisão interlocutória no CPC/73 foi absolutamente consciente e pragmático.

As definições legais dos pronunciamentos do juiz tiveram o declarado propósito de resolver a divergência e insegurança existente na vigência do CPC/39 a respeito da natureza de determinadas decisões e, conseqüentemente, do meio adequado de impugná-las.¹³⁵

Em outras palavras, aqueles conceitos legais objetivaram facilitar a identificação dos recursos cabíveis contra diferentes decisões judiciais, como ficou claro na Exposição de Motivos do Anteprojeto do CPC/73.¹³⁶

das questioni d'ordine (que se referem ao processo, e não à lide e devem ser resolvidas antes das questões de mérito, incidentalmente no curso do processo e, não por outra razão, também chamadas questioni incidentali)” (SICA, Heitor Vitor Mendonça. *Preclusão...*, cit., p. 190-1).

¹³² “Assim, da conceituação que resulta dos reparos feitos à tese de SCARANCA FERNANDES, se extrai a real amplitude do conceito de questão incidental, abarcando todas as etapas necessárias para que o mérito da pretensão seja enfrentado, incluídas todas as questões de cunho processual pelas quais deve passar o juiz antes de chegar ao mérito (prejudiciais ou não) e as próprias questões de fato e de direito que antepõem-se como fundamentos necessários para que se atinja uma solução final para a lide exposta em juízo. Logo se vê que essa categoria é bastante ampla, e se subdivide em questões incidentais de mérito e questões incidentais processuais, e podem ser elas prejudiciais ou não” (SICA, Heitor Vitor Mendonça. *Preclusão...*, cit., p. 194).

¹³³ AMORIM, José Roberto Neves. *Coisa julgada parcial no processo civil*, São Paulo, Elsevier, 2010, p. 147.

¹³⁴ Cf. MOREIRA, José Carlos Barbosa. “A nova definição de sentença”, cit., p. 268.

¹³⁵ Cf. SANTOS, Nelson dos. *Código de processo...*, cit., p. 447; e DALL’AGNOL, Antonio. *Comentários ao Código de Processo Civil*, coord. OVÍDIO A. BATISTA DA SILVA, vol. 2: do processo de conhecimento, arts. 102 a 242, São Paulo, RT, 2000, p. 253-4.

¹³⁶ “(...) o Código vigente [CPC/39] admitiu apelação de sentença definitiva (artigo 820) e agravo de petição, de decisão terminativa (artigo 846). O elemento que aproxima e, ao mesmo tempo, exclui os dois recursos é o mérito da causa. Quando o juiz o decide, cabe apelação; quando põe termo ao processo sem decidi-lo, cabe

Com esse mesmo propósito, o CPC/73 estabeleceu que “*dos despachos não cabe recurso*”, “*da sentença caberá apelação*” e, ressalvadas essas duas hipóteses, “*de todas as decisões proferidas no processo caberá agravo de instrumento*” (arts. 504, 513 e 522).

Assim, a lei estabeleceu em nosso ordenamento o que se conhece como *princípio da correspondência* (entre a natureza decisão recorrida e o respectivo recurso cabível).

Apesar de ser louvável e inequívoca a intenção do legislador de evitar incertezas quanto ao meio adequado para impugnar a sentença ao diferenciá-la da decisão interlocutória, o conceito legal de sentença sempre foi alvo de críticas, por algumas conhecidas razões.

Primeiro, porque o processo não se extingue necessariamente com a sentença, já que esta pode ser impugnada, gerando desdobramentos na instância recursal, hipótese em que o processo termina somente com o trânsito em julgado da decisão sobre o *meritum causae*.

Além disso, mesmo que não haja recurso contra a sentença, pode haver ainda a execução desta para cobrança de honorários advocatícios e reembolso de custas e despesas processuais (CPC, art. 20).

Por esses motivos, alguns diziam que o texto da lei merecia um esforço interpretativo no sentido de que sentença seria o ato por meio do qual o juiz extingue simultaneamente o *procedimento* e a *relação processual* para, assim, extinguir o processo.¹³⁷

Segundo, porque a lei definia a sentença por seus efeitos, e não por seu conteúdo ou sua natureza intrínseca, como alguns defendiam que deveria ser feito.

Nesse sentido, diz-se que a extinção do processo é mera consequência do *decisório* da causa contido na sentença e, por isso, não poderia servir para definir em que a sentença consistia.

agravo de petição. O critério é lógico, mas não prático. Definir o que seja o mérito é um dos problemas mais árduos da ciência do processo, e tendo o Código adotado um critério distintivo entre esses dois recursos, de índole eminentemente conceitual, manteve dúvidas que não foram dissipadas ao longo de 30 anos de sua aplicação. Ainda não se tranquilizaram as opiniões, na doutrina e na jurisprudência, acerca do recurso hábil para impugnar as decisões que resolvem a questão de carência de ação, de legitimidade ad causam e de prescrição do direito (...). Diversamente do Código vigente, o Projeto simplifica o sistema de recursos. Concede apelação só de sentença; de todas as decisões interlocutórias, agravo de instrumento. Esta solução atende plenamente aos princípios fundamentais do Código, sem sacrificar o andamento da causa e sem retardar injustificavelmente a resolução de questões incidentes, muitas das quais são de importância decisiva para a apreciação do mérito. O critério que distingue os dois recursos é simples. Se o juiz põe termo ao processo, cabe apelação. Não importa indagar se decidiu ou não o mérito. A condição do recurso é que tenha havido julgamento final no processo. Cabe agravo de instrumento de toda a decisão, proferida no curso do processo, pela qual o juiz resolve questão incidente” (BUZAID, Alfredo. “Exposição de Motivos”, cit., nºs 29 e 33).

¹³⁷ Cf. SANTOS, Nilton dos. *Código de processo...*, cit., p. 448.

Em outras palavras, diante da redação original do CPC/73, perguntando-se o que era sentença, a resposta da lei seria a de que é o ato que põe fim ao processo. E perguntado-se o que era o ato que põe fim ao processo, este seria a sentença. Mas em nenhum caso restaria claro em que o ato em si consistiria.

Por isso, entendia-se que o conceito legal de sentença implicava tautologia¹³⁸, contrária à clássica orientação de que “nenhuma condição extrínseca caracteriza a sentença”.¹³⁹

A despeito das críticas da doutrina ao conceito legal, não se podia negar que, na vigência da redação original do CPC/73, uma decisão seria sentença somente se fosse o ato final da fase de conhecimento em primeiro grau de jurisdição.¹⁴⁰

Tanto é assim que, pouco antes da alteração do conceito de sentença pela lei nº 11.232/2005, ainda se afirmava ser a sentença “*o ato extintor do processo*”.¹⁴¹

Portanto, a redação original do CPC/73 não parece ter dado margem à interpretação de que se poderia proferir várias sentenças em um mesmo processo.

Sendo assim, na vigência do conceito legal de *sentença* estabelecido inicialmente no CPC/73, é impositiva a conclusão de que tem natureza de decisão *interlocutória* o pronunciamento que resolve o mérito ou questões de mérito no curso do processo, sem pôr fim à fase cognitiva do procedimento em primeiro grau de jurisdição.¹⁴²

E essa conclusão não foi alterada pelo advento da lei nº 11.232/2005, pelas razões descritas no tópico seguinte.

¹³⁸ “Sempre sustentamos que dizer que a sentença é o ato do juiz que põe fim ao procedimento em primeiro grau de jurisdição, afirmação a que se era levado pela redação do art. 162, anterior à reforma da Lei 11.232/2005, envolvia uma tautologia. Perguntava-se: qual é o ato do juiz que põe fim ao procedimento em primeiro grau de jurisdição? Respondia-se: a sentença. Por outro lado, ao se perguntar o que é uma sentença, tinha de se responder: o ato do juiz que põe fim ao procedimento em primeiro grau de jurisdição” (WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Nulidades...*, cit., p. 28). No mesmo sentido: (PINTO, Nelson Luiz. *Manual...*, cit., p. 33).

¹³⁹ ROCCO, Alfredo. *La sentenza civile*, Reimpr., Milão, Giuffrè, 1962, nº 28, p. 65, *apud* ASSIS, Araken de. *Manual dos recursos*, 2ª ed., São Paulo, RT, 2008, p. 138.

¹⁴⁰ “(...) a opção do legislador era clara: o critério adotado era o efeito da decisão com relação ao procedimento, sendo absolutamente irrelevante seu conteúdo para a configuração da decisão como sentença” (NEVES, Daniel Amorim Assumpção. “O novo conceito de sentença e os problemas recursais”, in *Execução civil e cumprimento da sentença*, vol. 2, coord. GILBERTO GOMES BRUSCHI e SÉRGIO SHIMURA, São Paulo, Método, 2007, p. 73-4).

¹⁴¹ ALVIM, Arruda. *Manual de direito processual civil*, vol. 1, 9ª ed., São Paulo, RT, 2005, p. 398.

¹⁴² Nesse sentido: ARAÚJO, José Henrique Mouta. *Coisa julgada progressiva e resolução parcial do mérito*, Curitiba, Juruá, 2008, p. 345-6.

3.2. A alteração do conceito de sentença (lei nº 11.232/2005)

Por força da lei nº 11.232/2005, a sentença deixou de ser definida na lei como o ato que “*põe termo ao processo, decidindo ou não o mérito da causa*”, e passou a ser conceituada como “*o ato do juiz que implica alguma das situações*”¹⁴³ previstas nos arts. 267 e 269 desta Lei” (CPC, art. 162, § 1º).

Além disso, o *caput* do art. 269 do CPC deixou de ter a redação “*extingue-se o processo com julgamento de mérito*”, para se referir apenas às hipóteses em que “*haverá resolução de mérito*”, sem menção à extinção do processo. Por sua vez, o art. 267 do CPC não foi alterado, mantendo-se assim, no seu *caput*, a redação “*extingue-se o processo sem resolução do mérito*”.

De todo modo, em princípio se aplicam ao art. 267 as mesmas conclusões extraídas com relação à modificação do art. 269, pois prevalece o entendimento de que a não alteração do art. 267 não teria razão de ser e, portanto, constituiu mero lapso do legislador.

Isso porque os mesmos e já referidos motivos que justificaram a modificação do *caput* do art. 269, como a possibilidade de prosseguimento do processo nas instâncias recursais ou para a execução das verbas de sucumbência, impunham no *caput* do art. 267 a mesma alteração que se fez no art. 269.¹⁴⁴

Diante dessas alterações na redação original do CPC/73, muitos passaram a se questionar: teria a lei abandonado o critério *finalístico* ou *topológico* na classificação dos pronunciamentos do juiz e passado a adotar critério *substancial*, com base no *conteúdo* da decisão? Depois do advento da lei nº 11.232/2005, seria possível dizer que o nosso sistema processual autoriza a prolação de sentenças *parciais* e/ou *interlocutórias*?

As respostas da doutrina a essas perguntas variaram bastante, desenvolveram-se e consolidaram-se ao longo dos anos subsequentes ao início da vigência daquela lei. E podem ser resumidas três diferentes posições: (1) uma no sentido de que a interpretação teleológica

¹⁴³ Sobre as evidentes impropriedades do uso da expressão “*implicar situações*” na redação desse dispositivo, especialmente porque as situações descritas no art. 269 do CPC são o principal conteúdo da sentença em si, e não consequências dela decorrentes: MOREIRA, José Carlos Barbosa. “O novo conceito...”, cit..

¹⁴⁴ Nesse sentido: MOREIRA, José Carlos Barbosa. “O novo conceito...”, cit., p. 272; ASSIS, Araken. *Manual dos recursos*, cit., p. 138. Em sentido diverso, entendendo que as modificações da lei nº 11.232/2005 afetam apenas as hipóteses de julgamento do mérito, e não aquelas em que não há decisão *de meritis*, em razão da manutenção da expressão “*extingue-se o processo*” no art. 267: NEVES, Daniel Amorim Assumpção. “O novo conceito...”, cit., p. 77.

da lei nº 11.232/2005 associada à interpretação sistemática do CPC conduz à conclusão de que o critério finalístico ou topológico não foi abandonado, de modo que, para constituir sentença, o pronunciamento judicial ainda precisaria encerrar a fase de conhecimento em primeiro grau de jurisdição; (2) outra segundo a qual a aptidão de encerrar o processo em primeiro grau de jurisdição deixou de ser necessária para que o ato do juiz constitua sentença; bastaria, para tanto, que esse ato tivesse o conteúdo descrito nos arts. 267 e 269 e, portanto, estaria expressamente autorizada a prolação de sentenças parciais; e (3) uma terceira, sustentando que o critério determinante para a caracterização da sentença é a *definição da causa*; logo, as decisões com o conteúdo dos arts. 267 e 269 serão sentença somente se *definirem a causa*, ainda que parcialmente; mas não serão sentença se não o fizerem.

A primeira corrente toma como ponto de partida a intenção da lei nº 11.232/2005. Como se vê na Exposição de Motivos do projeto dessa lei, sua elaboração se baseou em anteprojeto do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP) que teve o “*objetivo de alterar dispositivos do Código de Processo Civil, atinente ao cumprimento da sentença que condena ao pagamento de quantia certa, para possibilitar que a execução da sentença ocorra na mesma relação processual cognitiva*”.¹⁴⁵

De fato, é inequívoco que foi esse o principal escopo da alteração dos arts. 162, § 1º, 269 e 463 do CPC. Afinal, com a lei nº 11.232/2005, a execução de sentença referente a obrigação de pagar quantia certa deixaria de ser um processo autônomo, e se iniciaria sem solução de continuidade, logo após a sentença da fase de conhecimento, em um mesmo *processo sincrético*, composto de diferentes fases (cognitiva e executiva, p. ex.).

É o que já se verificava, desde a lei nº 8.952/1994, com relação ao cumprimento de sentenças relativas às obrigações de fazer, de não fazer ou de entregar coisa (CPC, arts. 461 e 461-A).

Assim, passou a ser ainda mais equivocado dizer que a sentença extinguiu o processo, pois ela se limitaria a marcar o fim da *etapa* cognitiva do processo, seguida de *fase* de execução.

Em outras palavras, a sentença não mais encerraria o processo de conhecimento que, na estrutura original do CPC/73, deveria ser seguido por um processo autônomo de

¹⁴⁵ Exposição de Motivos do Anteprojeto do IBDP, nº 2, no Projeto de Lei nº 3253/2004, disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=158523>, acesso em 20/10/2014, p. 7.

execução¹⁴⁶, com nova citação do demandado *etc.*.

Dessa forma, vê-se que o propósito da lei não foi excluir da sentença sua característica de encerrar o que antes se denominava *processo de conhecimento*, mas apenas esclarecer que, no processo sincrético, é apenas a *fase de conhecimento* em primeiro grau de jurisdição que é encerrada pela sentença.

Além disso, aproveitou-se a oportunidade para deixar mais claro que a sentença deve ter um dos conteúdos descritos no art. 267 e 269, como já se entendia mesmo na vigência do conceito legal de sentença anterior.

Sendo assim, e considerando a estrutura original do CPC/73, não se poderia simplesmente abandonar o critério finalístico como um dos fatores determinantes para caracterizar o pronunciamento do juiz como sentença, sob pena de se comprometer o funcionamento do sistema originalmente concebido pelo legislador.¹⁴⁷

Portanto, a decisão ainda precisa pôr fim ao procedimento principal (i.e., mas não aos incidentais¹⁴⁸) da fase cognitiva do processo sincrético para que seja classificada como sentença. Consequentemente, continuará a ser decisão interlocutória o pronunciamento que não encerrar a etapa de conhecimento.

Tanto é assim que a redação do art. 162, § 2º, não foi alterada pela lei nº 11.232/2005. E isso confirma que “*enquanto a decisão, independentemente de seu conteúdo, não encerrar*

¹⁴⁶ “O presente Anteprojeto foi amplamente debatido em reunião de processualistas realizada nesta Capital, no segundo semestre de 2002, e buscou inspiração em muitas críticas construtivas formuladas em sede doutrinária e também nas experiências reveladas em sede jurisprudencial. As posições fundamentais defendidas são as seguintes: (...) b) a ‘efetivação’ forçada da sentença condenatória será feita como etapa final do processo de conhecimento, após um ‘tempus iudicati’, sem necessidade de um ‘processo autônomo’ de execução (afastam-se princípios teóricos em homenagem à eficiência e brevidade); processo ‘sincrético’, no dizer de autorizado processualista. Assim, no plano doutrinário, são alteradas as ‘cargas de eficácia’ da sentença condenatória, cuja ‘executividade’ passa a um primeiro plano; em decorrência, ‘sentença’ passa a ser o ato ‘de julgamento da causa, com ou sem apreciação do mérito’ (...); f) a alteração sistemática impõe a alteração dos artigos 162, 269 e 463, uma vez que a sentença não mais ‘põe fim’ ao processo” (Exposição de Motivos do Anteprojeto do IBDP, nº 5, no Projeto de Lei nº 3253/2004, cit., p. 9).

¹⁴⁷ Nesse sentido: CARMONA, Carlos Alberto. “Ensaio sobre a sentença arbitral parcial”, in *RePro*, nº 165, nov/2008, p. 10.

¹⁴⁸ “Partindo-se de uma interpretação lógico-sistemática do Código de Processo Civil, com as alterações advindas da Lei 11.232/2005, a sentença é o ato que põe fim ao procedimento principal em primeiro grau de jurisdição, decidindo ou não o mérito da causa. Procedimento principal porque existem procedimentos que (i) têm por fim decidir incidentes, (ii) encerram-se com decisão interlocutória, (iii) agravável, portanto, e (iv) suscetível de fazer coisa julgada material. (...) procedimento principal é aquele que decide os pedidos deduzidos pelo demandante; procedimento incidental é o que decide os incidentes que surgem no processo” (LUCON, Paulo Henrique dos Santos. “Sentença e liquidação no CPC (lei 11.232/2005)”, in *Processo e Constituição: estudos em homenagem ao professor José Carlos Barbosa Moreira*, coord. LUIZ FUX, NELSON NERY JR. e TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER, São Paulo, RT, 2006, p. 911-2).

total e definitivamente a 'fase' ou 'etapa' de conhecimento, ela só pode ser, à luz daquele dispositivo, interlocutória".¹⁴⁹

A propósito, THEODORO JR. reconhece em recentíssima obra que as decisões interlocutórias podem eventualmente apreciar questões associadas ao mérito, e que o elemento caracterizador da sentença "*não é o seu conteúdo*", mas sim sua função de encerrar a celeuma entre as partes.¹⁵⁰

Logo, não será sentença aquele pronunciamento que resolver apenas *parte* do mérito, de modo que ainda reste não decidida alguma parcela da pretensão deduzida em juízo.

Da mesma forma, NERY JR. mantém a posição de que não é a matéria, e sim a finalidade da decisão que importa para sua caracterização como interlocutória ou sentença no atual sistema processual. Ou seja, a sentença ainda deve ter "*idoneidade para pôr termo ao processo*".¹⁵¹

Apesar de reconhecer que "*a nossa lei empresta relevância somente ao conteúdo do ato, para fixar-lhe a natureza*", o autor entende que "*o fato de ele haver decidido o mérito é irrelevante para a classificação do ato*", porque há sentenças que não resolvem o mérito, e decisões interlocutórias que julgam o mérito, como as que reconhecem prescrição ou decadência com relação a um dos litisconsortes.¹⁵² Outro bom exemplo de decisão interlocutória que decide parte do *meritum causae* é aquela que reconhece prescrição ou decadência relativamente a um dos pedidos cumulados.¹⁵³

Como já dito, parte da doutrina entende que, com o advento da lei nº 11.232/2005, o CPC teria abandonado o critério *topológico* ou *finalístico*. E até mesmo alguns partidários dessa corrente reconhecem que nas hipóteses de rejeição liminar da reconvenção ou do

¹⁴⁹ BUENO, Cassio Scarpinella. *A nova etapa da reforma do Código de Processo Civil*, vol. 1: comentários sistemáticos às Leis n. 11.187, de 19-10-2005, e 11.232, de 22-12-2005, São Paulo, Saraiva, 2006, p. 22.

¹⁵⁰ "*Mesmo que se enfrente alguma questão de mérito, ainda será decisão interlocutória, e não sentença, se o objeto da causa (isto é, o pedido) não for exaurido pelo pronunciamento incidental. (...) Para o Código, contudo, o que importa para a conceituação de sentença não é o seu conteúdo, mas o papel que a decisão representa para o processo instaurado pelo autor. (...) Se o ato tem como fim encerrar o debate acerca da pretensão que constitui o objeto da causa, tem-se sentença. (...) Quando o juiz exclui um litisconsorte no saneador, enfrenta questão de direito material, mas não profere sentença, pois apenas elimina da marcha do processo aquilo que não será conveniente persistir para a etapa final de composição do litígio. (...) é decisão interlocutória qualquer pronunciamento sobre questões surgidas antes ou depois da sentença*" (THEODORO JR., Humberto. *Curso de direito processual civil*, vol. I, 55ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2014, p. 272-5).

¹⁵¹ NERY JR., Nelson. *Teoria geral dos recursos*, 7ª ed., São Paulo, RT, 2014, p. 137.

¹⁵² NERY JR., Nelson. *Teoria geral...*, cit., p. 272.

¹⁵³ Cf. DIDIER JR., Fredie. *Curso de direito processual civil*, vol.1, 11ª ed., Salvador, JusPODIVM, 2009, p. 534.

pronunciamento de prescrição com relação a um dos litisconsortes “(...) não bastará a simples análise do conteúdo do ato e sua acomodação aos arts. 267 e 269. Outro elemento, eminentemente teleológico, precisa se agregar ao provimento – a aptidão a pôr fim ao processo”.¹⁵⁴

Assim, as hipóteses acima referidas consubstanciam “*decisão interlocutória (de mérito!)*”, e não sentença, pois nelas se verifica a “*falta do caráter final que a nova definição de sentença (art. 162, § 1º) exige para receber impugnação através do recurso próprio para semelhante ato*”.¹⁵⁵

De fato, não pode ser outra a interpretação da lei nº 11.232/2005. E já se demonstrou (nº 3.1 *supra*) que o CPC/73 concebeu a sentença como ato final do processo (agora *fase* ou *etapa*) de conhecimento e, com base nessa premissa, estabeleceu o sistema recursal pautado no princípio da correspondência, que não foi alterado (CPC, arts. 513 e 522).

Portanto, admitir que a lei nº 11.232/2005 teria introduzido no sistema processual a figura da sentença *parcial* ou *interlocutória*, sem regular sua forma de impugnação, seria subverter por completo não somente o objetivo dessa lei de tornar a prestação jurisdicional mais célere, como também o propósito do sistema recursal do CPC/73 de evitar confusão quanto ao recurso cabível contra determinadas decisões.¹⁵⁶

Afinal, se fosse atribuída natureza de sentença a decisões proferidas no curso da etapa de conhecimento, de duas uma: (i) ou caberia apelação, os efeitos da sentença ficariam em regra suspensos (art. 520), o juiz não poderia inovar no processo (art. 521), os autos seriam remetidos ao tribunal (art. 542) e, conseqüentemente, seriam indevidamente obstados o regular prosseguimento da marcha processual e o julgamento da parte da pretensão não decidida pela sentença parcial; (ii) ou seria admitido o agravo de instrumento, sem que houvesse norma autorizando essa exceção à regra expressa e inequívoca de que “*da sentença cabe apelação*” (art. 513). Em qualquer dos casos, haveria inevitável divergência e, portanto, indesejável insegurança quanto ao recurso cabível contra as sentenças parciais.

¹⁵⁴ ASSIS, Araken de. *Manual dos recursos*, cit., p. 137-8. No mesmo sentido: GRECO, Leonardo. *Primeiros comentários sobre a reforma da execução oriunda da Lei 11.232/05*, nº 3, disponível em <http://www.amperj.org.br/artigos/print.asp?ID=94>, acesso em 13/8/2014.

¹⁵⁵ Feita a ressalva de que o autor entende, em posição contrária àquela sustentada neste trabalho, que essa decisão decorre de desrespeito, pelo magistrado, ao “*roteiro prescrito no CPC no tocante à formulação de atos decisórios*”, “*obra da imaginação do magistrado e dos desafios práticos*” e que perturba a “*simetria do esquema traçado nos arts. 162 e 163*” (ASSIS, Araken de. *Manual dos recursos*, cit., p. 142).

¹⁵⁶ Em sentido contrário, entendendo que a lei nº 11.232/2005 “introduziu” a figura da *sentença parcial* no processo civil brasileiro: SICA, Heitor. “*Algumas implicações...*”, cit., *passim*.

A propósito, a lei nº 11.232/2005 estabeleceu que cabe agravo de instrumento contra a decisão que não extingue a impugnação ao cumprimento de sentença (CPC, art. 475-N, § 3º). Isso confirma que essa decisão é interlocutória, e não sentença, ainda que tenha o conteúdo dos arts. 267 e 269.

E esse é mais um indicativo normativo de que foi mantido o critério topológico ou finalístico na classificação dos pronunciamentos do juiz, i.e., o ato somente será sentença e, portanto, contra ele caberá apelação (art. 513) se extinguir a fase de conhecimento do processo.

De fato, interpretando-se sistematicamente o CPC/73 como o todo único que ele é e analisando-se a finalidade da lei nº 11.232/2005, vê-se que esta não alterou a característica de decisão interlocutória, e não sentença, dos pronunciamentos que decidem parte do mérito ou questões de mérito ao longo da etapa de conhecimento, sem encerrá-la.

Em outras palavras, “*apesar da alteração legal, atos proferidos no curso da ‘fase’ de conhecimento devem continuar a ser qualificados como decisões interlocutórias, ainda que seu conteúdo encontre correspondência nos artigos 267 e 269*”, como bem concluem YARSHELL e BONÍCIO.¹⁵⁷

Diferentemente, a segunda corrente entende que, ao excluir a expressão “*põe fim ao processo*” do art. 162, § 1º, fazer remissão explícita nesse dispositivo aos arts. 267 e 269, e suprimir do art. 269 o texto “*extingue-se o processo*”, a lei nº 11.232/2005 não deixaria dúvida de que o *conteúdo* é o único aspecto cuja análise é necessária para determinar se uma decisão consiste ou não em sentença.¹⁵⁸

¹⁵⁷ YARSHELL, Flávio; BONÍCIO, Marcelo. *Execução civil: novos perfis*, São Paulo, RCS, 2006, p. 19.

¹⁵⁸ Nesse sentido: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. “O conceito de sentença no CPC reformado”, in *Meios de impugnação ao julgado civil – Estudos em homenagem ao Prof. José Carlos Barbosa Moreira*, coord. ADROALDO FURTADO FABRÍCIO, Rio de Janeiro, Forense, 2007, p. 527-39, esp. p. 532-3; NEVES, Daniel Amorim Assumpção. “O novo conceito...”, cit., p. 74-5. Em artigo específico sobre a alteração do conceito de sentença decorrente da lei nº 11.232/2005, BARBOSA MOREIRA parece concordar com essa opinião de que a decisão proferida no curso do processo com conteúdo dos arts. 267 e 269 seria sentença, e não decisão interlocutória: “*O critério discreto, reitere-se, já não tomará por base a posição do ato no itinerário do processo: terá de levar em conta o elemento relativo ao conteúdo. Embora ambas – a sentença e a decisão interlocutória – se situem ‘no curso do processo’, uma se distingue da outra em razão da matéria: a decisão interlocutória dirá respeito a mera ‘questão incidente’. Desta noção devem logicamente excluir-se as impropriamente ditas ‘situações’ do art. 269, para as quais o juízo proferirá sentença. Em tal perspectiva, a decisão interlocutória continuará a ser impugnável mediante agravo, e a sentença mediante apelação*” (“A nova definição...”, cit., p. 276). Entretanto, em outro trecho do mesmo artigo, o autor parece deixar dúvida se entende ser realmente sentença o ato que tem o conteúdo dos arts. 267 ou 269, mas não põe fim à fase de conhecimento em primeiro grau de jurisdição, pois, ao afirmar que “*o conceito de sentença, à luz da nova sistemática, deixa de fundar-se no critério topológico para ligar-se ao conteúdo do ato*”, o autor observa, em nota, que “*continua a*

Essa corrente invoca ainda como fundamento a exclusão, no art. 463, da afirmação de que, ao proferir sentença, o juiz “*cumpra e acabe o ofício jurisdicional*”.¹⁵⁹

Há quem diga que a alteração legislativa apenas consagrou aquilo que já se verificava antes, sustentando que, mesmo na vigência do anterior conceito legal de sentença, o conteúdo sempre deveria ter sido considerado relevante na classificação dos pronunciamentos judiciais.¹⁶⁰

Nesse sentido, alguns sustentam que decisões sobre o mérito que não punham fim ao processo, como as de rejeição liminar da reconvenção e as que julgam outras ações incidentais, já teriam natureza de sentença mesmo antes do advento da lei nº 11.232/2005.¹⁶¹

Todavia, não deve prevalecer essa posição de que a sentença seria definida apenas pelo seu conteúdo, uma vez que ela se revela decorrente de “*interpretação isolada e assistemática*” da nova redação dos arts. 162, 269 e 463¹⁶², especialmente quando confrontada com os consistentes fundamentos da primeira corrente. Diante de interpretação sistemática do CPC, especialmente da ausência de alteração do sistema recursal pela lei nº 11.232/2005, a “*inconveniência de tal interpretação literal [feita pela segunda corrente] é evidente*”.¹⁶³

Finalmente, a terceira corrente, representada por DINAMARCO, se aproxima da segunda corrente na medida em que reputa o conteúdo do pronunciamento como fator determinante para caracterizá-lo ou não como sentença.¹⁶⁴

Mas essa terceira orientação difere da segunda posição por ter um critério próprio e diferente do conteúdo dos arts. 267 e 269 para caracterizar o ato do juiz como sentença.

Para DINAMARCO, “*sentença é o ato com o qual o juiz define a causa, com ou sem*

ser exato, em todo caso, que ‘o elemento comum a todas as sentenças (...) é o pronunciamento conclusivo da fase cognitiva do processo’ (LEONARDO GRECO, Primeiros comentários...)” (Idem, ibidem, p. 272, nota nº 9).

¹⁵⁹ Cf. WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. “O conceito...”, cit., p. 527-39.

¹⁶⁰ “(...) para se distinguir sentença de decisão interlocutória não se pode prescindir do critério que leva em conta, também, o conteúdo do pronunciamento judicial” (PINTO, Nelson Luiz. *Manual...*, cit., p. 33).

¹⁶¹ “(...) sempre nos pareceu que o princípio da correspondência, uma das bases da estrutura do sistema recursal do CPC de 1973, não incidia em casos como o de indeferimento liminar da reconvenção, da oposição e de outras ações incidentais, pois que se tratava (e se trata) de pronunciamento agravável, mas que tinha (e tem) natureza jurídica de sentença” (WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Nulidades...*, cit., p. 32).

¹⁶² Cf. BUENO, Cassio Scarpinella. *A nova etapa...*, vol. 1, cit., p. 23.

¹⁶³ Cf. YARSHELL, Flávio; BONÍCIO, Marcelo. *Execução civil...*, cit., p. 18.

¹⁶⁴ “O critério substancial agora assumido desvia o foco da conceituação, que antes se projetava sobre o processo (ao dizer que a sentença lhe punha fim) e agora vai ao conteúdo do processo, ou seja, à causa posta em julgamento (objeto do processo – supra n. 480). É isso que se vê quando o § 1º do art. 162 diz, ainda que de modo indireto, que é sentença o ato que julga a causa, ou seja, o mérito (remissão ao art. 269) ou aquele que se nega a julgar o mérito, ou seja, a sentença terminativa (art. 267)” (DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*, vol. II, 6ª ed., São Paulo, Malheiros, 2009, p. 507).

juízo do mérito”¹⁶⁵, e definir a causa consiste em “*emitir a solução final referente ao litígio posto em juízo, dissolvendo seu objeto porque a respeito deste é então dada toda a resposta que naquele grau de jurisdição poderia ser dada*”.¹⁶⁶

Assim, essa terceira corrente não se baseia na literalidade da lei, que levaria à conclusão de que toda decisão com conteúdo dos arts. 267 ou 269 do CPC é sentença, como afirmam a maioria dos partidários da segunda corrente (critério do *conteúdo*).

Conforme aquela segunda posição, seria certamente classificada como sentença, por ter conteúdo do art. 267, decisão que concluísse pela inadmissibilidade do julgamento do mérito de parte do pedido, ou decisão pela ausência de pressuposto de admissibilidade do processo com relação a um dos litisconsortes, p. ex..

No entanto, esse pronunciamento é caracterizado por DINAMARCO (terceira corrente) como decisão interlocutória, e não sentença, pois não *define a causa*, já que “*deixa parte da causa sem solução e, portanto, sem definição*”.¹⁶⁷

Entretanto, o mesmo autor afirma, em outro volume de sua obra (contemporâneo ao volume do qual foram extraídos os trechos acima), que “*quando a razão de extinguir*” o processo “*atinge só parcialmente o objeto, os fundamentos, ou as pessoas*”, a decisão que acolher aquela razão caracterizará *sentença*, e não decisão *interlocutória*. Isso porque, apesar de o pronunciamento determinar mera *exclusão* de parte do processo, e não sua *extinção*, ele define a causa parcialmente.¹⁶⁸

O autor cita como exemplos dessa situação (i) a desistência da demanda inicial sem que haja desistência da reconvenção, (ii) a carência de ação relativamente ao pedido de reintegração de posse em demanda na qual haja pedido indenizatório cumulado, (iii) a coisa julgada com relação a um dentre muitos pedidos¹⁶⁹; e, (iv) mais à frente na mesma obra, o ato homologatório de autocomposição sobre parte do objeto do processo¹⁷⁰. Especificamente com relação ao quarto exemplo, o autor justifica sua caracterização como sentença porque esta é o

¹⁶⁵ DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições...*, vol. II, cit., p. 508. Mais à frente, o autor esclarece que “*O vocábulo causa é aqui empregado em um dos sentidos com os quais veio da tradição romana, a saber, no sentido de lide deduzida em juízo (Emilio Betti); e, em outras palavras, a pretensão insatisfeita que constitui objeto do processo. Definir a causa é pronunciar essa última decisão sobre ela, naquele grau de jurisdição*” (Idem, *ibidem*).

¹⁶⁶ DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições...*, vol. II, cit., p. 508.

¹⁶⁷ DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições...*, vol. II, cit., p. 508.

¹⁶⁸ *Instituições...*, cit., vol. III, p. 192-3.

¹⁶⁹ *Instituições...*, cit., vol. III, p. 193.

¹⁷⁰ *Instituições...*, cit., vol. III, p. 269.

“ato que define a causa, ou seja, ato que determina a extinção processual ou decide o meritum causae”.¹⁷¹

Diante disso, é inevitável perguntar: em que medida estes contextos que seriam reconhecidos por *sentença* diferem daqueles anteriores, em que não há definição da causa porque se deixa “parte dela sem solução” e, por isso, há *decisão interlocutória*? Não parece haver muita, muito menos clara diferença entre uns casos e outros, o que pode gerar certa dubiedade quanto ao conceito de *definição da causa*.

Portanto, a *definição da causa* também não pode servir como critério determinante da natureza do ato judicial como sentença ou decisão interlocutória.

Como visto, esse critério geraria incerteza sobre a natureza da decisão, semelhante àquela que se verificava na vigência do CPC/39 (sentença definitiva ou terminativa – i.e., sobre o conceito de *mérito*) e se quis evitar no CPC/73, e o correspondente recurso cabível (respectivamente, apelação ou agravo de petição).¹⁷² E isso representaria claro retrocesso.

Por fim, a *definição da causa* é critério que, em nossa opinião, não encontra respaldo na lei processual em vigor.

Por tudo isso, a primeira corrente deve prevalecer, para que a classificação de um pronunciamento judicial como sentença dependa tanto a sua *finalidade* (encerrar uma *etapa* ou *fase* do processo) quanto o seu *conteúdo* (arts. 267 e 269), e não apenas este.

3.3. O Projeto de Novo Código de Processo Civil

Como já mencionado (nº 1 *supra*), o NCPC prevê expressamente, na Seção “Do Julgamento Antecipado Parcial do Mérito”, que “o juiz decidirá parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles: I – mostrar-se incontroverso; II

¹⁷¹ Instituições..., cit., vol. III, p. 269.

¹⁷² “Duas razões principais nos levaram a eliminar o agravo de petição. (...) A segunda razão é que o Código vigente admitiu apelação de sentença definitiva (artigo 820) e agravo de petição, de decisão terminativa (artigo 846). O elemento que aproxima e, ao mesmo tempo, exclui os dois recursos é o mérito da causa. Quando o juiz decide, cabe apelação; quando põe termo ao processo sem decidi-lo, cabe agravo de petição. O critério é lógico, mas não prático. Definir o que seja o mérito é um dos problemas mais árduos da ciência do processo, e tendo o Código adotado um critério distintivo entre esses dois recursos, de índole eminentemente conceitual, manteve dúvidas que não foram dissipadas ao longo de 30 anos de sua aplicação. Ainda não se tranquilizaram as opiniões, na doutrina e na jurisprudência, acerca do recurso hábil para impugnar as decisões que resolvem a questão de carência de ação, de legitimidade ad causam e de prescrição do direito” (BUZAID, Alfredo. “Exposição de Motivos”, cit., nº 29).

– *estiver em condições de imediato julgamento, nos termos do art. 352¹⁷³*” (NCPC, art. 353).

Mais que isso, o NCPC parece solucionar a celeuma acerca da natureza do pronunciamento exarado no curso do processo sobre parcela do mérito, ao (i) dispor que cabe agravo de instrumento das decisões em que forem realizados os julgamentos parciais do mérito mencionados no parágrafo precedente (NCPC, art. 353, § 4º) e, (ii) mais à frente, reforçar que “*cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que (...) versarem sobre o mérito da causa*” (NCPC, art. 1012, II).

Além disso, ao conceituar os pronunciamentos judiciais, o NCPC parece confirmar mais uma vez que a decisão proferida no curso do processo sobre parte do mérito da causa tem natureza de interlocutória, e não de sentença.

Isso porque o NCPC manteve como critério de classificação da sentença a *finalidade*, ao dispor que, em regra, “*sentença é o pronunciamento por meio do qual o juiz, com fundamento nos arts. 482 e 484, põe fim à fase cognitiva do procedimento comum, bem como extingue a execução*” (art. 201, § 1º).

Além disso, o NCPC atribuiu caráter residual ao conceito de decisão interlocutória, para que se integrem a essa classe todos os pronunciamentos que tiverem “*natureza decisória*” e não se enquadrarem no conceito de sentença (art. 201, § 2º).

Por outro lado, o art. 351 do NCPC dispõe que “*ocorrendo qualquer das hipóteses previstas nos arts. 482 [de não resolução do mérito] e 484, incisos II [decidir sobre decadência ou prescrição] e III [homologar autocomposição], o juiz proferirá sentença*”. E em seu parágrafo único afirma que “*a decisão a que se refere o caput pode dizer respeito a apenas parcela do processo, caso em que será impugnável por agravo de instrumento*”.

Diante disso, poderia haver dúvida se a decisão que resolve parte do processo pelas razões contidas nos dispositivos acima mencionados seria sentença parcial ou decisão interlocutória.

Para solucionar essa dúvida, parece-nos que o art. 351 do NCPC deve ser lido em conjunto com o já referido § 1º do art. 201, que faz expressa ressalva às “*disposições*

¹⁷³ NCPC: “Art. 352. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I – não houver necessidade de produção de outras provas; II – o réu for revel, ocorrer o efeito previsto no art. 341 [presunção de veracidade das alegações de fato do autor] e não houver requerimento de prova, na forma do art. 346”; “Art. 346. Ao réu revel será lícita a produção de provas, contrapostas às alegações do autor, desde que se faça representar nos autos a tempo de praticar os atos processuais indispensáveis a essa produção”.

expressas dos procedimentos especiais” antes de dispor que a sentença “*põe fim à fase cognitiva do processo*”.

Com base nessa interpretação sistemática do NCPC, pode-se concluir que a regra é de que os julgamentos parciais do mérito se dêem por decisão interlocutória, mas poderá haver a resolução de parte do *meritum causae* por sentenças parciais ou interlocutórias *se* houver expressa previsão dessas sentenças em algum dos procedimentos especiais.

É o que se verifica, p. ex., no caso da ação demarcatória, em que é proferida *sentença* (parcial) que julga procedente o pedido e determina o traçado da linha demarcada (NCPC, art. 579) e, posteriormente no mesmo processo, *sentença* homologatória de demarcação (NCPC, art. 585).

Apesar dessa disposição expressa de duas sentenças na ação demarcatória, parece clara a intenção do legislador de estabelecer como regra para os julgamentos parciais a prolação de decisão interlocutória, o que se verifica inclusive em um dos procedimentos especiais: a ação de exigir contas.

Afinal, o texto do Projeto do NCPC aprovado originalmente no Senado estabelecia que “*a sentença que julgar procedente o pedido condenará o réu a prestar as contas*” (art. 536, § 3º). Mas a redação do dispositivo correspondente do Substitutivo da Câmara, mantida no texto aprovado mais recentemente no Senado e remetido à sanção presidencial, se refere à “*decisão [e não sentença] que julgar procedente o pedido...*” (NCPC, art. 547, § 5º).

Destaque-se que o relatório do Dep. PAULO TEIXEIRA sobre o NCPC apresentado em 8 de maio de 2013 na Câmara afirmou expressamente que “*a tutela de parcela incontroversa da demanda, originariamente prevista como tutela de evidência, é tutela definitiva, como o próprio texto do Projeto afirma – com o que deve ser deslocada para a parte relacionada ao julgamento antecipado parcial do mérito*”.¹⁷⁴

Assim, ficou clara a intenção do legislador de que o julgamento parcial do mérito a ser realizado por meio de decisão interlocutória no sistema processual prospectivo tenha aptidão para resolver parcela da causa de forma definitiva.

Diante da expressa previsão dos julgamentos parciais no NCPC, não se estranha que

¹⁷⁴ Disponível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/8046-10-codigo-de-processo-civil/proposicao/pareceres-e-relatorios/parecer-do-relator-geral-paulo-teixeira-08-05-2013>, acesso em 3/11/2014, p. 49.

parte da doutrina manifeste certa dificuldade com relação à compreensão e ao conceito de decisão interlocutória de mérito¹⁷⁵, apesar de, na nossa opinião, a decisão interlocutória de mérito já ser uma realidade no nosso sistema processual vigente, como já se viu (nºs 3.1 e 3.2 *supra*) e será reforçado a seguir (nº 4 *infra*).

Sendo assim, é importante nos posicionarmos sobre o conceito de decisão interlocutória de mérito no NCPC.

Na linha do que se expôs até aqui (nºs 1.3, 3.1 e 3.2 *supra*), entendemos que, no sistema prospectivo disposto pelo NCPC, seria decisão interlocutória de mérito o pronunciamento que decidisse parte do *mérito* de uma causa, resolvendo definitivamente determinada parcela da controvérsia, mas sem pôr fim ao processo ou a uma de suas fases.

De todo modo, vale deixar claro também nosso entendimento de que os julgamentos parciais de *questões de mérito* por meio de decisão interlocutória também deverão ser admitidos no regime processual prospectivo do NCPC.

A propósito, o NCPC prescreve que a *questão prejudicial* poderá ser decidida expressa e incidentalmente no curso do processo e estende à resolução dessa questão os limites objetivos da coisa julgada.¹⁷⁶ E isso parece reforçar a posição aqui adotada de que podem haver julgamentos parciais não somente do *meritum causae* em si, como também das *questões de mérito*.

3.4. Conclusão parcial

Como visto, os julgamentos parciais são realizados no processo civil brasileiro por meio de decisões interlocutórias, pois é essa a conclusão que se extrai de interpretação sistemática do CPC e que melhor preserva o sistema processual idealizado pelo legislador, especialmente os conceitos de sentença e de decisão interlocutória (CPC, art. 162, §§ 1º e 2º),

¹⁷⁵ “A conclusão a que se chega, ao menos por ora, é no sentido de que é difícil enquadrar uma decisão no inciso II do art. 969 do Projeto do Novo CPC. O dia a dia da atividade judiciária, com sua dinâmica própria, haverá de lançar luzes sobre o tema, de modo a permitir exata tipificação sobre o que venham a ser ‘decisões que versarem sobre o mérito da causa’” (ASSIS, Arnaldo Camanho de. “O agravo de instrumento contra decisões que versam sobre o mérito da causa”, in *Revista de Informação legislativa*, ano 48, nº 190, abr-jun/2011, p. 33, disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242879>, acesso em 28/7/2014).

¹⁷⁶ “Art. 500. A decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida: § 1º O disposto no caput aplica-se à resolução de questão prejudicial, decidida expressa e incidentalmente no processo, se: I – dessa resolução depender o julgamento do mérito; II – a seu respeito tiver havido contraditório prévio e efetivo, não se aplicando no caso de revelia; III – o juízo tiver competência em razão da matéria e da pessoa para resolvê-la como questão principal”.

bem como o princípio da correspondência no âmbito recursal.

Ademais, não parece possível ampliar o escopo declarado da lei nº 11.232/2005 para interpretá-la no sentido de que, com sua vigência, passou-se a autorizar a prolação de sentenças parciais.

Primeiro, porque não foi essa a intenção das alterações realizadas por essa lei no CPC.

Segundo, porque o sistema do CPC ficaria sensivelmente comprometido com essa interpretação, já que o procedimento do recurso de apelação (interposição em primeiro grau, remessa dos autos ao tribunal *etc.*), próprio das sentenças proferidas no fim da *fase* – antes *processo* – de conhecimento, não poderia ser adequadamente aplicado às sentenças parciais.

Sendo assim, mesmo depois da lei nº 11.232/2005, será sentença somente o pronunciamento que tiver o conteúdo dos arts. 267 ou 269 e pôr fim ao procedimento principal ou a alguma das fases do processo.

Dito de outro modo, após aquela lei, a sentença passou a ser classificada por um critério *misto*, i.e., de *conteúdo* e *finalidade*, e não mais somente pelo segundo, entendimento este que parece afinal ter predominado também na jurisprudência.¹⁷⁷

¹⁷⁷ “(...) 8. Para determinar a apelação como recurso adequado, impõe-se o critério híbrido acerca da classificação da manifestação judicial, qual seja: a) ato relativo ao disposto nos arts. 267 ou 269, ambos do CPC; e b) ultimar-se o processo. 9. In casu, a despeito da adequação a uma das hipóteses dos arts. 267 ou 269, ambos do CPC, o pronunciamento do juízo singular controvertido não tem caráter jurídico de sentença, porque não interrompeu a tramitação da ação no Primeiro Grau; conseqüentemente, em razão da necessária interpretação sistêmica e da efetividade da tutela jurisdicional, revela natureza interlocutória, a ensejar a interposição de agravo (art. 522, do CPC)” (STJ, REsp nº 1.117.144, Rel. Min. CELSO LIMONGI [Des. convocado do TJSP], DJe 14/06/2010); “Com o advento da Lei 11.232/2005, foi adotado o conceito de sentença pelo critério misto de conteúdo e finalidade” (STJ, REsp nº 1.030.898, Min. SIDNEI BENETI, dec. monocrática, 9/11/2010); “(...) a r. decisão (...) que decretou a extinção do feito apenas em relação à co-autora/agravante, não possui natureza jurídica de sentença, mas sim de decisão interlocutória, razão pela qual corretamente foi impugnada por agravo de instrumento (fl. 165). Muito embora o conceito de sentença tenha sido alterado pela Lei n. 11.232/2005 que deu nova redação ao artigo 162 do Código de Processo Civil, o efeito do provimento sobre a relação processual ainda é determinante para verificar o recurso cabível. Assim, o reconhecimento da prescrição apenas quanto a uma co-autora, embora implique em situação prevista no artigo 269, IV, do CPC, não extinguiu a relação processual que processe para a solução final do litígio. Portanto, no caso, o recurso cabível era o de agravo de instrumento, corretamente interposto pela parte prejudicada” (STJ, REsp nº 1.208.776, Min. CASTRO MEIRA, dec. monocrática, 7/2/2011).

4. O CPC/73 E OS JULGAMENTOS PARCIAIS: PRINCIPAIS HIPÓTESES DE CONTROVÉRSIA

O CPC/73 previu originalmente e incorporou por meio de leis posteriores hipóteses permissivas do julgamento da causa em mais de uma oportunidade ao longo do processo.

Esse fato reforça o ponto demonstrado no capítulo anterior de que a cisão do julgamento do mérito e das questões de mérito é admitida no processo civil brasileiro.

É o que se verá adiante, ao se tratar das principais hipóteses em que é suscitada a ocorrência de – e esclarecermos nosso entendimento sobre haver ou não – julgamentos parciais na lei processual vigente.

4.1. Liquidação de sentença

Como se sabe, a liquidação de sentença consiste na realização dos atos necessários para apurar o montante de determinada obrigação (*quantum debeatur*), depois do proferimento de *sentença genérica* que reconheça a existência dessa obrigação (*an debeatur*), mas não indique o valor da prestação.

Em outras palavras, a liquidação de sentença é o meio pelo qual se torna líquida a(s) obrigação(s) reconhecida(a) na sentença genérica, determinando assim seu valor exato, a fim de que o credor possa exigi-la(s) do devedor por meio de execução forçada.

No CPC/39, a liquidação de sentença era tratada como incidente que tinha início depois da citação do devedor no processo de execução de título judicial.

Aquele diploma processual prescrevia que “a execução terá início pela liquidação” (art. 906) e que “proferida a sentença de liquidação, a execução prosseguirá, independentemente de nova citação pessoal” (art. 917).

Portanto, a liquidação de sentença não integrava o processo de conhecimento, mas sim o de execução. E a lei era expressa no sentido de que a decisão que julgava a liquidação constituía *sentença* (art. 917).

Na redação original do CPC/73, por sua vez, exigia-se nova *citação* para o início da liquidação, ainda que com a particular autorização de que o devedor fosse citado na pessoa de

seu advogado constituído nos autos (CPC/73, art. 603¹⁷⁸).

Assim, a liquidação de sentença parece ter sido considerada no CPC/73 uma ação autônoma, posterior ao processo de conhecimento originário, e não mais incidente do processo de execução.

Dito de outro modo, a liquidação de sentença foi originalmente concebida no CPC/73 como uma nova e autônoma relação processual¹⁷⁹, posterior àquela em que fora proferida a sentença genérica e necessariamente antecedente à execução dessa sentença.

Nesse sentido, pode-se também dizer que a liquidação de sentença passou a ser um *processo preparatório* para a execução¹⁸⁰, porque somente depois de julgada a liquidação o credor poderia iniciar a execução, citando o devedor novamente, agora pessoalmente (CPC/73, art. 611¹⁸¹).

Como constituía uma nova demanda autônoma, era natural que a liquidação fosse encerrada por uma *sentença*, como previu expressamente a redação original do CPC/73 no tocante à liquidação por artigos (art. 606¹⁸²).

No entanto, as normas de regência da liquidação de sentença no CPC/73 que conduziam às conclusões acima expostas foram consideravelmente modificadas pela lei nº 11.232/2005.

O Anteprojeto do IBDP que serviu de base para a elaboração dessa lei deixou claro que um dos objetivos das alterações por ela implementadas com relação à liquidação de sentença foi o de enquadrá-la corretamente como *procedimento* incidental, e não *ação*.¹⁸³

Assim, apesar de parte da doutrina ainda sustentar que a liquidação de sentença

¹⁷⁸ Revogado pela lei nº 11.232/2005.

¹⁷⁹ Cf. ASSIS, Araken de. *Cumprimento de sentença*, 4ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2010, p. 80.

¹⁸⁰ Cf. CARNEIRO, Athos Gusmão. “Questões polêmicas no novo Código de Processo Civil” (artigo publicado na RT 496/15, fev/1977), in *Princípios e temas gerais do processo civil* (coleção doutrinas essenciais: processo civil; vol. 1), org. LUIZ RODRIGUES WAMBIER e TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER, São Paulo, RT, 2011, p. 615.

¹⁸¹ Revogado pela lei nº 11.232/2005.

¹⁸² Revogado pela lei nº 11.232/2005.

¹⁸³ “O presente Anteprojeto foi amplamente debatido em reunião de processualistas realizada nesta Capital, no segundo semestre de 2002, e buscou inspiração em muitas críticas construtivas formuladas em sede doutrinária e também nas experiências reveladas em sede jurisprudencial. As posições fundamentais defendidas são as seguintes: (...) c) a liquidação de sentença é posta em seu devido lugar, como Título do Livro I, e se caracteriza como ‘procedimento’ incidental, deixando de ser uma ‘ação’ incidental; destarte, a decisão que fixa o ‘quantum debeat’ passa a ser impugnável por agravo de instrumento, não mais por apelação (...)” (Exposição de Motivos do Anteprojeto do IBDP, nº 5, no Projeto de Lei nº 3253/2004, cit., p. 9).

continuará sendo uma ação autônoma mesmo depois da lei nº 11.232/2005¹⁸⁴, entendemos que o direito positivo atual qualifica a liquidação como procedimento incidental.¹⁸⁵

Como tal, a liquidação de sentença é agora resolvida por *decisão interlocutória*, impugnável por agravo de instrumento¹⁸⁶, e não mais por sentença (CPC, art. 475-H), em etapa intermediária entre a fase de conhecimento que foi encerrada pela sentença genérica e a fase de cumprimento de sentença.

De uma forma ou de outra, independentemente de a liquidação constituir *ação* ou *procedimento* incidental, ou de ser julgada por meio de *sentença* ou de *decisão interlocutória*, pode-se dizer que a liquidação de sentença é decidida no mesmo processo em que é proferida a sentença genérica.¹⁸⁷

Em outras palavras, a liquidação de sentença é apenas uma nova etapa do processo já anteriormente iniciado¹⁸⁸, mas não rompe a *unidade* deste, conclusão esta em conformidade com aquela alcançada inclusive depois de amplo debate jurisprudencial no ordenamento jurídico no uruguaio, p. ex..¹⁸⁹

¹⁸⁴ “Com as alterações da Lei 11.232/2005, a liquidação de sentença passou a ser regulada pelos arts. 475-A e ss. (...) a liquidação de sentença, embora unificada procedimentalmente com a ação condenatória que lhe é anterior e com a da execução que lhe é posterior, não perdeu propriamente sua autonomia, sob diversos aspectos, devendo ser considerada, tal como ocorria anteriormente, uma ação com objeto distinto daqueles veiculados nas ações que com a liquidação se relacionam” (WAMBIER, Luiz Rodrigues. *Sentença civil: liquidação e cumprimento*. São Paulo, RT, 3ª ed., 2006, p. 109-10).

¹⁸⁵ “(...) a liquidação de sentença constitui apenas um procedimento incidental (e nunca ação ou processo incidental)” (LUCON, Paulo Henrique dos Santos. “Sentença e liquidação no CPC (lei 11.232/2005)”, in *Processo e Constituição: estudos em homenagem ao professor José Carlos Barbosa Moreira*, coord. LUIZ FUX, NELSON NERY JR. e TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER, São Paulo: RT, 2006, p. 914).

¹⁸⁶ “(...) existem situações em que o ato do juiz ‘implica uma alguma das situações previstas nos arts. 267 e 269’ e não é sentença. A título exemplificativo, isso ocorre em relação ao ato que põe fim à liquidação de sentença, que se aproxima, pelo conteúdo, de uma sentença de mérito, mas que, pela nova lei, é decisão interlocutória suscetível de ser impugnada pela via do agravo” (LUCON, Paulo Henrique dos Santos. “Sentença e liquidação ...”, cit., p. 911). Em sentido contrário, entendendo que o pronunciamento de mérito na fase de liquidação tem natureza de sentença: DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*, vol. IV, 3ª ed., São Paulo, Malheiros, 2009, p. 726-7; e SICA, Heitor Vitor Mendonça. “A nova liquidação de sentença e suas velhas questões”, in *Aspectos polêmicos da nova execução*, org. CASSIO SCARPINELLA BUENO e TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER, 1ª ed., São Paulo, RT, 2008, vol. 1, p. 235.

¹⁸⁷ Cf. ASSIS, Araken de. *Cumprimento de sentença*, cit., p. 80.

¹⁸⁸ Ou uma “fase do processo de conhecimento”, cf. AMORIM, José Roberto Neves. *Coisa julgada...*, cit., p. 157. No mesmo sentido, sustentando haver uma única fase de conhecimento que inclui a liquidação, com duas sentenças, apesar de admitir que existe respeitável doutrina no sentido de que existe uma ação ou lide de conhecimento e outra de liquidação: BARBOSA, Bruno Valentim. *Julgamentos parciais...*, cit., p. 38.

¹⁸⁹ “Frecuentemente la sentencia contiene una condena específica en sumas de dinero líquidas y exigibles. La coacción en este caso es imposible y antes de pasar a ella es menester realizar un proceso previo de liquidación. Se dice, entonces, que el proceso se divide en dos etapas. La primera de ellas, destinada a determinar el *an debeatur*; la segunda, destinada a determinar el *quantum debeatur*. Una larga disputa de jurisprudencia ha tenido por objeto, dentro de nuestro derecho, determinar la naturaliza de ese procedimiento posterior. Hoy la orientación se ha hecho pacífica en el sentido de que no se trata de otro juicio diferente, sino del mismo proceso,

Além disso, não há dúvida de que tanto a sentença genérica que fixa o *an debeat* quanto o julgamento da liquidação que estabelece o *quantum debeat* se relacionam com o mérito da causa.

Afinal, é imprescindível que o órgão jurisdicional não somente reconheça a existência da dívida, mas também determine seu valor para decidir por completo o pedido (mérito) e permitir que o autor promova o cumprimento da sentença contra o réu.

Dito de outro modo, a *crise de inadimplemento* levada ao Poder Judiciário não seria solucionada ao somente se estabelecer a existência do *an debeat* invocado pelo demandante, sem a definir o *quantum* da obrigação.

Portanto, ao prever a liquidação de sentença (que, como é notório, é amplamente verificada na prática), a lei processual autoriza expressamente a técnica de cisão do julgamento do mérito, por meio da qual o valor da prestação é decidido em pronunciamento judicial distinto daquele em que a obrigação é reconhecida.

A propósito, entendemos que a liquidação de sentença pode implicar julgamento parcial tanto do *mérito* em si quanto de *questões de mérito*, porque ocorrerá um ou outro caso a depender dos dois diferentes contextos em que pode ser proferida a sentença genérica.

No primeiro cenário, o autor efetivamente *pede* a sentença genérica, com base em um dos incisos do art. 286 do CPC.¹⁹⁰

Nessa hipótese, é inequívoco que a sentença genérica decidiu o *pedido* e, portanto, julgou o mérito do processo. Essa sentença será então integrada pelo julgamento da nova e sucessiva demanda deduzida pelo autor no procedimento incidental de liquidação.

Assim, haverá o fracionamento do julgamento do *mérito* do processo, em que houve dois pedidos sucessivos: o primeiro, de reconhecimento do *an debeat* pela sentença genérica; e o segundo, incidental, de fixação do valor da obrigação na liquidação de sentença.

No segundo cenário, o autor faz pedido certo e consegue provar o *an debeat* durante

a tramitarse con arreglo a las formas establecidas en los arts. 505 y 499 Y ss., C. P. C. Nuestro punto de vista consiste en sostener que, dentro del derecho uruguayo, diferente en este punto de algunos otros códigos hispanoamericanos, la unidad del proceso no se rompe. El proceso es el mismo y uno solo: sus diversas etapas no alteran su unidad” (COUTURE, Eduardo Juan. *Fundamentos del derecho procesal civil*, Buenos Aires, Roque Depalma, 3ª ed., 1958, p. 457-8).

¹⁹⁰ “Art. 286. O pedido deve ser certo ou determinado. É lícito, porém, formular pedido genérico: I - nas ações universais, se não puder o autor individuar na petição os bens demandados; II - quando não for possível determinar, de modo definitivo, as consequências do ato ou do fato ilícito; III - quando a determinação do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu”.

a instrução, mas não o *quantum*. E o juiz, com base no princípio do livre convencimento motivado (CPC, art. 131), profere sentença genérica e remete as partes para liquidação, a despeito do pedido certo formulado.¹⁹¹

Nesse caso, não parece descabido sustentar que a *sentença genérica* julga *questão de mérito*, uma vez que não decide efetivamente se o autor tem ou não direito ao *bem da vida* pleiteado (quantia X), e somente irá fazê-lo depois que for integrada pela decisão da liquidação.¹⁹²

Isso inclusive porque se verificarão situações em que somente na liquidação poderá ser apurada a “*real existência de prejuízo*”, quando aquela *sentença genérica* reconhecer, na verdade, apenas “*uma probabilidade de dano, cuja existência concreta só se verificará na liquidação por artigos*”.¹⁹³

A conclusão de que nesse caso a sentença genérica resolveria apenas *questão de mérito* é reforçada pelas possibilidades de o juiz proferir um *non liquet*¹⁹⁴ ou de o resultado da liquidação (i.e., o “valor” da obrigação) ser *zero*¹⁹⁵, pois isso prova que somente depois da decisão da liquidação o autor terá *certeza* quanto ao julgamento do seu pedido (mérito).

A propósito, o STJ já se pronunciou no sentido de que a hipótese de “liquidação zero” equivaleria à declaração de inexistência da obrigação que fora reconhecida na *sentença*

¹⁹¹ “Na hipótese versada, em que o autor formula pedido certo mas, durante a instrução, não consegue fazer prova suficiente do quantum debeat, limitando-se à prova do an debeat, deve-se admitir que o autor obtenha condenação genérica, remetendo-se a prova dos fatos relativos ao quantum debeat para o processo de liquidação” (WAMBIER, Luiz Rodrigues. *Sentença civil...*, cit., p. 116); “(...) DECISÃO QUE REMETE AS PARTES PARA A FASE DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. POSSIBILIDADE. (...) 5. ‘O enunciado do art. 459, parágrafo único, do CPC deve ser lido em consonância com o sistema que contempla o princípio do livre convencimento (art. 131 do CPC), de sorte que, ‘não estando o juiz convencido da procedência da extensão do pedido certo formulado pelo autor, pode reconhecer-lhe o direito, remetendo as partes para a liquidação’ (REsp 819.568/SP, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, DJ de 18.06.2010)” (STJ, AgRg-REsp nº 1.172.835, Rel. Min. PAULO DE TARSO SANSEVERINO, DJe 28/2/2011).

¹⁹² DINAMARCO parece entender, em sentido distinto, que essa hipótese constituiria *decomposição jurídica do pedido*, e não julgamento de *questão de mérito* (Capítulos..., cit., p. 79-80). No entanto, ao tratar de hipótese na qual o autor pede 100 e o juiz condena o réu a pagar apenas 80 como exemplo em que o juiz “*tratou [a demanda única] como se fora a justaposição de uma demanda por 80 unidades (a que tenho direito) e de outra, por 20 unidades (a que não tenho direito)*”, DINAMARCO registra que, aparentemente de forma convergente com o que sustentamos aqui, “*Carnelutti propõe outra explicação para o mesmo fenômeno, ao dizer que ‘quando o juiz de primeiro grau condenou a pagar cinquenta, ele resolveu as duas questões, uma em favor do autor e outra dando razão ao réu’; ao dizer assim, ele se referia à questão de ser devido algo e à questão sobre serem devidos cem ou cinquenta. (...) Depois de Carnelutti, em sentido substancialmente coincidente, manifestou-se Emilio Betti ao afirmar que, em casos como esses aqui considerados, o juiz terá decidido a questão referente ao an debeat, favoravelmente ao autor; e, de modo favorável ao réu, a questão ‘sobre a dimensão do objeto litigioso (quantum debeat)’*” (Idem, p. 76-7).

¹⁹³ Cf. SICA, Heitor Vitor Mendonça. “A nova liquidação...”, cit., p. 223-4.

¹⁹⁴ Cf. DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições...*, vol. IV, cit., p. 719.

¹⁹⁵ Cf. admite, p. ex.: SICA, Heitor Vitor Mendonça. “A nova liquidação...”, cit., p. 230-2.

genérica.¹⁹⁶

Assim, nos casos em que o autor faz pedido certo, mas é proferida sentença genérica, esta decide a *questão de mérito* relativa ao *an debeat*, cuja definição é logicamente antecedente ao julgamento do *pedido* propriamente dito do autor, no sentido de que o réu deve lhe pagar a quantia X. E essa tutela será somente e eventualmente concedida por ocasião do julgamento da liquidação, em que o juiz “*resolve a questão do quantum debeat*”¹⁹⁷ e, finalmente, o mérito é efetiva e definitivamente julgado.

Em suma, o fato é que na hipótese de sentença genérica seguida de liquidação ocorrem julgamentos parciais da causa, como admite inclusive LIEBMAN, um dos mais ferrenhos defensores do referido princípio da unicidade da sentença¹⁹⁸, que é tido por muitos como o principal óbice à proliferação de julgamentos parciais, como se viu (nº 2 *supra*).

Nesses casos, reconhece-se o *an debeat* (ou, em alguns casos, a mera probabilidade do dano) no primeiro julgamento.

No segundo *decisum*, no mesmo processo, o valor da obrigação é fixado em caráter *principaliter*¹⁹⁹, integrando a sentença genérica e, assim e apenas nesse momento, concluindo definitivamente o julgamento do *meritum causae*.

4.2. Reconvenção e ação declaratória incidental

Inicialmente, esclareça-se que as divergências quanto à natureza jurídica e às nomenclaturas associadas à reconvenção e à ação declaratória incidental (demanda, ação ou pedido incidental) ou consequências delas (cumulação de demandas, ações ou pedidos) são pouco relevantes para o propósito deste capítulo e, portanto, não serão discutidas a fundo.

¹⁹⁶ “As Instâncias ordinárias, ao contrário do que sustenta o ora recorrente, não excluíram a condenação por perdas e danos processuais, reconhecida definitivamente, na sentença, mas sim, quando de seu arbitramento, chegaram à conclusão de que o quantum debeat é zero, o que, de forma alguma, significa inobservância da coisa julgada. É o que autorizada doutrina denomina ‘liquidação zero’, situação que, ainda que não desejada, tem o condão de adequar à realidade uma sentença condenatória que, por ocasião de sua liquidação, mostra-se vazia, porquanto não demonstrada sua quantificação mínima e, por conseguinte, sua própria existência” (STJ, REsp nº 1.011.733, Rel. Min. MASSAMI UYEDA, DJe 26/10/2011).

¹⁹⁷ WAMBIER, Luiz Rodrigues. *Sentença civil...*, cit., p. 110.

¹⁹⁸ “Uma figura excepcional é a da condenação genérica, (...) pode o juiz, a pedido da parte, limitar-se a proferir condenação genérica à prestação, deixando a liquidação do valor devido para ser feita no prosseguimento do processo. Em tal caso, as duas questões fundamentais da causa são decididas em momentos diferentes e através de duas sentenças consecutivas que, em conjunto, constituirão a decisão da causa” (LIEBMAN, Enrico Tulio. *Manual...*, vol. I, cit., p. 239).

¹⁹⁹ Cf. LUCON, Paulo Henrique dos Santos. “Sentença e liquidação...”, cit., p. 919.

De todo modo, é preciso deixar claro que se adota aqui a posição segundo a qual tanto a reconvenção quanto a ação declaratória incidental constituem *pedido incidental*²⁰⁰, muito embora não se desconheça as opiniões diferentes desta.²⁰¹

Além disso, não se pretende aqui negar que tanto o pedido reconvenicional quanto o declaratório incidental demandarão juízo próprio e específico de admissibilidade do julgamento do mérito, diferente daquele feito para a demanda principal, em razão da autonomia daqueles em relação a esta nesse aspecto.²⁰²

Não se dará muita importância às referidas divergências fundamentalmente porque, independentemente do entendimento que se adote, o ponto realmente relevante para este trabalho é praticamente pacífico: tanto a reconvenção quanto a ação declaratória incidental são julgadas no *mesmo processo* da demanda inicial e, portanto, todos os pedidos formulados nesta e naquelas integram o *mérito* desse único processo.

É com base nessa perspectiva, bem como no entendimento de que a distinção entre a reconvenção e a ação declaratória incidental não é somente desnecessária, como pode também atrapalhar o funcionamento do sistema processual²⁰³, que elas serão abordadas conjuntamente neste tópico.

Estabelecidas essas premissas, pode-se dizer que a reconvenção e a ação declaratória incidental veiculam novos pedidos que integrarão o mérito do processo junto com os pedidos

²⁰⁰ “O pedido incidental de declaração é o que é chamado em geral de ‘ação declaratória incidental’ pela doutrina tradicional que, a exemplo do que se dá com a reconvenção, vê na iniciativa tradução de legítimo ‘direito de ação’ exercitado pelo réu em face do autor no mesmo processo por ele iniciado. (...) Não se trata, propriamente, de uma nova ‘ação’ distinta daquela exercida e exercitada pelo autor; mas de um novo pedido que o réu (ou o autor) formula no mesmo processo com vistas à obtenção de tutela jurisdicional não pedida inicialmente, é dizer, tutela jurisdicional qualitativamente diversa daquele que, de início, levou o autor a romper a inércia jurisdicional. Trata-se, aqui também, de verdadeira cumulação de pedidos em um mesmo processo, com vistas a uma melhor e mais ótima, por isso mesmo, mais eficiente atuação jurisdicional. Não, propriamente, de cumulação de ações” (BUENO, Cássio Scarpinella. *Curso sistematizado de direito processual civil*, vol. 2, tomo I, São Paulo, Saraiva, 2011, p. 213-4).

²⁰¹ Como, p. ex., as de que a reconvenção implicaria a “ocorrência de processo cumulativo” (MARQUES, José Frederico. *Manual de direito processual civil*, 9ª ed., Campinas, Millenium, 2003, p. 112) ou a de que a “ação declaratória incidental é ação nova dentro do processo existente” (BUZAID, Alfredo. *A ação declaratória no direito brasileiro*, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 1986, p. 374).

²⁰² “Devemos ter presente que, conquanto tenham unidade procedimental, idêntica, a ação principal e a declaratória incidental, têm elas autonomia, e assim, as respectivas relações jurídico-processuais, quanto aos pressupostos de sua existência e validade, são diversas tal como, aliás, ocorre entre a ação principal e a (ação) reconvenicional do réu, contra o autor” (ALVIM, Arruda. “Ação declaratória incidental”, in *RePro*, nº 20, 1980, p. 50).

²⁰³ “Parece-nos que a distinção entre demanda reconvenicional e demanda declaratória incidental nada traz de útil ao sistema processual brasileiro; ao contrário, provoca distorções absurdas, correntemente verificáveis na jurisprudência” (SICA, Heitor Vitor Mendonça. *O direito de defesa no processo civil brasileiro: um estudo sobre a posição do réu*, São Paulo, Atlas, 2011, p. 187).

formulados na petição inicial.

Portanto, se a reconvenção ou a ação declaratória incidental forem julgadas em momento distinto dos pedidos feitos pelo autor na peça exordial, pode-se dizer que houve julgamento parcial do mérito. Daí a relevância e o limite da análise acerca da reconvenção e da ação declaratória incidental no presente estudo.

Quanto à reconvenção, o CPC é expresso no sentido de que “*julgar-se-ão na mesma sentença ação e reconvenção*” (art. 318).

A letra da lei poderia, em princípio, levar à conclusão de que a demanda principal e a reconvenção jamais poderiam ser julgadas separadamente, sob pena de se reputar nula a decisão que julgar uma das duas separadamente.²⁰⁴

Essa afirmação é feita principalmente pelos defensores da existência do princípio da unicidade da sentença no direito brasileiro, para sustentar que a lei processual veda qualquer julgamento do mérito da reconvenção antes do julgamento do mérito da demanda principal.

Nesse sentido, diz-se inclusive que não se aplicaria à reconvenção a possibilidade de julgamento liminar de total improcedência da demanda na hipótese de casos idênticos perante o mesmo juízo (CPC, art. 285-A).²⁰⁵

Entretanto, os mesmos autores que defendem a impossibilidade de se decidir o mérito da reconvenção em momento distinto do mérito da demanda inicial não questionam a possibilidade de se extinguir a reconvenção sem julgamento do mérito antes do julgamento da demanda principal, ou vice-versa.²⁰⁶

Assim, vê-se que mesmo os defensores do princípio da unicidade da sentença parecem admitir em alguma medida que a regra do julgamento conjunto da demanda principal e da reconvenção comporta exceções.

Afinal, a extinção da reconvenção sem decisão *de meritis* não deixa de ser em alguma medida *julgamento* (de inadmissibilidade da apreciação do mérito).

Assim, pode-se dizer, por um lado, que se aceita a flexibilização da regra do julgamento conjunto da ação e da reconvenção.

²⁰⁴ Cf. DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições...*, vol. III, cit., p. 533.

²⁰⁵ Cf. BONDIOLI, Luis Guilherme Aidar. *Reconvenção no processo civil*, São Paulo, Saraiva, 2009, p. 210 e 213.

²⁰⁶ P. ex.: DINAMARCO, Candido Rangel. *Instituições...*, vol. III, cit., p. 535.

Logo, essa regra pode ser mitigada quando for incompatível com outras normas do sistema processual, como aquelas que impõem a extinção do processo sem julgamento do mérito²⁰⁷, a exemplo da maioria das hipóteses do art. 295 do CPC.

Por outro lado, alguns não admitem essa cisão do julgamento quando se trata de decidir o *meritum causae*, por força do princípio da unicidade da sentença, que assim parece ser a principal razão de entenderem não se poder julgar o mérito da reconvenção antes do mérito da demanda inicial.

Todavia, essa orientação não pode prevalecer.

Primeiro, porque o princípio da unicidade da sentença (ou do julgamento de todo o mérito do processo em um único ato) não foi incorporado pelo direito processual civil brasileiro, como já demonstrado. Ainda que existisse em nosso ordenamento, esse princípio poderia ser ponderado com outros e eventualmente mitigado (e não contrariado somente por norma específica, como sustentam alguns – nº 2 *supra*).

Segundo, porque seria um contrassenso admitir que os julgamentos da demanda principal ou da reconvenção pudessem ser realizados separada e antecipadamente um em relação ao outro quando não se decidisse o mérito, mas vedar esses julgamentos parciais com relação ao *meritum causae*.

É difícil negar, p. ex., que não faz nenhum sentido lógico ou jurídico permitir decisão liminar da reconvenção separadamente da demanda principal quando o pedido reconvenicional for juridicamente impossível ou for reconhecida a ilegitimidade *ad causam* (CPC, art. 295, I, c/c par. único, III; e II), mas impedir que o juiz indefira de pronto a reconvenção quando a pretensão nela deduzida estivesse manifestamente prescrita (CPC, art. 295, IV). Afinal, tanto a última quanto as primeiras hipóteses impõem igualmente o indeferimento da petição inicial (CPC, art. 295, *caput*). Vale ilustrar o exemplo.

Suponha-se uma demanda principal promovida por X, com pedido de condenação da ré Y a lhe entregar mercadorias por força de contrato de compra e venda de execução

²⁰⁷ “No mais, é evidente que apesar da autonomia existente entre ação principal e reconvenção, ambas são conduzidas em um mesmo processo e são julgadas em uma única sentença, na forma do art. 318 do CPC. Todavia, a regra do artigo supracitado não é absoluta, porque, em situações excepcionais, não é necessário aguardar-se o momento da sentença da ação principal para sentenciar a ação reconvenicional, principalmente quando presente uma das hipóteses do art. 267, do CPC” (TJSP, AI nº 0024744-36.2012.8.26.0100, Rel. Des. LÍGIA BISOGNI, DJE 13/12/2013). No mesmo sentido: TJSP, AI nº 0047489-19.2012.8.26.0000, Rel. Des. GILBERTO DE SOUZA MOREIRA, DJE 14/11/2012).

continuada e longa duração celebrado entre eles.

Além de sua defesa, Y apresenta reconvenção, para cobrar custos de transporte para entregas de mercadorias realizadas no passado que, segundo contrato, seriam devidos por X trinta dias depois da data em que Y incorresse nessas despesas.

De acordo com as datas constantes de planilha e documentos que acompanharam a reconvenção, o juiz constata com facilidade que a referida pretensão de cobrança prescreveu. E ao mesmo tempo verifica, diante da contestação, que a demanda inicial é de grande complexidade e provavelmente demandará muito tempo e trabalho até ser julgada.

Nesse caso, o juiz deve julgar desde logo a reconvenção? Ou o chamado princípio da unicidade da sentença impediria o julgador de fazê-lo? Parece que não pode impedir, já que conclusão em sentido contrário afrontaria os princípios constitucionais da efetividade, da celeridade, da economia e da eficiência do processo, que devem pautar a atuação jurisdicional (nº 1.1 *supra*) e, portanto, não pode ser admitida.²⁰⁸

Afinal, se fosse vedado ao juiz decidir desde logo o mérito da reconvenção, como deveria ele proceder?

Deveria deixar que as partes continuassem dispendendo esforços discutindo o mérito da reconvenção apesar de já estar certo de que a pretensão prescreveu?

Ou, ainda mais absurdamente, deveria o juiz proferir pronunciamento no sentido de que se deveria suspender a reconvenção – sem haver no caso nenhuma causa que justifique essa suspensão (CPC, art. 265) – até o julgamento da demanda principal, que poderia levar anos, sob o “fundamento” de que já teria formado seu convencimento com relação ao pedido reconvenicional, mas não concederia a respectiva tutela jurisdicional desde logo em razão da regra do art. 318 do CPC?

O juiz não poderia proceder de nenhuma das formas sugeridas, pois ambas seriam despautério violador do princípio da instrumentalidade do processo, já que nas hipóteses descritas a norma processual diminuiria a efetividade da tutela do direito material das partes, pois a retardaria.

²⁰⁸ “Aguardar por anos a definição de uma controvérsia que já se encontra pronta para resolução, pelo simples detalhe de que outras questões postas em discussão, distintas e não conexas, dependem, por exemplo, de uma extensa fase probatória e que a regra a preservar é a da unidade da sentença me parece, no mínimo, uma sutileza jurídica que não se harmoniza com os valores do direito. Uma sutileza que extrapola os limites da razoabilidade e o próprio senso de justiça” (MARTINS, Pedro Batista. “A arbitragem e o mito...”, cit., p. 283).

Dito de outro modo, não há justificativa para transformar o processo em uma novela, na qual o juiz guardaria para o “último capítulo” a revelação do destino dos atores (apenas da demanda principal ou da reconvenção, p. ex.), apesar de ter certeza daquele destino desde o “primeiro capítulo”.

Além disso, a regra do art. 318 deve ser lida em conjunto com a norma do art. 317 do CPC, segundo a qual “*a desistência da ação, ou a existência de qualquer causa que a extinga, não obsta o prosseguimento da reconvenção*”.

Essa norma, associada às razões já expostas e à interpretação sistemática do ordenamento processual, reforça a possibilidade de a demanda inicial e a reconvenção serem julgadas separadamente, com ou sem decisão *de meritis*.²⁰⁹

Em suma, a interpretação do CPC de forma sistemática e norteadas pelos princípios constitucionais acima referidos (nº 1.1 *supra*) conduz à conclusão de que o mérito da reconvenção e o da demanda principal podem – não obstante a regra (como já visto, não absoluta) do art. 318 do CPC – ser julgados separadamente se isso for necessário para otimizar a efetividade da tutela jurisdicional no caso concreto.

E essa necessidade é evidente não somente nos casos em que se verifique de pronto a ocorrência de prescrição²¹⁰ ou decadência²¹¹ (CPC, arts. 295, IV, e 219, § 5º), mas também quando houver condições de realizar, apenas com relação à demanda principal ou à reconvenção, o julgamento liminar de improcedência total, em hipótese de casos idênticos anteriores perante o mesmo juízo, nos termos do art. 285-A do CPC.²¹²

Pelos motivos já expostos ao se tratar da natureza dos pronunciamentos em que se

²⁰⁹ Observe-se que, contrariamente à posição ora adotada, a interpretação dominante na doutrina e – senão unânime – na jurisprudência parece ser restritiva com relação ao art. 317, no sentido de que a referência desse dispositivo a “*quaisquer causas de extinção*” diz respeito apenas àquelas razões que conduzem à decisão sem julgamento do mérito, mas não às causas que levam à decisão *de meritis*.

²¹⁰ “(...) o juiz pode pronunciar a decadência com relação a pedido cumulado ou quanto a reconvenção (implicando a ‘situação’ do artigo 269, V, do CPC e, portanto, enquadrando-se como sentença parcial de mérito) (...)” (SICA, Heitor. “Algumas implicações...”, cit., p. 195).

²¹¹ “(...) por vezes, nem mesmo a imposição legal de julgamento simultâneo de todo ou de todos os pedidos pela mesma sentença impõe-se como regra inflexível. Assim, v.g., o preceito do art. 315 [rectius: art. 318] do CPC, que comanda deverem ser julgadas a ação e a reconvenção na mesma sentença, cede passo à necessidade de julgamento da ação reconvençional liminarmente nas hipóteses em que esse desfecho torna-se possível, como sucede, entre outras situações, no caso de decadência do direito invocado na tela reconvençional, circunstância essa que permite, independentemente mesmo da intimação do reconvindo para contestar o pedido, o reconhecimento da improcedência de tal ação” (ARMELIN, Donald. “Notas sobre sentença parcial e arbitragem”, in *Revista de Mediação e Arbitragem*, nº 18, São Paulo, 2008, p. 282).

²¹² No sentido de que o art. 285-A se aplica à reconvenção: VIGLIAR, José Marcelo Menezes. *Código de Processo...*, coord. ANTONIO CARLOS MARCATO, cit., p. 1017.

realizam os julgamentos parciais (nº 3 *supra*), a decisão que julgar o mérito da reconvenção antes de decidir a demanda principal, ou vice-versa, é decisão interlocutória, e não sentença, já que não põe fim ao procedimento principal na fase cognitiva ou a alguma das fases do processo, que prosseguirá para o julgamento da parte do mérito pendente de decisão. Logo, essa decisão é impugnável pela via do agravo de instrumento.²¹³

Com relação à ação declaratória incidental, aplicam-se com ainda mais razão as conclusões a que se chegou com relação aos julgamentos parciais em caso de reconvenção.

Isso porque não existe em nosso direito positivo, para a ação declaratória incidental, norma correspondente à regra expressa de julgamento conjunto com a demanda principal que se verifica com relação à reconvenção.

Logo, a ação declaratória incidental também pode ser julgada em momento distinto da demanda inicial, por decisão interlocutória agravável²¹⁴, inclusive no tocante ao mérito²¹⁵, e

²¹³ “Decisão que eventual e indevidamente tocar o mérito da reconvenção antes do momento programado para tanto, por exemplo, para liminarmente julgar prescrita a pretensão reconvenicional, não terá natureza de sentença. É que, como já dito, a sentença permanece vinculada a atos de encerramento. E essa noção permanece implícita no art. 269” (BONDIOLI, Luis Guilherme Aidar. *Reconvenção...*, cit., p. 211-2); “No caso da rejeição liminar da reconvenção, não há encerramento da atividade jurisdicional em primeira instância, razão suficiente para impor o prosseguimento do processo e, portanto, dar àquela decisão regime jurídico de interlocutória” (BUENO, Cássio Scarpinella. *Curso sistematizado...*, vol. 2, tomo I, cit., p. 212). Quanto ao julgamento da demanda principal antes da reconvenção (na primeira citação a seguir sem julgamento do mérito, mas com fundamentos que nos parecem também aplicáveis a julgamentos parciais *de meritis*): “Ao autor-reconvindo, ainda aproveitando o exemplo, que teve a sua ação extinta sem apreciação do mérito, ou seja, sem a decisão sobre os pedidos que deduzira, caberá a utilização do recurso de agravo, porque a relação processual entre as partes não se extinguiu com a extinção da denominada ‘ação original’, pois a reconvenicional deverá ser julgada. Pela sistemática adotada pelo Código, a decisão não tem natureza jurídica de sentença, porque não põe fim ao processo, tratando-se de decisão interlocutória” (VIGLIAR, José Marcelo Menezes. *Código de processo...*, coord. ANTONIO CARLOS MARCATO, cit., p. 1021). Nesse sentido, na jurisprudência: TJSP (ex-1º TAC), Apel. nº 787.418-8, Rel. Des. JURANDIR DE SOUZA OLIVEIRA, j. 1/10/1999; e, também do TJSP, com ref. a muitos outros julgados: Apel. nº 0006812-97.2008.8.26.0642, Rel. Des. HAMID BDINE, j. 17/12/2013; e TJSP, AI nº 990.10.411370-9, Rel. Des. TASSO DUARTE DE MELO, j. 31/3/2011. Em sentido distinto, entendendo serem no regime atual (i.e., posterior à lei nº 11.232/2005) interlocutórias as decisões que não contêm julgamento do mérito, mas sentenças aquelas que contêm julgamento do mérito nos casos *retro* referidos: DINAMARCO, Candido Rangel. *Instituições...*, vol. III, cit., p. 535-6.

²¹⁴ “PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA INCIDENTAL. EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. SENTENÇA INCIDENTE. ART. 325, CPC. JULGAMENTO ANTERIOR À AÇÃO POSSESSÓRIA PRINCIPAL. NATUREZA DE DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. RECURSO CABÍVEL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. I - Contra a ‘sentença’ que põe fim à ação declaratória incidental, cabe agravo de instrumento se a ação versar, como no caso, questão prejudicial ao julgamento da principal e for julgada anteriormente a esta, liminarmente ou não, dada a natureza de decisão interlocutória. II - Ocorrendo extinção apenas parcial do processo (v.g., quando indeferida a declaratória incidental, a reconvenção ou excluído um dos litisconsortes), o recurso próprio é o agravo” (STJ, REsp nº 23.405, Rel. Min. SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, DJ 04/02/2002). No mesmo sentido: STJ, REsp nº 66.674, Rel. Min. WALDEMAR ZVEITER, DJ 29/4/1996.

²¹⁵ “Poderá ocorrer finalização, já o dissemos, sem julgamento de mérito, de uma causa, a prejudicial, ou da outra, a prejudicada. Outrossim, poderá haver julgamento de mérito, relativamente a uma ou a outra, como, ainda, a transação, ou novação, incidentes somente sobre uma delas, sendo, nessa hipótese, de se convir que a

“essa possibilidade (...) não infringe qualquer princípio processual”.²¹⁶

Entretanto, é preciso ressaltar que a ação declaratória incidental deverá logicamente ser julgada antes dos pedidos formulados na petição inicial, já que o julgamento destes *depende* do julgamento daquele pedido incidental (CPC, art. 325).²¹⁷

Assim, vê-se ser possível a ocorrência de julgamentos parciais no nosso atual sistema processual quando houver reconvenção ou ação declaratória incidental julgadas em momento distinto da demanda principal.

4.3. Reconhecimento do pedido, transação e renúncia parciais

Como se sabe, o réu pode reconhecer a procedência do pedido do autor, as partes podem transigir sobre os direitos discutidos em juízo e o autor pode renunciar ao direito objeto de sua demanda.

Logicamente, também é possível que esses atos de vontade das partes abranjam apenas parte de um pedido, um dos pedidos cumulados²¹⁸, ou somente um dos autores ou um dos réus em caso de litisconsórcio ativo ou passivo.

Afinal, impedir o reconhecimento do pedido, a transação ou a renúncia de apenas determinada parcela da controvérsia *sub judice* implicaria violação do princípio dispositivo (CPC, art. 2º) e das normas de direito substantivo segundo a qual esses atos estão no âmbito da autonomia privada das partes (CC, arts. 840 e 1275, II, p. ex.)

Além disso, obstar esses atos de livre disposição do direito material dos litigantes sobre parte da causa em razão do chamado princípio da unicidade da sentença iria claramente na contramão do princípio da instrumentalidade do processo.

Não é à toa que em regra se admite o reconhecimento parcial do pedido²¹⁹, a renúncia

ação principal prosseguirá se a incidente for trancada” (ALVIM, Arruda. “Ação declaratória...”, cit., p. 52).

²¹⁶ Cf. ARAGÃO, Egas Dirceu Moniz de. *Comentários ao Código...*, cit., p. 38. Em sentido contrário: “À semelhança do que ocorre com a reconvenção, a ação principal e a ação declaratória incidental devem ser julgadas por uma única sentença” (BUZAID, Alfredo. *A ação declaratória...*, cit., p. 401); DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições...*, vol. III, cit., p. 542; e BARBI, Celso Agrícola. *Ação declaratória principal e incidental*, 7ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1996, p. 77-8.

²¹⁷ “Logicamente deverá sempre a sentença proferida na causa prejudicial anteceder a da causa prejudicada” (ALVIM, Arruda. “Ação declaratória...”, cit., p. 52).

²¹⁸ Tratando dessa hipótese como um dos casos em que se deve admitir o desmembramento de pedidos cumulados: ARAÚJO, José Henrique Mouta. *Coisa julgada...*, cit., p. 231.

²¹⁹ Como se vê, p. ex., em STJ, REsp nº 1.223.328, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 4/3/2011.

parcial²²⁰ e a transação apenas sobre parte do *meritum causae*, apesar de não haver previsão expressa nesse sentido na lei processual.²²¹

Nesses casos, esse reconhecimento do pedido, transação ou renúncia parciais poderão ser homologados pelo juízo antes da decisão sobre o restante da causa. E então o processo prosseguirá para julgamento da parte do mérito não abrangida por um daqueles atos das partes e pela respectiva decisão homologatória.

Portanto, esses casos constituem hipóteses em que se verifica claro fracionamento da solução do *meritum causae*.

Afinal, conforme a redação original do CPC/73, o processo seria extinto *com julgamento de mérito* nas hipóteses em que “o réu reconhecer a procedência do pedido”, “as partes transigirem” ou o autor “renunciar ao direito em que se funda a ação” (arts. 269, II, III e V).

É bem verdade que essa redação original era muito criticada pela doutrina, por entender que a decisão que reconhece e homologa um daqueles atos de vontade das partes não continha *julgamento* do mérito, já que não havia propriamente *decisum* sobre o pedido. Assim, essa decisão homologatória seria uma *falsa sentença de mérito*.²²²

Geralmente, entende-se haver verdadeiro julgamento do mérito somente na hipótese do inc. I do art. 269, i.e., “quando o juiz acolher ou rejeitar o pedido do autor”²²³, ou nessa hipótese e também naquela do inc. IV, i.e., “quando o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição”.²²⁴

A redação atual, posterior à lei nº 11.232/2005, atendeu de certa forma aos antigos

²²⁰ Como se vê, p. ex., em STJ, EDcl-Pet-REsp nº 1.079.946, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, 13/8/2010.

²²¹ “Tendo o réu já reconhecido parte dos pedidos, que, envolvendo direitos disponíveis, cumulados e simples, eram passíveis de serem atendidos de forma isolada, inexistia impeço à transação parcial, prosseguindo o feito apenas quanto aos pontos controvertidos. O julgamento imediato das questões incontroversas, acerca das quais houve reconhecimento parcial por parte do réu, conquanto não previsto expressamente na lei processual, é admissível por interpretação teleológica do sistema processual pátrio, posto que atende o direito constitucional das partes à razoável duração do processo (CF, art. 5º, LXXVIII)” (TJSP, AI nº 0192686-05.2012.8.26.0000, Rel. Des. CLÓVIS CASTELO, DJE 5/11/2012). Excetuam-se eventualmente da regra de admissão da autocomposição parcial determinadas situações particulares, como casos de litisconsórcio necessário por ser impossível a transação com apenas um dos litisconsortes em razão da incidibilidade do julgamento da causa (STJ, REsp nº 767.060, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, DJE 8/9/2009); ou outros em que a homologação de acordo sobre parte do objeto do processo possa impedir o cumprimento de sentença a ele relacionada (TJSP, AI nº 0170414-47.2008.8.26.0100, Rel. Des. SILVÉRIO DA SILVA, DJE 27/2/2014).

²²² Cf. DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições...*, cit., vol. III, p. 263 e ss..

²²³ Cf. SANTOS, Nilton dos. *Código de processo...*, coord. ANTONIO CARLOS MARCATO, cit., p. 816-7.

²²⁴ Cf. FABRÍCIO, Adroaldo Furtado. “Extinção do processo e mérito da causa”, in *RePro*, nº 58, abr-1990, p. 8.

reclamos da doutrina, ao alterar o *caput* do art. 269 de modo a substituir a menção a *julgamento* do mérito por *resolução* do mérito.²²⁵

De todo modo, independentemente de se caracterizar as hipóteses de autocomposição abordadas neste tópico como de *julgamento* ou de *resolução* do mérito, não se pode negar que, quando essa autocomposição abrange apenas parte do objeto do processo e é homologada por pronunciamento judicial distinto daquele que decide a parte remanescente da causa, há o fracionamento da solução do mérito.

Nesses casos, a decisão que homologa reconhecimento do pedido, renúncia ou transação parciais tem natureza de *interlocutória*, impugnável por agravo de instrumento, já que não põe fim ao procedimento principal da fase de conhecimento em primeiro grau de jurisdição ou a alguma das fases do processo (cf. nº 3 *supra*), que prosseguirá para o julgamento da parte do mérito que não foi objeto da autocomposição.²²⁶

4.4. Tutela antecipada com base em incontrovérsia sobre parte da causa

O art. 273, § 6º, do CPC foi introduzido no nosso sistema processual pela lei nº 10.444/2002, para autorizar que sejam antecipados os efeitos da tutela “*quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso*”.

Passou-se então a questionar se esse dispositivo tratava mesmo de antecipação de tutela, ou se permitia, na verdade, o julgamento parcial do mérito. Afinal, nessa hipótese parte do mérito se torna *incontroversa* e, portanto, seria possível sustentar que a tutela então concedida se baseia em um juízo de *certeza*, e não de mera *verossimilhança*, como ocorre nas tutelas antecipadas em geral (CPC, art. 273, *caput*).²²⁷

²²⁵ “Na cabeça do art. 269, a expressão ‘*resolução do mérito*’ traduziria melhor a idéia que aí se contém do que a locução utilizada. Com efeito, aí se agrupam duas classes bem distintas de sentenças; as que efetivamente contém julgamento, verdadeira heterocomposição jurisdicional do litígio, e as limitadas à constatação e certificação de seu desaparecimento por ato de parte ou das partes” (FABRÍCIO, Adroaldo Furtado. “Extinção do processo...”, cit., p. 9).

²²⁶ “Os incisos II, III e V do art. 269 tratam de uma mesma espécie de decisão: a decisão homologatória da conciliação; a decisão que põe fim à controvérsia em razão de autocomposição. (...) É possível que a autocomposição seja parcial – envolva apenas parte do mérito. Nestes casos, a homologação judicial, que será possível, não implicará extinção do processo, mas, sim, a solução parcial do mérito e o prosseguimento da causa para o julgamento do restante. Não será, pois, sentença, mas decisão interlocutória” (DIDIER JR., Fredie. *Curso...*, vol. 1, cit., p. 554). Em sentido contrário, entendendo que o ato homologatório de autocomposição sobre parte do objeto do processo é sentença, sujeita à apelação, porque *define a causa parcialmente*: DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições...*, vol. III, cit., p. 269.

²²⁷ “(...) abre-se oportunidade à nova espécie de tutela antecipatória, desvinculada da alegação de perigo e que

Em outras palavras, a cognição poderia ser suficientemente *profunda* de modo a resultar no efetivo acolhimento do pedido e, assim, julgamento do mérito propriamente dito, e não apenas antecipação dos efeitos práticos desse acolhimento.²²⁸

Diante disso, pouco tempo depois de o art. 273, § 6º, entrar em vigor já havia quem sustentasse que ele autorizava o “*julgamento antecipado parcial da lide*”.²²⁹

A questão foi tão tormentosa na doutrina que BEDAQUE compartilhou inicialmente do entendimento segundo o qual a decisão proferida com amparo do art. 273, § 6º, do CPC seria definitiva, mas depois mudou de opinião, para afirmar que “*a simples antecipação de efeitos não gera resultado definitivo, pois nada obsta que o juiz, durante a instrução, entenda inexistente o direito, embora incontroversa a afirmação do autor*”.²³⁰

De fato, por mais que a cognição exercida para a concessão de tutela antecipada fundada no art. 273, § 6º, do CPC possa ser exauriente²³¹, a decisão não pode constituir julgamento definitivo do mérito e, portanto, tampouco ser acobertada pela coisa julgada material.²³²

Isso porque, por *opção legislativa*, a tutela prestada com base naquele dispositivo é *provisória*, já que pode ser revogada ou modificada a qualquer tempo (CPC, art. 273, § 4º).²³³

*não se contenta com a sumariade da cognição no sentido vertical. A tutela antecipatória do art. 273, § 6º, somente pode ser concedida quando não há necessidade de postecipação do contraditório e há juízo que pode ser chamado de ‘certeza’, em contraposição ao denominado de ‘verossimilhança’, próprio da tutela antecipatória do art. 273, I” (MARINONI, Luiz Guilherme. *Técnica...*, cit., p. 144).*

²²⁸ Cf. MARINONI, Luiz Guilherme. *Antecipação da tutela*, 10ª ed., São Paulo, RT, 2008, p. 294; e LOPES, João Batista. *Tutela antecipada no processo civil brasileiro*, 4ª ed., São Paulo, RT, 2009, p. 213.

²²⁹ Cf. BUENO, Cassio Scarpinella. *Tutela antecipada*, São Paulo, Saraiva, 2004, p. 47.

²³⁰ *Tutela cautelar e tutela antecipada: tutelas sumária e de urgência (tentativa de sistematização)*, 4ª ed., São Paulo, Malheiros, 2006, p. 337. O posicionamento anterior do autor, como ele mesmo relata, era o de que “*nenhum óbice existe, portanto, ao julgamento antecipado parcial, o que dotaria a decisão de definitividade, apta ao trânsito em julgado. O processo continuaria seu curso, apenas para exame e julgamento da parte controvertida*” (Idem, p. 337).

²³¹ Cf. LUCON, Paulo Henrique dos Santos. *Estabilização da tutela antecipada e julgamento parcial do mérito*, artigo publicado em 15/7/2010 no site do IBDP, disponível em <http://www.direitoprocessual.org.br/index.php?novo-cpc-2>, acesso em 20/12/2014, p. 26; e MITIDIERO, Daniel. *Antecipação de tutela: da tutela cautelar à técnica antecipatória*, São Paulo, RT, 2013, p. 136-7.

²³² Cf. BONÍCIO, Marcelo José Magalhães. “*Notas sobre a tutela antecipada ‘parcial’ na nova reforma do Código de Processo Civil*”, in RT, nº 808, fev/2003, p. 77.

²³³ “*Não se discute que a tutela prevista no § 6º do artigo 273 do CPC atende aos princípios constitucionais ligados à efetividade da prestação jurisdicional, ao devido processo legal, à economia processual e à duração razoável do processo, e que a antecipação em comento não é baseada em urgência, nem muito menos se refere a um juízo de probabilidade (ao contrário, é concedida mediante técnica de cognição exauriente após a oportunidade do contraditório). Porém, por questão de política legislativa, a tutela do incontroverso, acrescentada pela Lei nº 10.444/02, não é suscetível de imunidade pela coisa julgada, inviabilizando o adiantamento dos consectários legais da condenação (juros de mora e honorários advocatícios)*” (STJ, REsp nº 1.234.887, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe 2/10/2013).

Dito de outro modo, a decisão antecipatória de tutela “*não tem o atributo da definitividade*”.²³⁴

Sendo assim, concordamos com a conclusão de NERY JR. e NERY no sentido de que pode haver duas soluções na hipótese de incontrovérsia sobre parte do mérito da causa: (i) o proferimento de *decisão interlocutória* concessiva da tutela antecipada, caso seja esta a pretensão do autor (CPC, art. 273, § 6º); ou (ii) a prolação de “*decisão interlocutória definitiva de mérito*”, sem a extinção do processo, se acolhida alegação do autor de que o réu reconheceu parcialmente o pedido (CPC, art. 269, II).²³⁵

No primeiro caso, o pronunciamento do juiz poderá tratar de questões de mérito e do mérito em si, mas não se consideraria ter havido julgamento parcial do *meritum causae* propriamente dito, em razão da provisoriedade da decisão.

No segundo, haveria efetiva solução parcial do mérito, como já se viu (nº 4.3 *supra*).

4.5. Procedimentos especiais bipartidos

Além das hipóteses referidas nos tópicos anteriores, que podem ocorrer de forma geral no procedimento comum (nºs 4.1 a 4.4 *supra*), verificam-se algumas previsões expressas de julgamentos parciais também no âmbito de determinados procedimentos especiais que se podem denominar *bifásicos* ou *bipartidos*, como se demonstra a seguir.

4.5.1. Ação de consignação em pagamento (CPC, arts. 895, 898 e 899, § 1º)

Podem ocorrer julgamentos parciais em duas ocasiões na ação de consignação em pagamento.

A primeira delas pode ocorrer quando o fundamento da demanda for dúvida sobre quem deve receber a prestação e mais de um dos réus alegar ser o legítimo credor.

²³⁴ LUCON, Paulo Henrique dos Santos. *Estabilização...*, cit., p. 18. Em sentido contrário, sustentando que a “inclusão do § 6º ao art. 273 representa, a nosso ver, atecnia do legislador, eis que a natureza da decisão proferida com base nos incs. I e II do art. 273 difere daquela proferida com supedâneo no § 6º desse mesmo dispositivo legal” e que a “a hipótese do § 6º do art. 273” trata de “*julgamento antecipado parcial da lide*”: ALVIM, Eduardo Arruda. “O perfil da decisão calcada no § 6º do art. 273 do CPC – Hipótese de julgamento antecipado parcial da lide”, in *Revista Forense*, nº 398, jul-ago/2008, p. 43-61, esp. p. 51-2.

²³⁵ NERY JR., Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código de Processo Civil comentado e legislação extravagante*, 11ª ed., São Paulo, RT, 2010, p. 555. No mesmo sentido: ARAÚJO, José Henrique Mouta. *Coisa julgada...*, cit., p. 318, nota 827; e, ainda, mas tratando a segunda hipótese como caso de *sentença parcial*: BARBOSA, Bruno Valentim. *Julgamentos parciais...*, cit., p. 57-8.

Nesse caso, seja porque já resolvida eventual questão associada ao valor depositado, seja porque este não foi impugnado pelos sedizentes credores, o juiz poderá declarar “*efetuado o depósito e extinta a obrigação, continuando o processo a correr unicamente entre os credores*” (CPC, arts. 895 e 898).

Dessa forma, verifica-se o julgamento de parcela do *mérito*, pois o juiz declarará a obrigação satisfeita e, assim, excluirá o devedor do processo.

O processo então prosseguirá apenas entre os réus, os quais assumirão a condição de sujeitos ativos e passivos da relação jurídica processual.²³⁶

Nessa segunda fase do *mesmo processo*, será realizado o julgamento da parte remanescente do mérito, a fim de determinar qual dos réus é o titular da prestação adimplida pelo autor.

A primeira decisão, que libera o autor-devedor, não encerra a fase de conhecimento em primeiro grau. Assim, trata-se de decisão interlocutória, impugnável por agravo de instrumento²³⁷ (cf. nº 3 *supra*).

Também pode haver julgamento parcial do mérito na ação de consignação em pagamento na hipótese do § 1º do art. 899 do CPC, segundo o qual, “*alegada a insuficiência do depósito, poderá o réu levantar, desde logo, a quantia ou a coisa depositada, com a consequente liberação parcial do autor, prosseguindo o processo quanto à parcela controvertida*”.

Parte da doutrina entende que a decisão que libera parcialmente o autor consiste em tutela antecipada²³⁸ e, portanto, teria natureza provisória (CPC, art. 273, § 4º).

²³⁶ Cf. MARCATO, Antônio Carlos. *Código de Processo...*, coord. ANTÔNIO CARLOS MARCATO, cit., p. 2618-9.

²³⁷ “A decisão referida [“com objeto na declaração de regularidade e eficácia do depósito como forma de liberação”] é, sem dúvida, julgamento de mérito: o mérito da ação consignatória propriamente dita. Contudo, curiosamente, o procedimento de primeiro grau não se encerra, devendo prosseguir com novo objeto. Essa particularidade impede que, no sistema do Código, seja apelável o ato judicial em causa, eis que não ‘extingue o processo’ e, pois, na terminologia adotada, não é sentença. O recurso cabível será o agravo de instrumento, pois na disciplina dos recursos o C.P.C. abandonou de todo os critérios relacionados com o envolvimento ou não do mérito da causa para indagar tão-somente, de modo estritamente pragmático, se ainda há ou não há mais o que processar em primeira instância: se há, os autos devem permanecer aí e o recurso é o de agravo; se não há, podem subir os autos, e o recurso é de apelação” (FABRÍCIO. Adroaldo Furtado. “Ação consignatória fundada em dúvida quanto à titularidade do crédito”, in *Ajuris*, nº 18, mar/1980, p. 17-8). No mesmo sentido: BUENO, Cassio Scarpinella. *Curso sistematizado de direito processual civil*, vol. 2, tomo II, 2011, p. 39-40. CÂMARA, Alexandre Freitas. *Lições de direito processual civil*, vol. III, 16ª ed., Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2010, p. 305-6. Em sentido contrário, entendendo que a decisão em questão tem natureza de sentença: MARCATO, Antônio Carlos. *Ação de consignação em pagamento*, 6ª ed., São Paulo, Malheiros, 2001, p. 122-3.

²³⁸ Cf. MARCATO, Antonio Carlos. *Procedimentos especiais*, 12ª ed., São Paulo, Altas, 2006, p. 89-90.

No entanto, essa não parece ser a melhor interpretação da norma, já que a liberação parcial do credor nesse caso é definitiva, pois *satisfaz* e *extingue* a obrigação substancial, na medida do valor depositado.

Dito de outro modo, verifica-se decisão sobre parte do mérito, e não mera antecipação de tutela, pois o juiz declarará a obrigação satisfeita na extensão do depósito realizado, o que é possível em razão da decomponibilidade do objeto do processo (ver nº 5.1 *infra*).

Portanto, essa hipótese representa mais um caso de julgamento parcial, por meio de decisão interlocutória de mérito.²³⁹

A expressa previsão legal desse julgamento parcial, introduzida no CPC pela lei nº 8.951/1994, evita delongas desnecessárias e desproporcionais²⁴⁰, aumentando assim a efetividade da tutela jurisdicional na ação de consignação em pagamento. E isso reforça as já alcançadas conclusões de que os julgamentos parciais maximizam a eficácia de diversos princípios constitucionais (cf. nº 1.1 *supra*), especialmente o da *eficiência* do processo.²⁴¹

4.5.2. Ação de prestação de contas (CPC, arts. 915, § 2º, e 918)

No procedimento especial da ação de prestação de contas fundada no direito de exigir contas (CPC, art. 914, I), em que se reconhece a obrigação do réu de prestá-las, distinguem-se no CPC “*duas fases bem definidas, cada qual encerrada por uma sentença*”²⁴², sendo a primeira delas definitiva, apta a produzir coisa julgada, “*embora sem encerrar inteiramente o procedimento*”.²⁴³

²³⁹ Nesse sentido, destacando ainda que o mesmo se verifica em caso de incontrovérsia sobre parte do valor no procedimento do precatório requisitório (CPC, art. 730 c/c CF, art. 100): ARAÚJO, José Eduardo Mouta. *Coisa julgada...*, cit., p. 338. Confirmando a possibilidade de expedição de precatório ou requisição de pagamento em relação à parte incontroversa da execução: STJ, EREsp nº 700.937, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, DJ 20/3/2006; e STJ, AgRg-REsp nº 1045921, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJe 27/04/2009.

²⁴⁰ “(...) o expediente adotado pelo artigo evita que pequenas divergências de valor, quicá insignificantes do ponto de vista econômico, retardem desproporcionalmente a solução do litígio, servindo ao credor como pretexto para manter o devedor vinculado e sobrecarregá-lo com o ônus da sucumbência” (FABRÍCIO, Adroaldo Furtado. *Comentários ao Código de Processo Civil, Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973*, vol. 8, tomo III, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 160).

²⁴¹ “As várias reformas setoriais efetivadas no CPC sob iniciativa da ESCOLA NACIONAL DA MAGISTRATURA e do INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PROCESSUAL, já lograram, em termos gerais, bons resultados. Basta, por exemplo, considerar o progresso, não só pragmático mas também em nível teórico, trazido (...) pela maior eficiência dada à ação de consignação em pagamento (...)” (Exposição de Motivos do Anteprojeto do IBDP, nº 2, no Projeto de Lei nº 3253/2004 [originário da lei nº 11.232/2005], cit., p. 7).

²⁴² SANTOS, Nelson dos. *Código de processo...*, cit., p. 448.

²⁴³ SILVA, Ovídio A. Baptista da. “Decisões interlocutórias...”, cit., p. 20-1.

Na primeira fase, haverá *decisum* acerca da existência da obrigação do réu de prestar contas (CPC, art. 915, § 2º). Na segunda fase, será verificado o conteúdo em si das contas e, depois de determinar os cálculos corretos, o juiz declarará o saldo credor, que poderá ser cobrado em execução forçada (CPC, art. 918).²⁴⁴

Assim, a lei é clara ao autorizar – ou, mais que isso, determinar expressamente que haverá – a cisão do julgamento do mérito nessa hipótese do procedimento especial de prestação de contas.²⁴⁵ Diante do texto inequívoco da lei, é inegável a previsão expressa de julgamento parcial nesse caso.

Por outro lado, também em razão da letra da lei, é difícil sustentar que a decisão da primeira fase seria decisão interlocutória, apesar de não pôr fim ao procedimento principal da fase de conhecimento em primeiro grau. Afinal, conclusão nesse sentido contrariaria o texto legal expresso de que esse pronunciamento constitui *sentença*.

Não é à toa que a orientação predominante – senão pacífica – na doutrina²⁴⁶ e na jurisprudência²⁴⁷ é no sentido de que é mesmo sentença a decisão que reconhece a obrigação do réu de prestar contas, ainda que a etapa de conhecimento continue para apurar o saldo credor. E neste caso específico concordamos que o julgamento parcial é realizado por meio de *sentença intermediária e parcial*, impugnável por meio de apelação.

²⁴⁴ Essas duas fases desse procedimento especial foram bem resumidas em acórdão de relatoria de BEDAQUE enquanto ainda exercia função jurisdicional: “*O procedimento da demanda de prestação de contas, em regra, desdobra-se em duas fases. A sentença proferida na primeira fase do procedimento não extingue o processo; limita-se a reconhecer a obrigação de prestar as contas. Inicia-se, então, a segunda fase, em que será desenvolvida atividade cognitiva destinada à verificação das contas apresentadas e apuração de eventual saldo devedor*” (TJSP, Apel. nº 991.08.079106-5, Rel. Des. ROBERTO BEDAQUE, j. 7/7/2010).

²⁴⁵ “*O processo, em verdade, é único, embora dividido em duas fases distintas. Há, pois, o ajuizamento de uma única demanda, contendo um único mérito. A análise deste, porém, é dividida em dois momentos: o primeiro, dedicado à verificação da existência do direito de exigir a prestação de contas; o segundo, dirigido à verificação das contas e do saldo eventualmente existente*” (CÂMARA, Alexandre Freitas. *Lições...*, vol. III, cit., p. 347). No mesmo sentido: ARAÚJO, José Henrique Mouta. *Coisa julgada...*, cit., p. 411.

²⁴⁶ Nesse sentido: MARCATO, Antônio Carlos. *Procedimentos especiais*, cit., p. 142. Parecendo entender também que a primeira decisão na ação de exigir contas constitui sentença: MOREIRA, José Carlos Barbosa. “A nova definição...”, in *RePro*, cit., p. 272: “*O conceito de sentença, à luz da nova sistemática, deixa de fundar-se no critério topológico para ligar-se ao conteúdo do ato. Nessa perspectiva, a dualidade de referências, aos arts. 267 e 269, reflete a variação possível desse conteúdo. Registre-se de passagem que com isso se passa a harmonizar mais facilmente o conceito com as hipóteses, já lembradas, dos procedimentos especiais divididos em duas fases nítidas, como a ação para exigir contas. O primeiro pronunciamento do juiz, que condena o réu à respectiva prestação, decide uma parte do mérito, e portanto fica perfeitamente coberto pela alusão ao art. 269, sem necessidade de recorrer-se, como antes, a um sutil expediente hermenêutico*”.

²⁴⁷ “*É sentença de mérito, e não decisão interlocutória, o ato judicial que decide a primeira etapa da ação de prestação de contas, embora não ponha termo no processo*” (STJ, AgRg-Ag nº 837, Rel. Min. FONTES DE ALENCAR, DJ 5/3/1990). Afirmando também ser *sentença* a decisão que encerra a primeira fase da prestação de contas condenando o devedor a prestá-las: STJ, REsp nº 1.092.592, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 23/5/2012; STJ, REsp nº 913.411, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJe 23/11/2009; e STJ, REsp nº 961.439, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 27/4/2009.

De todo modo, isso não infirma o posicionamento aqui defendido de que, em regra, a os julgamentos parciais são realizados por decisão interlocutória (cf. nº 3 *supra*).

A prestação de contas, por ser realizada em procedimento *especial*, constitui exceção àquela regra defendida neste trabalho para o procedimento *comum*, o que não deve causar estranheza.

Afinal, como está prevista desde a redação original do CPC/73, a sentença da primeira fase da ação de prestação de contas caracterizou, desde o início da vigência da atual lei processual, exceção ao conceito de sentença (anterior à lei nº 11.232/2005) como ato que “*põe termo ao processo*” (CPC, art. 162, § 1º, em sua redação original).²⁴⁸

A propósito, a sistematização dos julgamentos parciais ora proposta é a mesma que parece se verificar no NCPC: *decisum* sobre parte do mérito deve ser realizado, em regra, por decisão interlocutória, ou, excepcionalmente e somente se expressamente prevista para determinado procedimento especial, por sentença interlocutória ou parcial (cf. nº 3.3 *supra*).

4.5.3. Ações demarcatória e divisória (CPC, arts. 958, 966, 971, par. único, e 980)

Da mesma forma que se verifica com relação à ação de prestação de contas, o CPC estabelece procedimentos bifásicos para as demandas de demarcação ou divisão de terras particulares, sendo também cada fase encerrada por uma *sentença*.

Na demanda demarcatória, depois de terem sido produzidas provas demonstrativas dos limites da demarcação pretendida e superados eventuais pontos contrários a essa pretensão (associados ao domínio da terra, p. ex.), poderá ser proferida uma primeira sentença – *intermediária* e *parcial* – de procedência do pedido, que reconhecerá o direito do autor à demarcação e “*determinará o traçado da linha demarcatória*” (CPC, art. 958).

²⁴⁸ Bem sintetizando entendimentos no sentido de que a sentença *interlocutória* ou *parcial* que encerra a primeira fase da ação de prestação de contas constitui exceção no nosso sistema processual, ALEXANDRE FREITAS CÂMARA registra que “*para Adroaldo Furtado Fabrício, embora não se enquadre na definição do texto original do § 1º e do art. 162 do CPC, o ato que, ao final da primeira fase, reconhece a existência do direito à prestação de contas, e condena o demandado a prestá-las, deve ser considerado como sentença. Afirma o notável processualista gaúcho que a divisão do procedimento em duas fases bem distintas fez com que se tivesse de equiparar cada fase a um processo distinto e, por conseguinte, o provimento que encerra cada fase deve ser tratado como sentença* [em nota, ref. a “*Comentários ao Código de Processo Civil, vol. III, tomo III, pp. 304-305*”]. (...) *Sobre o ponto, também se manifestou Humberto Theodoro Júnior, sustentando que a definição contida no texto original do § 1º do art. 162 do CPC só era adequada para o procedimento ordinário, não se aplicando aos procedimentos especiais, e concluindo pelo acerto da assertiva segundo a qual o ato analisado seria sentença*” [em nota, ref. a “*Curso de Direito Processual Civil, vol. III, p. 112*”]” (*Lições...*, vol. III, cit., p. 351).

Transitada em julgado essa sentença, serão realizados os necessários trabalhos *in loco* para efetivar a demarcação e os respectivos marcos, os quais resultarão em laudo pericial sobre os quais as partes terão oportunidade de se manifestar. Depois de eventuais alterações necessárias nesse laudo, será lavrado auto de demarcação (CPC, arts. 959 a 965).

Esse auto será assinado pelo juiz, pelos técnicos encarregados da demarcação e então “*será proferida a sentença homologatória de demarcação*” (CPC, art. 965).

Na demanda divisória, o contexto é análogo ao da demarcatória, pois também poderá haver sentença de procedência do pedido, seguida de sentença homologatória da divisão (CPC, arts. 971, par. único, e 980).

Assim, vê-se que tanto na demanda demarcatória quanto na divisória há fracionamento do julgamento do mérito, uma vez que há uma primeira sentença, *declaratória* do direito do autor à demarcação ou divisão, e uma segunda sentença, *constitutiva* da demarcação ou divisão com base nos trabalhos de campo realizados.²⁴⁹

Nesses procedimentos especiais também é difícil negar a natureza da sentença do pronunciamento que reconhece o direito do autor à demarcação ou à divisão.

Afinal, a lei trata expressamente como *sentença* o primeiro pronunciamento sobre o mérito na demanda demarcatória, o qual encontra correspondência na demanda divisória (CPC, arts. 959 e 971, par. único).

Assim, da mesma forma que se viu com relação à ação de prestação de contas, a caracterização do primeiro pronunciamento *de meritis* nos procedimentos especiais de demarcação e divisão como sentença constitui exceção à regra do procedimento comum de que os julgamentos parciais se realizem por meio de decisão interlocutória.

4.6. Conclusão parcial

Sabe-se que a sentença foi originalmente concebida no CPC/73 como o ato que põe “*termo ao processo, com ou sem julgamento do mérito*”.²⁵⁰

Independentemente das críticas a esse conceito e de sua alteração pela lei nº

²⁴⁹ “Nos processos divisórios e demarcatórios poderão ser prolatadas duas sentenças, uma de natureza declaratória (*sentença intermediária*) e outra de natureza constitutiva (*sentença final*)” (MARCATO, Antônio Carlos. *Procedimentos especiais*, cit., p. 189).

²⁵⁰ GRINOVER, Ada Pellegrini. *Direito processual...*, cit., p. 73-5.

11.232/2005, não se questiona que a sentença pode *ou não* conter julgamento do mérito.

Entretanto, os julgamentos parciais são geralmente admitidos quando se decide parte da causa *sem* resolução do mérito, mas questionados pela maioria da doutrina quando têm por objeto o mérito ou as questões de mérito, sob o fundamento que o julgamento destes deveria ser realizado em um único pronunciamento, no fim da fase de conhecimento.

Dito de outro modo, a possibilidade de fracionamento da sentença quando se reputa inadmissível a apreciação de parcela do mérito é pouco – ou nada – questionada; i.e., os julgamentos parciais são admitidos nessa hipótese.

Por outro lado, a cisão do *decisum* sobre a causa de modo que parte do mérito ou das questões de mérito seja resolvida no curso da fase de conhecimento, e não somente no pronunciamento final desta, enfrenta forte resistência.

Todavia, não vemos fundamento no direito positivo brasileiro para se admitir os julgamentos parciais no primeiro caso (sem resolução do mérito), mas se opor a eles no segundo (com resolução do mérito ou das questões de mérito).

Em primeiro lugar, porque a lei reputa igualmente *sentença* o pronunciamento que resolve parte da causa *sem* ou *com* apreciação do mérito (CPC, arts. 162, § 1º, 267 e 269).

Logo, parece em certa medida inconsistente com o sistema permitir a cisão da sentença mediante julgamento parcial *sem* resolução do mérito, mas não admitir julgamento parcial *com* apreciação do mérito em razão do referido princípio da unicidade da sentença.

Em outras palavras, se o princípio da unicidade da sentença – no nosso sistema, concebida como pronunciamento que aprecia *ou não* o mérito – pode ser flexibilizado no caso de decisão sobre a admissibilidade da análise do mérito, deve ser também mitigado quando o julgamento de uma parte do *meritum causae* ou das questões a ele inerentes for possível antes de outra parte.

A propósito, sabe-se que “o exame das condições da ação importa exame de aspectos da relação material” e o julgamento de carência por falta de interesse processual, por ilegitimidade *ad causam* ou por impossibilidade jurídica do pedido pode “*tornar-se imutável*” “sobre o que ficar decidido no plano material”.²⁵¹

²⁵¹ Ambos os trechos transcritos neste par. são de BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Efetividade do processo...*, cit., p. 358.

Portanto, o resultado dos julgamentos parciais *sem* resolução do mérito pode ser muito semelhante aos julgamentos parciais *de meritis*.

Ademais, tanto os julgamentos parciais associados ao mérito quanto aqueles realizados *sem* resolução do mérito visam maximizar a eficácia do postulado da economia processual. Ou seja, esse é um fundamento comum para a admissão dos julgamentos parciais *sem* resolução do mérito e com resolução do mérito.

Tudo isso reforça a conclusão de que se deve admitir não somente os julgamentos parciais *sem* resolução do mérito (tranquilamente aceitos pela maioria da doutrina), como também os julgamentos parciais com resolução do mérito.

Além disso, viu-se neste capítulo que o sistema processual estabelecido pelo CPC/73 admite em diversas situações a cisão do julgamento do mérito, como no *decisum* da pretensão principal separadamente da decisão sobre a reconvenção ou a ação declaratória incidental²⁵², bem como nas hipóteses de reconhecimento do pedido, transação e renúncia parciais.

Da mesma forma, a admissão da prolação de sentença genérica na liquidação de sentença, assim como a previsão de mais de um pronunciamento sobre o mérito em determinados procedimentos especiais bifásicos reforçam a possibilidade de fracionamento do julgamento do mérito, como se viu.²⁵³

De fato, verifica-se no nosso ordenamento não somente a ausência de norma impeditiva dos julgamentos parciais, como também hipóteses em que os julgamentos parciais são expressamente admitidos.

Apesar disso, muitos opõem obstáculos aos julgamentos parciais com base em temidas complicações do âmbito recursal, na formação da coisa julgada e no âmbito da ação rescisória.

No entanto, esses são falsos problemas, já que os julgamentos parciais podem se harmonizar com todos esses aspectos do sistema processual sem grande dificuldade, como se verá adiante (nºs 8 e 9 *infra*).

²⁵² Sustentando a possibilidade de resolução interlocutória do mérito com conteúdo definitivo nas hipóteses de indeferimento liminar da reconvenção e da ação declaratória incidental, dentre outras, para afirmar que o princípio da unicidade da sentença não é absoluto: ARAÚJO, José Henrique Mouta. *Coisa julgada...*, cit., p. 330.

²⁵³ Adotando posição no sentido de que os julgamentos parciais do mérito (por *sentença parcial*) são possíveis desde o início da vigência do CPC/73, com base especialmente no contexto da liquidação de sentença e dos procedimentos especiais bifásicos: BARBOSA, Bruno Valentim. *Julgamentos parciais...*, cit., p. 65.

Sendo assim, adotamos aqui o posicionamento de que a sentença é “*formalmente uma, mas substancialmente comporta divisão*”²⁵⁴, por meio dos julgamentos parciais.

Como já dito, entendemos que a cisão do julgamento do mérito deve ser realizada, em regra, por meio de decisões interlocutórias ou, excepcionalmente, por sentenças *intermediárias e parciais*, apenas nos procedimentos especiais em que estas são expressamente previstas.

²⁵⁴ YARSHELL, Flávio Luiz. *Ação rescisória...*, cit., p. 187, na qual o autor também afirma que, nos “*casos em que, como proposto, capítulos do mérito venham a ser apreciados no curso do processo, fica patente não apenas a divisão substancial, mas também a divisão formal na resposta do órgão judicial*”. Observe-se que, apesar de admitir que pode eventualmente ocorrer o fracionamento do julgamento do mérito, o autor esclarece que não está a defender que esse fracionamento “*seja útil ou desejável*” (nota nº 6, *idem*, *ibidem*).

5. PRESSUPOSTOS AUTORIZADORES DOS JULGAMENTOS PARCIAIS

Para que se possa fracionar o julgamento da causa, é preciso que esta não seja una e indivisível em todos os seus aspectos. Caso contrário, obviamente não é possível proferir decisões parciais.

Seria processual e logicamente inviável cindir o julgamento da causa, p. ex., em uma demanda movida por X em face de Y em que X pedisse exclusivamente indenização por dano moral, com base em uma única e pontual causa de pedir, Y não apresentasse reconvenção e não houvesse nenhum pedido incidental das partes ou de terceiros.

Dito de outro modo, é preciso que o objeto do processo seja “divisível”, em seu aspecto objetivo (i.e., com relação à matéria controvertida), em seu aspecto subjetivo (i.e., no tocante às partes envolvidas), ou em ambos.

Além disso, para se proferir os julgamentos parciais é preciso que as parcelas do mérito ou as questões de mérito julgadas separadamente sejam reciprocamente autônomas, ou que sejam respeitadas as relações de dependência possivelmente existentes entre elas.

Em outras palavras, é preciso analisar se existe alguma relação entre os pedidos e/ou questões de mérito impositivas de que um(a) seja julgado(a) antes do(a) outro(a), ou mesmo que exija o seu julgamento conjunto.

O respeito a esses pressupostos para os julgamentos parciais é necessário para que essa técnica atue realmente em prol da efetividade da tutela jurisdicional, especialmente de sua tempestividade.

Isso porque o desrespeito aos pressupostos para os julgamentos parciais do mérito pode, a nosso ver, tumultuar e, assim, retardar indevidamente a marcha processual.

Portanto, passaremos a analisar em mais detalhes os pressupostos que, segundo entendemos, devem ser observados ao se utilizar a técnica dos julgamentos parciais.

5.1. Cumulação de demandas ou objeto decomponível

Para que a técnica do fracionamento do julgamento do mérito possa ser aplicada, é preciso que se verifique ao menos uma de duas situações: o processo tenha *objeto composto*

(i.e., haja cúmulo de pretensões – e, conseqüentemente, de pedidos – na petição inicial ou no curso do processo); ou, se o processo tiver *objeto simples*²⁵⁵ (i.e., não haja nenhum cúmulo de demandas), que este seja decomponível.²⁵⁶

Na hipótese de objeto composto, os julgamentos parciais são realizados por meio de simples “descumulação” (ou “desacumulação”²⁵⁷) dos pedidos, sempre que possível (ver nº 5.2.1 *infra*).

É o que ocorre, p. ex., na cumulação *simples* de pedidos, em que o autor deduz duas pretensões distintas, claramente individualizáveis e que poderiam ser perfeitamente deduzidas em processos autônomos, como nos casos em que o demandante cumula pedidos de indenização por danos materiais e morais.

Outra hipótese de objeto composto é o litisconsórcio comum facultativo. Nesse caso, um dos polos do processo ou ambos têm, por *opção* das partes visando à economia processual, mais de um integrante. Portanto, nada impede que, se possível e em prol da efetividade do processo, o pedido de um dos litisconsortes seja julgado separadamente dos pedidos dos outros.

A propósito, partidários da corrente contrária aos julgamentos parciais poderiam se opor à descumulação de demandas com base no princípio dispositivo (se o autor cumulou, o juiz não poderia descumular).²⁵⁸ Entretanto, essa posição não poderia prevalecer.

Em primeiro lugar, porque já demonstramos que a técnica de fracionamento do julgamento do mérito prestigia os princípios constitucionais do processo e, portanto, a descumulação acaba beneficiando o próprio autor, que não pode ser “punido” com o retardamento da solução de um de seus pedidos somente porque optou inicialmente por cumulá-lo com outro pedido.

Conclusão em sentido contrário implicaria evidente afronta ao princípio da instrumentalidade do processo.

Em segundo lugar, porque se estaria conferindo peso demasiado à escolha inicial do

²⁵⁵ Classificação do objeto do processo como *simples* ou *composto* cf. DINAMARCO, Cândido Rangel. *Capítulos...*, cit., p. 68 e ss..

²⁵⁶ Nesse sentido, ARMELIN bem sintetiza que “a sentença parcial é um fenômeno que, para existir, exige a presença de pedidos cumulados objetivamente ou subjetivamente, ou, ainda, um pedido único integrado por vários segmentos autônomos” (“Notas sobre...”, cit., p. 278).

²⁵⁷ Cf. ARMELIN, Donaldo. “Notas sobre...”, cit., p. 279; e ARAÚJO, José Henrique Mouta. *Coisa julgada...*, cit., p. 231.

²⁵⁸ Nesse sentido: ASSIS, Araken de. *Cumulação de ações*. 4ª ed., São Paulo, RT, 2002, p. 234.

autor de cumular demandas que poderia prejudicar garantias constitucionais do réu.

Afinal, caso pudesse haver imediata decisão de *improcedência* de um dos pedidos cumulados, e o juiz não proferisse esse julgamento parcial simplesmente em razão da opção do autor de cumular demandas, haveria patente violação à garantia do réu à duração razoável do processo (CF, art. 5º, LXXVIII) ao se postergar a prestação de tutela jurisdicional em favor dele para aguardar até que todos os outros pedidos estivessem *maduros* para julgamento.

Além disso, sabe-se que a cumulação de demandas tem o objetivo de “*propiciar julgamentos coerentes e o maior aproveitamento possível das atividades processuais (harmonia de julgados e economia processual)*”.²⁵⁹

Logo, nos casos em que (i) a cumulação não estiver cumprindo com esses seus escopos e for contrária à sua própria *ratio* de economia processual (como ocorreria, p. ex., se o juiz já tivesse formado seu convencimento sobre determinado pedido, mas deixasse as partes continuarem dispendendo esforços para sustentar suas razões associadas a esse pedido) e (ii) a harmonia de julgados for preservada, nada mais lógico do que se permitir a descumulação das demandas cumuladas, sobretudo quando essa técnica puder maximizar a eficácia de princípios constitucionais como os da efetividade e da tempestividade da tutela jurisdicional.

Quanto ao objeto simples, pode-se afirmar que ele será decomponível basicamente em dois contextos.

Primeiro, quando o *bem da vida* é divisível nos termos da lei civil, i.e., se o bem puder ser fracionado “*sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso*” a que se destina (CC, art. 87).

Ou seja, o bem deve ser mensurável em “*unidades possíveis de serem separadas*”, como ocorre no caso de “*coisas suscetíveis de serem dimensionadas em peso, extensão ou quantidade*” (notadamente, o dinheiro).²⁶⁰

Segundo, quando for viável a *cisão jurídica do pedido*, porque o julgamento da causa pode ser analiticamente fracionado e não há impedimento jurídico contra esse fracionamento.

²⁵⁹ DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições...*, vol. II, cit., p. 167. No mesmo sentido, destacando como fundamento da possibilidade de cumulação o “*princípio econômico que governa a doutrina processual contemporânea*”, segundo qual “*dever-se-á obter do processo o máximo resultado com o mínimo de energias processuais e com o menor dispêndio econômico*” (SANTOS, Moacyr Amaral. *Primeiras linhas de direito processual civil*, 1º vol., 25ª ed., São Paulo, Saraiva, 2007, p. 199).

²⁶⁰ Cf. DINAMARCO, Cândido Rangel. *Capítulos...*, cit., p. 77.

É o que se vê, p. ex., quando há pedido condenatório (i.e., sentença de estrutura complexa, com *declaração* e *condenação*), mas o juiz emite *mera declaração*, em razão de o autor carecer de interesse para a tutela condenatória (por inexigibilidade da obrigação, p. ex.).

Outro exemplo é o dos casos em que o autor pede o reconhecimento de determinada obrigação do réu e a fixação de valor da prestação, em que a decisão pode ser analiticamente dividida em dois capítulos distintos: um que decide acerca da existência da obrigação (*an debeatur*) e outro que estabelece o seu valor (*quantum debeatur*).²⁶¹

5.2. Independência jurídica da parte da causa a ser decidida com relação à parte remanescente

Além daquele exposto acima, existe um outro, menos óbvio e mais sensível pressuposto para que se possa fracionar a resolução do mérito: geralmente se diz ser necessário haver autonomia²⁶², independência²⁶³ ou ausência de qualquer vínculo²⁶⁴ entre as demandas ou pedidos cumulados para que seja possível o julgamento parcial.

Entretanto, preferimos ser um pouco mais específicos e considerar como pressuposto, em geral e resumidamente, a inexistência de dependência jurídica da parte da causa que é objeto do julgamento parcial com relação a nenhuma parte do mérito que ainda penda de resolução.

Em outras palavras, entendemos que os pedidos ou as questões de mérito não precisam ser necessariamente independentes *entre si* para que haja julgamentos parciais.

²⁶¹ Os exemplos são de DINAMARCO, Cândido Rangel. *Capítulos...*, cit., p. 78-80.

²⁶² “A premissa estabelecida para a prolação das sentenças parciais é a existência de autonomia entre as demandas cumuladas, de modo que a demanda julgada antecipadamente e já transitada em julgada não é afetada por decisão judicial posterior, ainda que esta última reconheça a existência de uma matéria de ordem pública” (SOUZA JR., Sidney Pereira de. *Sentenças parciais no processo civil – Consequências no âmbito recursal*, São Paulo, Método, 2009, p. 183); “(...) os princípios ligados à necessidade de repensar o tempo no processo caminham no sentido de permitir o desmembramento dos pedidos cumulados quando houver maior autonomia, sem que se possa falar em vício in procedendo” (ARAÚJO, José Henrique Mouta. *Coisa julgada...*, cit., p. 236).

²⁶³ “(...) pode ocorrer que sejam submetidas aos árbitros várias controvérsias oriundas de uma mesma relação jurídica, controvérsias que podem manter certa independência entre si (imagine-se discussão acerca do cumprimento inadequado de diferentes obrigações contratuais). Por que não permitir a resolução de cada uma delas à medida que os árbitros sintam-se capacitados (‘fatiamento’ do mérito)?” (CARMONA, Carlos Alberto. “Ensaio...”, cit., p. 12).

²⁶⁴ “Se entre eles [pedidos do autor] não houver qualquer vínculo (cumulação simples de pedidos), realmente não há sentido exigir-se, necessariamente, o julgamento simultâneo” (DIDIER JR., Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael. *Curso de direito processual civil*, vol. 2, 4ª ed., Salvador, JusPODIVM, 2009, p. 525).

É apenas a parcela da causa objeto do julgamento parcial que não pode ser dependente da parte remanescente da causa.

Ou seja, não há prejuízo à realização de julgamento parcial se o pedido remanescente, p. ex., for em alguma medida dependente ou determinado pelo pedido decidido antecipadamente.

Se, p. ex., o réu alega invalidade do contrato em uma demanda indenizatória por responsabilidade contratual, a questão acerca da validade do contrato pode ser decidida – em julgamento parcial – antes de se apurar a responsabilidade do réu, pois a validade do contrato não depende em nada da decisão sobre a responsabilidade do réu.

Todavia, a questão da responsabilidade não pode ser decidida antes da questão da invalidade do contrato, pois a resolução dessa questão impactará a solução da primeira.

Dito de outro modo, não pode haver julgamento parcial se o objeto desse julgamento puder ser posteriormente prejudicado pelo julgamento da parte remanescente, em razão de *prejudicialidade jurídica*²⁶⁵ desta parte com relação àquela parcela da causa que se pretendia decidir no julgamento parcial.

Isso significa dizer que deve ser julgada primeiro a parcela X do mérito cujo julgamento condiciona o julgamento da parcela Y, e não pode haver julgamento parcial para decidir Y antes de X.²⁶⁶

O motivo justificador desse pressuposto é simples: se o julgamento de Y depender juridicamente do julgamento de X e a decisão sobre X estiver pendente, a decisão sobre Y não será definitiva até que X seja julgada.²⁶⁷

²⁶⁵ “Prejudicialidade jurídica é, assim, a relação que existe entre um juízo judicial (do âmbito imperativo ou lógico) e uma decisão judicial, em que o primeiro se mostra apto a condicionar o teor da segunda, decorrendo esse condicionamento tanto (a) da vinculação abstratamente prevista no sistema jurídico entre as situações objeto desses juízos como (b) dos efeitos atribuídos pelo sistema processual ao primeiro provimento, que alcançam o prolator da segunda decisão” (LEITE, Clarisse Frechiani Lara. *Prejudicialidade no processo civil*, São Paulo, Saraiva, 2008, p. 91-2).

²⁶⁶ “(...) se a causa incidental estiver madura para solução, poderá ser julgada, desde que o tema versado, em confronto com o da causa principal, autorize esse desfecho. Suponha-se que, pedida uma das prestações e suscitada a declaratória incidental da nulidade absoluta do próprio contrato, possa o juiz, desde logo, acolher esta última, assim liquidando, de vez, os dois litígios; nada impede que o faça. Suponha-se, inversamente, que conclua pela validade do contrato; também parece que nada obsta o julgamento da causa incidental desde logo. Na primeira hipótese figurada, fica resolvida também a lide principal, prejudicada pelo julgamento da incidental; na segunda, afastada esta última, prosseguirá o processo – se necessário realizar audiência – para julgamento da lide principal. Não seria admissível, isto sim, solucionar a causa condicionada antes da condicionante, a incidental” (ARAGÃO, Egas Dirceu Moniz de. *Comentários ao Código...*, cit., p. 39).

²⁶⁷ Estabelecendo o mesmo motivo como *ratio* justificadora do pressuposto em questão para os julgamentos

Isso porque, em analogia ao que se verifica com capítulos de sentença no caso de recurso parcial (nºs 8.2 *infra*), o *efeito expansivo* da decisão futura sobre X decorrente de sua influência *jurídica* sobre Y pode prejudicar o julgamento parcial, e isso lançaria indesejada *incerteza* sobre o *decisum* acerca de Y.

Na verdade, nesse caso o julgamento parcial (de Y) não formaria coisa julgada material e, assim, não teria efeitos definitivos até o julgamento de X.²⁶⁸ E de *nada* adianta cindir o julgamento da causa se a parcela decidida antecipadamente não puder ter efeitos imediatos.²⁶⁹

Sendo assim, entendemos que não deve haver julgamentos parciais quando o pressuposto em questão não estiver presente. Isso porque, ao carecer de utilidade, a fragmentação da solução da causa contrariaria os princípios da eficiência e da economia processual.

De uma parte, o resultado do julgamento parcial realizado na ausência desse pressuposto seria quase equivalente àquele que se alcançaria no caso de um julgamento único (*certeza* somente depois da decisão final, já que desta dependeria a manutenção do julgamento parcial).

De outra parte, o julgamento parcial sem esse pressuposto poderia gerar maiores esforços dos atores do processo (com recursos contra o julgamento parcial, p. ex.) do que no caso de julgamento único, sem a contrapartida da tutela *definitiva* prestada em menos tempo.

Além disso, haveria incerteza provavelmente duradoura sobre o julgamento parcial, contrária ao princípio da segurança jurídica.

Obviamente, os julgamentos parciais devem ser admitidos no nosso sistema de forma que ajudem, e não de modo a atrapalhar a busca pela efetividade da tutela jurisdicional, em respeito ao princípio da instrumentalidade do processo.

Em outras palavras, o respeito às relações de dependência jurídica entre as diferentes partes da causa é regra básica para que se possa utilizar a técnica de fracionamento da

parciais: SOUZA JR., Sidney Pereira de. *Sentenças parciais...*, cit., p. 183.

²⁶⁸ Em analogia com as conclusões a que se chega no nº 9.2 *infra* para a hipótese de recurso parcial.

²⁶⁹ “Em algumas situações em que seja proferida uma sentença arbitral parcial, esta produzirá desde logo seus efeitos substanciais, não sendo necessário esperar pela sentença final, porque isso reduziria a nada a utilidade da prolação da sentença parcial” (DINAMARCO, Cândido Rangel. *A arbitragem na teoria geral do processo*, São Paulo, Malheiros, 2013, p. 178).

resolução do mérito.²⁷⁰

Como é evidente, a inobservância dessas relações poderá gerar problemas quanto à *harmonia de julgados*, formação da coisa julgada *etc.*²⁷¹, já que nesse caso o julgamento parcial poderia ser afetado por decisão posterior.

Assim, é fundamental o respeito ao pressuposto de independência jurídica da parte decidida com relação à parte não decidida para que se realizem os julgamentos parciais.

Desde que esse pressuposto seja observado, não haverá mais, a nosso ver, motivo para preocupação – geralmente destacada por aqueles que são contrários à cisão do julgamento – quanto a eventuais conflitos entre a decisão final da causa e o julgamento parcial, preocupação esta que inclusive levou GRINOVER a desconsiderar a hipótese de antecipação de tutela parcial da proposta legislativa de estabilização da tutela antecipada.²⁷²

5.2.1. Possibilidade de descumulação de demandas

O segundo pressuposto acima descrito para os julgamentos parciais (i.e., a independência jurídica da parte decidida com relação à parte não decidida) é especialmente relevante quando se verifica cumulação de demandas.

Em razão dos muitos e variados vínculos de dependência que se podem verificar nas diferentes espécies de cumulação, convém analisar se é viável ou não realizar os julgamentos parciais em cada uma delas.

²⁷⁰ “Há, contudo, regra básica para a higidez jurídica da prolação de sentenças parciais, como é a exigência de congruência entre as decisões que as configuram. É fundamental que as cumulações, sendo o caso, respeitem a relação existente entre as pretensões cumuladas, de modo a que aquela subordinada ao êxito da outra não se decida em primeiro lugar por sentença parcial. Portanto, desde que se observe a relação de prejudicialidade ou de dependência das pretensões formuladas pela parte, nenhum óbice insuperável existe relativamente à efetivação de resoluções parciais de mérito na arbitragem” (ARMELIN, Donaldo. “Notas...”, cit., p. 295).

²⁷¹ “As sentenças parciais, contudo, resultando da existência de cumulações objetivas ou subjetivas de pedidos ou de capítulos destes, devem guardar, no que concerne às primeiras, necessárias pertinências à relação de conexidade eventualmente existente entre eles, resultantes de sucessividade ou prejudicialidade. (...) Se isso inoocorrer, as diversas combinações de resultados do julgamento dos pedidos, com ou sem observância das eventuais vinculações entre eles, podem propiciar problemas graves relativamente à higidez jurídica da sentença e à tela recursal, bem como à formação da coisa julgada material” (ARMELIN, Donaldo. “Notas...”, cit., p. 285).

²⁷² A proposta previa que o § 6º do art. 273 do CPC tivesse a seguinte redação: “Concedida integralmente a antecipação dos efeitos da sentença e independentemente de sua execução, o juiz cientificará o réu, no mandado de citação ou pela imprensa, de que a falta de impugnação converterá o provimento em sentença de mérito”. N Entretanto, “preferiu-se não cuidar da estabilização da tutela quando a antecipação fosse parcial, de modo a evitar o desmembramento das sentenças, também evitando possíveis conflitos entre o capítulo da sentença resultante da conversão, necessariamente limitado ao objeto da antecipação, e outros capítulos do provimento que viria afinal” (GRINOVER, Ada Pellegrini. *A marcha do processo*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2000, p. 128-31).

Em outras palavras, vale verificar a possibilidade de descumulação de demandas em cada uma das espécies de cumulação.

Uma das classificações amplamente aceitas das diferentes hipóteses de cumulações é aquela que as distingue em dois gêneros: uma relativa ao objeto do processo (pedidos ou fundamentos), a *cumulação objetiva*; e outra relativa aos sujeitos do processo (i.e., em casos de pluralidade de autores ou réus – litisconsórcio), a *cumulação subjetiva*.²⁷³

Portanto, a partir dessa classificação inicial, esclareceremos abaixo as espécies de cumulação objetiva e de cumulação subjetiva em que entendemos que devem ser admitidos os julgamentos parciais.

5.2.1.1. Cumulação objetiva (de pedidos)

A cumulação objetiva se dá em razão da cumulação de pedidos ou de seus fundamentos. Analisaremos neste tópico apenas a cumulação de pedidos. E no próximo a cumulação de fundamentos.

A cumulação de pedidos pode ser *simples*, *sucessiva*, *subsidiária* ou *alternativa*.²⁷⁴

Parece-nos que os julgamentos parciais podem ser admitidos nas três primeiras espécies (respeitadas as limitações descritas adiante), mas não devem ser admitidos na última (cumulação alternativa)²⁷⁵, pois nela não há propriamente cumulação de demandas, não estando assim atendido esse pressuposto dos julgamentos parciais (nº 5.1 *supra*).

As cumulações *simples* e *sucessiva* são classificadas como espécies de cumulação *própria*, pois nelas o autor tem duas pretensões e almeja dois resultados distintos. As cumulações *subsidiária* e *alternativa*, por sua vez, são consideradas hipóteses de cumulação *imprópria*, porque nelas o autor faz dois pedidos, mas com o objetivo de alcançar apenas uma das tutelas correspondentes.²⁷⁶

A cumulação *simples* consiste em “*mera justaposição de pretensões que até poderiam ter sido deduzidas separadamente (outra petição inicial, outro processo)*”, em que

²⁷³ Cf. DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições...*, vol. II, cit., p. 168.

²⁷⁴ Cf. DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições...*, vol. II, cit., p. 168.

²⁷⁵ Em sentido diverso, entendendo ser inamissível a descumulação em qualquer caso de cumulação imprópria (*subsidiária* ou *alternativa*): CUNHA, Leonardo José Carneiro da. “O § 6º do art. 273 do CPC: tutela antecipada parcial ou julgamento antecipado parcial da lide?”, in *RDDP*, nº 1, São Paulo, Dialética, abr/2003, p. 112.

²⁷⁶ Nesse sentido: TUCCI, José Rogério Cruz e. *Lineamentos da nova reforma do CPC*, 2ª ed., São Paulo, RT, 2002, p. 42.

basicamente se *somam* dois ou mais pedidos.²⁷⁷ É o caso de demanda indenizatória por danos materiais e morais, p. ex..

Portanto, essa é a espécie de cumulação em que a admissão dos julgamentos parciais é mais evidente e, por isso, geralmente aceita por aqueles que defendem a possibilidade de cisão do julgamento do mérito.

De fato, não há nenhum óbice aos julgamentos parciais no caso de cumulação simples. Afinal, como nessa hipótese não existe, em princípio, dependência jurídica entre um e outro *pedido*, nada impede seja realizado o julgamento parcial de um deles que esteja maduro para julgamento antes do outro.²⁷⁸

Ressalte-se que a resolução de *questão de mérito* no julgamento parcial não poderá ser alterada pelo mesmo juízo, em razão de preclusão com relação àquela questão (CPC, art. 471²⁷⁹), ou simplesmente por força do princípio do *ne bis in idem*.²⁸⁰

Essa regra deverá ser respeitada especialmente nas hipóteses de cisão do julgamento de pedidos com fundamentos comuns, i.e., associados a questão de mérito em alguma medida determinante da decisão de mais de um pedido. É o que tende a ocorrer quando os pedidos objeto de cumulação simples forem conexos, como autoriza a lei (CPC, art. 292).

A inalterabilidade da solução dada para determinada questão de mérito em julgamento parcial é fundamental para garantir a harmonia da decisão interlocutória de mérito com as decisões *de meritis* que a sucederem e, assim, não gerar indesejada insegurança ao jurisdicionado quando à certeza do provimento jurisdicional.

Por óbvio, fica ressalvada dessa regra a possibilidade de o mesmo juízo modificar a decisão sobre determinada questão de mérito com base em *direito superveniente* (CPC, arts. 303, I, e 462).

Na cumulação *sucessiva*, também se verifica a *soma* de pretensões, mas nesse caso elas são necessariamente conexas. Mais que isso, há *prejudicialidade* entre os pedidos,

²⁷⁷ Cf. DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições...*, vol. II, cit., p. 169-70.

²⁷⁸ Nesse sentido: ARAÚJO, José Henrique Mouta. *Coisa julgada...*, cit., p. 314.

²⁷⁹ Em comentário a esse dispositivo: “A norma proíbe a rediscussão de questão já decidida no mesmo processo, sob o fundamento da preclusão (coisa julgada formal)” (NERY JR., Nelson, *Código de processo...*, cit., p. 883).

²⁸⁰ “A proibição de o juiz decidir novamente as questões já decididas independe, a nosso ver, de regra expressa, porque o princípio do *ne bis in idem* está insito no sistema” (LOPES. João Batista. “Poderes do juiz e o aprimoramento da prestação jurisdicional”, in *RePro*, nº 35, abr-jun/1984, p. 32-3).

impositiva de que o pedido prejudicial seja decidido antes do pedido prejudicado.²⁸¹

Exemplo de cumulação sucessiva se verifica em demanda com pedido de reconhecimento de paternidade cumulado com pedido de prestação de alimentos.

Nesse caso, a apreciação do segundo pedido depende do acolhimento do primeiro, com a declaração positiva de paternidade. Ou seja, o pedido de alimentos somente será apreciado se a relação de paternidade foi reconhecida.

Logo, a improcedência do pedido de paternidade *prejudica* o julgamento do pedido de alimentos.

Portanto, é possível na cumulação sucessiva o julgamento parcial do pedido prejudicial antes do pedido prejudicado, mas não o contrário²⁸², em conformidade com o pressuposto da independência jurídica da parte decidida com relação à parte não decidida (nº 5.2 *supra*).

Na cumulação *subsidiária*, o autor formula mais de um pedido, mas deseja o acolhimento de apenas um deles e estabelece uma ordem de preferência.

P. ex., em demanda relacionada a danificação de automóvel, o autor pode pedir prioritariamente que o causador do dano lhe entregue um veículo novo; ou, em primeiro grau de subsidiariedade (i.e., se o primeiro pedido não for acolhido), que o autor seja condenado a lhe ressarcir o valor do automóvel; ou, em segundo grau de subsidiariedade (i.e., se o segundo pedido não for acolhido), que autor seja obrigado a providenciar o conserto do veículo danificado.

Nessa espécie de cumulação, os pedidos subsidiários serão apreciados somente se o pedido primário não for acolhido. Logo, o acolhimento do pedido primário *prejudica* o julgamento do pedido subsidiário.

Portanto, pode haver o julgamento parcial do pedido principal, mas não do subsidiário, pois este, em razão da natureza da cumulação, não poderá ser decidido antes daquele.²⁸³

Nesse caso, obviamente o julgamento seria *parcial* somente se fosse de improcedência do pedido principal, já que a decisão de procedência implicaria julgamento *integral* da causa.

²⁸¹ Cf. DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições...*, vol. II, cit., p. 172-3.

²⁸² Nesse sentido: SOUZA JR., Sidney Pereira de. *Sentenças parciais...*, p. 100-1.

²⁸³ No mesmo sentido: SOUZA JR., Sidney Pereira de. *Sentenças parciais...*, p. 100-1.

Logicamente, se houver mais de um pedido subsidiário, o segundo pedido (feito em primeiro grau de subsidiariedade, como no exemplo acima) poderá ser objeto de julgamento parcial somente depois de eventual julgamento de improcedência do primeiro pedido e antes do julgamento do terceiro pedido (feito em segundo grau de subsidiariedade).

A cumulação *alternativa*, por sua vez, pode ocorrer fundamentalmente em dois casos.²⁸⁴

Primeiro, quando houver pedidos alternativamente cumulados, de modo que seja indiferente para o autor – i.e., sua pretensão estará integralmente satisfeita com – o acolhimento de um ou do outro. Portanto, a procedência de um dos pedidos dispensa o julgamento do outro.

Segundo, quando, “*pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo*” (CPC, art. 288), cabendo a escolha ao credor ou ao devedor.

No entanto, a cumulação *alternativa* não nos parece admitir os julgamentos parciais em nenhum desses dois casos²⁸⁵, porque nela não há *verdadeira* (e sim uma *falsa* ou *aparente*) cumulação objetiva de demandas.²⁸⁶

Isso porque em caso de pedidos alternativamente cumulados o pedido do autor é, na verdade, único, para receber apenas uma entre duas tutelas, sem nenhuma relação de subordinação ou “hierarquia” entre elas – como há nas cumulações *sucessiva* e *subsidiária*, p. ex. – que imponha decisão a respeito de uma antes do julgamento da outra.

Assim, não está atendido o pressuposto da cumulação de demandas (nº 5.1 *supra*) e, portanto, não há que se cogitar nenhuma descumulação que permita julgamento parcial.

Além disso, nesse caso não se verifica o pressuposto da independência jurídica da parte decidida com relação à parte não decidida, porque os pedidos alternativamente

²⁸⁴ Cf. DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições...*, vol. II, cit., p. 174-6.

²⁸⁵ Em sentido distinto, considerando a possibilidade de julgamento parcial de improcedência de um dos pedidos alternativos: BARBOSA, Bruno Valentim. *Julgamentos parciais...*, cit., p. 29: “(...) *em termos meramente abstratos, não se enxerga óbice a que o juiz rejeite um dos pedidos inclusive na cumulação imprópria alternativa, quando note, por exemplo, que a entrega do bem comprado seja impossível, restando apenas a análise quanto ao direito de devolução do preço e seus termos*” (em nota de rodapé: “*Imaginando-se situação em que o réu defende que a entrega do objeto, ora perecido, não se realizou por culpa exclusiva do autor, sendo injusto que o demandado arque com todo o prejuízo decorrente apenas da mora do credor em aceitar o objeto*”). Também nesse sentido: OLIVEIRA FILHO, Silas Dias de. *Julgamento fracionado do mérito e suas implicações no sistema recursal*. Dissertação de Mestrado, USP, 2013, p. 113.

²⁸⁶ “*Inexiste cúmulo de ações no pedido alternativo. O direito subjetivo se revela único, e se satisfaz, por igual, com apenas uma prestação. A alternativa se configura somente no objeto mediato da ação*” (ASSIS, Araken de. *Cumulação...*, cit., p. 246).

cumulados são *interdependentes* em certa medida.

Afinal, o julgamento de qualquer um deles pode dispensar o julgamento do outro, como visto.

Por sua vez, no caso de pedido alternativo em razão da natureza substancial da obrigação, a cisão do julgamento é impedida pela própria natureza da relação de direito material.

Quando a escolha da prestação couber ao credor, de duas uma: (i) ou ele escolherá logo de início a prestação que deseja, fazendo assim pedido *fixo*, de modo que não haverá cumulação sequer *aparente*; (ii) ou, se o credor não fixar aquela escolha no início, a sentença deverá condenar o devedor a prestar uma *ou* outra obrigação, e não apenas uma, ou somente a outra, para que seja respeitada a natureza alternativa da relação de direito material e o credor possa fazer, na fase executiva, a escolha da prestação que deseja.

Quando a cumulação decorrer de uma obrigação alternativa cuja escolha caiba ao réu, o autor não tem o direito de escolher e, conseqüentemente, muito menos o juiz está autorizado a condenar o réu-devedor a prestar especificamente uma ou outra obrigação.²⁸⁷

Portanto, nesse caso o julgamento deve ser somente um, para reconhecer ou não a obrigação única do réu de adimplir uma *ou* outra prestação, em respeito à relação de direito substancial entre as partes.

5.2.1.2. Cumulação objetiva (de fundamentos) – descumulação para o julgamento parcial de questões de mérito

Além das hipóteses de cumulação de pedidos acima descritas, a chamada *cumulação de fundamentos* também pode consubstanciar cumulação objetiva.

Entende-se haver cumulação de fundamentos quando se verifica mais de uma razão ou conjunto de razões que é “*autonomamente suficiente para conduzir à conclusão do*

²⁸⁷ “Poderá, porém, ser alternativo [o pedido], isto é, ter dois ou mais objetos mediatos (...) quando a obrigação puder cumprir-se mediante uma de duas ou mais prestações (...). Em tais hipóteses, quando a escolha, à luz do direito material, competir ao autor, cabe a este a opção entre formular pedido fixo, fazendo desde logo a escolha, ou pedido alternativo, reservando-se para fazê-la, se for o caso, ao promover a execução da sentença (art. 571, § 2º). Competindo a escolha ao réu, o pedido logicamente deve ser alternativo; ainda que o autor formule fixo, os efeitos práticos serão os mesmos: o reconhecimento do pedido pelo réu poderá dirigir-se à outra prestação, a eventual condenação poderá ser alternativa (exceção ao princípio da correlação ou da congruência) (...)” (MOREIRA, José Carlos Barbosa. *O novo processo...*, cit., p. 13).

demandante”²⁸⁸, i.e., dar suporte ao pedido.

Diferentemente do que se verifica com relação à cumulação de pedidos, a doutrina usualmente não apresenta uma classificação clara e detalhada da cumulação de fundamentos.²⁸⁹

Diz-se apenas que essa cumulação pode ocorrer “*mediante a narrativa de dois ou mais complexos de fatos integrantes da mesma categoria jurídica, ou mediante a invocação de duas ou mais categorias jurídicas*”.²⁹⁰ E a apreciação judicial dos diferentes fundamentos do pedido em momentos distintos parece, em princípio, possível tanto no primeiro caso quanto no segundo caso.

Sendo assim, não teria nenhuma utilidade abordar a possibilidade de descumulação de fundamentos a partir dessas diferentes hipóteses de cumulação (complexos de fatos ou múltiplas categorias jurídicas).

Como se pode dizer que os fundamentos cumulados serão objeto de cognição no momento em que o juiz resolver as *questões de mérito* a eles associadas, trataremos da viabilidade de descumulação de fundamentos sob a perspectiva da possibilidade de resolução fracionada de *questões de mérito*.

No tocante às *questões de mérito*, o aspecto que parece interessar para determinar a possibilidade de fracionamento do julgamento é, mais uma vez, a dependência jurídica da parte decidida com relação à parte não decidida.

Quando houver cumulação de fundamentos de modo que, em regra, “*o acolhimento de um só dos fundamentos basta para que o juiz pronuncie a procedência integral da demanda*”²⁹¹, i.e., quando houver fundamentos que se pode dizer serem *alternativamente* cumulados, parece-nos não haver espaço para o julgamento parcial de *questão de mérito* relacionada a apenas um desses fundamentos, mas não ao outro.

²⁸⁸ DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições...*, vol. II, cit., p. 178. No mesmo sentido: “*Existe cumulação simples de causas quando, reunidos dos ou mais complexos de fatos para fundamentar um pedido, qualquer deles se ostenta hábil à procedência da ação*” (ASSIS, Araken de. *Cumulação...*, cit., p. 211).

²⁸⁹ Ao tratar das *causas de pedir em cumulação*, ARAKEN DE ASSIS distingue a *cumulação simples* (“*uma ou mais causas para amparar um pedido único*”) da *cumulação sucessiva* (relacionada “*com o cúmulo de pedidos sucessivos*”) (*Cumulação...*, cit., p. 210-1). Deixamos de abordar essa classificação porque ela não parece ter nenhuma utilidade para o presente trabalho.

²⁹⁰ DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições...*, vol. II, cit., p. 178. No mesmo sentido: “*Existe cumulação simples de causas quando, reunidos dos ou mais complexos de fatos para fundamentar um pedido, qualquer deles se ostenta hábil à procedência da ação*” (ASSIS, Araken de. *Cumulação...*, cit., p. 211).

²⁹¹ DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições...*, vol. II, cit., p. 179.

Isso porque o acolhimento de um fundamento que seja suficiente para julgar a pretensão dispensaria o exercício de qualquer cognição sobre o outro. Afinal, a possibilidade de o juiz, com base no princípio do livre convencimento motivado, apreciar e acolher apenas um dos fundamentos do pedido é expressa na lei (CPC, art. 515, § 3º) e tranquilamente aceita na jurisprudência.²⁹²

Assim, pode-se dizer que há certa *interdependência* entre as questões de mérito associadas a esses fundamentos, já que a resolução de uma pode dispensar a resolução da outra, de forma análoga ao que se viu na cumulação alternativa de pedidos (nº 5.2.1.1 *supra*).

Portanto, entendemos que nesse caso não se atende o pressuposto da independência jurídica da parte decidida com relação à parte não decidida, necessário para a prolação de julgamentos parciais (nº 5.2 *supra*).

Além disso, seria um esforço potencialmente inútil (e, portanto, contrário ao princípio da eficiência processual) resolver separadamente uma *questão de mérito* quando a tutela almejada pelo autor poderia ser concedida até mesmo sem a apreciação dessa questão, caso outra questão (associada a outro fundamento) fosse resolvida favoravelmente ao autor.

Outro ponto aqui é evitar uma atípica e indesejada situação de *dependência recíproca* entre os julgamentos parciais, em que o efetivo “resultado” de um não seria certo até o trânsito em julgado do outro, e *vice-versa*, pois isso geraria demasiada – e indesejada – insegurança com relação à prestação jurisdicional realizada nos julgamentos parciais.

P. ex., em demanda para a separação litigiosa fundada em adultério e abandono do lar (CC, art. 1573, I e IV), o “resultado” logicamente decorrente da solução da primeira questão no sentido de afastar o adultério (i.e., não-separação) poderia ser “revertido” pelo posterior reconhecimento do abandono do lar.

É usual no nosso sistema processual e não deve causar estranheza a dependência jurídica – especialmente a prejudicialidade – entre diferentes decisões no curso do processo, mas em apenas *uma via* (somente de uma com relação à outra), e não reciprocamente.

²⁹² “É cediço, no STJ, que o juiz não fica obrigado a manifestar-se sobre todas as alegações das partes, nem a ater-se aos fundamentos indicados por elas ou a responder, um a um, a todos os seus argumentos, quando já encontrou motivo suficiente para fundamentar a decisão, o que de fato ocorreu” (AgRg-REsp nº 970.497, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJE 1/12/2008); “(...) é pacífico o entendimento no sentido de que o juiz, para preencher os requisitos do artigo 458 do Código de Processo Civil, não está obrigado a apreciar todos os fundamentos do pedido ou da defesa, sobretudo quando alicerça a sentença em motivo idôneo e suficiente para acolher ou rejeitar a pretensão” (TJSP, Apel. nº 0055580-74.2007.8.26.0000, Rel. Des. RÔMOLO RUSSO, DJ 10/10/2011).

É o que se verifica de certa maneira, p. ex., (i) no caso das decisões sobre questões preliminares com relação ao julgamento do mérito, (ii) na decisão de questão associada a cerceamento de defesa na instrução probatória com relação aos atos posteriores ao indeferimento de determinada prova e (iii) em decisões sobre prescrição e decadência relativamente à apreciação do pedido em si.

Em outras palavras, se houver no julgamento de recurso contra decisão interlocutória o reconhecimento de ausência de uma das condições da ação, de que houve cerceamento de defesa ou de que ocorreu decadência ou prescrição, o julgamento do pedido propriamente dito é afetado. Mas, em princípio, o desfecho do julgamento do pedido em si em primeira instância não afetará o julgamento daquelas outras questões pelas instâncias superiores.

No entanto, a dependência jurídica em *duas vias* (ou recíproca), como ocorre no caso de fundamentos *alternativamente* cumulados entre si – assim como no caso dos pedidos alternativos – deve ser evitada quando possível, para não gerar excessivo tumulto, insegurança e ineficiência no gerenciamento do processo.

Sendo assim, questões de mérito associadas a fundamentos *alternativamente* cumulados – i.e., que possam conduzir autonomamente à procedência da demanda – devem ser resolvidas concomitantemente, por ser essa a forma mais *eficiente* de o julgador proceder nesses casos.²⁹³

Em uma demanda anulatória de contrato fundada em erro e coação, p.ex., de nada – ou pouquíssimo – adiantaria para as partes ter antecipado o afastamento de apenas um dos dois vícios de consentimento (resolução de questão de mérito), pois o reconhecimento do outro, por si só, seria suficiente para o acolhimento do pedido, e inclusive dispensaria a apreciação do primeiro, como já dito.

Por outro lado, quando há prejudicialidade entre as questões de mérito, a decisão sobre a questão prejudicial é *necessária* para o julgamento da questão prejudicada (ou de pedido prejudicado), independentemente do teor do julgamento a respeito da segunda.

Portanto, nesse caso a resolução da questão prejudicial não tem o potencial de

²⁹³ Aparentemente em sentido contrário, entendendo que, “em ação de despejo que tenha por fundamentos ausência de pagamento do aluguel e desvio na destinação do imóvel” o juiz poderia “declarar, antes da sentença final, que uma causa de pedir não tem razão de ser” e, assim, “contribuir para a celeridade da instrução probatória, pois esta ficaria limitada a apenas um dos fundamentos do pedido”: BARBOSA, Bruno Valentim. *Julgamentos parciais...*, cit., p. 30.

conduzir autonomamente ao resultado desejado pelo autor, e pode-se dizer que a resolução da questão prejudicada também não, já que depende da resolução antecedente da questão prejudicial.

Nessa hipótese, pode haver a resolução da questão de mérito prejudicial antes do julgamento da questão de mérito prejudicada, em analogia e conformidade com o que se concluiu no tópico precedente com relação às cumulações *sucessiva* e *subsidiária* de pedidos.

Isso porque, nesse caso, o juiz antecipa uma etapa decisória necessária, e não a apreciação de uma questão de mérito que poderia ser dispensada a depender do teor da solução da questão de mérito remanescente. Assim, não há *ineficiência* na gestão do processo.

Assim, é possível dizer que pode haver descumulação de fundamentos para a prolação de julgamento parcial de questão de mérito quando, havendo independência entre a questão a ser resolvida no julgamento parcial com relação às decisões remanescentes da causa (cf. nº 5.2 *supra*), a resolução dessa questão constituir uma *premissa necessária*²⁹⁴ para o julgamento do mérito, como ocorre notadamente no caso das *questões prejudiciais*.

5.2.1.3. Cumulação subjetiva

A cumulação subjetiva se verificará quando houver pluralidade de atores em pelo menos um dos polos do processo, i.e., fundamentalmente quando houver *litisconsórcio*.

Pode-se dizer que há quatro critérios classificatórios das diferentes espécies de litisconsórcio: (i) a intensidade ou força das razões motivadoras do litisconsórcio; (ii) a regência da relação entre os integrantes do litisconsórcio; (iii) o polo da relação processual em que se verifica o litisconsórcio; e (iv) o estágio do processo em que se forma o litisconsórcio.²⁹⁵

De acordo com o primeiro critério, o litisconsórcio será *necessário* se for obrigatório por força de lei, como ocorre, p. ex., no caso de ação de usucapião, em que todos os confinantes (vizinhos) do imóvel devem integrar o polo passivo (CPC, art. 942).

Se não houver imposição legal do litisconsórcio, ele será *facultativo*, como ocorre no

²⁹⁴ Vale observar que esse critério (da *premissa necessária*) não é totalmente estranho à ciência processual civil brasileira, já que foi utilizado – ainda que para outros fins – no CPC/39: “Art. 287. A sentença que decidir total ou parcialmente a lide terá força de lei nos limites das questões decididas. Parágrafo único. Considerar-se-ão decididas todas as questões que constituam premissa necessária da conclusão”.

²⁹⁵ Cf. DINAMARCO, Cândido Rangel. *Litisconsórcio*, 8ª ed., São Paulo, Malheiros, 2009, p. 75.

caso de demanda para a cobrança de obrigação solidária, em que o credor pode *optar* por cobrar apenas de um dos devedores ou de todos eles (CC, art. 275).

Com base no segundo critério, o litisconsórcio será *unitário* caso a relação de direito material exija uma solução única e uniforme para todos os envolvidos. É o caso de demanda anulatória de compra e venda de bem que tenha dois ou mais coproprietários, em que a tutela jurisdicional deverá ser a mesma para todos, pois não é possível anular a venda com relação a um coproprietário, mas não com relação a outro.

Por outro lado, o litisconsórcio será *simples* quando forem possíveis diferentes resultados para os múltiplos integrantes do mesmo polo da relação processual, hipótese em que eles terão considerável independência entre si (CPC, art. 48).

O litisconsórcio é simples, p. ex., no caso de demanda indenizatória movida em face de dois potenciais causadores do dano, em que pode ser reconhecida a responsabilidade de um, mas não do outro.

As denominações das espécies de litisconsórcio referentes aos dois últimos critérios são autoexplicativas.

Afinal, o litisconsórcio será *ativo* se o polo ativo tiver mais de um integrante, e *passivo* se houver mais de uma pessoa no polo passivo.

No tocante ao aspecto temporal, o litisconsórcio será *inicial* se a multiplicidade de atores em um dos polos do processo for estabelecida logo no início da relação processual (demanda proposta em face de dois réus, p. ex.) ou *ulterior* se essa multiplicidade surgir depois da formação da relação processual inicial (ingresso de terceiro como assistente litisconsorcial no curso do processo, p. ex.).

O critério que mais interessa para a análise da possibilidade de fragmentação do julgamento da causa em caso de cumulação subjetiva é o segundo, que classifica o litisconsórcio em *unitário* ou *comum*.

Isso porque, se o litisconsórcio for unitário, será impossível cindir o julgamento com relação aos seus diferentes sujeitos, uma vez que a decisão deve ser única e uniforme para todos, como já se viu.

No exemplo de litisconsórcio unitário dado acima, deve-se obviamente anular a compra e venda do bem com relação a todos os seus coproprietários, já que não se pode fazê-

lo apenas com relação a um deles.

Dito de outro modo, no litisconsórcio unitário há “*um só pedido e uma só decisão, embora endereçada simultaneamente a dois, a três ou a vários*”.²⁹⁶

Sendo assim, nesses casos não é possível fracionar o julgamento, uma vez que relação de direito material impõe a necessidade de uma mesma e única decisão para todos.²⁹⁷

Em suma, a única espécie de litisconsórcio que afasta a possibilidade de julgamentos parciais mediante a descumulação de demandas é a do litisconsórcio *unitário*, seja ele *necessário* ou *facultativo*, *ativo* ou *passivo*, *inicial* ou *posterior*.

²⁹⁶ DINAMARCO, Cândido Rangel. *Capítulos...*, cit., p. 74.

²⁹⁷ Cf. ARMELIN, Donaldo. “Notas...”, cit., p. 280. No mesmo sentido: SOUZA JR., Sidney Pereira de. *Sentenças parciais...*, cit., p. 74; e OLIVEIRA FILHO, Silas Dias de. *Julgamento fracionado...*, cit., p. 97-100.

6. PRINCIPAIS HIPÓTESES DE JULGAMENTOS PARCIAIS

Diversos casos de julgamentos parciais no nosso sistema processual já foram mencionados até aqui.

De todo modo, é importante tratar especificamente das principais hipóteses de julgamentos parciais e de suas particularidades (nºs 6.1 a 6.3 *infra*).

Além disso, não se poderia deixar de abordar a perspectiva do juiz diante dessas e outras hipóteses de julgamentos parciais, para avaliar se o proferimento destes nas hipóteses que os autorizam é poder-dever ou mera faculdade do juízo (nº 6.4 *infra*).

É o que se faz nos tópicos seguintes.

6.1. Desnecessidade de prova complementar

Como se sabe, o art. 330 do CPC determina a realização de julgamento antecipado do mérito nas hipóteses em que a “*questão de mérito for unicamente de direito ou, sendo de direito e de fato, não houver necessidade de produção de prova em audiência*” (inc. I) ou “*quando ocorrer à revelia (art. 319)*” (inc. II).

A bem se ver, todas as hipóteses previstas nesse dispositivo podem ser consideradas espécies do gênero desnecessidade de prova complementar.

Primeiro, porque é questionável a existência de questão de mérito “*unicamente de direito*”, já que a absoluta maioria – senão todas – as questões de mérito têm um arcabouço fático que lhes dá suporte.

Sendo assim, pode-se ler a primeira parte do inc. I do art. 330 do CPC como uma hipótese de questão predominantemente de direito que dispense a produção de mais provas para ser resolvida. A segunda parte do inc. I, por sua vez, faz expressa menção à desnecessidade de produção de provas.

Segundo, porque em caso de revelia a possibilidade de julgamento antecipado não decorre da revelia em si, mas sim da hipótese em que os efeitos dela se verificam e, por consequência, não há necessidade de instrução probatória.

Isso porque, produzidos os efeitos da revelia serão “*reputados verdadeiros os fatos reputados pelo autor*” (CPC, art. 319). Logo, esses fatos serão incontroversos e, conseqüentemente, dispensarão prova (CPC, art. 334, III).

Feitos esses esclarecimentos introdutórios, deve-se perguntar se o juízo deve ou não proferir julgamento parcial sempre que se verificar a desnecessidade de produção de prova complementar para decidir parcela do mérito, ou seja, quando uma parte da causa estiver *madura* para julgamento antes de outra parte. A nosso ver, a resposta deve ser sim.

Como já demonstrado, o princípio da unicidade da sentença, ainda que estivesse de alguma forma incorporado ao nosso ordenamento, não poderia constituir óbice a essa cisão do julgamento do mérito.

Isso porque esse princípio, que segundo seus defensores seria corolário do devido processo legal, deveria ser mitigado para que se permitissem os julgamentos parciais quando verificados seus pressupostos e, conseqüentemente, fosse intensificada a eficácia da garantia de duração razoável do processo, bem como os princípios da efetividade, da eficiência e da instrumentalidade do processo (nºs 1.1 e 2 *supra*).

Afinal, não faria sentido deixar de decidir um pedido que já está pronto para julgamento porque a decisão sobre outro pedido a ele cumulado exige longa instrução probatória.

Proceder dessa forma contrariaria não somente os princípios constitucionais norteadores do processo, como também o bom-senso e a *lógica do razoável* que devem pautar a interpretação e a aplicação do Direito.²⁹⁸

Dito de outro modo, na falta de necessidade de produção de provas complementares com relação a um dos pedidos ou a parte de um pedido, não há razão para postergar seu julgamento até o fim da instrução probatória que se refere apenas a outra parte do mérito.²⁹⁹

Essa situação se verifica em uma extensa gama de casos, como nas já mencionadas hipóteses em que a prova documental que acompanha a petição inicial é suficiente reconhecer

²⁹⁸ “Represar, por anos, a definição de várias pretensões, já devidamente prontas para acerto, pelo fato de que um dos pedidos, por exemplo, depende de uma complexa perícia, e, por outro lado, pela razão mítica de que a sentença é ato que deve pôr fim ao processo, é, para dizer o mínimo, atentar contra o bom-senso e desconsiderarmos a máxima de que o direito é a lógica do razoável” (MARTINS, Pedro Batista. “A arbitragem e o mito...”, cit., p. 276).

²⁹⁹ “(...) se um dos pedidos, ou parcela deles, já se encontra comprovado, confessado ou reconhecido, não há razão que justifique o seu adiamento até a decisão final que aprecie a parte controversa da demanda que carece de instrução probatória” (STJ, REsp nº 1.234.887, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe 2/10/2013).

de imediato a prescrição ou a decadência com relação a algum dos pedidos cumulados ou parte de pedido decomponível, por meio de decisão interlocutória de mérito³⁰⁰, apta a formar coisa julgada material.³⁰¹

Além disso, sabe-se que as normas autorizadoras da cumulação de pedidos no nosso sistema processual têm por objetivo prestigiar o princípio da economia processual. Caso seja possível julgar em um mesmo processo dois pedidos, é obviamente mais *econômico* tê-los cumulados de uma vez ao invés de instaurar processos distintos para cada um.

E o princípio da economia processual jamais poderia fazer com que o juiz cruzasse os braços esperando a produção de prova relativa um dos pedidos cumulados para somente depois decidir outro pedido que já estivesse pronto para julgamento.

Caso contrário, estar-se-ia permitindo que a *ratio* de economia processual em que se baseia a cumulação de pedidos prevalecesse sobre a garantia constitucional da tempestividade da tutela jurisdicional (ou duração razoável do processo), o que não se pode admitir.³⁰²

Portanto, sempre que as hipóteses do art. 330 do CPC se aplicarem apenas a um dentre vários pedidos cumulados no mesmo processo, ou a parte decomponível de um pedido único, deve-se proceder ao julgamento parcial.

Na feliz metáfora de DIDIER JR., “*uma fruta que está madura não precisa esperar o amadurecimento da outra, ainda verde, para ser colhida*”.³⁰³

Provavelmente por essas mesmas razões, o CPC italiano, apesar de conter o princípio da unicidade da sentença, previu o julgamento parcial do mérito no caso de amadurecimento

³⁰⁰ Cf. DIDIER JR., Fredie. *Curso...*, vol.1, cit., p. 534.

³⁰¹ “*Não podemos nos esquecer que, por vezes, o juiz antecipa o julgamento do mérito, mesmo por falsa sentença, quando acolhendo preliminar do réu, reconhece, no saneador, a decadência ou a prescrição de parte do pedido do autor, desafiando, esta decisão, recurso de agravo de instrumento, que negado pelo tribunal, fará coisa julgada parcial (material). Tal ocorre também quando o juiz reconhece como incontroverso ou não contestado parte do pedido do autor, julgando antecipadamente*” (AMORIM, José Roberto Neves. *Coisa julgada...*, cit., p. 183).

³⁰² Cf. MARINONI, Luiz Guilherme. *Tutela antecipatória...*, cit., p. 141.

³⁰³ “*Se um dos pedidos apresentados pelo autor já puder ser apreciado – sem necessidade de produção de provas em audiência, segundo as hipóteses do art. 330 do CPC –, nada justifica que essa apreciação não seja feita de logo, apenas porque haveria de esperar a instrução do outro pedido formulado. Se entre eles não houver qualquer vínculo (cumulação simples de pedidos), realmente não há sentido em exigir, necessariamente, o julgamento simultâneo. Uma fruta que está madura não precisa esperar o amadurecimento da outra, ainda verde, para ser colhida*” (DIDIER JR., Fredie. “Inovações na antecipação dos efeitos da tutela e a resolução parcial do mérito”, in *RePro*, nº 110, São Paulo, abr-jun/2003, p. 232). No mesmo sentido, ressaltando com razão que o julgamento parcial “*atende aos anseios de da sociedade moderna que clama por uma justiça célere e efetiva*”: SOUZA JR., Sidney Pereira de. *Sentenças parciais...*, cit., p. 100.

precoce de um dos pedidos cumulados, como bem esclarece LIEBMAN.³⁰⁴

São nesse mesmo sentido as normas sobre julgamentos parciais nos CPCs de Portugal³⁰⁵, do Chile³⁰⁶ e no seu equivalente dos Estados Unidos.³⁰⁷

Da mesma forma, o NCPC dispõe expressamente que poderá ser realizado o julgamento parcial do mérito quando “*não houver necessidade de produção de outras provas*” com relação a “*um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles*” (arts. 352, I, e 353, II).

Assim, essa norma do NCPC representa avanço que, a nosso ver, tem muito a contribuir para aumentar a eficácia do princípio da duração razoável do processo e, consequentemente, da efetividade da tutela jurisdicional.

³⁰⁴ “*Também Liebman observa a hipótese de amadurecimento precoce de um dos pedidos cumulados, com as soluções implementadas pelo CPC italiano. Segundo suas lições, ‘pode ocorrer, todavia, que algumas das demandas já estejam prontas para decisão e outras precisem ainda de uma ulterior instrução. Em tal caso, pode parecer oportuno decidir desde logo as primeiras, sem aguardar que as demais sejam instruídas. Do confronto do art. 277, segundo parágrafo, com o art. 279, segundo parágrafo 5º, resulta que o colégio pode prover de dois modos diversos: se uma parte requer a imediata definição das questões já instruídas e se seu interesse nesse sentido parece razoável, o colégio pode limitar a elas sua sentença, ordenando o prosseguimento da instrução das outras; ou, se a requerimento de todas as partes ou se o colégio entende que a continuidade da cumulação retardaria ou tornaria muito caro o processo, pode decidir por sentença as demandas já instruídas e determinar por ordenança a separação das outras, dando os provimentos oportunos para posterior instrução delas e para a remessa ao juiz inferior que seja para elas competente’ (LIEBMAN, Enrico Tullio. Manual de direito processual civil, Tocantins, intelectos, 2003, v. 2, p. 229)” (ARAÚJO, José Henrique Mouta. Coisa julgada..., cit., p. 230, nota nº 609). No original: “Può avvenire tuttavia che alcune delle domande si trovino ad essere mature per la decisione ed altre abbisognino invece di una ulteriore istruzione. In tal caso può aooarire oportuno decidere subito le prime, senza attendere che anche le altre siano compoutamente instruite. Dal confronto dell’art. 277, secondo comma, com l’art. 279, secondo comma, n. 5 risulta che il colégio può provvedere in due modi diversi: si una parte fa istanza per la sollecita definizione di quelle già instruite e se il suo interesse in tal senso appare apprezzabile, il collegio può limitare ad esse la sua sentenza, ordinando il prosseguimento dell’istruzione per le altre; oppure, se vi è istanza di tutte le partio se il collegio ritiene cha lacontinuação del cumulo ritarderebbe più gravoso il processo, può decidere com sentenza le domande già instruite e disporre com ordinanza la separationedelle altre, dando gli opportini orivvedimenti per la loro ulteriore istruzione o per la loro rimissione al giudice inferiore che sia per esse competente” (LIEBMAN, Enrico Tulio. Manuale..., vol. II, cit., p. 221).*

³⁰⁵ “Art. 510.º, 1- Findos os articulados, se não houver que proceder à convocação da audiência preliminar, o juiz profere, no prazo de 20 dias, despacho saneador destinado a: (...) b) Conhecer imediatamente do mérito da causa, sempre que o estado do processo permitir, sem necessidade de mais provas, a apreciação, total ou parcial, do ou dos pedidos deduzidos ou de alguma exceção peremptória”.

³⁰⁶ “Art. 172. Cuando en un mismo juicio se ventilen dos o más cuestiones que puedan ser resueltas separada o parcialmente, sin que ello ofrezca dificultad para la marcha del proceso, y alguna o algunas de dichas cuestiones o parte de ellas, lleguen al estado de sentencia antes de que termine el procedimiento en las restantes, podrá el tribunal fallar desde luego las primeras”.

³⁰⁷ Federal Rules of Civil Procedure: “Rule 54. Judgment; Costs (...) (b) Judgment on Multiple Claims or Involving Multiple Parties. When an action presents more than one claim for relief — whether as a claim, counterclaim, crossclaim, or third-party claim — or when multiple parties are involved, the court may direct entry of a final judgment as to one or more, but fewer than all, claims or parties only if the court expressly determines that there is no just reason for delay. Otherwise, any order or other decision, however designated, that adjudicates fewer than all the claims or the rights and liabilities of fewer than all the parties does not end the action as to any of the claims or parties and may be revised at any time before the entry of a judgment adjudicating all the claims and all the parties’ rights and liabilities”.

A seguir, trataremos de duas outras hipóteses que não deixam de ser espécies da hipótese genérica de “desnecessidade de prova complementar”, mas que por suas particularidades merecem tratamento específico: controvérsias repetitivas e incontrovérsia sobre parte da causa.

6.2. Controvérsias repetitivas

A admissão dos julgamentos parciais também tem bastante relevância na busca do aprimoramento das técnicas de *coletivização* da tutela jurisdicional, que estão em voga atualmente com o propósito de resolver da forma mais célere possível as denominadas *controvérsias repetitivas*. Explicamos.

No atual sistema, essas técnicas de coletivização do julgamento, que tendem a padronizar a solução sobre determinada questão de acordo com pronunciamentos anteriores de algum órgão jurisdicional a respeito da matéria, são admitidas apenas quando há *idêntica* controvérsia (CPC, art. 543-B) ou *idêntica* questão de direito (CPC, art. 543-C).

O mesmo se verifica no tocante à possibilidade de sentença de total improcedência da demanda antes mesmo da citação do réu, concebida somente quando se tratar de casos *idênticos* (CPC, art. 285-A).

Esses mecanismos de julgamento consideram a inter-relação entre diferentes processos e, portanto, consistem em técnicas *interprocessuais*. E os julgamentos parciais do mérito e das questões de mérito (técnica *intraprocessual*³⁰⁸ – i.e., em relação a um único processo) são fundamentais para o aprimoramento, adequada aplicação e ampliação da eficácia dos referidos instrumentos de coletivização da tutela jurisdicional.

De fato, é difícil negar que essas técnicas de coletivização poderão ser mais e melhor aplicadas com a admissão dos julgamentos parciais. Afinal, é evidente que, com a cisão da apreciação do mérito e das questões de mérito em diferentes partes, aumentaria a probabilidade de serem identificadas controvérsias, questões ou casos *idênticos*, como exige a

³⁰⁸ As expressões interprocessuais e intraprocessual são utilizadas por ANDRÉ ABBUD ao tratar do art. 543-B do CPC: “o aprimoramento da atividade jurisdicional é buscado não tanto a partir de mecanismos atuantes sobre o processo, mas sobre o conjunto inter-relacionado de causas submetidas à apreciação do Judiciário, valorizando sua influência recíproca. O desenvolvimento de técnicas intraprocessuais vem cedendo espaço ao de técnicas interprocessuais” (ABBUD, André de Albuquerque Cavalcanti. “A Repercussão Geral dos Recursos Extraordinários e o Julgamento por Amostragem no Âmbito do Supremo Tribunal Federal”, in *As novas reformas do CPC e de outras normas processuais*, org. MAURICIO GIANNICO, São Paulo, Saraiva, 2009, p. 311).

lei para aplicar-lhes aqueles regimes específicos de julgamento.

De forma semelhante, o *incidente de resolução de demandas repetitivas* previsto no NCPC é admissível somente quando se verifique repetição de processos que contenham controvérsia sobre a “*mesma questão unicamente de direito*” (art. 973, I).

A propósito, O NCPC deixa claro não somente no trecho *retro* transcrito, como também no art. 926 que os julgamentos de casos repetitivos (i.e., decisão proferida em incidente de resolução de demandas repetitivas, ou em recursos especial e extraordinário repetitivos) podem ter por objeto *questão* de direito material ou processual, de modo que não se restringem ao *mérito* (pedido).

Isso ressalta a importância do ponto sustentado neste trabalho de que os julgamentos parciais devem ser autorizados não somente para a cisão do julgamento do mérito, como também para o fracionamento da resolução das questões de mérito.

Assim, diante do atual e do prospectivo regime de julgamento de controvérsias repetitivas, pergunta-se: o que deve acontecer se apenas um dos pedidos cumulados em determinada demanda ou parte dele tratar de *questão idêntica* àquela que tenha sido resolvida no regime de julgamento de *controvérsias repetitivas*?

A nosso ver, deve ser realizado o julgamento parcial do pedido ou da questão de mérito objeto de julgamento no regime das controvérsias repetitivas, pois assim certamente haverá considerável ampliação da incidência desse regime.

E isso é logicamente desejável, já que os regimes de coletivização da tutela jurisdicional atuam sabidamente em prol da isonomia e da segurança jurídica³⁰⁹, pois contribuem para que o Direito seja aplicado de maneira uniforme no exercício da jurisdição e, consequentemente, para preservar a *harmonia dos julgados* em diferentes processos.

Para ilustrar esse ponto, vale avaliar a utilidade dos julgamentos parciais para maior eficácia do atual regime de julgamento de recursos representativos de controvérsias repetitivas pelo STJ.

Esse regime se aplica “*quando houver multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica questão de direito*” (CPC, art. 543-C).

³⁰⁹ Cf. explicitado, p. ex., no art. 973 do NCPC: “*É cabível a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas quando houver (...) risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica*”.

Portanto, não estarão sujeitos às normas da sistemática dos recursos especiais repetitivos aqueles que estiverem fundados em múltiplas controvérsias, e apenas parcialmente em *controvérsia repetitiva*, pois nesse caso não tratarão *apenas* de uma única questão de direito e, portanto, não serão considerados *repetitivos*.³¹⁰

Ou seja, em regra, um recurso que trate das questões I, II e III não deverá ser suspenso (CPC, art. 543-C, §§1º e 2º) em razão da identificação de recurso representativo de controvérsia repetitiva apenas acerca da questão III (exceto se a questão III fosse prejudicial às questões I e II).³¹¹ E essa situação não é incomum.

Veja-se, p. ex., as decisões do STJ que determinaram a suspensão dos recursos especiais que versem sobre a *controvérsia repetitiva* concernente à “*legalidade da cláusula que, em contratos bancários, prevê a cobrança da comissão de permanência na hipótese de inadimplência do consumidor*”.³¹²

É muito pouco provável que uma demanda ou recurso relacionado à inadimplência de consumidor no âmbito de um contrato bancário trate apenas da *legalidade da comissão de permanência*.

Além disso, a decisão acerca dessa matéria específica certamente não *prejudica* a resolução de outras questões que podem ser objeto de demandas desse gênero, como aquelas sobre outros encargos previstos no contrato (taxa de juros aplicável *etc.*).

Logo, os recursos referentes à legalidade da comissão de permanência e outras questões não seriam suspensos.

Nesse exemplo, a admissão dos julgamentos parciais contribui para que a questão da *legalidade da comissão de permanência* seja “seccionada” do restante da causa e solucionada antes das demais questões. Assim, seria perfeitamente possível aplicar o regime de julgamento dos recursos repetitivos aos recursos originados da decisão interlocutória que tivesse

³¹⁰ “Essa suspensão [dos recursos, no tribunal de origem, que tratem da mesma questão de direito submetida pelo STJ ao regime dos recursos repetitivos] pressupõe que todos os recursos especiais sejam realmente veiculadores apenas de uma única questão de direito. Se outras questões diferentes justificarem o cabimento do especial, não poderá ele ser paralisado em sua marcha apenas porque um dos seus diversos fundamentos coincide com o de outro recurso da espécie. A aplicação do art. 543-C pressupõe identidade total de fundamento de direito entre todos os recursos, para que possam ser classificados como seriados ou repetitivos” (THEODORO JR., Humberto. “O novo art. 543-C do Código de Processo Civil (Lei nº 11.672, de 8.5.2008)”, in *Revista Forense*, vol. 397, mai-jun/2008, p. 195).

³¹¹ “O agrupamento de recursos repetitivos levará em consideração apenas a questão central discutida, sempre que o exame desta possa tornar prejudicada a análise de outras questões argüidas no mesmo recurso” (Resolução STJ nº 8/2008, art. 1º, § 2º).

³¹² REsp nº 1.058.114 e REsp nº 1.063.343, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJe 16/11/2010.

resolvido apenas a parte da causa associada àquela questão.

Além disso, todas as questões relacionadas a outros encargos previstos no contrato que ainda não estivessem resolvidas no âmbito de nenhum dos instrumentos de coletivização da tutela jurisdicional poderiam ser resolvidas em um segundo momento, sem retardar injustificadamente a decisão sobre a *legalidade da comissão de permanência*, que poderia ser prontamente decidida por já ter sido objeto de julgamento no regime de recursos repetitivos.

Assim, vê-se que a técnica *intraprocessual* dos julgamentos parciais é fundamental não somente para a prestação da tutela jurisdicional nos processos individualmente considerados, como também para otimizar a aplicação das técnicas *interprocessuais* voltadas à solução de controvérsias repetitivas, e pode contribuir de forma substancial para o seu aprimoramento e efetividade.

Não é à toa que BUENO, CARMONA, GRINOVER e LUCON, na condição de diretores do IBDP, propuseram em Substitutivo ao Projeto do NCPC a admissão de julgamento parcial – que não estava prevista na redação original do PL nº 8046/2010 – inclusive para a hipótese de “*algum dos pedidos ou parcela deles versar sobre matéria unicamente de direito e houver tese firmada em julgamento de recursos repetitivos, em incidente de resolução de demandas repetitivas ou em súmula vinculante*”.³¹³

Nesse sentido, parte da doutrina – com a qual concordamos – considera possível a realização de julgamento parcial caso se verifique a hipótese do art. 285-A do CPC com relação a parte da demanda³¹⁴ e entende que esse dispositivo “*também enseja reflexões*

³¹³ Art. 341-A, incs. I, II e III, do *Substitutivo apresentado por Diretores do Instituto Brasileiro de Direito Processual* [ADA PELLEGRINI GRINOVER, CARLOS ALBERTO CARMONA, CASSIO SCARPINELLA BUENO e PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON] ao *Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010*, entregue em set/2011 a integrantes do Poder Legislativo, disponível em http://direitoprocessual.org.br/fileManager/substitutivo_titulo2.pdf, acesso em 25/3/2013.

³¹⁴ P. ex.: ARAÚJO, José Henrique Mouta. *Coisa julgada...*, cit., p. 236: “(...) salvaguardando os princípios ligados ao tempo no processo, também se vislumbra possível a desacumulação nos casos envolvendo o art. 285-A do CPC”. No mesmo sentido: BUENO, Cassio Scarpinella. *A nova etapa da reforma do Código de Processo Civil*, vol. 2: comentários sistemáticos às Leis n. 11.276, de 7-2-2006, 11.277, de 7-2-2006, e 11.280, de 16-2-2006, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 2007, cap. 2, item nº 3.2. Em sentido contrário: FONSECA, João Francisco Naves da. *O julgamento liminar de improcedência da demanda (art. 285-A): questões polêmicas*, texto publicado em 18/7/2010 no site do IBDP, disponível em <http://www.direitoprocessual.org.br/index.php?novo-cpc-2>, acesso em 1/11/2014, p. 6; e AMORIM, José Roberto Neves. *Coisa julgada...*, cit., p. 176-7, este apenas em razão da intenção do legislador, mas reconhecendo que seria conveniente ampliar a abrangência de incidência do art. 285-A: “*Poder-se-ia pensar na aplicação do art. 285-A não só para questões de direito, mas para o reconhecimento de prescrição ou decadência de parte do pedido, ou mesmo para mais de uma matéria de direito, sendo uma delas repetitiva (casos idênticos), prosseguindo-se quanto ao remanescente, fazendo com que parte do pedido transitasse em julgado eventualmente. Não pactuo desta ideia, porque para a análise do dispositivo legal há que se levar em consideração o escopo do legislador, que, na hipótese em exame, visou*

envolvendo o princípio da indivisibilidade da sentença, especialmente nos casos de pedidos cumulados sem qualquer dependência”.³¹⁵

Por fim, é preciso deixar claro que se entende aqui por casos de *controvérsias repetitivas* – abrangendo em linhas gerais as hipóteses dos arts. 285-A, 543-B e 543-C do CPC as normas do NCPC que tratam de questões, controvérsias ou casos *idênticos* – aquelas demandas distintas em que se discuta a mesma *tese jurídica*³¹⁶, seja no âmbito do *mérito* em si ou das *questões de mérito*.³¹⁷

No já referido exemplo da *legalidade da comissão de permanência*, que foi objeto de julgamento no regime dos *recursos especiais repetitivos*, é claro que a questão poderá surgir tanto no julgamento do mérito propriamente dito (demanda com pedido declaratório da ilegalidade e consequente inexigibilidade da comissão) quanto na resolução de questão de mérito (demanda para cobrança de comissão de permanência, em que o réu invoque como fundamento e defesa a ilegalidade da comissão).

E nos parece que o julgamento parcial dessa controvérsia repetitiva deve ser admitido tanto no primeiro caso (mérito) quanto no segundo (questão de mérito), e que não há motivo para autorizá-lo no primeiro caso e não permiti-lo no segundo, como sustentariam aqueles que são favoráveis ao julgamento parcial do mérito, mas não admitem o fracionamento da resolução das questões de mérito.

agilizar as decisões judiciais e, caso adotada a possibilidade acima exposta, não haveria redução no número de processos, apenas decisões parciais, fazendo com que se prosseguisse para julgamento dos demais pedidos”.

³¹⁵ ARAÚJO, José Henrique Mouta. *Coisa julgada...*, cit., p. 234-5. Em sentido contrário: FONSECA, João Francisco Naves da. *O julgamento...*, cit., p. 6.

³¹⁶ Nesse sentido: “Os ‘processos repetitivos’ regradados pelo art. 285-A são identificados pela repetição de uma mesma tese jurídica (v. n. 3.1, *supra*) e não porque são as mesmas partes litigando entre si pelas mesmas razões e para os mesmos fins” (BUENO, Cassio Scarpinella. *A nova etapa...*, vol. 2, cit., cap. 2, item nº 3.2). Em sentido semelhante, apesar de afirmar que a pretensão deve ser a mesma para que os casos sejam idênticos: “Outra questão diz respeito ao correto significado e alcance da expressão ‘casos idênticos’ inserta na norma sob exame. (...) A identidade reside na questão de direito já enfrentada anteriormente, ou seja, na mesma tese de direito e na mesma pretensão, mantidos os mesmos quadros fáticos expostos nas respectivas causas, de sorte que a não coincidência absoluta entre elas decorre da diversidade das partes, ou, ao menos de uma delas. Por outras palavras, o precedente estará presente quando coincidentes, no paradigma e na causa a ser julgada, a matéria jurídica e os fundamentos fáticos, embora diferentes as partes” (MARCATO, Antonio Carlos. “Julgamento de plano de causas repetitivas”, in *Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil*, nº 70, mar-abr/2011, p. 107).

³¹⁷ Em sentido contrário: MEDINA, José Miguel Garcia; WAMBIER, Luiz Rodrigues; e WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Breves comentários à nova sistemática processual civil 2*, São Paulo, RT, 2006, p. 68: “Para que se identifique tal identidade, não basta que tais ações tenham o mesmo pedido e a mesma causa de pedir. Mais que isso, os fundamentos jurídicos integrantes da causa de pedir e do pedido de tais ações também devem ser idênticos. (...) Não são ‘casos idênticos’ aqueles relativos a uma mesma tese jurídica, que, no entanto, pode ser genericamente aplicada a uma variedade de casos”. Também no sentido de que a causa de pedir e o pedido devem ser os mesmos: FONSECA, João Francisco Naves da. *O julgamento...*, cit., p. 6; e FIDELIS, Vanessa. *Utilização da sentença de improcedência prima facie como mecanismo aceleratório do julgamento de demandas repetitivas*, Dissertação de Mestrado, USP, 2013, p. 83.

6.3. Incontrovérsia sobre parte da causa (o que significa *incontroverso*?)

Quando se trata de julgamento parcial decorrente de incontrovérsia sobre parte da causa, as primeiras questões que surgem são definir em que consiste um pedido *incontroverso* e a forma de constatar essa *incontrovérsia*.

Claras respostas a essas questões são fundamentais não somente diante da hipótese do artigo 273, § 6º, do CPC, como também em razão das normas processuais prospectivas, já que o art. 353, I, do NCPC, autoriza expressamente os julgamentos parciais “*quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles mostrar-se incontroverso*”.

Em primeiro lugar, é preciso definir o que pode ser objeto de incontrovérsia autorizadora dos julgamentos parciais: se (i) apenas os fatos, contidos na causa de pedir³¹⁸; (ii) somente os efeitos jurídicos associados à pretensão do autor, contidos ao menos no *pedido*, inclusive porque apenas o pedido é geralmente mencionado nas normas que tratam dos julgamentos parciais fundados na incontrovérsia; ou (iii) ambos.³¹⁹

Como se sabe, o réu pode (a) negar os fatos em que o autor baseia seus pedidos, (b) reconhecer esses fatos, mas negar suas consequências jurídicas (defesa substancial indireta), ou (c) invocar fatos impeditivos, modificativos ou extintivos daqueles contidos na causa de pedir.³²⁰

Portanto, podendo a impugnação do réu ser realizada nessas diferentes medidas, entendemos que a incontrovérsia também deve ser admitida em todas essas medidas, i.e., tanto com relação aos fatos (causa de pedir) quanto aos seus efeitos jurídicos³²¹ (causa de pedir ou pedido), inclusive para maximizar a incidência da técnica dos julgamentos parciais e, consequentemente, a eficácia dos princípios constitucionais com os quais essa técnica se alinha (nº 1.1 *supra*).

Assim, pode perfeitamente ocorrer julgamento parcial com base na incontrovérsia

³¹⁸ Nesse sentido, ao tratar do art. 273, § 6º, do CPC: “(...) a aplicação do dispositivo se dá em função da *incontrovérsia do fato contido na causa de pedir não impugnada e não por causa da ‘incontrovérsia do pedido’ em si mesmo considerado*” (BUENO, Cassio Scarpinella. *Tutela antecipada*, cit., p. 55-6).

³¹⁹ Tratando dessa controvérsia na doutrina: NOGUEIRA, Gláucia Assalin. *O julgamento parcial...*, cit., p. 117-8.

³²⁰ Cf. LUCON, Paulo Henrique dos Santos. *Estabilização...*, cit., p. 15.

³²¹ Nesse sentido: NOGUEIRA, Gláucia Assalin. *O julgamento parcial...*, cit., p. 117-8.

quando há cumulação de pedidos e o réu impugna apenas um deles, ou parte de algum.³²²

Em segundo lugar, não se pode deixar de verificar o que caracteriza a *incontrovérsia* sobre parte da causa de que autoriza os julgamentos parciais nessa hipótese.

Para esse fim, é preciso ter em mente o ônus do réu de impugnar especificamente as razões em que o autor baseia sua demanda (CPC, arts. 302 e 334)³²³, bem como o princípio do livre convencimento motivado e os poderes instrutórios do juiz (CPC, arts. 130 e 131), inclusive o de fixar os pontos controvertidos na fase de saneamento (CPC, art. 331, § 2º).³²⁴

A partir dessa premissa, pode-se dizer que a verificação da possibilidade de julgamentos parciais com base em incontrovérsia deve passar por três estágios razoavelmente individualizáveis.

No primeiro estágio, verifica-se, com base na análise da defesa como um todo, se o réu cumpriu seu ônus de impugnação específica dos fundamentos e pedidos do autor.

Se o réu reconhecer ou não impugnar especificamente parte dos pedidos do autor ou de seus fundamentos, e essa mesma parcela da demanda também não for negada pelo conjunto da defesa (CPC, art. 302, III), pode-se reputá-la *incontroversa*.³²⁵

O segundo estágio consiste em apurar se não existe no caso concreto nenhuma *causa obstativa* que impeça reputar procedentes os fundamentos ou pedidos não impugnados.

O julgamento parcial com base na incontrovérsia não poderá ser realizado, p. ex., se não for possível haver confissão sobre os fatos relevantes (CPC, art. 302, I), se a peça exordial não estiver acompanhada de instrumento público que a lei considere da substância do ato (CPC, art. 302, II), ou se a petição inicial for inepta (CPC, art. 295) e, assim, não permitir o pleno exercício do direito de defesa.³²⁶

No terceiro estágio, por sua vez, é preciso que o juiz verifique se a parcela incontroversa da demanda não é negada pelo conjunto probatório constante dos autos, ou

³²² Nesse sentido: ARAÚJO, José Henrique Mouta. *Coisa julgada...*, cit., p. 314-5. No mesmo sentido: AMORIM, José Roberto Neves. *Coisa julgada...*, cit., p. 152.

³²³ Nesse sentido: BONÍCIO, Marcelo José Magalhães. “Notas sobre...”, cit., p. 72; LUCON, Paulo Henrique dos Santos. *Estabilização...*, cit., p. 16; e MARINONI, Luiz Guilherme. *Antecipação...*, cit., p. 284.

³²⁴ Referindo-se ao art. 331, § 2º, como determinante na busca da definição de *incontroverso*: MARINONI, Luiz Guilherme. *Antecipação...*, cit., p. 285-6.

³²⁵ Nesse sentido MARINONI, Luiz Guilherme. *Antecipação...*, cit., p. 284-5; e ARAÚJO, José Henrique Mouta. “Decisão interlocutória de mérito no projeto do novo CPC: reflexões necessárias”, in *O projeto do novo Código de Processo Civil – Estudos em homenagem ao Prof. José de Albuquerque Rocha*, Salvador, JusPODIVM, 2011, p. 221.

³²⁶ Cf. LUCON, Paulo Henrique dos Santos. *Estabilização...*, cit., p. 16.

pelas normas ou regras de experiência referentes aos fatos *sub judice* (*iura novit curia*; CPC, arts. 130, 131 e 331, § 2º, e 335).

Se a parte da causa sobre a qual houve incontrovérsia for negada por algum desses elementos, é óbvio que o fundamento ou pedido não impugnado pelo réu não pode ser acolhido simplesmente porque houve incontrovérsia sobre ele.

Dito de outro modo, é preciso considerar a *posição do juiz*, que não deve aceitar como *verdade* nenhum ponto a respeito do qual não esteja convencido, simplesmente porque não houve controvérsia sobre as partes a respeito dele.³²⁷

Não é à toa que a lei outorga ao juiz o poder de determinar a produção de provas inclusive sobre pontos não alegados pelas partes (CPC, art. 131).

A propósito, não se desconhece a doutrina segundo a qual a incontrovérsia poderia se verificar mesmo quando, apesar de impugnada pelo réu, parte da demanda não tenha sido objeto de *contestação séria*³²⁸ ou seu julgamento não dependa de prova complementar.³²⁹ A intenção clara – e, a nosso ver, louvável – dessa doutrina é a de conferir a maior incidência possível ao art. 273, § 6º, do CPC.

Entretanto, preferimos adotar a posição de que a hipótese específica de julgamento

³²⁷ “(...) a incontrovérsia ensejadora da medida antecipatória somente se configura com a presença de um elemento essencial, a saber: a ausência de controvérsia deve considerar e envolver a posição do juiz, o terceiro figurante da relação processual angularizada. Portanto, além da ausência de controvérsia entre as partes, somente poderá ser tido como incontroverso o pedido que, na convicção do juiz for verossímil. ‘Incontroverso’, em suma, não é o ‘indiscutido’, mas sim o ‘indiscutível’” (ZAVASCKI, Teori Albino. *Antecipação da tutela*, 6ª ed., São Paulo, Saraiva, 2008, p. 110-1); “Não é porque o réu não contesta especificamente os fatos que toda a versão de fato do autor transforma-se, automaticamente, em realidade. Há outros dados concretos, palpáveis, ao alcance do magistrado que deverão ser levados em conta” (BUENO, Cassio Scarpinella. *Tutela antecipada*, cit., p. 55-6); “(...) é necessário que a conclusão do juiz esteja em harmonia com o conjunto dos autos do mesmo modo que se verifica na hipótese de revelia” (LOPES, João Batista. *Tutela antecipada*..., cit., p. 212).

³²⁸ “Nesse enfoque, pode-se dar ao conceito de pedido incontroverso um sentido ampliado, mais afinado com uma interpretação teleológica da norma: será considerado incontroverso o pedido, mesmo contestado, quando os fundamentos da contestação sejam evidentemente descabidos ou improcedentes. (...) Por exemplo: não se poderá ter como controvertido um pedido cuja contestação esteja fundada exclusivamente na negação de um fato notório (CPC, art. 334, I) ou de um fato que goze de presunção legal de verdade (CPC, art. 334, IV)” (ZAVASCKI, Teori Albino. *Antecipação*..., cit., p. 111-2). No mesmo sentido: CARNEIRO, Athos Gusmão. *Da antecipação de tutela*, 6ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2005, p. 64.

³²⁹ “Pouco importa que tal direito tenha sido contestado, uma vez que é inegável que um direito, apesar de contestado pode se tornar incontroverso no curso do processo. Em resumo: incontroverso é o direito que se torna evidente no curso do processo, exigindo, em razão disso, imediata tutela” (MARINONI, Luiz Guilherme. *Antecipação*..., cit., p. 285-6); “Pedido incontroverso tem sentido bem claro na dinâmica probatória do processo civil: é aquele que não depende de prova complementar. (...) Quando, aqui, falo em pedido (ou parcela de pedido) incontroverso, estou mesmo afirmando ser desnecessária qualquer outra prova. Aquele pedido, ou parte dele, está pronto para receber julgamento definitivo” (BUENO, Cassio Scarpinella. *Tutela antecipada*, cit., p. 45-6).

parcial baseado na incontrovérsia depende da ausência de impugnação por parte do réu.³³⁰

Primeiro, porque reputar a ausência de *contestação séria* como hipótese de *incontrovérsia* nos parece possibilitar interpretação demasiadamente subjetiva para definir se a contestação é *séria* ou não e, assim, gerar indesejada insegurança na abrangência e aplicação da norma.

Segundo, porque a desnecessidade de prova complementar já é hipótese genérica de julgamento parcial na sistematização aqui proposta (cf. nº 6.1 *supra*). Ou seja, essa hipótese que parte da doutrina entende constituir incontrovérsia já foi reputada aqui como caso de admissão de julgamento parcial.

Logo, já foi atingido e não fica em nada prejudicado o escopo de “ampliação” do conceito de *incontroverso* por aquela corrente doutrinária.

A propósito, pode-se dizer que a realização de julgamento parcial no caso de incontrovérsia é solução decorrente de interpretação sistemática do CPC. Isso porque a lei autoriza o julgamento antecipado com relação a *toda* a demanda em caso de revelia (arts. 319 e 330, II) e, portanto, não haveria por que negar a possibilidade de julgamento antecipado com relação a *parte* da causa (*a maiori, ad minus*).³³¹

Por fim, vale ratificar que o pressuposto da independência jurídica da parte da causa a ser decidida com relação à parte remanescente (nº 5.2 *supra*) deve estar presente para que se os julgamentos parciais sejam possíveis inclusive a hipótese de incontrovérsia.³³²

6.4. Faculdade ou poder-dever do juiz?

Adotada a premissa de que os julgamentos parciais são admissíveis, poderia ser questionado se o juiz teria discricionariedade para *optar* por fracionar *ou não* o julgamento da causa, ou se esse seria um *poder-dever*, de modo que o juiz *devesse* cindir o julgamento da causa sempre que se verificassem os respectivos pressupostos.

Há quem entenda que os julgamentos parciais devem ser considerados mera faculdade,

³³⁰ Nesse sentido: BARBOSA, Bruno Valentim. *Julgamentos parciais...*, cit., p. 56.

³³¹ Nesse sentido: ARAÚJO, José Henrique Mouta. *Coisa julgada...*, cit., p. 321-3.

³³² Nesse sentido: “(...) não será possível a aplicação da nova regra [CPC, art. 273, § 6º], quando houver um capítulo do pedido que seja dependente de um outro capítulo, que tenha sido impugnado” (BONÍCIO, Marcelo José Magalhães. “Notas sobre...”, cit., p. 74).

e não poder-dever do juiz, porque não seria “*em todas as causas em que o fracionamento for possível*” que “*ele ser[ia] também viável*”.

Quem entende assim, adota como premissa que a resolução parcial do mérito teria como um dos seus fundamentos o princípio da adaptabilidade do procedimento e, dessa forma, seria “*mais prudente deixar na mão do magistrado responsável pelo processo a escolha de utilizar, ou não, a técnica da resolução parcial*”.³³³

No entanto, esse entendimento não pode prevalecer, pois propicia indevida restrição potencial dos julgamentos parciais ao deixar sua realização a critério do juiz.

Em outras palavras, esse entendimento poderia permitir que o juiz não decidisse parte da causa que não estivesse madura para julgamento porque esse julgamento seria mera faculdade e, nesse caso, a parte não poderia pleitear que o julgamento parcial fosse realizado.

E isso contrariaria todos os princípios constitucionais que embasam os julgamentos parciais, especialmente o da tempestividade da tutela jurisdicional.

Portanto, assim como se verifica com relação ao julgamento antecipado da lide³³⁴ e à antecipação de tutela³³⁵, a cisão – e consequente antecipação – do julgamento de parte da causa constitui poder-dever do magistrado, que não pode deixar de fracionar a apreciação do mérito ou das questões de mérito quando se verificarem os respectivos pressupostos e hipóteses.³³⁶

³³³ BARBOSA, Bruno Valentim. *Julgamentos parciais...*, cit., p. 78.

³³⁴ “(...) ao órgão judicial só é lícito proferir antecipadamente uma sentença de mérito nos casos previstos expressis verbis, mas tampouco pode ele, nesses casos, deixar a seu talante de proferi-la antecipadamente: nenhuma discricção lhe concede a lei a respeito” (MOREIRA, José Carlos Barbosa. *O novo processo...*, cit., p. 95).

³³⁵ “Em suma: toda vez que os requisitos legais se fizerem presentes, a concessão da tutela jurisdicional em caráter de urgência constituirá obrigação incontornável do Estado, por força da promessa constitucional ditada pelo art. 5º, inc. XXXV, da Carta Magna de nossa República Federativa” (CRUZ e TUCCI, José Rogério. *Tempo e processo...*, cit., p. 131).

³³⁶ Nesse sentido: SOUZA JR., Sidney Pereira de. *Sentenças parciais...*, cit., *passim*, esp. p. 205, item 15.

7. JULGAMENTOS PARCIAIS NA ARBITRAGEM

A lei de arbitragem, de certa forma espelhando a redação original do CPC/73, indica ter se baseado no critério *finalístico* para conceituar a sentença no sistema processual arbitral, ao dispor que “*proferida a sentença arbitral, dá-se por finda a arbitragem*” (LArb, art. 29).³³⁷

Ainda que se adote essa interpretação, a referência da LArb no sentido de que a arbitragem teria fim com a sentença arbitral está imune às críticas que já se viu terem sido feitas à sentença do juízo estatal (nº 3.1 *supra*).

Diferentemente do que ocorre no juízo estatal (onde podem haver fases recursal e executiva), os árbitros de fato encerram sua jurisdição ao proferir a sentença ou a decisão do pedido de esclarecimentos que pode vir a integrá-la, se o caso (LArb, art. 30).

CARMONA afirma que, na época da elaboração da LArb, não se pensou em predispor sobre a possibilidade de julgamentos parciais do mérito no processo arbitral, inclusive por motivos sistemáticos, já que não havia previsão expressa nesse sentido no CPC/73.³³⁸

Logo, a dúvida sobre a admissibilidade da prolação de *sentenças parciais* consistiria em saber se estaria ou não no âmbito da autonomia privada das partes autorizar os árbitros a cindir o julgamento da causa.³³⁹

Antes da alteração implementada por meio da lei nº 11.232/2005 no conceito de sentença original do CPC/73, CARMONA entendia, em posição contrária ao fracionamento do julgamento do mérito no processo arbitral, que não seria possível proferir *sentença genérica* na arbitragem a ser objeto de posterior liquidação.³⁴⁰

Segundo o autor, na vigência da antiga redação do art. 162 do CPC/73, “*não parecia possível, mesmo com base na ampla autonomia da vontade prevista na Lei de Arbitragem, conceber a quebra do sistema processual-arbitral para encartar, a força, sentenças intermediárias (sentenças parciais)*”.³⁴¹

Por outro lado, CARMONA entende que o atual regime do CPC/73 permite a

³³⁷ Cf. CARMONA, Carlos Alberto. “Ensaio...”, cit., p. 12.

³³⁸ Cf. “Ensaio...”, cit., p. 12.

³³⁹ Nesse sentido: CARMONA, Carlos Alberto. “Ensaio...”, cit., p. 12.

³⁴⁰ *Arbitragem e processo*, 2ª ed., São Paulo, Atlas, 2004, p. 314-5.

³⁴¹ CARMONA, Carlos Alberto. “Ensaio...”, cit., *passim*, e esp. p. 15.

conclusão de que a possibilidade de resolução parcial do mérito passou a integrar o *devido processo legal* brasileiro. Diante disso, e considerando a ampla autonomia das partes na escolha das regras aplicáveis à arbitragem (LARb, art. 2º), o autor sustenta que não existe mais impedimento principiológico à prolação de sentenças arbitrais parciais.³⁴²

Entretanto, CARMONA ressalta que os árbitros poderão cindir o julgamento da causa somente se as partes (i) escolherem procedimento (disposto no regulamento de alguma instituição arbitral, p. ex.) que autorize as *sentenças parciais* ou (ii) se manifestarem expressamente de alguma outra forma concordando com o fracionamento do julgamento (na convenção arbitral ou no termo de arbitragem, p. ex.).³⁴³

No entanto, de acordo com a posição já fundamentada neste trabalho no sentido de que o nosso devido processo legal não vedava os julgamentos parciais mesmo antes da lei nº 11.232/2005 (pelo contrário, exige-os quando for o caso), entendemos que os árbitros poderiam proferir julgamentos parciais independentemente de autorização das partes mesmo na vigência da redação original do CPC/73.

E nos parece que o fatiamento da apreciação do mérito na arbitragem está autorizado não somente quando houver *relação de prejudicialidade* entre o capítulo do pedido que teve seu julgamento antecipado e o capítulo remanescente (como nos casos de decisão dos árbitros sobre sua jurisdição, ou de decisão sobre o *an debeatur*, p. ex.), mas também quando o julgamento parcial tiver o propósito de *acelerar* a resolução de parte da causa (como no caso de haver instrução suficiente para o julgamento de um dos pedidos cumulados, p. ex.).³⁴⁴

Afinal, os princípios constitucionais modeladores do nosso devido processo legal que justificam os julgamentos parciais no processo estatal, como já exposto (nº 1.1 *supra*), também bastam para permitir aos árbitros o fracionamento da apreciação do *meritum causae*, seja com um ou com outro objetivo.

³⁴² “Ensaio...”, cit., *passim*, e esp. p. 15.

³⁴³ “Ensaio...”, cit., *passim*, e esp. p. 15-6.

³⁴⁴ Ressaltamos esse ponto porque, em sentido distinto e particular, DINAMARCO entende que em todos os casos “*nos quais haja uma relação de prejudicialidade, as razões indicativas da grande conveniência de fatiar os julgamentos dispensam a autorização das partes para que o árbitro possa proferir uma sentença parcial, deixando uma parcela do litígio para ser decidida depois, por eles próprios. Mas sempre haverá casos em que tal autorização é necessária, como na hipótese de haver já uma instrução suficiente (madura) para julgar um dos pedidos cumulados ou contrapostos, sendo necessário prosseguir instruindo a causa com referência aos demais. Tratando-se aí de mera conveniência de aceleração, sem comprometimento da boa ordem do processo ou harmonia de julgados, decidam as partes como preferirem, ao darem início ao processo arbitral ou eventualmente quando forem consultadas pelos árbitros*” (DINAMARCO, Cândido Rangel. *A arbitragem...*, cit., p. 178).

Ao aceitarem a jurisdição que as partes lhes conferiram por ato de vontade para resolver o conflito entre elas (efeito positivo da convenção de arbitragem), os árbitros assumem o dever de buscar ao máximo a efetividade da tutela jurisdicional (CF, art. 5º, XXXV e LV).

Esse dever inclui respeitar a garantia constitucional da duração razoável do processo, o princípio da eficiência e, conseqüentemente, proferir julgamentos parciais quando for o caso (CF, art. 5º, LIV e LXXVIII, e 37, *caput*; n°s 1.1 e 2.4 *supra*).

Em outras palavras, quando atribuem aos árbitros a função jurisdicional de decidir seu conflito, as partes já lhes outorgam poderes suficientes para proferirem julgamentos parciais sempre que essa técnica for adequada para otimizar a efetividade (inclusive a tempestividade) da tutela que lhes será concedida.³⁴⁵

Logo, os julgamentos arbitrais parciais podem ser realizados independentemente de concordância específica das partes nesse sentido.³⁴⁶

Essa conclusão é reforçada pelo fato de o procedimento arbitral ser sabidamente mais flexível e menos formal que o judicial.³⁴⁷

Nesse sentido, o art. 21, *caput* e § 1º, da LArb³⁴⁸ permite às partes “*delegar ao próprio árbitro, ou ao tribunal, regular o procedimento*” e confere expressos poderes aos árbitros para, na ausência de estipulação pelas partes, disciplinar com liberdade o procedimento.

Portanto, pode-se considerar esse dispositivo legal mais um consistente fundamento para a admissão de julgamentos parciais na arbitragem.³⁴⁹

Não é demais explicitar também que a possibilidade de prolação de sentenças arbitrais parciais não ofende nenhum princípio do sistema processual brasileiro.³⁵⁰

³⁴⁵ Nesse sentido: BARBOSA, Bruno Valentim. *Julgamentos parciais...*, cit., p. 127.

³⁴⁶ Nesse sentido, entre outros por ele mencionados: MONTEIRO, André Luís. “Sentença parcial de mérito na arbitragem”, in *Temas de arbitragem*, 1ª série, coord. JOSÉ ANTONIO FICHTNER e ANDRÉ LUÍS MONTEIRO, Rio de Janeiro, Renovar, 2010, p. 169-73.

³⁴⁷ Nesse sentido: DINAMARCO, Cândido Rangel. *A arbitragem...*, cit., p. 176; e MARTINS, Pedro Batista. “A arbitragem e o mito...”, cit., p. 273 e 280-1.

³⁴⁸ “Art. 21. A arbitragem obedecerá ao procedimento estabelecido pelas partes na convenção de arbitragem, que poderá reportar-se às regras de um órgão arbitral institucional ou entidade especializada, facultando-se, ainda, às partes delegar ao próprio árbitro, ou ao tribunal arbitral, regular o procedimento. § 1º Não havendo estipulação acerca do procedimento, caberá ao árbitro ou ao tribunal arbitral discipliná-lo”.

³⁴⁹ Nesse sentido: SANCHEZ, Guilherme Cardoso. *Sentenças parciais no processo arbitral*, Dissertação de Mestrado, USP, 2013, p. 92.

³⁵⁰ “Verifica-se, pois, que inexistente no sistema arbitral nacional, qualquer que seja a ótica pela qual se enfoque, qualquer proibição à prolação de sentença parcial mesmo nas hipóteses em que não se fez presente para autorizar

Esse é mais um motivo pelo qual os julgamentos parciais devem ser permitidos na arbitragem, independentemente de autorização das partes.

Diante das razões acima expostas, não se pode interpretar o art. 29 da LArb como impeditivo dos julgamentos parciais.

No máximo, pode-se extrair do art. 29 que em regra a sentença arbitral deve ser somente uma, no fim do processo. Mas não uma proibição de que em determinadas condições específicas sejam proferidos julgamentos parciais³⁵¹, como, p. ex., em casos de acordo entre as partes quanto à parte do conflito no curso do processo, que devem ser reconhecidos por meio de *sentença arbitral* (nesse caso, *parcial*), como manda a lei (LArb, art. 28).

De fato, parece melhor e mais condizente com a flexibilidade do procedimento arbitral a interpretação segundo a qual, ao dizer que a sentença “põe fim à arbitragem”, o art. 29 da LArb afirma apenas que serão definitivamente resolvidos, em extensão e profundidade, o(s) pedido(s) decididos na sentença, mas não proíbe a prolação de mais de uma sentença.³⁵²

Sendo assim, no processo *arbitral* pode-se tratar como *sentença parcial* o ato que julga parcial e definitivamente mérito do processo, porque essa classificação é coerente com a definição específica contida na lei de arbitragem, e não viola os conceitos do art. 162 do CPC, já que estes se referem ao processo judicial, com relação ao qual sustentamos que os julgamentos parciais são realizados, em regra, por decisão interlocutória.

Ressalte-se também o claro exemplo de julgamento parcial de *questão de mérito* com relação ao processo arbitral na hipótese, incluída no capítulo “*Da sentença arbitral*” da LArb, em que surgir controvérsia sobre direito indisponível prejudicial ao julgamento da parte da causa que se refira a direito disponível.

Nesse caso, a *questão prejudicial* será decidida pelo juízo estatal competente e, depois desse *julgamento parcial*, a arbitragem prosseguirá para decisão sobre o *meritum causae* (LArb, art. 25, par.).

Vale notar a particularidade deste caso que parece ser *sui generis* – senão único – em nosso sistema processual vigente, em que controvérsia inicialmente consistente em *questão de mérito* em um processo (perante a jurisdição arbitral) parece se converter em mérito (perante a

a vontade das partes ou dos árbitros por estas autorizados” (ARMELIN, Donaldo. “Notas...”, cit., p. 293).

³⁵¹ Cf. ARMELIN, Donaldo. “Notas...”, cit., p. 290-1.

³⁵² Cf. MONTEIRO, André Luís. “Sentença parcial...”, cit., p. 172.

jurisdição estatal), independentemente da vontade das partes.

Trata-se de mais um indicativo de que não é de todo estranho ao sistema o julgamento parcial de *questões de mérito*.

Por fim, vale destacar que existe hipótese em que, por motivos óbvios, não estarão autorizados os julgamentos parciais na arbitragem: quando as partes expressamente manifestarem vontade nesse sentido.

Afinal, como já dito, a LArb dá ampla liberdade às partes para regular o procedimento (arts. 2º e 21, *caput*). Portanto, é certo que a proibição às sentenças parciais, por manifestação de vontade dos litigantes, não extrapolaria os limites daquela liberdade.

Em suma, os julgamentos parciais podem ser realizados no processo arbitral independentemente de autorização das partes.

Todavia, a cisão do julgamento da causa pode eventualmente ser vedada em determinado procedimento arbitral em que as partes disponham – na convenção arbitral, no termo de arbitragem ou por qualquer outra forma expressa – que os árbitros não estão autorizados a proferir sentenças parciais.³⁵³

³⁵³ No mesmo sentido da nossa conclusão e discutindo profundamente os mais variados aspectos associados aos julgamentos parciais na arbitragem: SANCHEZ, Guilherme Cardoso. *Sentenças parciais...*, cit., esp. p. 95: “Com o apoio doutrinário alinhado acima, voltamos ao nosso ponto: a menos que ambas as partes estejam de acordo em limitar o poder do árbitro de lidar com o procedimento — neste caso, tolhendo-lhe a autoridade para fracionar a resolução do conflito em mais de um momento —, os árbitros estão autorizados, por lei, a decidir pela cisão do julgamento, como forma de dispor acerca do procedimento e entregar às partes a prestação jurisdicional célere e adequada, conforme se espera e se exige do árbitro”.

8. SISTEMA RECURSAL

Geralmente, a repercussão no sistema recursal é uma das principais preocupações – ou óbices – que se colocam com relação à prolação de julgamentos parciais no processo civil brasileiro.³⁵⁴

Portanto, é importante esclarecer que são superáveis as supostas dificuldades no âmbito recursal que decorreriam dos julgamentos parciais.

É o que demonstraremos a seguir, tratando da definição do recurso cabível contra as decisões em que se realizam os julgamentos parciais e, depois do estabelecimento de algumas premissas com base na teoria dos capítulos de sentença, abordando a relação entre as partes da causa em diferentes instâncias depois do seu fracionamento pelos julgamentos parciais.

8.1. Recurso cabível

LIEBMAN ensina que *“tanto os efeitos do ato como os recursos cabíveis estarão assim de acôrdo [sic] com a natureza da decisão proferida”*.³⁵⁵ E o CPC/73 adotou mesmo o critério da natureza dos pronunciamentos do juiz para a determinação dos recursos cabíveis (ou não) contra cada uma deles, como se vê com clareza nos arts. 504, 513 e 522.

Em outras palavras, pode-se dizer que o nosso sistema processual incorpora o chamado princípio da correspondência, segundo o qual *“a recorribilidade se funda na natureza do provimento”*.³⁵⁶ Assim, a lei processual não deixa dúvida de que da sentença cabe apelação e as decisões interlocutórias são impugnáveis por agravo (CPC, arts. 513 e 522).

Portanto, como sustentamos que os julgamentos parciais são realizados fundamentalmente por decisão interlocutória (nº 3 *supra*), o recurso cabível contra eles será,

³⁵⁴ CARMONA, p. ex., entende que, no processo judicial, o *“julgamento parcelado e diferido do mérito pode causar balbúrdia processual difícil de controlar em vista do sistema recursal vigente (...)”* (“Ensaio...”, cit., p. 12). No mesmo sentido, DINAMARCO afirma que *“maior porém é a compatibilidade do sistema arbitral com as sentenças parciais, seja porque ali ordinariamente não existe o problema dos recursos (...)”* (A Arbitragem..., cit., p. 176). Verifica-se a mesma preocupação também na lição de ARMELIN: *“O processo arbitral apresenta características próprias, que lhe garantem a sua independência e autonomia. (...) Uma outra diz respeito à ausência de um sistema recursal propiciador de revisão de decisões arbitrais, o que, em tema de sentença parcial, elimina uma série de questões (...)”* (“Notas...”, cit., p. 289).

³⁵⁵ “O despacho saneador...”, cit., p. 81.

³⁵⁶ ASSIS, Araken de. *Manual dos recursos*, cit., p. 137.

em regra³⁵⁷, o agravo de instrumento.

De todo modo, não se pode ignorar que houve certa controvérsia sobre o recurso cabível contra os julgamentos parciais desde o início da vigência do CPC/73. E ainda há.

Essas divergências estão associadas principalmente ao fato de que os pronunciamentos que decidem parte da causa têm conteúdo que poderia constar de sentença, mas são proferidos no curso do processo, sem pôr um fim à sua fase de conhecimento.

Isso porque esse contexto poderia dar ensejo a opiniões diferentes quanto à natureza dos pronunciamentos em que se realizam os julgamentos parciais: decisão interlocutória, por não encerrar a etapa de conhecimento; ou sentença, em razão do seu conteúdo, para aqueles que assim entendem, como já visto (nº 3 *supra*).

Isso posto, diz-se que os julgamentos parciais seriam incompatíveis com o CPC/73 fundamentalmente porque, a depender da corrente que se adote sobre a sua natureza, o recurso cabível contra eles será o agravo ou a apelação, mas ambas as hipóteses encontrariam obstáculos no nosso sistema processual.

Por um lado, porque, comparativamente ao recurso (*por excelência*) de apelação, o agravo de instrumento seria menos vantajoso para o recorrente, especialmente porque (i) tem prazo mais curto para interposição (10 em vez de 15 dias – CPC, arts. 508 e 522), (ii) não tem revisão (CPC, art. 551) e, em regra, (iii) não permite sustentação oral (CPC, art. 554), (iv) nem embargos infringentes (CPC, art. 530).³⁵⁸

Dessa forma, a admissão do agravo contra os julgamentos parciais implicaria risco de violação do princípio da isonomia (CF, art. 5º, *caput*), pois nesse caso uma parte deveria interpor agravo e outra manearia apelação contra decisões de conteúdo muito semelhante.

Em caso de improcedência liminar de pedido reconventional e prosseguimento da demanda principal, p. ex., o réu poderia impugnar esse julgamento por agravo e o autor poderia manear apelação contra eventual decisão posterior de improcedência do seu pedido. Ou seja, em ambos os casos haveria decisão sobre o mérito das pretensões das partes, mas

³⁵⁷ Diz-se “em regra” porque, como já esclarecido, existem exceções nas quais são realizados julgamentos parciais por meio de sentenças parciais ou intermediárias (cf. nº 4 *supra*). Para essas exceções admitimos, por coerência, a apelação como recurso cabível. Mas não podemos deixar de ressaltar que, na nossa opinião, não tem cabimento transformar essas exceções em regra, por todas as razões sistemáticas de harmonia do sistema expostas até aqui neste trabalho e, especialmente, a seguir neste subcapítulo.

³⁵⁸ Essa e outras diferenças entre os recursos de apelação e agravo de instrumento foram bem resumidas e apontadas por BARBOSA, Bruno Valentin. *Julgamentos parciais...*, cit., p. 92.

uma delas seria privilegiada com recurso mais vantajoso.

Certamente motivada inclusive por isso, parte da doutrina diz que sequer se deve cogitar a interposição de agravo de instrumento contra as decisões de indeferimento liminar de reconvenção ou homologação de transação sobre parte do objeto do processo, pois esses julgamentos parciais têm conteúdo de sentença e, portanto, devem ser impugnáveis por apelação.³⁵⁹

No âmbito dessa corrente que admite a apelação como recurso cabível, há ainda quem sugira que a admissão dos julgamentos parciais de *questões de mérito* poderia gerar a mesma desigualdade. Caso a prescrição ou a decadência seja *afastada* no curso do processo, p. ex., o autor teria apenas *agravo* contra essa decisão, enquanto o réu poderia *apelar* de eventual decisão que *reconhecesse* a prescrição ou a decadência.³⁶⁰

Por outro lado, se adotada a premissa – defendida neste trabalho (nº 3 *supra*) – de que os julgamentos parciais são realizados por decisão interlocutória, permitir o cabimento de apelação violaria do princípio da correspondência.

Além disso, haveria evidente dificuldade prática para apelar nesses casos, pois o processo ainda teria que prosseguir em primeiro grau para a resolução da parte remanescente da causa, e a apelação exige que os autos sejam remetidos ao tribunal.

Diante disso, até mesmo alguns que caracterizam como sentença o pronunciamento que resolve parte do mérito reconhecem que não teria cabimento a interposição de duas apelações no mesmo processo e, assim, admitem o agravo de instrumento contra os julgamentos parciais.³⁶¹

Nesse sentido, há quem diga que as decisões que julgam liquidação de sentença ou rejeitam, no mérito, impugnação ao cumprimento de sentença têm “inegavelmente” natureza de sentença, mas mesmo assim são agraváveis, e não apeláveis.

³⁵⁹ Cf. SANTOS, Nilton dos. *Código de processo...*, cit., p. 449-50.

³⁶⁰ “Se o magistrado responsável pela causa, antes da sentença final, decide por afastar o argumento defensivo acerca da prescrição ou decadência, tratará sobre uma questão de mérito, mas não sobre a pretensão em si (eis que nada falará sobre procedência ou improcedência do pedido). Logo, caso o réu queira externar seu descontentamento no processo, terá de utilizar o recurso de agravo contra tal pronunciamento, que não ‘implicou’ qualquer situação do art. 267 ou 269 do CPC. Contudo, se o argumento da prescrição for acolhido, ter-se-á sentença de improcedência, conforme previsão expressa do art. 269, IV, do CPC. O autor, então, terá como meio de impugnação o ‘mais favorável’ recurso de apelação, situação antiisonômica, com a qual o sistema há muito convive, sem que esta singela dissertação tenha chegado a uma solução para esse vetusto problema” (BARBOSA, Bruno Valentim. *Julgamentos parciais...*, cit., p. 106).

³⁶¹ P. ex.: ARMELIN, Donaldo. “Notas...”, cit., p. 284-5.

Para essa corrente da doutrina, estaria assim comprometido o princípio da correspondência entre a natureza da decisão e o recurso cabível.³⁶²

No entanto, seria incompatível com o sistema, notadamente com as regras inequívocas dos arts. 513 e 522 do CPC (representativas do princípio da correspondência), classificar o ato do juiz como sentença e afirmar que o recurso cabível contra ele é o agravo de instrumento.³⁶³

Por essa razão, outros preferem solução diferente. Especialmente depois da alteração do conceito de sentença pela lei 11.232/2005, que foi a razão determinante para alguns passarem a admitir os julgamentos – ou sentenças – parciais, alguns passaram a sustentar o cabimento da denominada *apelação por instrumento*³⁶⁴ ou *em autos suplementares*.³⁶⁵

Todavia, seria inconcebível, na prática, a interposição de apelação contra decisões que resolvem apenas parte do mérito³⁶⁶, inclusive porque nesse caso o recurso teria efeito suspensivo como regra e, assim, poderia constituir indesejado obstáculo ao prosseguimento do processo em primeiro grau e propiciar chicana processual.³⁶⁷

Na verdade, admitir a apelação por instrumento seria o mesmo que criar novo recurso, o que não poderia ocorrer sem alteração legislativa (CF, art. 22, I), inclusive por força do *princípio da taxatividade* os recursos adotado no CPC/73, conforme o qual os únicos recursos admissíveis são aqueles taxativamente previstos em lei.³⁶⁸

Não se questiona que o agravo retido e o agravo por instrumento são recursos

³⁶² Cf. WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Nulidades...*, cit., p. 32-3.

³⁶³ “Não faz sentido nem é coerente classificar-se o ato do juiz como sentença e fixar sua recorribilidade por agravo ou, o que é pior e ilegal, por apelação por instrumento. O sistema oferece solução mais simples para os casos em que, pela nova redação do CPC 162, § 1.º, aparentemente poderiam ser qualificados como sentença, mas que, pela interpretação sistemática, por exemplo, do CPC 162 §§ 2.º e 3.º, 128, 460, 513, 514 e 522, podem ser qualificados como decisão interlocutória, desafiando impugnação por meio do recurso de agravo (CPC 162 §2.º e 522)” (NERY JR., Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código de processo...*, cit., nota 19 ao art. 162, p. 450).

³⁶⁴ AYOUB, Luiz Roberto. PELLEGRINO, Antônio Pedro. “A sentença...”, cit., *passim*. Apesar de discordarem desse posicionamento, NERY JR. e NERY registram haver defensores do cabimento da apelação por instrumento (*Código de processo...*, cit., p. 450).

³⁶⁵ REDONDO, Bruno Garcia. “Novo conceito de sentença: sentença parcial e apelação em autos suplementares”, in *Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro*, nº 62, Rio de Janeiro, 2007, p. 45-55.

³⁶⁶ “(...) não é possível imaginar (pragmaticamente) o manejo de recursos de apelação contra sentenças parciais” (CARMONA, Carlos Alberto. “Ensaio...”, cit., p. 11).

³⁶⁷ Cf. NERY JR., Nelson. *Teoria geral...*, cit., p. 136.

³⁶⁸ “(...) a vedação à criação de novos recursos é fruto da adoção do princípio da taxatividade, segundo o qual somente são considerados como tais aqueles designados, em *numerus clausus*, pela lei federal. (...) O CPC 496 faz uso do vocábulo seguinte, dando ao intérprete a indubitosa opção pelo princípio da taxatividade dos recursos: somente aqueles meios de impugnação ali descritos é que são considerados como sendo recursos” (NERY JR., Nelson. *Teoria geral...*, cit., p. 67-8).

distintos, com regras de cabimento e processamento próprias e particulares. Logo, não se poderia sustentar que a apelação por instrumento seria mera flexibilização procedimental que se deveria admitir.

Não se esqueça a imposição legal de que o juiz prolator da sentença apelada, ainda em primeira instância, realize o primeiro *juízo de admissibilidade* da apelação (CPC, arts. 518 e 524), o qual não poderia ser suprimido, como ocorreria no caso de interposição do recurso diretamente no tribunal.

Assim, a previsão de juízo de admissibilidade da apelação em primeiro grau reforça a conclusão de que a apelação por instrumento não é admitida no nosso sistema processual.

A propósito da recorribilidade dos julgamentos parciais, MONIZ DE ARAGÃO³⁶⁹ afirma que decisão que rejeita ação declaratória incidental em pronunciamento distinto e antes do julgamento do pedido do autor deve ser impugnada por agravo de instrumento, e cita lições de ADROALDO FURTADO FABRÍCIO e ARRUDA ALVIM no mesmo sentido.

Além disso, o STJ já decidiu que o agravo de instrumento é o recurso cabível contra a decisão de indeferimento liminar de reconvenção, ainda que esta tenha sido autuada em apartado³⁷⁰ e, assim, não houvesse impedimento prático ao processamento de apelação.

Ressalte-se ainda que essa conclusão não deve ser em nada alterada pelo advento da lei nº 11.232/2005, que modificou o conceito de sentença.

Pelo contrário, essa lei reforça a conclusão de que o agravo de instrumento é o recurso cabível contra os julgamentos parciais ao dispor que “*a decisão que resolver a impugnação é recorrível mediante agravo de instrumento, salvo quando importar extinção da execução, caso em que caberá apelação*” (CPC, art. 475-M, § 3º).

Afinal, assim foi confirmado que se houver julgamento parcial, e o procedimento prosseguir para análise da parte remanescente da causa, a decisão será interlocutória e, consequentemente, o recurso cabível será o agravo de instrumento.³⁷¹

Para superar em grande medida os referidos questionamentos relativos à isonomia,

³⁶⁹ ARAGÃO, Egas Dirceu Moniz de. *Comentários ao Código cit.*, p. 38-9.

³⁷⁰ STJ, REsp nº 20.313, Rel. Min. ATHOS GUSMÃO CARNEIRO, DJ 8/6/1992.

³⁷¹ Cf. NERY JR., Nelson. *Teoria geral...*, cit., p. 136. Também nesse sentido: “*O fato é que, se o juiz extinguir parcialmente o processo, apreciando ou não o mérito daquela parte, o recurso será de agravo de instrumento, porque o feito prosseguirá quanto às demais questões, podendo haver coisa julgada parcial. Apelação caberá quando encerra [sic] a prestação jurisdicional pelo juiz*” (AMORIM, José Roberto Neves. *Coisa julgada...*, cit., p. 181).

entendemos que basta admitir a sustentação oral e a revisão do recurso quando os agravos de instrumento versarem sobre o mérito ou sobre questões de mérito, analogicamente ao entendimento sumulado do STJ de que “*cabem embargos infringentes contra acórdão, proferido por maioria, em agravo retido, quando se tratar de matéria de mérito*” (súm. 255).³⁷²

Por fim, note-se que se deve aplicar em geral o *princípio da fungibilidade* recursal quando se trata da impugnação de julgamentos parciais, para que a pretensão recursal possa ser conhecida tanto se interposta apelação quanto se interposto agravo contra o pronunciamento que resolver parte da causa.

Afinal, viu-se que ainda existe considerável divergência doutrinária quanto à classificação dos pronunciamentos em que se realizam os julgamentos parciais. E essa situação caracteriza *dúvida objetiva* justificadora da incidência do princípio da fungibilidade. É o que se verifica, p. ex., nos casos de julgamentos parciais realizados quando há reconvenção ou ação declaratória incidental.³⁷³

8.1.1. O Projeto de Novo Código de Processo Civil

O NCPC parece pretender encerrar de uma vez por todas as discussões sobre o recurso cabível contra os julgamentos parciais, ao regular expressamente essa recorribilidade.

É o que se vê, p. ex., (i) no art. 351, par. único, no qual se dispõe que “*a decisão a que se refere o caput [i.e., hipóteses de resolução do mérito] pode dizer respeito a apenas parcela do processo, caso em que será impugnável por agravo de instrumento*”; e, (ii) no art. 353, § 4º, que é “*impugnável por agravo de instrumento*” a decisão proferida com base no dispositivo que autoriza o “*julgamento antecipado parcial do mérito*” quando “*um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles*” “*mostrar-se incontroverso*” ou “*estiver em condições de imediato julgamento*”.

Como se vê, a clareza das disposições legais prospectivas parece não dar margem à dúvida que permita sustentar o cabimento de apelação como regra contra os julgamentos parciais.

³⁷² Nesse sentido: DIDIER JR., Fredie. “Inovações...”, cit., p. 232; e SOUZA JR., Sidney Pereira de. *Sentenças parciais...*, cit., p. 126-30.

³⁷³ Cf. NERY JR., Nelson. *Teoria geral...*, cit., p. 153-67, esp. p. 156.

A nosso ver, a opção legislativa pelo agravo de instrumento é mesmo a mais adequada, e está em consonância com a interpretação que sustentamos aqui diante das regras menos claras do atual sistema processual.

E a questão da isonomia abordada do tópico precedente também parece ter sido considerada pelo legislador.

Por um lado, o NCPC contribui para reduzir em alguma medida a referida situação antiisonômica (cf. nº 8.1 *supra*) ao dispor que, com exceção dos embargos de declaração, todos os recursos terão prazo de interposição de 15 (quinze) dias (art. 1.000, § 5º), eliminando assim a diferença de hoje existente entre os prazos para a apelação e para o agravo.

Por outro lado, o NCPC não contribuiu tanto quanto poderia para preservar a isonomia entre as partes com relação aos recursos interpostos contra julgamentos parciais. Isso porque os julgamentos de agravo de instrumento contra decisões que tratem do mérito ou de questões de mérito não foram incluídos nas hipóteses de cabimento de sustentação oral (art. 935), apesar de este ponto ter sido levantado durante o processo legislativo.

De fato, “*a possibilidade de sustentação oral nos agravos de instrumento que versem sobre mérito*” foi pleiteada pelo Des. ALEXANDRE FREITAS CÂMARA, do TJRJ, e pelo Des. NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS, do TJSC, na audiência pública realizada em 16/10/2011, tendo o segundo inclusive “*citado como exemplo a prescrição e decadência*”.³⁷⁴

Mais que isso, houve sugestão de emenda ao Projeto nesse sentido, que teve aprovação recomendada no relatório parcial elaborado na Câmara dos Deputados a respeito dos recursos, para que fosse ampliado “*o cabimento da sustentação oral para os casos em que, no julgamento do agravo de instrumento, discute-se o mérito da causa*”.³⁷⁵

No entanto, essa proposição não está refletida na atual redação do NCPC, submetida à sanção presidencial.

Sendo assim, deve-se lamentar que o legislador não tenha previsto, dentre as hipóteses de sustentação oral, os julgamentos dos agravos de instrumento que versem sobre o mérito da causa.

³⁷⁴ Relatório parcial do Dep. HUGO LEAL sobre o PL nº 8.046/2010, apresentado em 9/5/2012, disponível em http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/8046-10-codigo-de-processo-civil/arquivos/parecer_dep_hugo_leal, acesso em 24/11/2014, p. 7-8.

³⁷⁵ Relatório parcial do Dep. HUGO LEAL sobre o PL nº 8.046/2010, cit., p. 114 e 137.

Isso especialmente porque o referido trâmite legislativo é indicativo de que se teve realmente a intenção de negar e, assim, improvável que a jurisprudência admita sustentação oral nesses casos.

A propósito, vale observar que foi incluído nas hipóteses de sustentação oral no NCPC o julgamento de “*agravo de instrumento interposto de decisões interlocutórias que versem sobre tutelas provisórias de urgência ou da evidência*” (art. 935, VIII). E nos parece claramente incoerente admitir a sustentação oral quando se tratar de *tutela provisória*, mas negá-la nos casos dos julgamentos parciais, que consistem em *tutelas definitivas*.

Assim, a despeito do trâmite legislativo acima descrito, essa incoerência e o princípio da isonomia poderiam servir de fundamentos para que a jurisprudência amplie a admissão da sustentação oral para os julgamentos de agravos de instrumento interpostos contra julgamentos parciais, em interpretação sistemática e teleológica da norma do NCPC que admite a sustentação nos julgamentos que tratam das tutelas provisórias acima mencionadas.

Essa interpretação evitaria a situação antiisonômica que se verificaria ao se permitir a sustentação oral no recurso (de apelação) contra o pronunciamento final sobre o mérito (sentença) (NCPC, art. 925, I), mas não autorizá-la nos recursos (de agravo de instrumento) que impugnam os julgamentos parciais (por decisão interlocutória).

8.2. Relações entre partes da causa em diferentes instâncias de julgamento

Além da determinação do recurso cabível, outros aspectos do sistema recursal devem ser analisados quando se trata de julgamentos parciais, como possíveis relações entre partes da causa que pendam de julgamento em diferentes instâncias.

A análise dessa relação é especialmente importante diante de eventual decisão sobre as chamadas *questões de ordem pública* em uma das instâncias e sua potencial influência na parte da demanda pendente de julgamento em outra instância.

Esses temas podem gerar considerável controvérsia, já foram objeto de estudo da doutrina em alguma medida³⁷⁶, mas ainda parecem não ser abordados com a devida profundidade em todos os estudos sobre os julgamentos parciais.

³⁷⁶ P. ex.: SOUZA JR., Sidney Pereira de. *Sentenças parciais...*, cit., *passim*.

De todo modo, a aplicação da teoria dos capítulos de sentença³⁷⁷ no âmbito recursal, mais desenvolvida do que o estudo das repercussões dos julgamentos parciais nessa esfera, pode ser de grande utilidade ao se tratar do regime jurídico recursal decorrente da cisão do julgamento da causa.³⁷⁸

Assim, trataremos brevemente da teoria dos capítulos de sentença e as formas de sua incidência no sistema recursal, para então aproveitá-la na solução de determinadas questões que podem surgir do fracionamento do julgamento do mérito ou de questões de mérito.

Apesar das muitas discussões que se poderiam travar sobre o conceito de capítulo de sentença³⁷⁹, para os fins deste trabalho é suficiente adotarmos a concepção de DINAMARCO, de que capítulos de sentença são “*unidades autônomas do decisório da sentença*”³⁸⁰ ou, mais especificamente, “*as partes em que ideologicamente se decompõe o decisório de uma sentença ou acórdão, cada uma delas contendo o julgamento de uma pretensão distinta*”.³⁸¹

Como em geral destaca a doutrina, a teoria dos capítulos de sentença tem grande importância no estudo dos efeitos dos recursos e da teoria das nulidades.³⁸²

Resumidamente, com relação aos efeitos dos recursos, a individualização dos capítulos de uma sentença, de um lado, e a identificação do objeto do recurso correspondente, de outro, podem contribuir para delimitar o alcance dos efeitos desse recurso somente aos capítulos

³⁷⁷ A teoria dos capítulos de sentença teve maior repercussão no direito brasileiro a partir do conhecido trabalho de DINAMARCO a respeito do tema, que teve sua primeira edição publicada em setembro de 2002 (DINAMARCO, Cândido Rangel. *Capítulos de sentença*, 6ª ed., São Paulo, Malheiros, 2014, p. 4). Entretanto, passados mais de doze anos desde então, ainda se trata de matéria que parece não ter sido aplicada pelos operadores do direito em todo o seu potencial de contribuição para a efetividade do processo civil brasileiro. Por isso, os desdobramentos da teoria dos capítulos da sentença continuam a merecer reflexões, especialmente no tocante à sua utilidade com relação à devida operacionalização dos julgamentos parciais.

³⁷⁸ “(...) se é certo afirmar a diferença que existe entre a divisão da sentença (decisório) em capítulos e o fatiamento do julgamento, de outro, não se pode negar pontos de contacto que integram a essência de ambos os institutos que, para o primeiro, aperfeiçoa o regime jurídico dos recursos, ao permitir a prática do apelo à instância por capítulos de sentença (recursos, também, parciais) e, ainda, atender a problemas e efeitos que dele repercutem (limites da coisa julgada; execução de sentença; demanda rescisória)” (MARTINS, Pedro Batista. “A arbitragem e o mito...”, cit., p. 282).

³⁷⁹ Como, p. ex., se um capítulo abrange a fundamentação da sentença ou apenas o seu decisório, ou se os capítulos correspondem aos pedidos do autor, como já se afirmou inclusive no âmbito do STJ (“No meu sentir, a sentença pode ser dividida em capítulos distintos e estanques, na medida em que, à cada parte do pedido inicial, atribui-se um capítulo correspondente na decisão” – voto do Min. FONTES DE ALENCAR, em que cita lições de FREDERICO MARQUES, DINAMARCO, PONTES DE MIRANDA, LUIZ EULÁDIO DE BUENO VIDIGAL, com ref. a CHIOVENDA, e JORGE AMERICANO sobre o assunto, no EREsp nº 404.777, Rel. p/ acórdão Min. PEÇANHA MARTINS, DJ 11/4/2005), etc..

³⁸⁰ *Capítulos...*, cit., p. 39.

³⁸¹ *Instituições...*, vol. III, cit., p. 695. Para análises mais profundas e diferentes posicionamentos sobre o conceito de capítulo de sentença, ver, do mesmo autor, *Capítulos...*, cit., p. 35 e ss.; e BONÍCIO, Marcelo José Magalhães. *Capítulos...*, cit., p. 33 e ss.

³⁸² Cf. BONÍCIO, Marcelo José Magalhães. *Capítulos...*, cit., p. 88.

impugnados.³⁸³

Quanto às nulidades, por sua vez, é relevante identificar os diferentes capítulos de uma sentença porque eles constituem partes distintas do mesmo ato. E a nulidade de uma dessas partes prejudicará a outra parte somente se a segunda não for independente da primeira (CPC, art. 248³⁸⁴).

Diante da importância dos capítulos de sentença e de sua utilidade no âmbito dos efeitos dos recursos, especialmente, e das nulidades, o adequado conhecimento e a difusão dessa teoria são importantíssimos para a aplicação da técnica de cisão do julgamento da causa.

No âmbito recursal, a teoria dos capítulos de sentença é de grande relevância para a devida aplicação dos julgamentos parciais especialmente na hipótese de recurso parcial. Isso porque, nesse caso, é possível que a coisa julgada material se forme em momentos distintos de um mesmo processo para diferentes partes da causa, assim como ocorre na hipótese de fracionamento do julgamento do mérito.

Diante disso, vale fazer uma breve digressão para tratar dos efeitos dos recursos, a fim de estabelecer seus pontos de contato com a teoria dos capítulos de sentença e, assim, demonstrar sua aplicação com relação aos julgamentos parciais.

Os efeitos dos recursos mais comumente estudados pela doutrina são o *efeito devolutivo*, o *efeito suspensivo*, o *efeito substitutivo*, o *efeito translativo* e – o menos abordado, porém não menos relevante – *efeito expansivo*.³⁸⁵

O efeito devolutivo submete a apreciação da matéria impugnada ao órgão competente para o julgamento do recurso, que em regra não pode conhecer dos pontos decididos pelo juízo *a quo* sem que lhe tenha sido devolvida a atribuição (ou *poder*) para tanto (*tantum*

³⁸³ A propósito, DINAMARCO esclarece que, diferentemente do CPC italiano, que faz menções explícitas às *partes da sentença*, o nosso CPC não o faz e, no Brasil, “*é na disciplina dos recursos que se mostra possível buscar elementos para a caracterização dos capítulos de sentença segundo o direito positivo do país – sempre com a ressalva de que o tema não pertence à teoria dos recursos*” (Capítulos..., cit., p. 35).

³⁸⁴ “Anulado o ato, reputam-se de nenhum efeito todos os subsequentes, que dele dependam; todavia, a nulidade de uma parte do ato não prejudicará as outras, que dela sejam independentes”.

³⁸⁵ Por todos, adotando essa exata classificação dos efeitos dos recursos: NERY JR., Nelson. *Teoria geral...*, cit., p. 400 e ss.. Há também quem se refira ao *efeito regressivo*, que permite ao prolator da decisão recorrida se retratar, e ao *efeito diferido*, que pode ser utilizado como sinônimo de efeito regressivo ou corresponder à situação em que a eficácia de um recurso fica diferida no tempo e depende da interposição ou do conhecimento de outro recurso (é o caso do agravo retido e da apelação adesiva, p. ex.), como, p. ex.: DIDIER JR., Fredie; CARNEIRO DA CUNHA, Leonardo José; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael. *Curso de direito processual civil*, vol. 3, 10ª ed., Salvador, JusPODIVM, 2012, p. 92). Esses outros dois efeitos não serão abordados em razão de sua pouca (ou nenhuma) importância para o objeto deste estudo.

devolutum quantum appellatum).³⁸⁶

A lógica do efeito devolutivo se funda no *princípio do juiz natural* e no *princípio da demanda* (CPC, art. 2º). Afinal, o conhecimento, pelo órgão revisor, de matéria que não lhe tenha sido *devolvida* por meio do recurso, violaria claramente tanto um quanto outro princípio.³⁸⁷

O efeito suspensivo (ou *obstativo*³⁸⁸) impede que a decisão impugnada surta efeitos, exclusivamente *na medida da impugnação recursal*. Ou seja, a parte não impugnada da sentença, p. ex., não terá seus efeitos contidos em razão da interposição apelação, apesar de esta ser em regra dotada de efeito suspensivo.

Dito de outro modo, o efeito suspensivo tem sua incidência limitada à extensão do efeito devolutivo, i.e., “*a transferência [do conhecimento da matéria impugnada ao órgão ad quem] determina o alcance máximo da suspensão*”.³⁸⁹

O efeito substitutivo, por sua vez, resulta do julgamento do mérito do recurso pela instância a que ele é dirigido, e faz com que esse julgamento substitua a decisão recorrida no tocante ao objeto da pretensão recursal.

A abrangência do efeito substitutivo também está limitada à matéria *devolvida*, como a

³⁸⁶ “(...) antes de existir a tripartição dos poderes, o imperador ou governante concentrava o exercício de todos eles. Como não lhe era possível, materialmente, exercê-los a um só tempo, muitos desses poderes eram delegados. O poder de julgar era delegado a pretores ou juízes da época. Proferida alguma decisão que prejudicasse a parte, esta apresentava um recurso ao imperador ou governante. Só que este não dispunha mais do poder de julgar, pois o havia delegado. Então, para que o imperador ou governante pudesse julgar o recurso, o poder de julgar, que havia sido delegado, era-lhe devolvido. Daí a expressão efeito devolutivo” (DIDIER JR., Fredie (et al), *Curso...*, vol. 3, cit., p. 88).

³⁸⁷ Cf. MARINONI, Luis Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Processo de conhecimento*, vol. 2, 7ª ed., São Paulo, RT, 2008, p. 522-3.

³⁸⁸ Nomenclatura preferida, p. ex., por ASSIS, Araken. *Manual dos recursos*, cit., *passim*. A propósito, BARBOSA MOREIRA esclarece o porquê de alguns preferirem, por ser mais precisa, a denominação efeito *obstativo* a efeito *suspensivo*: “(...) a expressão ‘efeito suspensivo’ é, de certo modo, equívoca, porque se presta a fazer supor que só com a interposição do recurso passem a ficar tolhidos os efeitos da decisão, como se até esse momento estivessem eles a manifestar-se normalmente. Na realidade, o contrário é que se verifica: mesmo antes de interposto o recurso, a decisão, pelo simples fato de estar-lhe sujeita, é ato ainda ineficaz, e a interposição apenas prolonga semelhante ineficácia, que cessaria se não se interpusesse recurso” (MOREIRA, José Carlos BARBOSA. *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. 5, 16ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2011, p. 258). MEDINA e WAMBIER ponderam que o efeito em comento só *obsta* os efeitos da decisão quando o recurso é em regra dotado dele (apelação, p. ex.), mas que nos casos em que o recurso é em regra recebido apenas no efeito devolutivo (o agravo de instrumento, p. ex.), aquele efeito (suspensivo) efetivamente *suspende* os efeitos da decisão, pois como não estava sujeita a recurso em regra com efeito suspensivo, ela seria eficaz logo depois de ter sido proferida (MEDINA, Jose Miguel. WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Recursos e ações autônomas de impugnação*, vol. 2, 2ª ed, São Paulo, RT, 2011, p. 113-6).

³⁸⁹ ASSIS, Araken. *Manual dos recursos*, cit., p. 241. No mesmo sentido: BONÍCIO, Marcelo José Magalhães. *Capítulos...*, cit., p. 109. JORGE, Flávio Cheim. *Teoria geral dos recursos cíveis*, 3ª ed., São Paulo, RT, 2007, p. 270. E, citados pelo último: LUCON, Paulo Henrique dos Santos; e GIANNICO, Maurício e Marici (JORGE, Flávio Cheim. *Idem*, *ibidem*).

lei deixa claro ao dispor que “o julgamento proferido pelo tribunal substituirá a sentença ou a decisão recorrida no que tiver sido objeto do recurso” (CPC, art. 512). Por consequência, “se uma parte da decisão não tiver sido impugnada, ela não será afetada” pelo efeito substitutivo.³⁹⁰

Assim, vê-se que, da mesma forma que o efeito suspensivo, o efeito substitutivo também está limitado à extensão do efeito devolutivo.

O efeito denominado translativo por alguns, por seu turno, é aquele que *excepcionalmente* autoriza o órgão julgador do recurso a conhecer de matéria que não tenha sido propriamente impugnada pelo recorrente.

Diferentemente do efeito devolutivo, que se baseia no princípio *dispositivo*, o efeito translativo se pauta no princípio *inquisitório*, correspondente ao “*poder dado pela lei ao juiz para, na instância recursal, examinar de ofício as questões de ordem pública não arguidas pelas partes*”.³⁹¹

Assim, o efeito translativo permite que o tribunal examine “*qualquer matéria de ordem pública, desde que tenha competência recursal e que o recurso seja conhecido*”.³⁹²

De fato, o tribunal pode conhecer das questões de ordem pública (como os pressupostos processuais e as condições da ação, p. ex.) independentemente de manifestação das partes. Afinal, é cediço que essas questões podem ser conhecidas de ofício, em qualquer tempo e grau de jurisdição (CPC, arts. 267, § 3º, e 301, § 4º).

Mas o ponto sensível sobre o efeito translativo para os fins deste trabalho não é esse, e sim a resposta a seguinte questão: assim como limita os efeitos suspensivo e substitutivo, o efeito devolutivo também limita a extensão do efeito translativo?

Em outras palavras, apesar de o órgão *ad quem* poder se pronunciar sobre as questões de ordem pública independentemente de elas terem sido objeto do recurso, a decisão a respeito delas poderá afetar a *parte* ou *capítulo* da sentença que não tenha sido impugnado? Ou, analogicamente, poderá afetar parte do mérito que já tenha sido decidida em *julgamento parcial* anterior?

³⁹⁰ Cf. MIRANDA, Gilson Delgado. PIZZOL, Patrícia Miranda. *Recursos no processo civil*, 6ª ed., São Paulo, Atlas, 2009, p. 39.

³⁹¹ NERY JR., Nelson. *Teoria...*, cit., p. 462.

³⁹² NERY JR., Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código de processo...*, cit., p. 850.

Vale um exemplo para expor a questão e respondê-la claramente.

Uma sentença acolheu os pedidos I e II formulados na inicial, o réu recorreu apenas com relação ao pedido II e o tribunal acabou reconhecendo de ofício a falta e uma das condições da ação. Esse julgamento na instância *ad quem* afetará o julgamento de procedência do pedido I que restara irrecorrido? Ou, se além desses pedidos I e II, houvesse um pedido III, que tivesse sido acolhido em um julgamento parcial anterior a essa sentença, aquele mesmo julgamento na instância recursal poderá afetar a decisão de procedência do pedido III? Entendemos que não. E explicamos por quê.

A dicotomia entre os princípios que norteiam o efeito devolutivo (princípio dispositivo) e o efeito translativo (princípio inquisitório), bem como a relação do segundo efeito com o primeiro são controversas na doutrina, determinantes para se responder aos questionamentos acima e, assim, constituem pontos capitais para os fins deste estudo.

Por isso, trataremos a seguir das diversas ponderações da doutrina e da jurisprudência a respeito do assunto, para então fundamentar nossa posição.

As orientações da doutrina a esse respeito podem ser resumidas em duas correntes.

Para a primeira corrente, o efeito translativo deve ser tratado de forma autônoma, pois “*não se insere no conceito de efeito devolutivo em sentido estrito, já que isso se dá pela atuação do princípio inquisitório e não pela sua antítese, que é o princípio dispositivo, de que é corolário o efeito devolutivo dos recursos*”, como afirma NERY JR..³⁹³

A partir dessas premissas, o autor entende que o efeito devolutivo não limita em nenhuma medida o efeito translativo e, dessa forma, sustenta que a decisão do tribunal sobre questões de ordem pública afeta inclusive os capítulos de mérito que não tenham sido impugnados no recurso.³⁹⁴

ARENHART e MARINONI *parecem* entender também que o efeito devolutivo não limita o efeito translativo, ao afirmarem que “*tais temas [de ordem pública, que seriam abrangidos pelo efeito translativo], então, não se submetem ao efeito devolutivo, e podem ser conhecidos pelo tribunal sempre, em qualquer circunstância*”.³⁹⁵

³⁹³ Teoria..., cit., p. 462. MEDINA e WAMBIER também tratam do efeito translativo autonomamente ao efeito devolutivo (*Recursos...*, cit., p. 112-3).

³⁹⁴ NERY JR., Nelson. Teoria..., cit., p. 462-3. MEDINA e WAMBIER também tratam do efeito translativo autonomamente ao efeito devolutivo (*Recursos...*, cit., p. 112-3).

³⁹⁵ *Processo de conhecimento*, cit., p. 526.

Por outro lado, a segunda corrente – integrada por BARBOSA MOREIRA³⁹⁶ – é no sentido de que “o efeito devolutivo limita o efeito translativo, que é seu aspecto vertical: o tribunal poderá apreciar todas as questões que se relacionem àquilo que foi impugnado – e somente àquilo”, como bem retrata a lição de DIDIER JR..³⁹⁷

As respostas aos questionamentos feitos anteriormente devem, a nosso ver, partir das premissas adotadas por essa segunda corrente, que são compartilhadas pela maioria da doutrina.

Essas premissas se baseiam na divisão dos planos *horizontal* e *vertical* da cognição jurisdicional, abordada na renomada monografia de WATANABE sobre o assunto.³⁹⁸

WATANABE esclarece que o plano horizontal diz respeito à *amplitude* (ou *extensão*) da cognição, enquanto o plano vertical refere-se à *profundidade* da cognição.

No plano horizontal, a cognição é classificada como *plena* ou *ampla* quando abrange, sem limitação, todas as questões que compõem o objeto do processo, ou *limitada*, quando lhe escapa alguma(s) dessas questões.

É nesse plano da cognição que incide a limitação imposta pelo efeito devolutivo no caso do recurso parcial, o qual devolve ao tribunal destinatário apenas a parte recorrida da decisão e, conseqüentemente, impede que seja reapreciada a parcela não impugnada.

No plano vertical, a cognição pode ser identificada basicamente como *sumária*, quando é pouco profunda, ou *exauriente*, se for profunda a ponto de poder encerrar o ofício jurisdicional e resolver definitivamente o conflito, ou parte dele.

É nessa perspectiva do plano vertical que atua o denominado efeito translativo, para permitir que, dentro da *extensão* da matéria já delimitada pelo efeito devolutivo, o órgão julgador realize uma cognição mais *profunda*, e analise – frise-se, somente com relação à matéria devolvida – as ditas *questões de ordem pública*, ainda que não tenham sido invocadas pelo recorrente.

A partir dessa divisão da classificação da cognição civil, DIDIER JR. bem sintetiza a relação entre os efeitos devolutivo e translativo na opinião da segunda corrente:

“O efeito devolutivo determina os limites horizontais do recurso; o efeito translativo, os

³⁹⁶ Cf. se extraí de *Comentários...*, 16ª ed., cit., p. 352 e ss. e 431 e ss., esp. p. 357-8 e 436.

³⁹⁷ DIDIER JR., Fredie (*et al*). *Curso...*, vol. 3, cit., p. 91.

³⁹⁸ WATANABE, Kazuo. *Da cognição...*, cit., p. 127-43.

*verticais. O efeito devolutivo delimita o que se pode decidir; o efeito translativo, o material com o qual o ad quem trabalhará para decidir a questão que lhe foi submetida. O efeito devolutivo (extensão) relaciona-se ao objeto litigioso do recurso (a questão principal do recurso); o efeito translativo (profundidade do efeito devolutivo) relaciona-se ao objeto de conhecimento do recurso, às questões que devem ser examinadas pelo órgão ad quem como fundamentos para a solução do objeto litigioso recursal”.*³⁹⁹

Com base nas mesmas premissas, ARAKEN DE ASSIS⁴⁰⁰ e FLÁVIO CHEIM JORGE⁴⁰¹ esclarecem que o chamado efeito translativo é, na verdade, mero aspecto incidente sobre a profundidade do efeito devolutivo, e não um *efeito autônomo* dos recursos por assim dizer.

Em suma: a primeira corrente denomina efeito translativo aquilo que a segunda corrente trata como um aspecto influenciador da profundidade do efeito devolutivo.⁴⁰²

Essa distinção e as premissas-bases de uma e outra posição têm inúmeros reflexos no âmbito da relação entre as diferentes partes do mérito decididas em momentos distintos em razão de recurso parcial ou de julgamentos parciais.

Ao tratar de hipótese de *apelação parcial* em que o réu vencido pede a exclusão de sua condenação relativa a apenas a um de dois pedidos acolhidos na sentença, como no exemplo acima sugerido, NERY JR. pondera, a fim de sustentar a incidência do efeito translativo, que “*se o autor poderia, por exemplo, em contra-razões a esse apelo do réu, pedir a anulação do processo por vício de incompetência absoluta do juízo, por que não poderia ser examinada essa (e outras também de ordem pública) questão ex officio, segundo o CPC 267 § 3.º, 515 §§ 1.º e 3.º e 516?*”⁴⁰³

A resposta a essa indagação é positiva. Mas o ponto relevante não é esse, pois a lei não deixa dúvida de que o tribunal pode examinar essas questões de ofício, como deixam claro os dispositivos mencionados no trecho *retro* transcrito.

O que interessa é determinar a extensão dos efeitos do julgamento dessas questões de ordem pública pelo tribunal, como no reconhecimento da falta de pressuposto processual ou de condição da ação, p. ex..

³⁹⁹ DIDIER JR., Fredie (*et al*). *Curso...*, vol. 3, cit., p. 90-1.

⁴⁰⁰ ASSIS, Araken de. *Manual dos recursos*, cit., p. 225-6.

⁴⁰¹ JORGE, Flávio Cheim. *Teoria geral...*, cit., p. 227-31.

⁴⁰² Nesse sentido, DIDIER JR. (*et al*) resume o antagonismo entre a primeira corrente e a segunda afirmando que “*Nelson Nery Jr. denomina de efeito translativo aquilo que Barbosa Moreira identifica como profundidade do efeito devolutivo*” (*Curso...*, vol. 3, cit., p. 90).

⁴⁰³ *Teoria...*, cit., p. 463.

Mais especificamente, é preciso definir se, nesse caso, o julgamento do tribunal afeta o capítulo de mérito não impugnado na sentença, como já dito.

NERY JR. parece entender que afeta, ao afirmar que o efeito translativo decorrente da interposição do recurso “*adiou o trânsito em julgado das matérias de ordem pública*”.⁴⁰⁴ E diz que esse julgamento não implicaria *reformatio in peius*, “*instituto que somente se coaduna com o princípio dispositivo, que não é o caso das questões de ordem pública transferidas ao exame do tribunal por força do efeito translativo do recurso*”.⁴⁰⁵

O importante aqui é que não parece adequado falar no trânsito em julgado das “*matérias de ordem pública*”.

Ainda que não tenha havido *preclusão* com relação às matérias de ordem pública no tocante ao julgamento do capítulo de sentença impugnado, o capítulo de sentença não impugnado foi atingido pela autoridade da coisa julgada material, como será esclarecido em detalhes abaixo (esp. nº 9 *infra*).

Sendo assim, não pode prevalecer a orientação de que o capítulo não impugnado é afetado por eventual reconhecimento da falta de um dos pressupostos de admissibilidade do exame do mérito pelo tribunal. E a conclusão é essa ainda que *logicamente* a causa inadmissibilidade pudesse abranger todo o *meritum causae*, i.e., inclusive o capítulo de sentença não impugnado.

Eventual contradição *lógica* nesse contexto é superada pela autoridade *jurídica* da coisa julgada material.

Assim, prioriza-se a *segurança jurídica* inerente a esse instituto, ainda que em certo detrimento da *harmonia entre julgados*, também desejável, mas que não se pode sobrepor à coisa julgada, uma vez que esta tem valor constitucional e não pode ser prejudicada sequer por lei (CF, art. 5º, XXXVI).

Como já dito, adotamos a premissa de que o efeito translativo é aspecto do efeito devolutivo.

Logo, o efeito translativo e suas consequências (julgamento do tribunal declarando carência de ação, p.ex.) atinge apenas o capítulo da sentença devolvido ao tribunal, pois o capítulo que não pode ser rejuogado por limitação de extensão transitou em julgado e,

⁴⁰⁴ Teoria..., cit., p. 463.

⁴⁰⁵ Teoria..., cit., p. 463.

portanto, não pode ser alterado em razão da profundidade da cognição de outro capítulo.

É nesse sentido a lição de YARSHELL:

“(...) essa devolução (em profundidade) ou ‘translação’ dá-se exclusivamente em relação ao que foi impugnado em extensão, na medida em que capítulo de sentença ou acórdão que não tenha sido impugnado — embora o pudesse ser — sujeita-se à regra de preclusão e, nessa medida, transita em julgado. De fato, operando-se o trânsito em julgado, não há como conhecer em profundidade daquilo que, em extensão, já não comporta exame”.⁴⁰⁶

Entretanto, apesar de o efeito devolutivo delimitar não somente a cognição do tribunal, como também a extensão dos efeitos suspensivo, substitutivo e translativo, o denominado efeito *expansivo* constitui exceção a essa regra.

Quando esse efeito se verificar, por *dependência jurídica* da parte não impugnada com relação à parte impugnada, a decisão do tribunal não afetará apenas aquilo que foi objeto da pretensão recursal, porque, nesse caso, os efeitos do recurso e seu julgamento se *expandem* para além daquilo que foi especificamente impugnado pelo recorrente (cf. n° 8.2.1 *infra*).

Costuma-se classificar o efeito expansivo em *subjetivo* ou *objetivo*, podendo ser o segundo *interno* ou *externo*.

Como a própria denominação indica, a primeira espécie desse efeito diz respeito aos *sujeitos* do processo. Ou seja, ocorre quando o julgamento de recurso interposto por um dos litisconsortes se aplica também aos demais, como prevê o art. 509 do CPC, ao dispor que “o recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, salvo se distintos ou opostos seus interesses”.

A propósito, vale lembrar que o texto desse dispositivo legal é falho, uma vez que, diferentemente do que sua redação indica, o efeito expansivo em questão não se aplica a qualquer espécie de litisconsórcio, e se restringe aos casos de litisconsórcio unitário (ainda que não necessário), conforme pacífica doutrina e jurisprudência.⁴⁰⁷

A segunda espécie do efeito translativo, como o próprio nome também indica, diz respeito ao *objeto* do recurso.

O efeito expansivo objetivo será *interno* quando se restringir ao ato impugnado, como ocorre quando se apela de determinada sentença apenas no tocante ao reconhecimento do *an*

⁴⁰⁶ Ação rescisória..., cit., p. 197.

⁴⁰⁷ Por todos: MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Comentários...*, 16ª ed., cit., p. 381, esp. a nota de rodapé n° 209.

debeatur em caso no qual esse pronunciamento do juiz tenha decidido também a respeito do *quantum debeatur*.

Nessa hipótese, o julgamento na instância recursal em que se decida inexistir o *an debeatur* obviamente expandirá seus efeitos para prejudicar a apuração do *quantum*, ainda que esta não tenha sido especificamente impugnada.⁴⁰⁸

De outra parte, o efeito expansivo objetivo será *externo* quando afetar outros atos além daqueles que foram objeto do recurso. É o que se verificaria, p. ex., no caso de julgamento de agravo de instrumento em que se reconheça a nulidade de determinada prova, em que a decisão do tribunal se estenderá para atingir os demais atos do processo que se basearam nessa prova e a sucederam (CPC, art. 248).

Estabelecidas essas premissas conceituais a partir da teoria dos capítulos de sentença, serão resumidamente propostas adiante as soluções que reputamos adequadas para algumas questões que podem surgir nos casos de (i) dependência entre partes distintas do mérito que estejam pendentes de julgamento em instâncias diferentes; e (ii) reconhecimento de causa de inadmissibilidade do exame do mérito, nulidade processual ou decisão sobre outras *questões de ordem pública* no julgamento de determinada parte da causa nas instâncias recursais.

8.2.1. Dependência jurídica entre diferentes partes da causa

Como se viu, o efeito expansivo *objetivo* pode ocorrer quando houver *dependência jurídica* entre uma parte do mérito (ou capítulo de sentença) objeto de determinado recurso e outra parte do mérito que não tenha abordada nesse mesmo recurso. Ou seja, o julgamento de um capítulo de sentença impugnado poderá afetar um capítulo de sentença não impugnado.

É importante ter em mente que não basta “*a simples existência de vinculação lógica entre eles* [capítulos distintos da sentença]” para que se estabeleça a relação de dependência justificadora do efeito expansivo.⁴⁰⁹ A vinculação deve ser *jurídica*.

A propósito, verifica-se pouca uniformidade na doutrina quanto ao tratamento das relações entre uns e outros capítulos de sentença para que se caracterize o efeito expansivo.

DINAMARCO entende que deve ser “*intensa a relação de prejudicialidade*” do

⁴⁰⁸ Exemplo trazido por NERY JR., em ref. a SATTA e MANDRIOLI (*Teoria...*, cit., p. 457).

⁴⁰⁹ Cf. MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Comentários...*, 16ª ed., cit., p. 355. No mesmo sentido: CINTRA, Antonio Carlos Araújo. *Sobre os limites objetivos da apelação civil*, Tese de Cátedra, USP, São Paulo, 1986, p. 49.

capítulo impugnado com relação ao capítulo não impugnado.⁴¹⁰

MEDINA e WAMBIER, por sua vez, afirmam em geral que “o efeito expansivo é decorrência do princípio da causalidade, da concatenação ou da interdependência dos atos processuais”.⁴¹¹ Entretanto, parece-nos que esse fundamento se aplica apenas ao efeito expansivo *externo*, por dizer respeito a diferentes atos processuais, e não ao efeito expansivo *interno*, que se refere ao mesmo ato.

Para BONÍCIO, “o ‘efeito expansivo’ provocado pelo fenômeno da dependência ou subordinação, que eventualmente pode existir entre os capítulos de sentença, tem a mesma natureza do ‘efeito expansivo’ que ocorre no sistema das nulidades”⁴¹², positivado no artigo 248 do CPC.⁴¹³

Para os fins deste trabalho, preferimos tratar apenas como *dependência* a relação determinante da ocorrência ou não do efeito expansivo⁴¹⁴, uma vez que as relações específicas de *prejudicialidade* ou *subordinação* podem, a nosso ver, ser incluídas no gênero *dependência*. Afinal, um capítulo que é *prejudicial* ou *subordinante* de outro, logicamente faz com que este *dependa* dele em alguma medida.

Dessa forma, preferimos considerar simplesmente que, “em decorrência do efeito expansivo ou extensivo, reputam-se sem efeito os atos ou decisões – ou capítulos da decisão – dependentes da decisão recorrida”.⁴¹⁵

Assim, se o capítulo irrecorrido for *juridicamente* dependente do capítulo recorrido, estará sujeito ao efeito expansivo do julgamento deste e, portanto, não formará coisa julgada material. Se o capítulo não impugnado for aquele do qual o recorrido depende, o efeito expansivo não incidirá, pois o julgamento do segundo não afetará em nada o primeiro, que

⁴¹⁰ Capítulos..., cit., p. 111.

⁴¹¹ Recursos..., cit., p. 120.

⁴¹² Capítulos..., cit., p. 55.

⁴¹³ “Art. 248. Anulado o ato, reputam-se de nenhum efeito todos os subsequêntes, que dele dependam; todavia, a nulidade de uma parte do ato não prejudicará as outras, que dela sejam independentes”.

⁴¹⁴ Nesse sentido: “(...) pode-se concluir que apelação total é aquela através da qual se impugnam todos os capítulos da sentença e apelação parcial é aquela por meio da qual se impugna um ou se impugnam alguns dos capítulos da sentença, observando-se, no entanto, que a apelação que impugnar capítulo independente impugna, necessariamente, os capítulos dele dependentes, na medida da dependência, ainda que o faça de modo implícito. Mas, como é evidente, o inverso não é verdadeiro, pois o capítulo dependente pode ser impugnado isoladamente, sem acarretar, em qualquer medida, a impugnação do capítulo independente” (CINTRA, Antonio Carlos Araújo. *Sobre os limites...*, cit., p. 51). Também nesse sentido, afirmando, que, no caso de cumulação simples, o recurso parcial que tenha por objeto um capítulo autônomo não impede a imutabilidade dos demais, mas, por outro lado, os capítulos dependentes do capítulo recorrido são junto com este devolvidos ao tribunal e, portanto, não transitam em julgado: ARAÚJO, José Henrique Mouta. *Coisa julgada...*, cit., p. 370.

⁴¹⁵ MEDINA, José Miguel. WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Recursos...*, cit, p. 129-30.

transitará em julgado depois do decurso do prazo recursal.

Obviamente, é possível existirem relações de *interdependência* entre os capítulos. É o que se verifica, p. ex., em uma sentença que julgue, ao mesmo tempo, (i) ação em que se pede a declaração de que o autor cumpriu determinado contrato e (ii) reconvenção em que se pede (ii.1) a declaração de que o autor descumpriu o mesmo contrato e (ii.2) sua condenação ao pagamento das perdas e danos decorrentes desse inadimplemento.

Nesse caso, o julgamento da apelação interposta por qualquer das partes contra o capítulo de sentença referente ao pedido declaratório formulado na ação, ou àquele deduzido na reconvenção, estenderá os seus efeitos ao outro capítulo. Isso porque os pedidos são claramente *interdependentes* entre si.

Assim, se a parte II do mérito de determinada demanda for *juridicamente dependente* da parte I e, mesmo assim, a parte II for objeto de julgamento parcial, antes e separadamente do julgamento da parte I, a parte II estará sujeita ao efeito expansivo do julgamento de eventuais recursos interpostos contra a decisão que julgar a primeira.

Nesse caso, seria praticamente esvaziada a utilidade do julgamento parcial, porque, como já dito (nº 5.2 *supra*), de *nada* adianta cindir o julgamento da causa se a parcela decidida antecipadamente não puder ter efeitos imediatos.⁴¹⁶

É fundamentalmente por essa razão que, para atuar em prol da eficiência processual e dos outros princípios que os norteiam, os julgamentos parciais devem ocorrer somente quando se verificar *independência jurídica* da parte da causa a ser resolvida no julgamento parcial com relação à parte da causa que remanescerá pendente de decisão (cf. nº 5.2 *supra*).

8.2.2. Questões de ordem pública

Admitida a possibilidade de fracionamento do julgamento da causa, poder-se-ia questionar se a decisão proferida em primeiro lugar não seria prejudicada por julgamento posterior envolvendo *questões de ordem pública* que podem ser apreciadas de ofício, em qualquer tempo e grau de jurisdição (CPC, arts. 245, par., 267, § 3º, e 301, § 4º).

⁴¹⁶ “Em algumas situações em que seja proferida uma sentença arbitral parcial, esta produzirá desde logo seus efeitos substanciais, não sendo necessário esperar pela sentença final, porque isso reduziria a nada a utilidade da prolação da sentença parcial” (DINAMARCO, Cândido Rangel. *A arbitragem...*, cit., São Paulo, Malheiros, 2013, p. 178).

Em outras palavras, o reconhecimento da falta de pressuposto(s) de análise do mérito ou outros vícios processuais no âmbito das chamadas *questões de ordem pública* poderia macular todo o processo e, conseqüentemente, o julgamento parcial anteriormente realizado?

Em conformidade com o que concluímos acima (nº 8.2 *supra*), entendemos que a decisão sobre parte do mérito não será prejudicada se tiver transitado em julgado, ainda que, em tese, o vício verificado posteriormente também se refira a ela. Para não restar dúvida quanto à opinião aqui adotada, convém trazer mais um exemplo.

Imagine-se demanda indenizatória por avarias em veículo decorrente de acidente automobilístico, com pedido ressarcitório de conserto no valor de 30 mil reais. O réu contesta apenas parte do pedido, afirmando que deve pagar somente 10 mil, porque as peças utilizadas no conserto do veículo são de qualidade superior às avariadas, e pede perícia para provar isso.

Na fase de saneamento, o juiz condena o réu no valor incontroverso de 10 mil (julgamento parcial) e, na mesma decisão, determina a realização de perícia para decidir a parte do pedido do autor referente aos 20 mil remanescentes. O réu não recorre e, assim, a decisão que o condenou a pagar 10 mil transita em julgado.

Apresentado o laudo pericial, o juiz profere sentença julgando improcedente o pedido no tocante aos 20 mil remanescentes.

O autor apela e, no julgamento do recurso, analisando o conjunto probatório, o tribunal declara ilegitimidade ativa, por verificar que o veículo não era de propriedade do autor, mas de outra pessoa, que seria então a única legitimada para pleitear indenização pela danificação do veículo.⁴¹⁷

Para que não se diga que essa situação pressupõe julgamento parcial e, por isso, seria incomum, vale esclarecer que o contexto é análogo àquele que se verificaria caso, no exemplo dado, houvesse uma única sentença que condenasse o réu a pagar 10 mil e apenas o autor recorresse com o objetivo de aumentar a condenação para 30 mil.

Isso porque, nessa hipótese, também haveria incontrovérsia sobre os 10 mil e esse

⁴¹⁷ “Indiscutível que o proprietário do veículo que o autor conduzia não é ele, mas sua irmã Etelvina Aparecida (fls. 10). Logo, não pode pleitear ressarcimento pelas despesas havidas no bem, por não ser ele o titular do direito (art. 6º, do CPC), uma vez que o recibo de fls. 32, único documento comprobatório do pagamento, dá conta de que sua irmã é proprietária do veículo foi quem despendeu a quantia de R\$6.250,00 pelo respectivo conserto. Neste aspecto, o autor é parte ilegítima para requerer o ressarcimento material em razão do conserto do bem (...) Julgado extinto o processo com relação ao pleito de ressarcimento por danos materiais, por ilegitimidade ativa de parte, nos termos do artigo 267, VI, do CPC” (TJSP, Apel. nº 0013792-11.2001.8.26.0576, Des. Rel. ROCHA DE SOUZA, j. 12/3/2012).

capítulo de sentença teria transitado em julgado.

Nesses contextos, pergunta-se: a ilegitimidade passiva reconhecida na apelação afetaria o julgamento parcial (ou capítulo de sentença) referente aos 10 mil?

As respostas a essa pergunta variarão de acordo com as duas correntes antes referidas sobre a natureza do efeito translativo dos recursos (nº 8.2 *supra*).

Adotadas as premissas da primeira corrente, retratada acima nas lições de NERY JR., o reconhecimento da falta de interesse de agir atingiria inclusive o capítulo não impugnado, referente aos 10 mil.

Essa concepção parece ter por base uma visão demasiadamente *publicista* – e menos liberal – do processo, ao conceber que vícios *processuais* e a necessidade de coerência do sistema possam impedir a formação da coisa julgada *material* sobre decisão com a qual as partes já se conformaram – e podem até mesmo já ter cumprido – a respeito de sua disputa.⁴¹⁸

No entanto, como já dito, preferimos a orientação da segunda corrente, de que, em regra, o capítulo não impugnado transita em julgado e, portanto, não é afetado por posterior vício processual, ainda que este esteja entre as questões consideradas de ordem pública.⁴¹⁹

Afinal, diante da instrumentalidade do processo e do princípio dispositivo, decisão referente a irregularidade *processual* não pode prejudicar solução já conferida pelo Poder Judiciário a parte da crise de direito *material*, quando essa solução (i.e., *decisum*) já foi aceita pelas partes ao não impugná-la e, conseqüentemente, atingida pela autoridade da coisa

⁴¹⁸ Aparentemente nesse sentido: “(...) quando toda a sentença ou o capítulo da sentença não impugnado pela apelação contém um vício gravíssimo (inexistência jurídica), crê-se que a declaração desse vício na apelação parcial atingirá toda a sentença, quer dizer, também os capítulos que não foram impugnados pela apelação” (OLIANI, José Alexandre Manzano. “Capítulos de sentença, apelação parcial e sentença juridicamente inexistente – Breves considerações”, in *Os poderes instrutórios do juiz e o controle das decisões judiciais – Estudos em homenagem à Professora Tereza Arruda Alvim Wambier*, org. JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA (et al), São Paulo RT, 2008, p. 741). Antes de fazer essa afirmação, o autor cita lição de HUMBERTO THEODORO JÚNIOR segundo a qual seriam “vícios profundos (...) aqueles que atingem os pressupostos processuais e as condições da ação” e, assim, “impedem a formação da coisa julgada” (idem, *ibidem*, p. 741).

⁴¹⁹ “(...) o reconhecimento de questões erigidas pelo legislador como de ‘ordem pública’, incluídos os pressupostos para o provimento do mérito, não têm o condão de atingir as partes da sentença que antecipadamente já transitaram em julgado. Essa é a opinião de abalizada doutrina que mais se coaduna com o vigente sistema processual civil no país” (FONSECA, João Francisco Naves da. *Efeito devolutivo na apelação e “questões de ordem pública”*, texto publicado em 18/7/2010 no site do IBDP, disponível em <http://www.direitoprocessual.org.br/index.php?novo-cpc-2>, acesso em 1/11/2014, p. 14). No mesmo sentido, e tratando das diferentes opiniões de diversos doutrinadores em suporte da primeira e da segunda correntes: BUIKA, Heloisa Leonor. “Análise da teoria dos capítulos de sentença e suas implicações no âmbito dos recursos”, in *RDDP*, nº 133, abr/2014, p. 42-56, esp. p. 55-6.

julgada, com a qual geralmente se supera eventual vício processual anterior.⁴²⁰

O acerto dessa conclusão fica muito claro também na hipótese de pedidos cumulados que poderiam ter sido deduzidos em diferentes e autônomas ações. Em caso de processos distintos, não haveria dúvida de que a coisa julgada formada em um não seria prejudicada por eventual decisão proferida no outro. E a conclusão não pode ser outra simplesmente porque o autor optou por cumular dois pedidos na mesma ação.⁴²¹

Não é à toa que o Tribunal Pleno do STF já decidiu, por votação unânime, em acórdão de relatoria do Min. CEZAR PELUSO, que a posição adotada pela primeira corrente e aqui rejeitada não pode ser aceita, porque ignora o princípio do *tantum devolutum quantum appellatum* e geraria grande insegurança por sujeitar a eficácia de capítulo de decisão não impugnado a posteriores decisões das instâncias recursais sobre outros capítulos.⁴²²

⁴²⁰ “Ao não apelar, o vencido demonstra ter-se conformado com o resultado. A sentença, naquilo que houve impugnação, transitou em julgado. Eventual vício do processo está sanado pela imutabilidade do dispositivo da sentença” (BEDAQUE, José Roberto dos Santos. “Nulidades processuais e apelação”, in *Meios de impugnação ao julgado civil – Estudos em homenagem a José Carlos Barbosa Moreira*, org. ADROALDO FURTADO FABRÍCIO, Rio de Janeiro, Forense, 2007, p. 420).

⁴²¹ Cf. APRIGLIANO, Ricardo de Carvalho. *Ordem pública e processo: o tratamento das questões de ordem pública no direito processual civil*, São Paulo, Atlas, 2011, p. 207.

⁴²² “(...) a posição tendente a autorizar conhecimento de questões de ordem pública ainda além dos capítulos impugnados, ao fazer letra morta dos limites horizontais da devolução recursal, induziria a grave insegurança no processo e a não menor prejuízo à efetividade da tutela, que constitui seu espoco último. Afinal, em vez de se reputarem coberto pela res iudicata os capítulos não impugnados por recurso, conferindo-se à parte vitoriosa o direito de os executar de imediato e em definitivo, a adoção daquela postura submeteria todos os capítulos da sentença à expectativa de eventual reforma pelo tribunal, conquanto não postulada por nenhuma das partes. A consequência dispensa comentários” (AC nº 112-9-RN, DJU 4/2/2005).

9. COISA JULGADA PARCIAL

9.1. Multiplicidade de trânsitos em julgado e de ações rescisórias

Desde a entrada em vigor (em 1974) do CPC/73, seu art. 485 mantém a mesma redação, prescrevendo que pode ser rescindida “*a sentença de mérito, transitada em julgado*”.

Por sua vez, o artigo 495 dispõe que “*o direito de propor ação rescisória se extingue em 2 (dois) anos, contados do trânsito em julgado da decisão*”.

Como se vê, esse segundo dispositivo, em vez de se referir à *sentença de mérito*, como o anterior, aduz à rescindibilidade de *decisão*, sem deixar claro se trata de *decisão interlocutória* ou de *sentença*.

A princípio, a leitura conjunta dos dois dispositivos, associada ao já referido e difundido entendimento de que nosso ordenamento encampa o *princípio da unidade estrutural da sentença* (nº 2 *supra*), poderia levar à conclusão de que caberia uma única ação rescisória relativamente a cada processo, contra a sentença – também única – na qual teriam sido decididos todo o mérito da causa e as questões a ele associadas.

No entanto, a complexidade e as particularidades de cada relação processual, bem como das respectivas relações de direito material, mostram que essa conclusão pela admissão de uma única ação rescisória em relação a cada processo seria insuficiente para a efetiva e adequada prestação da tutela jurisdicional nas variadas situações do dia a dia forense.

Dentre essas situações, duas merecem destaque.

Em primeiro lugar, o já referido caso dos *recursos parciais*, i.e., de pretensões recursais somente sobre parcela ou capítulos das decisões impugnadas, como expressamente admite o art. 505 do CPC.⁴²³

Afinal, se a parte prejudicada recorre apenas de determinado capítulo da sentença, não incide sobre o capítulo não impugnado o efeito de *prevenir a preclusão temporal*.⁴²⁴ Dito de outro modo, com o decurso do prazo recursal extingue-se a faculdade de recorrer do capítulo não impugnado.

⁴²³ “Art. 505. A sentença pode ser impugnada no todo ou em parte”.

⁴²⁴ Cf. DINAMARCO, Cândido Rangel. “Os efeitos dos recursos”, in *Nova era do processo civil*, 3ª ed., São Paulo, Malheiros, 2009, p. 119.

Logo, pode-se dizer que houve o trânsito em julgado material da parte irrecorrida da sentença que resolva parte do mérito e, conseqüentemente, o início do prazo bienal para a propositura de ação rescisória para impugná-la.

Nesse caso, poderia haver mais de uma ação rescisória referente ao mesmo processo: uma contra a parte não impugnada da sentença, desde o momento em que ela restou irrecorrida e, assim, transitou em julgado, e outra contra a parte impugnada, depois que esta transitasse em julgado.

Em segundo lugar, deve-se levar em conta também os julgamentos parciais, como se verifica (i) nas decisões interlocutórias em que se decide parte do mérito sem pôr fim ao processo ou à sua fase cognitiva⁴²⁵ e (ii) nas hipóteses particulares em que se admite mais de uma sentença de mérito no mesmo processo, como ocorre em determinados procedimentos especiais bipartidos (cf. n° 4.5 *supra*).

Também nesses casos, não há como deixar de se cogitar a possibilidade de mais de uma ação rescisória concernente ao mesmo processo: uma contra cada uma das decisões de mérito proferidas e transitadas em julgado em diferentes momentos.

Diante disso, nos dois casos (recursos parciais e julgamentos parciais) é inevitável a dúvida sobre o momento em que se inicia a contagem do prazo para propositura da ação rescisória: se do trânsito em julgado de cada capítulo não recorrido ou do julgamento parcial sobre o *meritum causae*; ou do trânsito em julgado da última decisão de mérito do processo, admitindo-se assim uma única ação rescisória relativamente a cada processo.

Para responder a essa questão, analisaremos a seguir os diferentes pontos de vista da doutrina, bem como a oscilante jurisprudência dos Tribunais Superiores sobre o tema e, depois disso, faremos ainda algumas considerações sobre as normas de regência desse assunto no NCPC.

9.2. A posição da doutrina

⁴²⁵ Como admite amplamente no âmbito de trabalho dedicado ao estudo específico da coisa julgada, p. ex., LUIZ EDUARDO RIBERIO MOURÃO, ao aduzir à possibilidade de o juiz julgar antecipadamente um dos pedidos e deixar a apreciação dos demais para depois da instrução probatória (*Coisa julgada*, Belo Horizonte, Fórum, 2008, p. 277). No mesmo sentido, admitindo ação rescisória contra decisão interlocutória que julga a reconvenção separadamente da demanda inicial: YARSHELL, Flávio Luiz. *Ação rescisória...*, cit., p. 188.

Pouco tempo antes de seu falecimento, BARBOSA MOREIRA publicou artigo⁴²⁶ em que criticou o entendimento da Corte Especial do STJ consolidado em sua súmula 401 (mais detalhadamente analisada no tópico seguinte), segundo a qual o prazo para propositura de ação rescisória se inicia somente “*quando não for cabível qualquer recurso do último pronunciamento judicial*” do processo.

Nesse trabalho, o ex-desembargador do Tribunal de Justiça Fluminense sustentou fundamentalmente que (i) se o capítulo irrecorrido não transita em julgado quando não impugnado, também não teria a autoridade da coisa julgada após a prolação da última decisão do processo e, assim, mesmo depois desta não seria impugnável por meio da ação rescisória; (ii) as decisões de mérito proferidas por órgãos distintos e não impugnadas pelas partes ao longo do processo (como no caso de recurso parcial) transitam em julgado autonomamente; (iii) não se nega a possibilidade de execução definitiva dessas decisões, o que pressupõe seu trânsito em julgado; (iv) é perfeitamente possível que o mérito seja resolvido “*por meio de duas sentenças - utilizado sempre esse nomen iuris como abrangente dos acórdãos*”; (v) “*a própria ação já pode não ser una*”, pois ninguém desconhece a possibilidade da cumulação de demandas em um mesmo processo; e (vi) a pluralidade de ações rescisórias não deve causar estranheza, mesmo porque poderia ocorrer inclusive no caso de o prazo ser contado da última decisão do processo, em razão de os órgãos competentes para julgá-las serem diferentes.⁴²⁷

Por outro lado, parte da doutrina – inclusive posterior ao referido artigo de BARBOSA MOREIRA – apoiou a tese firmada na referida súmula do STJ.

Há quem, apesar de não “*negar a possibilidade de que pedidos possam ser decididos e consequentemente tornarem-se indiscutíveis em momentos processuais distintos*”, defende o posicionamento do STJ com base nas premissas de que, mesmo em casos de multiplicidade de pedidos, há uma única ação, um único processo e, consequentemente, uma única sentença, rescindível por uma única ação rescisória que poderia ser ajuizada somente depois da derradeira decisão do processo.⁴²⁸

⁴²⁶ “Sentença objetivamente complexa, trânsito em julgado e rescindibilidade”, in *RePro* nº 141, São Paulo, RT, 2006, p. 7-19.

⁴²⁷ P. ex., se um capítulo de sentença foi decidido por último e transitou em julgado no âmbito de um Tribunal Estadual e outro capítulo no âmbito do STJ, e se pretenda rescindir ambas as decisões, a parte prejudicada deverá propor uma ação rescisória perante cada um dos tribunais.

⁴²⁸ “(...) ainda que contenha inúmeros pedidos, amparados ou não pela mesma causa de pedir, a ação será única e consequentemente única será a sentença. Assim que, em havendo um único processo, haverá necessariamente

Essa parte da doutrina sustenta que não se formaria coisa julgada sobre nenhuma parte do mérito enquanto qualquer capítulo de sentença ainda não tivesse sido definitivamente julgado e a extinção do processo seria “*pressuposto indispensável*” para propor ação rescisória.⁴²⁹ Nesse sentido, chega-se a sugerir que a posição contrária estaria confundindo coisa julgada com preclusão.⁴³⁰

Essa doutrina assume que seria “*inegável*” a possibilidade de alteração de capítulo de sentença não impugnado em apelação, como, “*por exemplo, quando o Tribunal ad quem conhecer de ofício de questões de ordem pública*”.⁴³¹

Dessa forma, essa corrente a respeito da formação da coisa julgada e início do prazo para ação rescisória indica ser partidária do já referido entendimento segundo o qual o efeito translativo dos recursos não é limitado pelo efeito devolutivo (nº 8.2 *supra*).

Todavia, já demonstramos que essa não parece ser a melhor interpretação do nosso sistema processual, pois as normas de regência dos efeitos dos recursos confirmam que, em regra, a autoridade da coisa julgada material recai sobre parte não impugnada de determinada decisão de mérito.

Não é à toa que, como já visto (nº 8.2 *supra*), a lei deixa claro que a limitação imposta pelo efeito devolutivo incide também sobre o efeito substitutivo (CPC, art. 512). Além disso, o sistema de confinamento das nulidades (CPC, art. 248) e a garantia constitucional da coisa julgada não podem ser contrapostos por impressões de *pura lógica*.⁴³²

Essas impressões de *pura lógica* poderiam levar à equivocada inadmissão da (aparente) incoerência entre a subsistência de um capítulo de mérito não impugnado (por

uma única sentença, que adquirirá a eficácia atribuída pela coisa julgada material (art. 467 do CPC) apenas e tão-somente quando resolver a lide por inteiro, ou seja, após tornar-se definitiva (trânsito em julgado) a última decisão proferida no processo” (TEIXEIRA, Guilherme Puchalski. “Sentenças objetivamente complexas: impossibilidade do trânsito em julgado parcial”, in *AJURIS*, nº 110, Porto Alegre, jun/2008, p. 125-49).

⁴²⁹ TEIXEIRA, Guilherme Puchalski. “Sentenças objetivamente...”, cit., p. 131.

⁴³⁰ “É que não se pode confundir imutabilidade - que sobrevirá apenas depois de extinto o processo e após resolvidas todas as questões e pedidos que compõem a lide - com indiscutibilidade - gerada pela impossibilidade da parte (re)discutir determinada questão (capítulo da sentença) em razão da ausência de recurso específico sobre o ponto (preclusão). Portanto, não há que se falar em imutabilidade enquanto pendente de recurso todos ou somente parte dos pedidos deduzidos na ação. Isto porque, nesta hipótese, se estará diante de mera preclusão do direito da parte em (re)discutir as questões/capítulos que deixou de impugnar através de recurso” (TEIXEIRA, Guilherme Puchalski. “Sentenças objetivamente...”, cit., p. 132).

⁴³¹ TEIXEIRA, Guilherme Puchalski. “Sentenças objetivamente...”, cit., p. 133.

⁴³² Cf. DINAMARCO, Cândido Grandel. *Instituições...*, vol. 3, cit., p. 699. No mesmo sentido: “Mister ratificar, por oportuno, que, na prática, pode até ocorrer certa incongruência entre julgados; contudo, tal aspecto não pode ser levado em consideração para se desconsiderar a possibilidade de progressividade do fenômeno da coisa julgada material” (ARAÚJO, José Henrique Mouta. *Coisa julgada...*, cit., p. 357).

força da imutabilidade inerente à coisa julgada) mesmo diante de posterior extinção do processo por falta de um dos pressupostos da análise do mérito com relação ao capítulo impugnado, p. ex..

A verdade é que o sistema pode conviver com essas incoerências lógicas, uma vez que, *“entre dois riscos que se deparam - o de comprometer a segurança da vida social e o de consentir na eventual cristalização de injustiças -, prefere o ordenamento assumir o segundo. (...) Se o resultado é injusto, paciência: o que passou, passou”*, como bem ensina BARBOSA MOREIRA.⁴³³

Nesse mesmo sentido, DINAMARCO esclarece que a coisa julgada não visa a evitar conflitos meramente teóricos entre julgados, mas sim conflitos práticos, como é o caso de declarar que uma relação jurídica existe e declarar posteriormente que ela inexistente.⁴³⁴

Ademais, a conclusão de que se forma coisa julgada material sobre o capítulo não recorrido em caso de recurso parcial é reforçada pelo princípio da *conformação* ou *aquiescência* com os capítulos não impugnados.⁴³⁵

Assim, a maioria da doutrina – com a qual concordamos – entende que transita em julgado o capítulo de sentença não impugnado que não dependa juridicamente do capítulo de sentença recorrido, como bem resume a lição de DINAMARCO:

“Quando o recurso interposto é integral, abrangendo todos os capítulos de que se compõe o ato recorrido, não se opera preclusão alguma, notadamente a coisa julgada; quando ele é parcial, os capítulos de sentença não impugnados recebem a coisa julgada e tornam-se, a partir daí, inatacáveis.

(...) Se o capítulo irrecorrido fizer parte de uma sentença, a preclusão incidente sobre ele será a preclusão máxima, ou seja, a coisa julgada formal; se ele contiver um julgamento de mérito, seus efeitos ficarão também imunizados pela autoridade da coisa julgada material”.⁴³⁶

⁴³³ BARBOSA MOREIRA, José Carlos. “A eficácia preclusiva da coisa julgada material no sistema do processo civil brasileiro”, in *Temas de direito processual civil*, São Paulo, Saraiva, 1977, p. 99.

⁴³⁴ “Na própria teoria e disciplina legal da auctoritas rei judicatae há resposta capaz de eliminar a causa da indecisão daquele monografista e pôr à calva seu equívoco final. Segundo entendimento generalizado, essa garantia constitucional tem o escopo único de afastar conflitos práticos entre julgados, não conflitos meramente teóricos. O constituir uma nova situação jurídica (sentença condenatória) e o declarar que a situação jurídica preexistente deve permanecer; o declarar que uma relação jurídica existe, estando por elas vinculadas as partes, e o declarar que ela não existe, estando elas desvinculadas (sentença declaratória positiva ou negativa); o condenar o sujeito a pagar e o declarar que o ‘réu nada lhe deve’ etc; - esses sim são pronunciamentos que se chocariam na prática” (DINAMARCO, Cândido Rangel. “O conceito de mérito...”, cit., p. 274).

⁴³⁵ Cf. BONÍCIO, Marcelo José Magalhães. *Capítulos...*, cit., passim, esp. p. 113.

⁴³⁶ *Capítulos...*, cit., p. 104 e 110.

Nesse sentido, BONÍCIO esclarece com propriedade os efeitos da interposição de recurso parcial, especialmente a limitação da competência do Tribunal e a consequente formação da coisa julgada material sobre o capítulo não impugnado:

“Se o autor apela somente do capítulo de sentença que julgou parte do pedido improcedente, ele delimitou os limites objetivos do recurso interposto, e, assim, só permitirá ao tribunal o julgamento daquele capítulo de sentença não impugnado, vale dizer, o tribunal pode conceder ou negar provimento ao recurso, mas seja qual for a decisão, o capítulo de sentença não impugnado não pode ser atingido pelo resultado do recurso, porque ao juiz é vedado extrapolar o limite objetivo do recurso e, ainda, porque o capítulo não impugnado transitou em julgado, tornando-se imutável”.⁴³⁷

Compartilham o mesmo entendimento, ainda, LUCON⁴³⁸, ARAKEN DE ASSIS⁴³⁹ e ATHOS GUSMÃO CARNEIRO.⁴⁴⁰

Não é diferente o entendimento de quem se dedicou a fundo ao estudo do instituto da preclusão, como GIANNICO, p. ex., que não deixa dúvida de que *“a parte autônoma de mérito não recorrida transita em julgado”*.⁴⁴¹

Sendo assim, entendemos que, contrariamente ao que dispõe a súm. 401 do STJ, é possível que capítulos e julgamentos parciais de mérito transitem em julgado em momentos distintos e, conseqüentemente, haja diferentes termos *a quo* do prazo bienal para rescindi-los, em conformidade com as lições de YARSHEL⁴⁴² e TALAMINI.⁴⁴³

Por fim, como admitimos também os julgamentos parciais de *questões de mérito*, é preciso esclarecer que os prazos para ações rescisórias que ataquem a resolução dessas questões terão início somente depois que a autoridade da coisa julgada material incidir sobre

⁴³⁷ *Capítulos...*, cit., p. 171-2.

⁴³⁸ LUCON, Paulo Henrique dos Santos. *Eficácia das decisões e execução provisória*, São Paulo, RT, 2000, *passim*.

⁴³⁹ *Manual...*, cit., p. 392.

⁴⁴⁰ “Ação rescisória, biênio decadencial e recurso parcial”, in *RePro*, nº 88, out-dez/1997, p. 228-35.

⁴⁴¹ GIANNICO, Maurício. *A preclusão no direito processual civil brasileiro*, São Paulo, Saraiva, 2005, p. 148-149.

⁴⁴² “(...) convém lembrar que, partindo-se da premissa de que o julgamento de mérito é passível de decomposição em capítulos, e suposto que esses capítulos guardem autonomia entre si, é perfeitamente possível admitir a propositura de ação rescisória ainda na pendência da relação processual em que originalmente editada a decisão rescindenda. A preclusão desta, portanto, não coincide necessariamente com a extinção do processo em que editada” (YARSHELL, Flávio Luiz. *Ação rescisória...*, cit, p. 132).

⁴⁴³ “Nos casos em que parte da sentença transita em julgado antes (quando o recurso é apenas parcial; quando, havendo sucumbência recíproca, alguma das partes não recorre etc.), correrão separadamente os prazos para rescisão dos diversos capítulos de sentença” (TALAMINI, Eduardo. *Coisa julgada e sua revisão*, São Paulo, RT, 2005, p. 192).

os respectivos *pedidos (mérito)*, em consonância com a lição de YARSHEL⁴⁴⁴, e sem desconhecer o artigo de DINAMARCO⁴⁴⁵ indicativo de que se poderia admitir ação rescisória contra decisão interlocutória que afasta alegação de prescrição (i.e., julgamento parcial de *questão de mérito*).

Adotamos essa posição fundamentalmente porque parece difícil negar que, no atual direito positivo brasileiro, a autoridade da coisa julgada incide apenas sobre o mérito propriamente dito, e não sobre as questões de mérito (CPC, art. 469).⁴⁴⁶

Logo, não se poderia admitir coisa julgada e, conseqüentemente, tampouco termo inicial próprio de rescisória com relação a julgamento parcial de *questão de mérito*.⁴⁴⁷

9.3. As posições do STF e do STJ

Como se sabe, a partir da vigência da Constituição de 1988, a competência para a uniformização da interpretação das normas infraconstitucionais passou do STF para o STJ.

Diante disso, a jurisprudência do próprio STF já se consolidou no sentido de que, na vigência da Constituição de 1988, questões referentes ao termo *a quo* do prazo bienal para a propositura de ação rescisória fogem da sua competência.⁴⁴⁸

Portanto, deu-se especial atenção à jurisprudência do STF sobre o termo inicial do prazo em questão entre o início da vigência do CPC/73 e a entrada em vigor da Constituição de 1988.

Nesse período, o acórdão que parece ter decidido mais claramente sobre o assunto é o

⁴⁴⁴ Cf. *Ação rescisória...*, cit., p. 200-1.

⁴⁴⁵ “Ação rescisória contra decisão interlocutória”, in *Nova era do processo civil*, 3ª ed., São Paulo, Malheiros, 2009, p. 283-92.

⁴⁴⁶ “O Código de Processo Civil, refletindo o pensamento amplamente majoritário em doutrina, afasta com firmeza qualquer autoridade de julgado incidente sobre os motivos da sentença ou sobre a verdade dos fatos por ela admitida, ou seja: afasta a possibilidade de ficarem definitivamente julgadas, com autoridade que depois se projete em outros processos e na própria vida das pessoas as questões enfrentadas na sentença (cfr. CPC, art. 469, incs. I-II). O que obtém a autoridade da coisa julgada material é exclusivamente o preceito concreto formulado na sentença, ou seja, é a disposição nela contida, acerca da situação trazida para o juiz com o pedido de solução” (DINAMARCO, Cândido Rangel. “O conceito de mérito...”, cit., p. 243).

⁴⁴⁷ Nesse sentido: ARAÚJO, José Henrique Mouta. *Coisa julgada...*, cit., p. 176-7.

⁴⁴⁸ P. ex., AI nº 789.022, Rel. Min. ELLEN GRACIE, decisão monocrática, DJe 8/9/2010: “(...) a aferição do termo inicial do prazo decadencial demandaria a análise de legislação infraconstitucional, hipótese inviável em sede extraordinária. Eventual ofensa ao texto constitucional, se existente, seria meramente reflexa ou indireta”. No mesmo sentido, alguns recentes dentre muitos outros precedentes: AI nº 778.954, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, DJe 14/4/2010; e AI nº 786.273, Rel. Min. EROS GRAU, DJe 11/3/2010. Ressalvem-se as hipóteses de propositura de ação rescisória perante o próprio STF, nas quais é óbvio que este deverá averiguar se decorreu ou não o prazo bienal, sem prejuízo da competência do STJ para uniformizar as normas de regência da contagem desse prazo.

da ação rescisória nº 903 (“AR 903”)⁴⁴⁹, que foi julgada pelo Tribunal Pleno em 1982 e serviu durante muito tempo como paradigma para definir o termo inicial do prazo bienal no caso de *recurso parcial*.

Nesse julgado, o voto do Revisor, Min. CELSO DE MELO, esclareceu que a interposição de embargos de divergência contra acórdão que dá provimento a recurso extraordinário para julgar procedente a demanda impede o trânsito em julgado apenas dos capítulos de sentença que forem abrangidos pelos embargos, e que, assim, “*ocorre coisa julgada*” com relação aos capítulos não impugnados.

Mais que isso, o Min. CELSO DE MELO explicitou que essa interpretação “*é a aplicação do princípio de que o recurso parcial não impede o trânsito em julgado da sentença recorrida que não foi por ele abarcada*”. E na retificação do voto do Relator, Min. CORDEIRO GUERRA, foi expressamente “*reconhecida a decadência dos temas não questionados nos embargos*”.

De forma menos evidente, mas a nosso ver suficientemente clara, esse entendimento foi mais uma vez manifestado pelo Tribunal Pleno do STF na ação rescisória nº 988⁴⁵⁰, julgada pouco mais de dois meses depois que a AR 903.

Apesar de não ter feito expressa menção à lógica aplicável ao recurso parcial, o Min. Relator dessa rescisória fez questão de salientar que “*nas circunstâncias do caso, em que os embargos envolviam toda a matéria objeto do recurso extraordinário, o trânsito em julgado somente veio a se verificar após a decisão tomada no derradeiro recurso*”.

A partir de uma interpretação teleológica e *a contrario sensu* desse trecho do julgado, bem como levando em conta a proximidade entre esse julgamento e o anterior, parece-nos claro que nele o Tribunal Pleno do STF reafirmou a lógica que norteou o acórdão da AR 903.

Dito de outro modo, parece que o tribunal entendeu que ocorreu trânsito em julgado somente depois da decisão sobre o derradeiro recurso apenas porque, nesse caso, os embargos infringentes abrangiam toda a pretensão recursal deduzida no recurso extraordinário. Ou seja, se o objeto dos embargos fosse apenas parte do recurso extraordinário, a parte não impugnada nos embargos teria transitado em julgado.

⁴⁴⁹ AR nº 903, Rel. Min. CORDEIRO GUERRA, Tribunal Pleno, j. 17/6/1982.

⁴⁵⁰ AR nº 988, Rel. Min. DJACI FALCÃO, Tribunal Pleno, j. 26/8/1982.

Além disso, no julgamento da ação rescisória nº 1.094⁴⁵¹, o Tribunal Pleno do STF também concebeu a possibilidade de termos iniciais diferentes do prazo para ações rescisórias contra decisões distintas no mesmo processo. E desta vez o fez em um contexto diferente daquele do recurso parcial, que mais se assemelha à hipótese de *julgamento parcial*.

Nesse caso, a pretensão rescisória voltava-se contra acórdão de Tribunal Estadual que julgou procedentes os pedidos de rescisão de promessa de compra e venda e de reintegração de posse.

Nessa demanda em que foi proferida a decisão que se pretendia desconstituir, o Tribunal Estadual havia, em um primeiro momento, decidido pela (*falsa*) carência da ação, por entender que haveria prova do pagamento das prestações que o autor (do processo originário) alegava que o réu tinha inadimplido (a nosso ver, nítida decisão *de meritis*).

Essa questão chegou ao STF em sede de recurso extraordinário, no qual foi afastada a carência da ação, fundamentalmente por se entender que a mora era fato incontroverso em primeiro grau e não poderia ter sido afastada em segunda instância. Assim, foi determinado que o Tribunal *a quo* julgasse o mérito da causa.

Nesse segundo julgamento, o Tribunal Estadual apreciou todas as outras questões de mérito – que não aquela do pagamento, já definitivamente decidida pelo STF – para rejeitar os demais argumentos trazidos na contestação e, assim, julgar procedentes os pedidos do autor.

Então esse segundo acórdão do Tribunal Estadual transitou em julgado e foi objeto da ação rescisória.

Nessa ação rescisória, interposta perante o Tribunal Estadual e depois remetida ao STF⁴⁵², o autor (da ação rescisória, réu no processo originário) baseou seu pedido de desconstituição do julgado em erro de fato, alegando que a Corte Estadual teria reputado inexistente o pagamento – supostamente ocorrido – das prestações exigidas na notificação que o constituiu em mora.

No julgamento da rescisória, o Tribunal Pleno do STF entendeu que a pretensão do autor se voltava, na verdade, contra o acórdão do próprio STF que reformou o julgamento de carência da ação, e não contra o segundo acórdão do Tribunal Estadual, pois foi aquele que decidiu sobre o pagamento das prestações e a mora da promitente compradora.

⁴⁵¹ AR nº 1.094, Rel. Min. SOARES MUNOZ, Tribunal Pleno, j. 8/6/1983.

⁴⁵² Em decorrência do acolhimento de preliminar, perante o Tribunal Estadual, que apontava a competência do STF.

Com base nessa premissa, o STF contou o prazo bienal a partir do trânsito em julgado daquele acórdão de sua lavra e, assim, entendeu que a ação rescisória foi proposta “*depois de consumado o prazo de decadência estabelecido no art. 495 do Código de Processo Civil*”.⁴⁵³

Portanto, resta claro que, também nesse caso, o STF admitiu a possibilidade de mais de uma ação rescisória relativamente ao mesmo processo, cujos prazos de propositura têm termos iniciais próprios e distintos: uma contra a decisão transitada em julgado naquele Tribunal Superior, sobre o pagamento e a mora da promitente compradora; outra contra o segundo acórdão do Tribunal Estadual, que decidiu as demais questões abordadas no julgamento de procedência da demanda que transitou em julgado em segundo grau.

Como se vê, esses julgados evidenciam o entendimento do STF de que as decisões sobre o mérito de determinado processo podem transitar em julgado em momentos distintos e, por consequência, podem haver prazos distintos para a propositura de ações rescisórias relativamente ao mesmo processo.

Isso tanto no contexto do recurso parcial quanto quando em caso de prolação de mais de uma decisão de mérito definitiva – e, portanto, rescindível – em momentos diferentes no mesmo processo.

A propósito, julgamento recentíssimo de lavra da Primeira Turma do STF, de março de 2014, parece indicar que a tendência na nossa Corte Maior é de manter aquele entendimento fixado pelo Tribunal Pleno na AR 903, admitindo a formação da coisa julgada material de forma progressiva quando a sentença se constituir de diferentes partes autônomas e apenas uma delas for impugnada.⁴⁵⁴

No entanto, não é essa a orientação que tem prevalecido mais recentemente no STJ.

Até aproximadamente 2003, a jurisprudência dominante no STJ sobre o início do prazo para o ajuizamento de ação rescisória – e ainda um ou outro acórdão em 2004 – foi no mesmo sentido daquela firmada no STF a partir da AR 903, i.e., de que as decisões sobre o *meritum causae* podem transitar em julgado em momentos distintos, dando ensejo a múltiplas

⁴⁵³ O acórdão ainda registrou, “*apenas a título de esclarecimento*”, que esse prazo também teria decorrido se o acórdão rescindendo fosse de fato o segundo acórdão do Tribunal Estadual.

⁴⁵⁴ “*COISA JULGADA – PRONUNCIAMENTO JUDICIAL – CAPÍTULOS AUTÔNOMOS. Os capítulos autônomos do pronunciamento judicial precluem no que não atacados por meio de recurso, surgindo, ante o fenômeno, o termo inicial do biênio decadencial para a propositura da rescisória*” (RE nº 666589, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, j. 25/3/2014, DJe 3/6/2014).

ações rescisórias, cujos prazos bienais teriam termos *a quo* próprios.⁴⁵⁵

Todavia, de 2002 a 2004 passaram a se verificar no STJ alguns julgados em sentido contrário àquela orientação consolidada no STF.

Segundo esse “novo” entendimento, seria inadmissível a “*coisa julgada por capítulos*” e, assim, não ocorreriam vários trânsitos em julgado, mas somente um, depois da última decisão da causa, e seria do trânsito em julgado desta, apenas, que se deveria contar o prazo para ajuizar ação rescisória relativamente ao processo.⁴⁵⁶

A divergência entre o “velho” e o “novo” entendimento jurisprudencial no STJ foi solucionada pela Corte Especial daquele Tribunal no julgamento dos embargos de divergência no recurso especial nº 404777⁴⁵⁷ (“EREsp 404777”).

No acórdão do EREsp 404777, prevaleceu o “novo” entendimento, como bem registra passagem do voto-vencedor do Relator, segundo o qual “*sentença é uma só, (...) não há, no processo brasileiro, coisa julgada material de capítulos de sentença*” e, “*(...) em respeito à unicidade da sentença, porque sentença é una, não se divide, não pode ser fracionada para efeito da ação rescisória*”.

Essa orientação consolidada no julgamento do EREsp 404777 foi mantida em julgamentos posteriores no STJ, inclusive no âmbito da Corte Especial⁴⁵⁸, e culminou na edição da já referida súm. 401, publicada no DJe de 13/10/2009: “*O prazo decadencial da*

⁴⁵⁵ “*Se partes distintas da sentença transitaram em julgado em momentos também distintos, a cada qual corresponderá um prazo decadencial com seu próprio dies a quo*” (REsp nº 299.029, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, 6ª Turma, j. 26/5/2004). No mesmo sentido: REsp nº 201.668, Rel. Min. EDSON VIDIGAL, 5ª Turma, j. 8/6/1999; REsp nº 267.451, Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, 3ª Turma, j. 22/5/2001; e REsp nº 381.531, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, 6ª Turma, j. 21/3/2002.

⁴⁵⁶ “1. Não se admite a coisa julgada por capítulos, uma vez que tal exegese pode resultar em grande conturbação processual, na medida em que se torna possível haver uma numerosa e indeterminável quantidade de coisas julgadas em um mesmo feito, mas em momentos completamente distintos e em relação a cada parte. 2. O trânsito em julgado ensejador do pleito rescisório não se aperfeiçoa em momentos diversos (por capítulos), sendo único para todas as partes, independentemente de haverem elas recorrido ou não. Assim, o interregno autorizativo da ação rescisória (art. 495 do CPC) somente deve ter início após proferida a última decisão na causa, concretizando-se a coisa julgada material” (REsp nº 611.506, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, 1ª Turma, j. 29/6/2004). No mesmo sentido: REsp nº 245.175, Rel. Min. ELIANA CALMON, 2ª Turma, j. 16/4/2002; e REsp nº 415.586, Rel. Min. ELIANA CALMON, 2ª Turma, j. 12/11/2002.

⁴⁵⁷ Rel. Min. FONTES DE ALENCAR, Rel. p/ acórdão Min. FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, j. 3/12/2003, DJ 11/4/2005.

⁴⁵⁸ Dentre outros: EREsp nº 441.252, Rel. Min. GILSON DIPP, Corte Especial, j. 29/6/2005; EDcl-REsp nº 543.368, Rel. Min. CASTRO MEIRA, 2ª Turma, j. 21/11/2006; REsp nº 765.823, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, 2ª Turma, j. 27/3/2007; AR nº 3.378, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, 1ª Seção, j. 13/8/2008; AgRg-Ag nº 980.985, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, 5ª Turma, j. 21/8/2008; AgRg-AR nº 3.799, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, 3ª Seção, j. 27/8/2008; AR nº 1.337, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, 3ª Seção, j. 22/10/2008; REsp nº 968.227, Rel. Min. ELIANA CALMON, 2ª Turma, j. 16/6/2009.

ação rescisória só se inicia quando não for cabível qualquer recurso do último pronunciamento judicial”.

E a jurisprudência mais recente do STJ sobre a matéria, inclusive de sua Corte Especial, confirma que a orientação firmada naquela súmula vem sendo aplicada até hoje, e que não há tendência de modificação daquele entendimento no âmbito do STJ.⁴⁵⁹

Sendo assim, e como o EREsp 404777 foi claramente o *leading case* que conduziu à edição da súm. 401, vale analisar sua fundamentação e os debates entre os Ministros registrados em seu acórdão para identificar e avaliar se procedem os porquês pelos quais foi superada aquela orientação firmada pelo STF na AR 903.

No início do julgamento do EREsp 404777, o voto do Min. BARROS MONTEIRO chegou a considerar que a sentença poderia transitar em julgado em capítulos, conforme *“decorre do próprio sistema do Código de Processo Civil nos seus artigos 505 e 512, na parte final”*. E ainda lembrou lição do Min. LUIZ FUX, *“no sentido de que, se a impugnação à sentença for parcial, forma-se coisa julgada sobre o que não fora objeto do recurso, iniciando-se, portanto, o prazo para a propositura da ação rescisória quanto a essa parte”*.

Ressalte-se que os referidos artigos da lei processual vigente tratam dos efeitos dos recursos, que é matéria muito relevante no estabelecimento das premissas de cada uma das correntes sobre o início do prazo bienal sobre as quais trata este trabalho, como já se viu (nº 8.2 *supra*).

O primeiro dispositivo (art. 505) deixa claro que a sentença poderá *“ser impugnada no todo ou em parte”*, evidenciando a possibilidade de limitação do objeto do recurso imposta

⁴⁵⁹ “*PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. PRAZO DECADENCIAL. TERMO INICIAL. TRÂNSITO EM JULGADO DA ÚLTIMA DECISÃO PROFERIDA NOS AUTOS. ART. 495 DO CPC. SÚMULA N. 401/STJ. COISA JULGADA ‘POR CAPÍTULOS’. INADMISSIBILIDADE. (...)* 2. *O prazo decadencial de 2 (dois) anos para a propositura da ação rescisória inicia com o trânsito em julgado da última decisão proferida no processo, que se aperfeiçoa com o exaurimento dos recursos cabíveis ou com o transcurso do prazo recursal, a teor do que dispõe a Súmula n. 401/STJ: ‘O prazo decadencial da ação rescisória só se inicia quando não for cabível qualquer recurso do último pronunciamento judicial’.* 3. *É incabível o trânsito em julgado de capítulos da sentença ou do acórdão em momentos distintos, a fim de evitar o tumulto processual decorrente de inúmeras coisas julgadas em um mesmo feito (...)*” (REsp nº 736.650, Rel. Min. ANTONIO CARLOS FERREIRA, Corte Especial, j. 20/8/2014, DJe 1/9/2014); “*A pacífica jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de que o termo a quo do prazo decadencial de dois anos para a propositura de ação rescisória é o dia seguinte ao do trânsito em julgado da última decisão proferida na causa. Súmula 401/STJ*” (EDcl-AREsp nº 269.971, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, 2ª Turma, j. 16/4/2013); “*Segundo a jurisprudência do STJ, o trânsito em julgado ocorre quando não for cabível qualquer espécie de recurso contra a última decisão proferida na causa*” (EDcl-Ag nº 1.101.271, Rel. Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, 4ª Turma, j. 6/12/2012). No mesmo sentido: REsp nº 1.259.313, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, 2ª Turma, j. 9/4/2013; AgRg-AR nº 4.596, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, 1ª Seção, j. 10/10/2012; e EDcl-AgRg-EAg nº 1.218.222, Rel. Min. GILSON DIPP, Corte Especial, j. 5/12/2011.

pelo efeito devolutivo.

O segundo (art. 512) não deixa dúvida de que o efeito substitutivo se opera apenas em relação ao que “*tiver sido objeto do recurso*”; isto é, *a contrario sensu*, não afeta o que não tiver sido objeto do recurso, como já se esclareceu (nº 8.2 *supra*).

De outra parte, o Min. CEZAR ASFOR ROCHA bem ponderou que, segundo o entendimento de que “*há momentos diferenciados para início do prazo decadencial da ação rescisória*”, “*os prazos estarão diretamente vinculados à possibilidade de haver decisões por capítulos*”.

Portanto, essa questão teve necessariamente que ser enfrentada, ainda que tangencialmente.

A esse respeito, a Corte Especial do STJ prestigiou o voto-vencedor do Min. PEÇANHA MARTINS, segundo o qual “*(...) não há a possibilidade de, interpretando-se a lei, o Código, imaginar-se que possam haver sentenças no mesmo processo ou até mesmo que possam haver partes que constituam julgado material*”.

E o Min. FRANCIULLI NETO indagou: “*Ora, numa ação em que o próprio autor escolheu, em uma mesma causa petendi, formular dois pedidos, como se pode dar rescisórias em momentos diferentes? Nada estava a empecer que o autor propusesse, com a mesma causa de pedir, apenas o pedido de danos emergentes, e que, noutra ação distinta, com a mesma causa de pedir, pedisse lucros cessantes. Ora, se ele reuniu uma mesma ação num mesmo processo, como cindir tal processo?*”.

Nesse sentido, um dos fundamentos invocados para sustentar o voto vencedor foi o de que (a) seria um contrassenso admitir o ajuizamento de ação rescisória de decisão ou parte de decisão proferida em processo que ainda esteja em curso.⁴⁶⁰

Outro fundamento foi o de que (b) a parte poderia perder o prazo para propor ação

⁴⁶⁰ Voto preliminar do Min. PEÇANHA MARTINS: “*(...) nos termos da lei processual e exatamente nos termos do artigo 495/CPC, que regula o prazo da rescisória ele só se inicia quando proferida a última decisão da causa, ou seja, quando a sentença se completa e extingue o processo, porque, se assim não for, seremos levados ao absurdo, ao qual o Min. Franciulli Netto chamou a nossa atenção, qual seja: o de existir ação prosseguindo enquanto rescisórias estarão sendo propostas em juízo, ao longo do tempo e nas competências diversas. Ora, isso é um contra-senso, data maxima vênia. Não há confundir [sic] ação rescisória com recurso, que impede o trânsito em julgado da sentença, protraindo, no tempo e no espaço, a extinção do processo. A impugnação parcial da sentença não conduz à extinção do processo. E só com o esgotamento de todos os recursos possíveis, indiscutível, pois, a sentença, extinto o processo, se constitui a ‘coisa julgada material’, como define o art. 467/CPC*”.

rescisória contra o capítulo irrecorrido de determinada decisão por esperar o julgamento de seus recursos referentes ao mesmo processo.⁴⁶¹

Além disso, afirmou-se que (c) haveria o risco de a parte ter que pagar as custas da rescisória caso se entendesse pelo descabimento desta contra o capítulo de sentença não impugnado.⁴⁶²

Com o devido respeito aos I. Ministros do STJ, esses fundamentos não parecem suficientes para contrapor a orientação do STF que se viu no acórdão da AR 903 e parece estar sendo mantida naquela Corte Constitucional até hoje.

A nosso ver, o argumento “a” cai por terra ao se conferir a devida imutabilidade da coisa julgada ao capítulo de sentença não impugnado ou decisão proferida no curso do processo, pelos substanciais fundamentos nesse sentido em que se baseia a doutrina dominante que assim sustenta, como já se viu (nº 9.2 *supra*).

Isso porque, dessa forma, seria absolutamente “natural” submeter o capítulo de sentença ou julgamento parcial à possibilidade de impugnação pela via da ação rescisória, mesmo no curso do processo, porque eles já teriam transitado em julgado.

Os argumentos “b” e “c”, por sua vez, não parecem sustentáveis em conjunto.

Afinal, o primeiro presume um desconhecimento do prazo para a propositura da ação rescisória e, conseqüentemente, da lei pelo jurisdicionado, o que sabidamente não se admite (Lei de introdução às normas do direito brasileiro, art. 3º⁴⁶³).

E o segundo prevê uma inadequação do meio (de impugnação pela via da ação rescisória) que ocorreria somente na hipótese de se aplicar o entendimento que acabou prevalecendo no STJ, mas não se fosse aplicada a interpretação do STF, que a nosso ver é mais adequada.

Dito de outro modo, o que o julgado fez foi presumir a não aplicação da tese (de

⁴⁶¹ Voto-mérito do Min. PEÇANHA MARTINS: “Ora, como contar o prazo para a ação rescisória? Como se admitir ações rescisórias em julgados no mesmo processo? É impossível conceber-se a existência de uma ação em curso, ou seja, a pretensão submetida ao julgamento do Estado e, no seu curso, enquanto a ação existir, várias ações rescisórias no seu bojo, como bem assinalou o eminente Min. Franciulli Netto. Se isso é posto dentro da realidade brasileira de morosidade excessiva do Judiciário por força mesmo desse processo, que não acaba nunca, vai-se ao absurdo de imaginar que seja possível, por exemplo, a parte perder o prazo da rescisória, porque houve retardamento na decisão do seu recurso especial ou do seu recurso extraordinário”.

⁴⁶² Voto-mérito do Min. PEÇANHA MARTINS: “Lembrou, aliás, muito bem, o Sr. Min. Humberto Gomes de Barros, que, se a parte for açodada e propuser a ação rescisória de imediato, e se afirmar que não é da decisão incidental, e, sim, da última, quem pagará os honorários?”.

⁴⁶³ “Art. 3º. Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece”.

trânsito em julgado em capítulos) para negar a própria tese. Isso sim, com a devida vênia, parece um contrassenso.

Na verdade, a uniformização do entendimento sobre o termo inicial do prazo bienal bastaria para derrubar ambos os argumentos (“*b*” e “*c*”). Isso simplesmente porque eles não decorrem do fato de se admitir o trânsito em julgado em capítulos, mas sim de uma presumida – e indesejável – incerteza da lei e vacilo jurisprudencial em relação a esse tema.

De todo modo, não parece haver dúvida de que o STJ nega a possibilidade do trânsito em julgado material de capítulos da sentença ou de decisões sobre o mérito proferidas no curso do mesmo processo, contrariamente ao entendimento que prevalece no STF.

9.4. O Projeto de Novo Código de Processo Civil

Como se viu, é considerável a controvérsia na doutrina e na jurisprudência sobre o termo inicial do prazo para ajuizar ação rescisória.

Além disso, não se pode negar que a solução dessa controvérsia tem importâncias práticas, teórico-doutrinárias e – por que não? – de “interesse público” (*publicização* do processo civil), que exigem a adoção de interpretação correta das normas que compõem nosso sistema processual.

A necessidade de uniformização da orientação a respeito desse tema tem especial relevância por se referir à formação da coisa julgada, de sabida natureza constitucional.

Logo, é evidente que questões sobre o termo inicial do prazo bienal para a ação rescisória não poderiam ser ignoradas no NCPC. E não foram.

Em relação ao recurso parcial e aos efeitos dos recursos, vale inicialmente destacar que foram mantidas no NCPC as normas de regência que já vigoram desde o CPC/73 (NCPC, arts. 999, 1005 e 1010⁴⁶⁴; correspondentes aos arts. 505, 512 e 515 do CPC/73).

A essas normas reproduzidas do CPC/73, foram acrescentadas outras que – a nosso ver muito pertinentemente – solucionam em grande medida as questões concernentes ao trânsito em julgado e à contagem do prazo bienal para a propositura de ação rescisória na hipótese de

⁴⁶⁴ “Art. 999. A decisão pode ser impugnada no todo ou em parte; (...) Art. 1005. O julgamento proferido pelo tribunal substituirá a decisão impugnada no que tiver sido objeto de recurso; (...) Art. 1.010. A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada”.

recurso parcial.

Em primeiro lugar, ao regular a devolutividade ampla da apelação que já é atualmente consagrada no art. 515, § 1º do CPC/73⁴⁶⁵, o NCPC acrescentou a expressão “*desde que relativas ao capítulo impugnado*” (art. 1010, § 1º ⁴⁶⁶).

Isso parece esclarecer e, assim, sanar a controvérsia sobre a exata abrangência do efeito devolutivo e, a nosso ver, também do efeito translativo, que já se viu causar divergência doutrinária no que se refere à sua influência sobre o capítulo não impugnado (nº 8.2 *supra*).

Dessa forma, a norma prospectiva parece ter a finalidade de delimitar o julgamento do Tribunal apenas aos capítulos impugnados (*plano horizontal* ou *extensão* da cognição), ainda que para tanto aborde questões que não tenham sido decididas em primeira instância (*plano vertical* ou *profundidade* da cognição).

Essa iminente norma parecia uma forma de reforçar a conclusão da corrente doutrinária dominante de que o capítulo não impugnado transita em julgado, é imutável e, portanto, o prazo da respectiva ação rescisória deveria ser contado a partir desse trânsito em julgado do capítulo não impugnado (*coisa julgada parcial*), e não da última decisão proferida no processo.

Da mesma forma que as normas adicionais de regência do recurso parcial, a inovação da norma prospectiva consistente na já referida previsão expressa do *julgamento antecipado parcial do mérito* (NCPC, art. 353) deixa clara a possibilidade de a autoridade da coisa julgada recair sobre esses julgamentos antes do fim do processo.

Isso é inequívoco no texto normativo prospectivo à luz da expressa admissão do trânsito em julgado e execução definitiva da decisão em que se realizar esse julgamento parcial (NCPC, art. 353, § 2º ⁴⁶⁷).

Ademais, o art. 963 do NCPC prescreve que pode ser rescindida a “*decisão de mérito, transitada em julgado*”, e não a “*sentença de mérito*”, como o CPC/73 prevê (art. 485). E esse

⁴⁶⁵ “Art. 515. A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada. § 1º Serão, porém, objeto de apreciação e julgamento pelo tribunal todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que a sentença não as tenha julgado por inteiro”.

⁴⁶⁶ “Art. 1010.. A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada. § 1º Serão, porém, objeto de apreciação e julgamento pelo tribunal todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que não tenham sido solucionadas, desde que relativas ao capítulo impugnado”.

⁴⁶⁷ “Art. 353 (...) § 2º. A parte poderá liquidar ou executar, desde logo, a obrigação reconhecida na decisão que julgar parcialmente o mérito, independentemente de caução, ainda que haja recurso contra essa interposto. Se houver trânsito em julgado da decisão, a execução será definitiva”.

é mais um indicativo de que o regime processual prospectivo admite que outras decisões além da sentença podem sejam atingidas pela imutabilidade da coisa julgada

Em coerência com todas essas normas, a redação do NCPC conforme o parecer do Dep. PAULO TEIXEIRA, apresentado em maio de 2013⁴⁶⁸, previa que o prazo bienal para a propositura da ação rescisória se extinguiria dentro de “*dois anos contados do trânsito em julgado da decisão*” (art. 987, *caput*) e, no caso de recurso parcial, esse prazo deveria ser contado “*do trânsito em julgado do capítulo não impugnado*” (art. 987, § 5º).

Além disso, seguramente com o intuito de não deixar dúvida de que os prazos das rescisórias podem se iniciar separadamente, o texto do NCPC constante do parecer do Dep. PAULO TEIXEIRA estabelecia que o prazo para ajuizamento de ação rescisória contra decisões que resolvessem parcela do mérito (i.e., julgamentos parciais) seria contado “*do respectivo trânsito em julgado*” (art. 987, § 4º).

Como já exposto, nos parece que essa seria a melhor solução para a questão, uma vez que, assim, se tornaria inaplicável, por força de lei, a súm. 401 do STJ.

Todavia, e a nosso ver muito infelizmente, não foi essa a redação final do Substitutivo da Câmara e do texto do NCPC afinal aprovado no Senado e de lá remetido à sanção presidencial, nos quais foi excluído aquele trecho que determinava o cômputo do prazo para a rescisória a partir “*do trânsito em julgado do capítulo não impugnado*”, e prescrito apenas que “*o direito de propor ação rescisória se extingue em dois anos contados do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo*” (art. 972, *caput*).

Segundo o relatório do Sen. VITAL DO RÊGO (p. 36), essa norma se justifica porque “*afasta, com clareza, dúvidas relacionadas aos casos de ‘coisa julgada fatiada’, esclarecendo que o prazo decadencial da ação rescisória só se inicia do trânsito em julgado da decisão de desfecho do feito*”.

Por um lado, é válido o intuito do legislador de pôr fim à oscilação de posicionamentos jurisprudenciais sobre tema que, como se viu, se têm verificado desde a entrada em vigor do CPC/73 e, assim, causado insegurança jurídica quanto ao termo inicial do prazo em questão.

⁴⁶⁸ Disponível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/8046-10-codigo-de-processo-civil/proposicao/pareceres-e-relatorios/parecer-do-relator-geral-paulo-teixeira-08-05-2013>, acesso em 27/12/2014.

Por outro lado, é com pesar que reconhecemos que a conclusão da súm. 401 do STJ – e não a orientação do STF, a nosso ver mais coerente – deverá prevalecer no sistema processual prospectivo no tocante à *contagem* do prazo para a propositura da ação rescisória.

Dessa forma, o NCPC, a nosso ver, acaba sendo incoerente em certa medida ao, por um lado, conceber a formação gradual da coisa julgada, e, por outro lado, postergar a situação de incerteza e o momento da chamada *coisa julgada soberana* sobre capítulos de sentença não recorridos ou julgamentos parciais do mérito até que se esgote o prazo de dois anos contado do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.

Caso tivesse prevalecido o entendimento majoritário da doutrina e firmado na AR 903 e mantido até hoje pelo STF, a tutela jurisdicional prestada por meio dos julgamentos parciais seria certamente mais efetiva, já que esses julgamentos deixariam de ser rescindíveis muito antes do que serão no sistema processual prospectivo.

De todo modo, é preciso esclarecer que não podem prevalecer no regime do NCPC os fundamentos que levaram à edição da súm. 401 do STJ, no sentido de que não se poderia admitir a coisa julgada *parcial* ou *por capítulos*.

Como se vê na jurisprudência da Corte Especial do STJ que antecedeu essa súmula, esta se baseou no entendimento de que “a sentença é una e indivisível e só transita em julgado como um todo após decorrido in ablis o prazo para a interposição do último recurso cabível, sendo vedada a propositura de ação rescisória de capítulo do decisum que não foi objeto do recurso”.⁴⁶⁹

Apesar de o NCPC determinar como termo inicial do prazo para ação rescisória o trânsito em julgado da última decisão proferida no processo, seus arts. 353, *caput* e § 2º, 963 e 1010, § 1º, parecem admitir a formação gradual da coisa julgada, como se viu.

Logo, a interpretação mais adequada no sistema processual prospectivo é a de que o julgamento da causa pode ser fracionado, capítulos de sentença ou julgamentos parciais do mérito podem transitar em julgado autonomamente e em momentos distintos, mas a *contagem* do prazo para rescindi-los se inicia do trânsito em julgado da última decisão do processo.

Além dos já descritos fundamentos da doutrina majoritária no sentido de que o capítulo de sentença não impugnado transita em julgado (nº 9.2 *supra*), que poderiam se

⁴⁶⁹ ED-REsp nº 441.252, Rel. Min. GILSON DIPP, Corte Especial, j. 29/6/2005.

aplicar analogicamente aos julgamentos parciais do mérito, vale reforçar as razões pelas quais a *coisa julgada parcial* se forma nesses casos, apesar de, por opção legislativa, não ser esse o gatilho que inicia os respectivos prazos para rescindir as decisões correspondentes.

Assim, é preciso afastar de antemão qualquer tentativa dos defensores da súm. 401 do STJ de manter o seu posicionamento – a nossa ver insustentável, diante do NCPC – de que o trânsito em julgado do capítulo não impugnado ou da decisão que julgar parcialmente o mérito ocorreria somente depois de a última decisão da causa se tornar irrecorrível.

Para tanto, basta lembrar que a coisa julgada material, como simples e muito bem define CHIOVENDA, não é nada mais que a coisa deduzida em juízo, depois de julgada, mediante a concessão ou não do bem da vida pleiteado, pondo fim à controvérsia que pairava sobre ele.⁴⁷⁰

Ou, na definição de ROSSI, “*la cosa juzgada consiste en una situación jurídica que se tiene incontrovertiblemente como verdadera, deviene de la sentencia inimpugnable de un juicio de conocimiento plano y consiste en la indiscutibilidad de la esencia de la voluntad concreta de la ley afirmada en esa sentencia*”.⁴⁷¹

Afinal, não há dúvida de que essas *situações jurídicas* caracterizadoras do trânsito em julgado material se verificam tanto em relação ao capítulo de sentença que não é impugnado no recurso parcial quanto nos julgamentos parciais do mérito.

A propósito, nesses casos não ocorre apenas preclusão ou coisa julgada formal, como se viu que sustentam alguns, mas também trânsito em julgado material.

Afinal, tanto a parte irrecorrida de determinada decisão quanto a decisão interlocutória de mérito não mais passível de recurso são imutáveis tanto como *ato processual*, quanto em relação ao seu *conteúdo e efeitos* e, assim, como ensina LIEBMAN, formam tanto a *coisa julgada formal* quanto a *coisa julgada material*.⁴⁷²

⁴⁷⁰ “*La cosa giudicata non è altro che la res iudicata (...). La res iudicata non è infatti, a sua volta, che la res iudicium deducta, dopo che fu iudicata; in altri temini è il bene della vita (proprietà, servitù, eredità, credito, diritto alla divisione, alla separazione personale, all’annullamento d’un atto giuridico ecc.) che è perseguito in giudizio, dopo che il giudice lo ha riconosciuto o lo ha negato, e così è divenuto incontestabile, finem controversiarum accepit (...)*” (CHIOVENDA, Giuseppe. *Cosa giudicata e preclusione*, Società Editrice del Foro Italiano, Roma, 1933, p. 6).

⁴⁷¹ ROSSI, Ernesto Rodriguez. *Cosa juzgada*, Ediar, 1974, p. 17.

⁴⁷² “*(...) la cosa giudicata formale indica quindi l’immutabilità della sentenza come atto processuale, la cosa giudicata sostanziale indica questa stessa immutabilità in quanto è riferita al suo contenuto e soprattutto ai suoi effetti*” (LIEBMAN, Enrico Tullio. *Eficacia ed autorità della sentenza*, Multa Paucis AG, Milão, 1935, p. 45).

Em ambos os casos, sendo a decisão sobre o mérito, o que importa é que se esgotem os meios de sua revisão no processo em que foi proferida, pois é essa situação que implica o trânsito em julgado, do qual resultará a coisa julgada material.

A propósito, TALAMINI afirma que o trânsito em julgado decorre do esgotamento dos meios de impugnar a decisão de mérito no mesmo processo, e não se confunde com a coisa julgada, estabelecendo uma relação de causa e efeito entre o primeiro e a segunda, respectivamente.⁴⁷³

Por tudo isso, adotamos aqui a definição outrora firmada pelo STF de que o trânsito em julgado verifica-se “*no momento em que já não cabe qualquer recurso de decisão rescindenda, por não ter sido exercitado, ou por não ser mais exercitável*”.⁴⁷⁴

Com base nessa premissa, não há como negar que o momento do trânsito em julgado material e, assim, formação da *coisa julgada parcial* no NCPC – apesar de não coincidir com o início do prazo para ação rescisória – é, em regra, (i) no caso do recurso parcial, o dia subsequente ao fim do prazo para recorrer do capítulo não impugnado e, (ii) na hipótese da decisão que julga parcialmente o mérito, quando dela não couber mais recurso.

9.5. Conclusão parcial

O entendimento dominante na doutrina no sentido de admitir múltiplos trânsitos em julgado materiais, ações rescisórias e respectivos prazos está em conformidade com aquele que foi firmado e parece ainda prevalecer no STF.

No entanto, esse entendimento é diametralmente oposto à orientação da súm. 401 do STJ, segundo o qual o prazo para ação rescisória se inicia do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo, que é o principal parâmetro de regência da matéria atualmente e foi incorporado pelo NCPC.

Nesse contexto, é importante deixar claro que, inclusive no NCPC, a coisa julgada material pode se formar gradualmente e autorizar execução definitiva em caso de recurso parcial ou de julgamento parcial do mérito, apesar de, conforme a súm. 401 do STJ e art. 972,

⁴⁷³ “*Note-se que trânsito em julgado e coisa julgada são coisas inconfundíveis. (...) O primeiro concerne ao aspecto cronológico do esgotamento dos meios internos de revisão da sentença; o segundo diz respeito à autoridade que se estabelece, impeditiva da reabertura do processo. Estão em relação de causa e efeito*” (*Coisa julgada...*, cit., p. 32).

⁴⁷⁴ E, repise-se, a rigor deveria se dar também nesse momento o “*início a contagem do prazo para efeito da propositura da ação rescisória*”, tudo cf. AR nº 1.032, Rel. Min. DJACI FALCÃO, Tribunal Pleno, j. 23.10.1986.

caput, do NCPC, o trânsito em julgado material sobre parte da causa não dar início à *contagem* do prazo para rescisão das respectivas decisões.

10. CONCLUSÕES

- a) A admissibilidade dos julgamentos parciais e suas repercussões devem ser analisadas a partir do *modelo constitucional de processo civil* e, conseqüentemente, considerando os princípios da inafastabilidade do controle jurisdicional, do devido processo legal, da efetividade e da tempestividade da tutela jurisdicional (ou razoável duração do processo), assim como os princípios da economia processual e da eficiência do processo (CF, art. 5º, XXXV, LIV e LXXVIII, e 37, *caput*).
- b) Esses princípios constitucionais devem nortear tanto a interpretação quanto a aplicação das normas processuais, inclusive para que o juiz realize a gestão do processo de forma eficiente, visando ampliar ao máximo a eficácia do princípio – e *postulado político* – da economia processual (CF, art. 5º, LXXVIII).
- c) Ao ampliar a eficácia das referidas normas constitucionais, os julgamentos parciais consistem em técnica maximizadora da efetividade da tutela jurisdicional, inclusive porque oferecem solução da *crise* submetida ao Poder Judiciário que alia as características da *celeridade* e da *certeza* (ou *segurança*), as quais não se verificam com a mesma amplitude quando há cognição *sumária*, nem quando se concentra todo o julgamento da causa em uma única sentença, no fim do processo.
- d) O conceito de *mérito* não se confunde com o de *questões de mérito*. O mérito consiste no pedido, seu julgamento está contido no *decisório* e implica *preceito imperativo*, que surte efeitos para fora do processo. As questões de mérito, por sua vez, são as questões que devem ser resolvidas pelo juiz para julgar o pedido. A solução dessas questões é mero juízo lógico objeto da cognição judicial e não produz efeitos extraprocessuais.
- e) Os julgamentos parciais podem ter por objeto tanto o mérito quanto as questões de mérito, i.e., pode-se fracionar em diferentes momentos do procedimento tanto a decisão do(s) pedido(s), ou de parte dele(s), quanto a resolução das questões determinantes do julgamento do(s) pedido(s).

- f) O chamado princípio da unidade estrutural da sentença não impede os julgamentos parciais, pois nosso direito processual civil não contém as premissas (especialmente a primazia da oralidade) com base nas quais esse princípio foi construído por CHIOVENDA e concebido por LIEBMAN no direito italiano.
- g) A resistência da doutrina com relação ao fracionamento do julgamento do mérito ou das questões de mérito não pode prevalecer, porque decorre de uma “importação” indevida do princípio da unicidade da sentença, do sistema italiano para o sistema brasileiro, e não tem amparo em nosso direito positivo.
- h) Os julgamentos parciais são realizados por meio de decisões interlocutórias, e não sentenças parciais, como se depreende de interpretação sistemática do CPC, notadamente dos conceitos de sentença e decisão interlocutória, bem como do *princípio da correspondência* (CPC, arts. 162, §§ 1º e 2º, 513 e 522).
- i) A conclusão anterior (“h”) não foi alterada pela lei nº 11.232/2005, pois esta apenas (1) encerrou a divisão entre *processo de conhecimento* e *processo de execução* no que se refere à obrigação de pagar quantia certa, deixando claro haver um único *processo sincrético* composto de distintas *fases* (ou *etapas*); e (2) agregou explicitamente ao conceito de sentença o critério *substancial* (ou de *conteúdo*), ao incluir expressa referência aos arts. 267 e 269 no art. 162 do CPC, mas não excluiu o critério *finalístico* (ou *topológico*), de pôr fim à *fase* – antes *processo* – de conhecimento em primeiro grau de jurisdição, que ainda é necessário para que o pronunciamento se caracterize como sentença.
- j) A possibilidade dos julgamentos parciais é confirmada em alguns contextos expressamente previstos no CPC: (1) a *sentença genérica* que decide apenas sobre o *an debeatur*, deixando o julgamento do *quantum debeatur* para a fase de liquidação de sentença; (2) o julgamento da reconvenção ou da ação declaratória incidental em pronunciamento e momento distintos daqueles em que se dá *decisum* sobre a demanda principal; (3) a autocomposição sobre parte da causa, que pode ser homologada no curso do processo, o qual prosseguirá para julgamento da parcela remanescente do mérito;

(4) os procedimentos especiais bipartidos em que parte da causa é resolvida em uma primeira decisão que não exaure o julgamento do mérito, deixando o *decisum* de parcela deste para uma segunda etapa, como pode ocorrer (4.1) na ação de consignação em pagamento (CPC, arts. 895, 898 e 899, § 1º), (4.2) na ação de prestação de contas (CPC, arts. 915, § 2º, e 918) e (4.3) nas ações demarcatória e divisória (CPC, arts. 958, 966, 971, par., e 980).

- k) Nos procedimentos especiais da ação de prestação de contas e das ações demarcatória e divisória, os julgamentos parciais são excepcionalmente realizados por meio de sentenças *intermediárias* e *parciais*, e não por decisões interlocutórias, como ocorre em regra no procedimento comum.
- l) Os julgamentos parciais podem ser realizados quando (1) houver cumulação de demandas ou objeto decomponível e (2) se verificar independência jurídica da parte da causa a ser decidida com relação à parte que permanecer pendente de decisão, especialmente para permitir a *descumulação* de pedidos.
- m) Entretanto, os julgamentos parciais do mérito não devem ser realizados com relação à cumulação alternativa, pois nesse caso há uma *falsa* ou *aparente* cumulação, já que o pedido é, na verdade, único. Além disso, o acolhimento de uma das pretensões alternativamente cumuladas dispensaria a análise da outra, de modo que se pode dizer haver certa *interdependência* entre elas. Assim, não se verifica a independência jurídica da parte da causa a ser decidida com relação à parte remanescente, que é pressuposto para os julgamentos parciais.
- n) De forma análoga, não se deve admitir os julgamentos parciais de questões de mérito decorrentes de *fundamentos alternativamente cumulados* (i.e., quando o acolhimento de qualquer um puder conduzir autonomamente ao resultado almejado pelo autor), pois nesse caso a decisão sobre questão associada a um deles pode dispensar a apreciação do outro (princípio do livre convencimento motivado) e, portanto, pode-se dizer que elas também são *interdependentes* em alguma medida. Para que possa ser objeto de julgamento parcial, a questão de mérito deve ser *premissa necessária* da decisão sobre o mérito da causa, como se verifica no caso das *questões prejudiciais*.

- o) A cumulação subjetiva de demandas por meio de litisconsórcio unitário não pode ser descumulada para se realizar julgamento parcial, pois nessa hipótese a relação de direito material exige que a decisão seja única e uniforme para todos os litisconsortes.
- p) Os julgamentos parciais devem ser realizados notadamente quando não houver necessidade de produção de prova complementar para resolver determinada parte da causa, inclusive nos casos de controvérsias repetitivas e incontrovérsia sobre parte do mérito ou das questões de mérito. Nessas hipóteses, o fracionamento do julgamento da causa constitui *poder-dever*, e não mera *faculdade* do juiz, inclusive por força dos princípios constitucionais que justificam os julgamentos parciais, especialmente o da tempestividade da tutela jurisdicional.
- q) Os julgamentos parciais também podem ser realizados na arbitragem, independentemente de autorização expressa das partes nesse sentido, pelos mesmos fundamentos constitucionais que autorizam os julgamentos parciais no processo estatal, e outros aplicáveis especialmente ao processo arbitral, como a flexibilidade do procedimento. Na arbitragem, os julgamentos parciais são realizados por *sentença parcial*, e não decisão interlocutória, em razão da definição específica de sentença do art. 29 da LArb. Entretanto, diante da autonomia das partes para determinar o procedimento (LArb, arts. 2º e 21), elas podem proibir a prolação de sentenças parciais na arbitragem.
- r) O recurso cabível contra os julgamentos parciais é, em regra, o agravo de instrumento, uma vez que o CPC adota o critério da natureza da decisão para determinar o respectivo recurso cabível (*princípio da correspondência* – CPC, arts. 513 e 522) e aquele é o recurso cabível contra decisões interlocutórias, em que os julgamentos parciais são geralmente realizados.
- s) O Projeto de Novo Código de Processo Civil também estabelece que, em regra, se deve proceder aos julgamentos parciais por meio de decisões interlocutórias, impugnáveis por agravo de instrumento (art. 351, par., e 353, § 4º).

- t) Em princípio, os julgamentos parciais não serão afetados por julgamentos posteriores no mesmo processo. Entretanto, pode haver exceção a essa regra se, excepcionalmente, a parte da causa que foi objeto do julgamento parcial for *juridicamente dependente* da parte ainda pendente de decisão. Nesse caso, o julgamento parcial poderá ser afetado pelo *efeito expansivo* que o julgamento da parte remanescente da causa terá sobre ele, analogamente ao que se verifica com relação a capítulos de sentença não impugnados que dependam juridicamente de capítulos de sentença impugnados em *recurso parcial*.
- u) Se o julgamento parcial for atingido pela autoridade da coisa julgada material, o *decisum* nele contido não pode ser prejudicado por posterior reconhecimento, no julgamento de parcela remanescente da causa, de vício processual ou nulidade, ainda que se trate de *questão de ordem pública*.
- v) O fato de os julgamentos parciais poderem implicar a formação de *coisa julgada parcial* e, conseqüentemente, a multiplicidade de trânsitos em julgado e de ações rescisórias não constitui óbice à admissão da técnica de fracionamento do julgamento da causa.
- w) Assim como ocorre no caso de capítulos de sentença não impugnados em recurso parcial, os julgamentos parciais não recorridos são atingidos pela autoridade da coisa julgada material. Portanto, o termo inicial do prazo para ajuizamento das respectivas ações rescisórias se verifica, a rigor, com o trânsito em julgado de cada um dos capítulos de sentença ou julgamentos parciais não impugnados, como afirma a maioria da doutrina e a jurisprudência do STF.
- x) No entanto, a súm. 401 do STJ e o art. 972 do Projeto de Novo Código de Processo Civil estabelecem que o termo *a quo* prazo para propor ação rescisória contra qualquer decisão sobre o mérito da causa se verifica somente com o trânsito em julgado da última decisão proferida no processo. Esse entendimento posterga a formação da *coisa julgada soberana* com relação às decisões *de meritis* que transitam em julgado no curso do processo e, assim, diminui a efetividade dos julgamentos parciais, pois aumenta o período de incerteza da respectiva decisão comparativamente ao que se

verificaria se fosse adotada a posição da maioria da doutrina e do STF sobre a contagem do prazo da ação rescisória.

- y) Não se pode afirmar que, por estabelecer que o prazo para ação rescisória tem início apenas depois da última decisão do processo, o Projeto de Novo Código de Processo Civil não permite a *coisa julgada parcial* ou *por capítulos*. Pelo contrário, os arts. 353, *caput* e § 2º, 963 e 1010, § 1º, indicam que o Projeto admite a *formação gradual da coisa julgada*, autorizadora de execução definitiva do capítulo de sentença ou julgamento parcial não impugnado, conclusão esta que não pode ser infirmada por aquela *opção legislativa* quanto à *contagem do prazo* da ação rescisória.

BIBLIOGRAFIA

ABBUD, André de Albuquerque Cavalcanti. “A Repercussão Geral dos Recursos Extraordinários e o Julgamento por Amostragem no Âmbito do Supremo Tribunal Federal”, in *As novas reformas do CPC e de Outras Normas Processuais*, org. MAURICIO GIANNICO, São Paulo, Saraiva, 2009.

ALVIM, Arruda. “Ação declaratória incidental”, in *RePro*, nº 20, 1980.

_____. *Manual de direito processual civil*, vol. 1, 9ª ed., São Paulo, RT, 2005.

ALVIM, Eduardo Arruda. “O perfil da decisão calcada no § 6º do art. 273 do CPC – Hipótese de julgamento antecipado parcial da lide”, in *Revista Forense*, nº 398, jul-ago/2008.

AMORIM, José Roberto Neves. *Coisa julgada parcial no processo civil*, São Paulo, Elsevier, 2010.

APRIGLIANO, Ricardo de Carvalho. *Ordem pública e processo: o tratamento das questões de ordem pública no direito processual civil*, São Paulo, Atlas, 2011.

ARAGÃO, Egas Dirceu Moniz de. *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. II: arts. 154 a 269, 10ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2005.

ARAÚJO, José Henrique Mouta. *Coisa julgada progressiva e resolução parcial do mérito*, Curitiba, Juruá, 2008.

_____. “Decisão interlocutória de mérito no projeto do novo CPC: reflexões necessárias”, in *O projeto do novo Código de Processo Civil – Estudos em homenagem ao Prof. José de Albuquerque Rocha*, Salvador, JusPODIVM, 2011.

ARAÚJO, Luciano Vianna. *Sentenças parciais?*, São Paulo, Saraiva, 2011.

ARMELIN, Donaldo. “Notas sobre sentença parcial e arbitragem”, in *Revista de Mediação e Arbitragem*, nº 18, São Paulo, 2008.

ASSIS, Araken de. *Cumprimento de sentença*, 4ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2010.

_____. *Cumulação de ações*, 4ª ed., São Paulo, RT, 2002.

_____. *Manual dos recursos*, São Paulo, RT, 2007.

ASSIS, Arnaldo Camanho de. “O agravo de instrumento contra decisões que versam sobre o

mérito da causa”, in *Revista de Informação legislativa*, ano 48, nº 190, abr-jun/2011, disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242879>, acesso em 28/7/2014.

ÁVILA, Humberto. “Moralidade, razoabilidade e eficiência na atividade administrativa”, in *Revista Eletrônica de Direito do Estado*, nº 4, out-nov-dez/2005, Salvador, disponível em www.direitodoestado.com.br, acesso em 22/8/2014.

AYOUB, Luiz Roberto. “A sentença parcial”, in *Revista da EMERJ*, nº 44, Rio de Janeiro, 2008.

BARBI, Celso Agrícola. *Ação declaratória principal e incidental*, 7ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1996.

_____. “Despacho saneador e julgamento do mérito” (artigo publicado na RT 391/9, mai/1968), in *Teoria geral do processo II* (coleção doutrinas essenciais: processo civil; vol. 3), org. LUIZ RODRIGUES WAMBIER e TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER.

BARBOSA, Bruno Valentim. *Julgamentos parciais de mérito no processo civil individual brasileiro*, Dissertação de Mestrado, USP, 2013.

BEDAQUE, José Roberto. *Efetividade do processo e técnica processual*, 3ª ed., São Paulo, Malheiros, 2010.

_____. “Nulidades processuais e apelação”, in *Meios de impugnação ao julgado civil – Estudos em homenagem a José Carlos Barbosa Moreira*, org. ADROALDO FURTADO FABRÍCIO, Rio de Janeiro, Forense, 2007.

_____. *Tutela cautelar e tutela antecipada: tutelas sumária e de urgência (tentativa de sistematização)*, 4ª ed., São Paulo, Malheiros, 2006.

BONDIOLI, Luis Guilherme Aidar. *Reconvenção no processo civil*, São Paulo, Saraiva, 2009.

BONÍCIO, Marcelo José Magalhães. “Algumas considerações a respeito da garantia constitucional da duração razoável do processo”, in *Direito Processual Civil – volume II*, coord. MILTON PAULO DE CARVALHO e DANIEL PENTEADO CASTRO, São Paulo, Quartier Latin, 2011.

_____. *Capítulos de sentença e efeitos dos recursos*, São Paulo, RCS, 2006.

_____. “Notas sobre a tutela antecipada parcial na nova reforma do Código de Processo Civil”, in *RT*, nº 808, São Paulo, fev/2003, p. 72-81.

BUENO, Cassio Scarpinella. *Curso sistematizado de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil*, vol. 1, 4ª ed., São Paulo, Saraiva, 2011; vol. 2, tomos I e II, 2011.

_____. *A nova etapa da reforma do Código de Processo Civil*, vol. 1: comentários sistemáticos às Leis n. 11.187, de 19-10-2005, e 11.232, de 22-12-2005, São Paulo, Saraiva, 2006.

_____. *A nova etapa da reforma do Código de Processo Civil*, vol. 2: comentários sistemáticos às Leis n. 11.276, de 7-2-2006, 11.277, de 7-2-2006, e 11.280, de 16-2-2006, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 2007.

_____. *O 'modelo constitucional do direito processual civil': um paradigma necessário de estudo do direito processual civil e algumas de suas aplicações*, trabalho que serviu de base à palestra do autor nas VII Jornadas Brasileiras de Direito Processual Civil e Penal realizadas de 26 a 29/5/2008 em Florianópolis/SC, disponível em <http://www.oab.org.br/editora/revista/users/revista/1222960746174218181901.pdf>, acesso em 21/8/2014.

_____. *Tutela antecipada*, São Paulo, Saraiva, 2004.

BUIKA, Heloisa Leonor. “Análise da teoria dos capítulos de sentença e suas implicações no âmbito dos recursos”, in *RDDP*, nº 133, abr/2014.

BUZAID, Alfredo. *A ação declaratória no direito brasileiro*, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 1986.

_____. Exposição de Motivos do Anteprojeto do CPC/73, in *Código de processo civil: histórico da lei*. Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1974, vol. 1, t. 1, disponível em <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/177828>, acesso em 18/8/2014.

CALAMANDREI, Piero. “Oralità nel processo”, in *Opere giuridiche*, vol. I, Napoli, Morano, 1965.

CÂMARA, Alexandre Freitas. *Lições de direito processual civil*, vol. III, 16ª ed., Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2010.

CAMARDI, Giuseppe. *La sentenze non definitive su questioni preliminari di merito*, Dissertação de Doutorado, Universidade de Bolonha, 2008, disponível em <http://amsdottorato.unibo.it/771/>, acesso em 22/10/2014.

CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e processo*, 2ª ed., São Paulo, Atlas, 2004.

_____. “Ensaio sobre a sentença arbitral parcial”, in *RePro*, nº 165, nov/2008, p. 9-28.

CARNEIRO, Athos Gusmão. “Ação rescisória, biênio decadencial e recurso parcial”, in *RePro*, nº 88, out-dez/1997, p. 228-35.

_____. *Da antecipação de tutela*, 6ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2005.

_____. “Questões polêmicas no novo Código de Processo Civil” (artigo publicado na RT 496/15, fev/1977), in *Princípios e temas gerais do processo civil* (coleção doutrinas essenciais: processo civil; vol. 1), org. LUIZ RODRIGUES WAMBIER e TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER, São Paulo, RT, 2011.

_____. *O novo recurso de agravo e outros estudos*, 3ª ed., Forense, Rio de Janeiro, 1998.

CARNELUTTI, Francesco. *Instituciones del proceso civil*, trad. da 5ª ed. italiana por Santiago Sentis Melendo, vol. I, Buenos Aires, Ediciones Juridicas Europa-America.

_____. *Da antecipação de tutela*, 6ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2005.

CHIOVENDA, Giuseppe. *Cosa giudicata e preclusione*, Società Editrice del Foro Italiano, Roma, 1933.

_____. *Instituições de direito processual civil*, vols. I e III (trad. da 2ª ed. italiana por J. GUIMARÃES MENEGALE), 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 1965.

_____. “Procedimento oral”, in *Processo oral* (coletânea de estudos de juristas nacionais e estrangeiros, 1ª série), org. FRANCISCO MORATO (*et al*) Rio de Janeiro, Forense, 1940, p. 57 e ss.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo. *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. IV: arts. 332 a 475, 3ª ed., 2008, Forense, Rio de Janeiro.

_____. *Sobre os limites objetivos da apelação civil*, Tese de Cátedra, USP, São Paulo, 1986.

COUTURE, Eduardo Juan. *Fundamentos del derecho procesal civil*, Buenos Aires, Roque Depalma, 3ª ed., 1958.

CUNHA, Leonardo José Carneiro da. “O § 6º do art. 273 do CPC: tutela antecipada parcial ou julgamento antecipado parcial da lide?”, in *RDDP*, nº 1, São Paulo, Dialética, abr/2003.

DALL’AGNOL, Antonio. *Comentários ao Código de Processo Civil*, coord. OVÍDIO A.

- BATISTA DA SILVA, vol. 2: do processo de conhecimento, arts. 102 a 242, São Paulo, RT, 2000.
- DIDIER JR., Fredie. “Apontamentos para a concretização do princípio da eficiência do processo”, in *Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil*, nº 52, jan-fev/2013.
- _____. *Curso de direito processual civil*, vol.1, 11ª ed., Salvador, JusPODIVM, 2009.
- _____. BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael. *Curso de direito processual civil*, vol. 2, 4ª ed., Salvador, JusPODIVM, 2009.
- _____. CARNEIRO DA CUNHA, Leonardo José; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael. *Curso de direito processual civil*, vol. 3, 10ª ed., Salvador, JusPODIVM, 2012.
- _____. “Inovações na antecipação dos efeitos da tutela e a resolução parcial do mérito”, in *RePro*, nº 110, São Paulo, abr-jun/2003.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. *A arbitragem na teoria geral do processo*, São Paulo, Malheiros, 2013.
- _____. “Ação rescisória contra decisão interlocutória”, in *Nova era do processo civil*, 3ª ed., São Paulo, Malheiros, 2009.
- _____. *Capítulos de sentença*. 6ª ed., São Paulo, Malheiros, 2014.
- _____. “Questões mistas”, in *Processo civil empresarial*, São Paulo, Malheiros, 2010.
- _____. *Instituições de direito processual civil*, São Paulo, Malheiros, vol. II, 6ª ed., 2009; vol. III, 6ª ed., 2009, vol. IV, 3ª ed., 2009.
- _____. *Litisconsórcio*, 8ª ed., São Paulo, Malheiros, 2009.
- _____. “O conceito de mérito em processo civil”, in *Fundamentos do processo civil moderno*, t. I, 4ª ed., São Paulo, Malheiros, 2001, p. 232-76.
- _____. “Os efeitos dos recursos”, in *Nova era do processo civil*, 3ª ed., São Paulo, Malheiros, 2009.
- _____. *Vocabulário do processo civil*, 2ª ed., Malheiros, 2014.
- FABRÍCIO. Adroaldo Furtado. “Ação consignatória fundada em dúvida quanto à titularidade do crédito”, in *Ajuris*, nº 18, mar/1980.
- _____. *Comentários ao Código de Processo Civil, Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973*, vol. 8, tomo III: arts. 890 a 945, Rio de Janeiro, Forense, 2001.

_____. “Extinção do processo e mérito da causa”, in *RePro*, nº 58, abr-1990.

FIDELIS, Vanessa. *Utilização da sentença de improcedência prima facie como mecanismo aceleratório do julgamento de demandas repetitivas*, Dissertação de Mestrado, USP, 2013.

FONSECA, João Francisco Naves da. *Efeito devolutivo na apelação e “questões de ordem pública”*, texto publicado em 18/7/2010 no site do IBDP, disponível em <http://www.direitoprocessual.org.br/index.php?novo-cpc-2>, acesso em 1/11/2014.

_____. *O julgamento liminar de improcedência da demanda (art. 285-A): questões polêmicas*, texto publicado em 18/7/2010 no site do IBDP, disponível em <http://www.direitoprocessual.org.br/index.php?novo-cpc-2>, acesso em 1/11/2014.

FUX, Luiz. *Curso de direito processual civil*, vol. I, 4ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2008.

GIANNICO, Maurício. *A preclusão no direito processual civil brasileiro*, São Paulo, Saraiva, 2005.

GRECO, Leonardo. *Primeiros comentários sobre a reforma da execução oriunda da Lei 11.232/05*, nº 3, disponível em <http://www.amperj.org.br/artigos/print.asp?ID=94>, acesso em 13/8/2014.

GRINOVER, Ada Pellegrini. *A marcha do processo*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2000.

_____. *Direito processual civil*, São Paulo, Bushatsky, 1974.

JORGE, Flávio CHEIM. *Teoria geral dos recursos cíveis*, 3ª ed., São Paulo, RT, 2007.

KNIJNIK, Danilo. *O recurso especial e a revisão da questão de fato pelo Superior Tribunal de Justiça*, Rio de Janeiro, Forense, 2005.

LACERDA, Galeno. *Despacho saneador*, Ed. La Salle, Porto Alegre, 1953.

LEITE, Clarisse Frechiani Lara. *Prejudicialidade no processo civil*, São Paulo, Saraiva, 2008.

LIEBMAN, Enrico Tullio. *Eficacia ed autorità della sentenza*, Multa Paucis AG, Milão, 1935.

_____. *Manual de direito processual civil*, vol. 1, 3ª ed. (trad. e notas de CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO), São Paulo, Malheiros, 2005.

_____. “O despacho saneador e o julgamento do mérito” (artigo publicado na Revista Forense 104, out/1945, Rio de Janeiro, Forense, 1945, p. 216-26; e depois na RT 767/737,

set/1999), in *Teoria geral do processo II* (coleção doutrinas essenciais: processo civil; vol. 3), org. LUIZ RODRIGUES WAMBIER e TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER, São Paulo, RT, 2011.

LIMA, Alcides de Mendonça. “Do saneamento do processo”, in *Saneamento do processo (estudos em homenagem ao Prof. Galeano Lacerda)*, org. CARLOS ALBERTO ÁLVARO DE OLIVEIRA, Sérgio Antonio Fabris Editor, Porto Alegre, 1989.

LOPES, João Batista. *Tutela antecipada no processo civil brasileiro*, 4ª ed., São Paulo, RT, 2009.

_____; “Poderes do juiz e o aprimoramento da prestação jurisdicional”, in *RePro*, nº 35, abr-jun/1984.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos. *Eficácia das decisões e execução provisória*, São Paulo, RT, 2000.

_____. *Estabilização da tutela antecipada e julgamento parcial do mérito*, artigo publicado em 15/7/2010 no site do IBDP disponível em <http://www.direitoprocessual.org.br/index.php?novo-cpc-2>, acesso em 1/11/2014.

_____. “Sentença e liquidação no CPC (lei 11.232/2005)”, in *Processo e Constituição: estudos em homenagem ao professor José Carlos Barbosa Moreira*, coord. LUIZ FUX, NELSON NERY JR. e TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER, São Paulo, RT, 2006.

MARCATO, Antônio Carlos. *Ação de consignação em pagamento*, 6ª ed., São Paulo, Malheiros, 2001.

_____. (coord.). *Código de processo civil interpretado*, 3ª ed., São Paulo, Atlas, 2008.

_____. “Julgamento de plano de causas repetitivas”, in *Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil*, nº 70, mar-abr/2011.

_____. *Procedimentos especiais*, 12ª ed., São Paulo, Atlas, 2006.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Antecipação da tutela*, 10ª ed., São Paulo, RT, 2008.

_____; ARENHART, Sérgio Cruz. *Processo de conhecimento*, vol. 2, 7ª ed., São Paulo, RT, 2008.

_____. *Técnica processual e tutela dos direitos*, São Paulo, RT, 2004.

MARQUES, José Frederico. *Manual de direito processual civil*, 9ª ed., Campinas, Millenium, 2003.

MARTINS, Pedro Batista. “A arbitragem e o mito da sentença parcial”, in *Arbitragem – Estudos em homenagem ao Prof. Guido Fernando da Silva Soares, in Memoriam*, coord. CARLOS ALBERTO CARMONA, PEDRO BATISTA MARTINS e SELMA FERRERIA LEMES, São Paulo, Atlas, 2007.

MEDINA, Jose Miguel Garcia. WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Recursos e ações autônomas de impugnação*, vol. 2, 2ª ed., São Paulo, RT, 2011.

_____; WAMBIER, Luiz Rodrigues; e WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Breves comentários à nova sistemática processual civil 2*, São Paulo, RT, 2006.

MIRANDA, Gilson Delgado. PIZZOL, Patrícia Miranda. *Recursos no processo civil*, 6ª ed., São Paulo, Atlas, 2009.

MITIDIERO, Daniel. *Antecipação de tutela: da tutela cautelar à técnica antecipatória*, São Paulo, RT, 2013.

MONTEIRO, André Luís. “Sentença parcial de mérito na arbitragem”, in *Temas de arbitragem*, 1ª série, coord. JOSÉ ANTONIO FICHTNER e ANDRÉ LUÍS MONTEIRO, Rio de Janeiro, Renovar, 2010.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. “A eficácia preclusiva da coisa julgada material no sistema do processo civil brasileiro”, in *Temas de direito processual civil*, São Paulo, Saraiva, 1977.

_____. “A nova definição de sentença”, in *RePro*, nº 136, São Paulo, RT, 2006.

_____. *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. 5, 13ª e 16ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2006 e 2011.

_____. “Efetividade do processo e técnica processual” (artigo publicado na *RePro* 77/168, jan-mar/1995), in *Princípios e temas gerais do processo civil* (coleção doutrinas essenciais: processo civil; vol. 1), org. LUIZ RODRIGUES WAMBIER e TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER, São Paulo, RT, 2011.

_____. *O novo processo civil brasileiro: exposição sistemática do procedimento*, 27ª ed., Forense, 2009.

_____. “Sentença objetivamente complexa, trânsito em julgado e rescindibilidade”, in *RePro* nº 141, São Paulo, RT, 2006, p. 7-19.

_____. “Sobre multiplicidade de perspectivas no estudo do processo”, in *Revista*

Brasileira de Direito Processual Civil, vol. 56, Rio de Janeiro, Forense, 4º trim./1984.

MOURÃO, Luiz Eduardo Ribeiro. *Coisa julgada*, Belo Horizonte, Fórum, 2008.

NERY JR., Nelson. *Teoria geral dos recursos*, 7ª ed., São Paulo, RT, 2014.

_____; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código de Processo Civil comentado e legislação extravagante*, 11ª ed., São Paulo, RT, 2010.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. “O novo conceito de sentença e os problemas recursais”, in *Execução civil e cumprimento da sentença*, vol. 2, coord. GILBERTO GOMES BRUSCHI e SÉRGIO SHIMURA, São Paulo, Método, 2007.

NOGUEIRA. Gláucia Assalin. *O julgamento parcial - Possibilidade de cisão do julgamento de mérito relativamente à parte incontroversa de demanda*, Dissertação de Mestrado, USP, 2009.

OLIANI, José Alexandre Manzano. “Capítulos de sentença, apelação parcial e sentença juridicamente inexistente – Breves considerações”, in *Os poderes instrutórios do juiz e o controle das decisões judiciais – Estudos em homenagem à Professora Tereza Arruda Alvim Wambier*, org. JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA (et al), São Paulo RT, 2008.

OLIVEIRA FILHO, Silas dias de. *Julgamento fracionado do mérito e suas implicações no sistema recursal*, Dissertação de Mestrado, USP, 2013.

PINTO, Nelson Luiz. *Manual dos recursos cíveis*, 3ª ed., São Paulo, Malheiros, 2002.

REDONDO, Bruno Garcia. “Novo conceito de sentença: sentença parcial e apelação em autos suplementares”, in *Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro*, nº 62, Rio de Janeiro, 2007.

ROCHA, Cesar Asfor. *A luta pela efetividade da jurisdição*, São Paulo, RT, 2007.

ROSSI, Ernesto Rodriguez. *Cosa juzgada*, Ediar, 1974.

SACCO, Rodolfo. *Introdução ao Direito Comparado*, trad. VERA JACOB FRADERA, São Paulo, RT, 2001.

SANCHEZ, Guilherme Cardoso. *Sentenças parciais no processo arbitral*, Dissertação de Mestrado, USP, 2013.

SANTOS, Moacyr Amaral. *Primeiras linhas de direito processual civil*, 1º vol., 25ª ed., São Paulo, Saraiva, 2007.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. “Algumas implicações do novo conceito de sentença no processo civil, de acordo com a lei nº 11.232/2005”, in *Reflexões sobre a reforma do Código de Processo Civil – estudos em homenagem a Ada Pellegrini Grinover, Cândido R. Dinamarco e Kazuo Watanabe*, org. CARLOS ALBERTO CARMONA, São Paulo, Atlas, 2007.

_____. “A nova liquidação de sentença e suas velhas questões”, in *Aspectos polêmicos da nova execução*, org. CASSIO SCARPINELLA BUENO e TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER, 1ª ed., São Paulo, RT, 2008, vol. 1.

_____. *O direito de defesa no processo civil brasileiro: um estudo sobre a posição do réu*, São Paulo, Atlas, 2011.

_____. *Preclusão processual civil*, São Paulo, Atlas, 2006.

SILVA, De Plácido e. *Vocabulário jurídico*, 28ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2009.

SILVA, Ovídio A. Baptista da. “Decisões interlocutórias e sentenças liminares” (trabalho a ser apresentado no XVI Congresso Nacional de Derecho Procesal, realizado em Buenos Aires, em outubro de 1991), in SILVA, Ovídio A. Baptista da. *Da sentença liminar à nulidade da sentença*, Rio de Janeiro, Forense, 2002.

SOUZA JR., Sidney Pereira de. *Sentenças parciais no processo civil – Consequências no âmbito recursal*, São Paulo, Método, 2009.

TALAMINI, Eduardo. *Coisa julgada e sua revisão*, São Paulo, RT, 2005.

_____. “Saneamento do processo” (artigo publicado na *RePro* 86/76, abr-jun/1997), in *Teoria geral do processo II* (coleção doutrinas essenciais: processo civil; vol. 3), org. LUIZ RODRIGUES WAMBIER e TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER.

TEIXEIRA, Guilherme Puchalski, “Sentenças objetivamente complexas: impossibilidade do trânsito em julgado parcial”, in *Ajuris*, nº 110, Porto Alegre, jun/2008.

THEODORO JR., Humberto. *Curso de direito processual civil*, vol. I, 55ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2014.

_____. *Curso de direito processual civil – teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento*, 48ª ed., vol. 1, Rio de Janeiro, Forense, 2008.

_____. “O novo art. 543-C do Código de Processo Civil (Lei nº 11.672, de 8.5.2008)”, in *Revista Forense*, vol. 397, mai-jun/2008.

_____. “O processo justo e as tutelas jurisdicionais proporcionáveis aos direitos substanciais em crise”, in *RDDP*, v. 123, jun/2013.

TUCCI, José Rogério Cruz e. “Garantias constitucionais da duração razoável e da economia processual no projeto do Código de Processo Civil” (artigo publicado na *RePro* 192/193, fev/2011), in *Princípios e temas gerais do processo civil* (coleção doutrinas essenciais: processo civil; vol. 1), org. LUIZ RODRIGUES WAMBIER e TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER, São Paulo, RT, 2011.

_____. *Lineamentos da nova reforma do CPC*, 2ª ed., São Paulo, RT, 2002.

_____. *Tempo e processo: uma análise empírica das repercussões do tempo na fenomenologia processual (civil e penal)*, São Paulo, RT, 1997.

TUCCI, Rogério Lauria. *Do julgamento conforme estado do processo*, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 1982.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. *Curso avançado de processo civil: teoria geral do processo e processo de conhecimento*, vol. 1, 10ª ed., São Paulo, RT, 2008.

_____. *Sentença civil: liquidação e cumprimento*. São Paulo, RT, 3ª ed., 2006.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Nulidades do processo e da sentença*, 7ª ed., São Paulo, RT, 2014.

_____. “O conceito de sentença no CPC reformado”, in *Meios de impugnação ao julgado civil – Estudos em homenagem ao Prof. José Carlos Barbosa Moreira*, coord. ADROALDO FURTADO FABRÍCIO, Rio de Janeiro, Forense, 2007.

WATANABE, Kazuo. *Da cognição no processo civil*, 3ª ed., São Paulo, Perfil, 2005.

YARSHELL, Flávio Luiz. *Ação rescisória*, São Paulo, Malheiros, 2005.

_____. *Curso de direito processual civil*, vol. 1, 1ª ed., São Paulo, Marcial Pons, 2014.

_____; BONÍCIO, Marcelo. *Execução civil: novos perfis*, São Paulo, RCS, 2006.

ZAVASKI, Teori Albino. *Antecipação da tutela*, 6ª ed., São Paulo, Saraiva, 2008.